

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
LUIZ ROBERTO MALHEIROS ARAUJO

PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE:
Análise da produção da Rede CEDES em Minas Gerais

Juiz de Fora

2012

LUIZ ROBERTO MALHEIROS ARAUJO

**PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE:
Análise da produção da Rede CEDES em Minas Gerais**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, área de concentração Movimento Humano, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Fernando Ferreira
da Costa Junior

Juiz de Fora
2012

Araujo, Luiz Roberto Malheiros.

Programa Esporte e Lazer da Cidade: análise da produção da Rede CEDES em Minas Gerais / Luiz Roberto Malheiros Araujo.

– 2012.

152 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

1. Rede CEDES. 2. Políticas públicas. 3. Lazer.

I. Título.

**PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE:
Análise da Produção da Rede CEDES em Minas Gerais**

Luiz Roberto Malheiros Araujo

ORIENTADOR: Prof. Dr. Carlos Fernando Ferreira da Cunha Jr

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Aprovada em ____/____/____

Prof. Dr. Luiz Otávio Neves Mattos
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Maria Elisa Caputo Ferreira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Carlos Fernando Ferreira da Cunha Jr.
Universidade Federal de Juiz de Fora

A Acyr Costa Araujo e Dulce Malheiros Araujo (em memória);
meu pai e minha mãe; exemplos de seriedade, compromisso
e ética na gestão pública; exemplos de
cuidado e amor em família.

A Cláudia,
Esposa, companheira e parceira de estudos;
deixa tudo mais fácil, deixa tudo mais certo;
me completa com amor e carinho,
me acrescenta com sabedoria.

A Natan, Ana Carolina e Daniel,
Pela alegria que é ser família com vocês,
simples assim.

AGRADECIMENTOS

À família Lira, pela companhia e acolhimento
em Juiz de Fora;

Ao amigo e orientador Carlos Fernando,
pela ajuda e por acreditar desde o início;

Aos amigos Luiz Otávio, Andrea e João
pelo apoio e estímulo, sempre;

À Meise e Anna,
pela ajuda no momento final;

À família e amigos, que estão
sempre comigo

MUITO OBRIGADO!

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a produção da Rede Cedex em Minas Gerais, relacionando-a com as diretrizes, finalidades e objetivos da Rede, dentro da proposta de intervenção do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC. Optamos por focar nossos estudos na produção realizada por instituições do Estado de Minas Gerais por ser um estado que detem 18% de toda a produção da Rede CEDES desde sua criação, além de ser o estado que realizou a pesquisa de avaliação deste Programa e tem entre suas instituições a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, responsável pela formação dos agentes sociais do PELC. O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas e documentais, para uma posterior análise qualitativa da produção. Para isso, iniciamos buscando conhecer a história dessas políticas públicas de esporte e de lazer, suas concepções, fundamentos, estruturas e resultados. Utilizamos estudos anteriores sobre esse tema e buscamos conhecer programas executados por prefeituras consideradas “governos populares”, no final dos anos 90 e no início do século XXI. Em seguida, verificamos o que pensavam alguns autores do segmento do esporte e do lazer sobre a organização social em torno das práticas de lazer, as concepções implícitas nessas práticas e como deveriam ser pensadas as propostas de políticas para a área. Após essa contextualização, passamos a falar do Programa: suas concepções, objetivos, estratégias, finalidades, implantação e produções. Buscamos conhecer como a Rede CEDES se encaixava na proposta maior do PELC e quais eram suas principais estratégias e ações. Esta pesquisa se baseou nos documentos encontrados nos arquivos da SNDEL, nas publicações disponíveis no site do Ministério do Esporte e nos arquivos incluídos no Repositório da Rede CEDES. Foram analisados 24 projetos de pesquisa, seus relatórios de cumprimento do objeto e, quando existiam, suas publicações. Verificamos as instituições participantes de Rede, seus diferentes grupos de pesquisa, os objetivos dos estudos, sua relevância e possível aplicação. Apresentamos os principais pontos de cada trabalho realizado, reproduzindo parte de suas conclusões, propostas, informações e resumo de suas publicações. Concluimos que a produção cumpre o papel de construção de conhecimento ligado ao esporte e lazer e cria possibilidades de qualificação da gestão de políticas públicas na área. No entanto, a dificuldade de acesso a essa produção dificulta sua efetividade.

Palavras chave: Rede CEDES. Pesquisa. Políticas públicas. Lazer.

ABSTRACT

This paper has the objective to evaluate the production of Rede Cedes in Minas Gerais, relating it to the guidelines, purposes and goals of this Rede, considering the intervention proposal of the Programa Esporte e Lazer da Cidade. The focus of the study is the production of institutions from the state of Minas Gerais, because it is a state that owns 18% of all Rede Cedes production since its creation. It has also made the research to evaluate the progame and also has the Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, which is responsible for training the social agentes of PELC. This study was developed from bibliographical and documentary research, followed by a qualitative analysis of the production. To achieve that, the study starts trying to get into the history, conception, foundations, structures and outcomes of those public policies of sport and leisure. Previous studies about this subjetc were used as well as we attempted to know the programs implemented by local governments, named as “popular governments” at the end of the 90s and begining of 21 century. Then it was verified what some authors from this segment, sport and leisure, thought about its social organization, the concepts implicit on those practices and how should be developed the policy proposals of this segment. Provided this context, this research will focus on the Program, its conceptions, goals, strategies, purposes, implementation and production; aiming to understand how Rede Cedes fits to the main proposal of PELC and which are it principals strategies and actions. This research was also based in publications founded on the Ministério do Esporte website and archives from SNDEL and Repositório da Rede Cedes. Altogether, were analyzed 24 projects, with it reports and publications, sometimes. Also the institutions that make part of the Rede were verified, together with its different research groups, aim of studies, relevance and possible application. The main points of each work were presented, showing part of each conclusion, proposal, information and publications summary. The conclusion was that production must build the knowledge related to sport and leisure, creating possibilities to qualify the management of public policies. However, access constraints to this production may hinder its effectiveness.

Keywords: Rede CEDES. Research. Public policies. Leisure

LISTA DE SIGLAS

CELAR	Centro de Estudos de Lazer e Recreação
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CEMEF	Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DCTEC	Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte
DPSEL	Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer
EDT	Estatuto do Torcedor
EEFFTO	Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
INDESP	Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto
LUVE	Liga Universitária Viçosense de Esporte
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MST	Movimento dos Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PELC	Programa Esporte e Lazer da Cidade
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
Rede CEDES	Rede de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer
Rede CENESP	Centro de Excelência Esportiva
SNDEL	Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer
SRO	Serviço de Recreação Operária
TO	Torcida Organizada
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFSDR	Universidade Federal de São João Del Rei
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem de pesquisas por região	16
Gráfico 2 - Porcentagem de pesquisas por região	16
Gráfico 3 - Linha de tempo das estruturas públicas federais	33
Gráfico 4 - Quantidade de projetos por Universidade	76
Gráfico 5 - Relação projetos / municípios	77
Gráfico 6 - Títulos e objetivos das pesquisas - porcentagem.....	77

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL	19
2.1	POLÍTICAS PUBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL	25
2.2	POLÍTICAS PUBLICAS NOS GOVERNOS POPULARES	34
2.3	PENSAMENTOS E PERCEPÇÕES SOBRE O LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS	37
3	O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE	48
4	ANÁLISE DA PRODUÇÃO DA REDE CEDES EM MINAS GERAIS	74
4.1	AVALIAÇÃO E GESTÃO DE POLÍTICAS PUBLICAS	83
4.2	ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	94
4.3	FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DE RECURSOS HUMANOS	96
4.4	LAZER	98
4.5	MEMÓRIA/HISTÓRIA DO ESPORTE E DO LAZER	105
4.6	OBSERVATÓRIO DO TORCEDOR.....	112
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
	REFERÊNCIAS	125
	ANEXO	132

1 INTRODUÇÃO

Num processo de ação liberadora, o indivíduo que a realiza é um conjunto de relações sociais e o outro também, o é. Dois conjuntos de relações sociais estabelecerão novas relações sociais, ou seja, dois novos indivíduos. Existe então uma relação dialética e irreversível mas contínua, no desenvolver da ação liberadora, evidenciando um devenir e a impossibilidade de isolar (parar no tempo e no espaço) uma amostragem da chamada situação de dominação para estudo, análise e pesquisa. (ARAUJO, 1978, p. 86, grifos no original)

Em 1978, minha mãe, Dulce Malheiros Araujo, fazia sua dissertação de Mestrado em Serviço Social discutindo conceitos de dominação e sua aplicação na atuação dos (as) Assistentes Sociais. Naquele momento, era muito estranho ouvir falar em Classe Dominante e Classe Dominada, Gramsci, Bourdieu, Marx e tantos outros termos e autores tão distantes da minha realidade de estudante do Ensino Médio. No entanto, a relação dominante/dominado esteve sempre presente em meus pensamentos e reflexões sobre a sociedade em que vivemos; reflexões que foram se aprofundando na medida em que avançavam meus estudos na Licenciatura Plena em Educação Física, depois na atuação em escolas públicas e, principalmente, quando comecei a atuar na gestão de políticas públicas, primeiro na área de educação e, depois, nas políticas de esporte e lazer.

Minha trajetória de estudos e ações acabou por me levar a caminhos diferentes, com uma relação maior com os estudos do esporte e do lazer, sem um aprofundamento das relações de classe que permeiam nossa sociedade; porém, ao iniciar nosso trabalho, utilizo os estudos de Araujo (1978) para nos auxiliar no entendimento da trajetória que nos motivou à realização desse trabalho e às reflexões que sempre permearam nossos estudos e ações de esporte e de lazer.

Em todos os momentos de minha história profissional, havia um inconformismo com a situação de desigualdade existente em nossa sociedade e uma preocupação para que a atuação no serviço público tivesse algum tipo de contribuição para transformação dessa realidade. Primeiro na atuação como Professor de Educação Física, em que buscava incluir reflexões sobre a relação esporte/sociedade nas atividades desenvolvidas com os alunos; depois na coordenação da Educação Física Escolar da Prefeitura de Niterói, onde tínhamos como objetivos a qualificação da atuação dessa disciplina e a valorização do seu trabalho; por fim, a partir de 2004, nas ações de implantação e coordenação do Programa Esporte e Lazer da

Cidade (PELC) na cidade de Niterói, um dos projetos-pilotos¹ utilizados para desenvolvimento da proposta do Programa.

Havia então uma preocupação com ações transformadoras e libertadoras, bem como com os conhecimentos necessários para garantir a efetividade dessas ações. Já percebíamos, naquele momento, a complexidade de “uma relação dialética e irreversível, mas contínua” existente entre os Agentes Sociais de Esporte e Lazer e os participantes do PELC. Não percebíamos ainda a importância das pesquisas e da necessidade da produção de conhecimentos e estudos sobre esse campo de atuação, mas já sabíamos ser necessário ampliar o conhecimento daqueles que pretendiam fazer da sua atuação na área do esporte e do lazer mais do que simples execução de atividades lúdicas e agradáveis ou o ensino de gestos desportivos. Recorremos mais uma vez a Araujo (1978, p. 12) quando nos diz que “[...] A operacionalização de conceitos imprecisos e vagos faz surgir uma prática mal fundamentada.”, mostrando que não bastava o estudo das produções já existentes no lazer, era necessário também o estímulo e o investimento em estudos e pesquisas que aprofundassem os conceitos utilizados nas ações de esporte e lazer, auxiliando na qualificação da gestão de políticas públicas da área e fornecendo material que pudesse auxiliar nas suas ações.

Ao iniciarmos nossa participação na gestão do PELC, em 2007, no Ministério do Esporte, iniciamos também nosso contato com as ações de pesquisa, produção e difusão do conhecimento promovidas pela Rede CEDES; uma ação do Programa Esporte e Lazer da Cidade, responsável pelo financiamento de pesquisas sociais na área do esporte e do lazer, que tinha como objetivo fundamental e qualificar a gestão de ações e programas ligados a essa temática. Reuniões com pesquisadores da Rede, participação e organização de Encontros e Seminários, produção de livros, artigos e coletâneas passaram a fazer parte do nosso cotidiano na gestão do Programa. Havia então uma preocupação de todos para que a produção da Rede CEDES não se perdesse em bibliotecas e arquivos sem influenciar diretamente as ações realizadas nos núcleos do PELC; diversas decisões foram tomadas buscando essa maior integração, fazendo com que, em todos os momentos da nossa atuação, estivéssemos atentos às possibilidades efetivas de utilização dos estudos da Rede nas ações desenvolvidas nos núcleos do Programa.

¹ Eram chamados *Projetos-pilotos* o convênio com 10 cidades, distribuídas pelas cinco regiões do Brasil, escolhidas para implantar o PELC pela primeira vez. Tinha o objetivo de avaliar as possibilidades concretas de implantação do Programa, suas potencialidades e dificuldades (grifo nosso).

Estamos falando aqui de um programa que busca atuar em um setor das políticas públicas historicamente dominado por ações assistencialistas e compensatórias. Programas que tinham implícitos em seus objetivos, mais do que a oferta de atividades qualificadas, o controle do tempo livre da população. Lima (1975 *apud* Araújo, 1978, p. 22) já fazia essa avaliação dos movimentos assistenciais de nossa sociedade. Dizia que “[...] Como anteparo, as classes dominantes alicerçaram medidas assistenciais capazes de neutralizar essa massa, eliminando possibilidades de desordens sociais.” (grifo no original). Mesmo não tratando diretamente de políticas públicas de esporte e lazer, suas reflexões se encaixam perfeitamente na avaliação que muitos autores fazem sobre as políticas dessa área executadas ao longo de nossa história. Outros cuidados referentes à forma pela qual a sociedade se organizava e como se davam (ou se dão) as relações de classe foram expressas por Araújo; afinal, quando pensamos em estratégias de transformação ou de mudanças significativas em nossa realidade, pensamos também em estratégias de comunicação e de disseminação de ideologias e pensamentos. Araújo considerava que:

Há um processo de comunicação que, transformado em comunicação de massa, tem sido usado pelas minorias dominantes, cooperando com sua perspectiva ideológica e, de algum modo, extirpado o hábito de pensar da classe antagônica. Compra-se o que é oferecido, pensa-se o que é sugerido e a liberdade mesmo de pensamento é eliminada. (ARAÚJO, 1978, p. 12)

Mesmo sem aprofundar as reflexões sobre ideologias, comunicação em massa, classes dominantes e classes antagônicas, fica claro haver nos anos 1970/1980 um pensamento relacionado às ações sociais que não era utilizado nos fundamentos e concepções das propostas desenvolvidas nos programas de esporte e lazer.

Nosso trabalho então se inicia buscando conhecer a história dessas políticas públicas de esporte e de lazer, suas concepções, fundamentos, estruturas e resultados. Nos utilizaremos do trabalho realizado por Christianne Luce Gomes (2003), em que aprofunda os estudos sobre programas de esporte e lazer executados por órgãos públicos em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, que à época era Distrito Federal; das reflexões de Fernando Mascarenhas (2005), as quais analisam o histórico das ações de lazer e suas relações sociais; e também falaremos de programas executados por prefeituras consideradas “governos populares”, no final dos anos 90 e no início do Séc. XXI.

Em seguida, veremos o que pensavam alguns autores do segmento do esporte e do lazer sobre a organização social em torno das práticas de lazer, as concepções implícitas

nessas práticas, como deveriam ser pensadas as propostas de políticas para a área e o que se esperava dessas ações. Ficou evidente que as propostas deveriam levar em consideração o lidar com situações historicamente construídas que criavam barreiras que iam além das dificuldades geradas pela organização urbana ou pela excessiva mercantilização das atividades de lazer. Retornamos a Araujo (1978, p. 18, grifos no original), que considerava que “[...] Esta ideologia vai através da racionalização de sua posição de dominação política e econômica mostrar a classe dominada porque deve aceitar tal subordinação.”. Admitimos, então, a possibilidade de que as classes excluídas das variadas possibilidades de acesso a grande parte das ofertas de atividades de lazer ficavam de certa forma conformadas com essa exclusão, não considerando a possibilidade de participar de determinadas ações, eventos, festas, encontros, etc. Por isso, consideramos importante, nesse momento do nosso trabalho, verificar que reflexões e proposições eram feitas pelos autores que debatiam a temática do esporte e do lazer no momento da criação do PELC.

Após essa contextualização do momento da elaboração da proposta do PELC, através da criação do Ministério do Esporte e da SNDEL – Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, passamos a falar do Programa. Tratamos de suas concepções, objetivos, estratégias, finalidades, implantação e produções; buscamos conhecer como a Rede CEDES se encaixava na proposta maior do PELC e quais eram suas principais estratégias e ações. Nossa pesquisa se utilizou principalmente dos materiais produzidos pela SNDEL, de documentos oficiais do Ministério do Esporte, de publicações realizadas pela Rede CEDES e de entrevistas com gestores e ex-gestores do Programa. Procuramos, dessa forma, fundamentar a pesquisa que seria feita acerca da produção de Rede CEDES em Minas Gerais.

Por fim, buscamos nos arquivos da SNDEL, nas publicações disponíveis no site do Ministério do Esporte e nos arquivos incluídos no Repositório da Rede CEDES a produção da Rede em Minas Gerais. Analisamos os projetos de pesquisa, seus relatórios de cumprimento do objeto e, quando existiam, suas publicações. Verificamos as instituições participantes de Rede, seus diferentes grupos de pesquisa, os objetivos dos estudos, sua relevância e possível aplicação. A análise foi realizada a partir dos objetivos e finalidades da Rede CEDES, inseridos nos objetivos e finalidades do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC como parte de suas estratégias de ação.

Araujo, (1978, p. 2), ao estudar o conceito de dominação utilizado no Serviço Social e os procedimentos utilizados na sua elaboração, considerou que “[...] O conhecimento científico, entendido como produção de conhecimento da realidade que deve interessar a

qualquer ideologia que queira ali intervir, exige uma preocupação com sua objetividade, [...]”. Nós entendemos que a produção de conhecimento deve ter, não só uma preocupação com sua objetividade, que consideramos extremamente importante, mas também um cuidado na difusão desse conhecimento. É necessário que a parcela da população excluída do acesso a essas produções e já tão distante dessa realidade de reflexões e estudos, distância que faz com que a simples disponibilização do seu acesso não seja suficiente para que se apropriem dele, possa efetivamente usufruir de sua construção. Dessa forma, nossa análise também levou em conta a possibilidade concreta de acesso da população aos trabalhos elaborados.

O objetivo desse estudo é, então, analisar a produção da Rede Cedes em Minas Gerais, entendendo como produção os projetos de pesquisa apresentados, os relatórios das pesquisas realizadas e as publicações feitas com recursos do Ministério do Esporte, relacionando-as com as diretrizes, finalidades e objetivos da Rede Cedes, dentro da proposta de intervenção do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Faremos a análise da produção fundamentada em perguntas como: “Quais são as pesquisas da Rede Cedes em Minas Gerais?”; “Quais as pessoas envolvidas com essas pesquisas?”; “O que essa produção oferece como produção do conhecimento?”; “Qual a relação dessa produção com os objetivos da Rede Cedes?”; “Como essa produção se relaciona com o objetivo de desenvolvimento do esporte e do lazer?”; “Essa produção está adequada aos objetivos de intervenção do PELC?”.

Entendemos que esse estudo se justifica pela necessidade de reflexões constantes acerca da efetividade de programas e políticas públicas, com o objetivo de auxiliar na avaliação dessas ações, contribuindo para sua qualificação. Optamos por focar nossos estudos na produção realizada por instituições do Estado de Minas Gerais por ser um estado que faz parte da região com maior porcentagem de pesquisas (Gráfico 1); detém 18% de toda a produção da Rede CEDES desde sua criação, sendo o segundo estado em quantidade de pesquisas (Gráfico 2)²; realizou a pesquisa de avaliação do Programa e tem entre suas instituições a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, responsável pela formação dos agentes sociais do PELC³. Por isso, acreditamos que este trabalho poderá fazer uma análise representativa das ações da Rede CEDES desde 2003.

2 Conforme informações disponíveis em www.esporte.gov.br, Rede CEDES.

3 Uma das atividades mais importantes da Ação Funcionamento de Núcleos do PELC é a formação dos agentes sociais. Essa formação inicialmente esteve a cargo de consultores (formadores) que se responsabilizaram pela elaboração da proposta de formação e também de sua execução. Em 2010, seguindo orientação da Consultoria

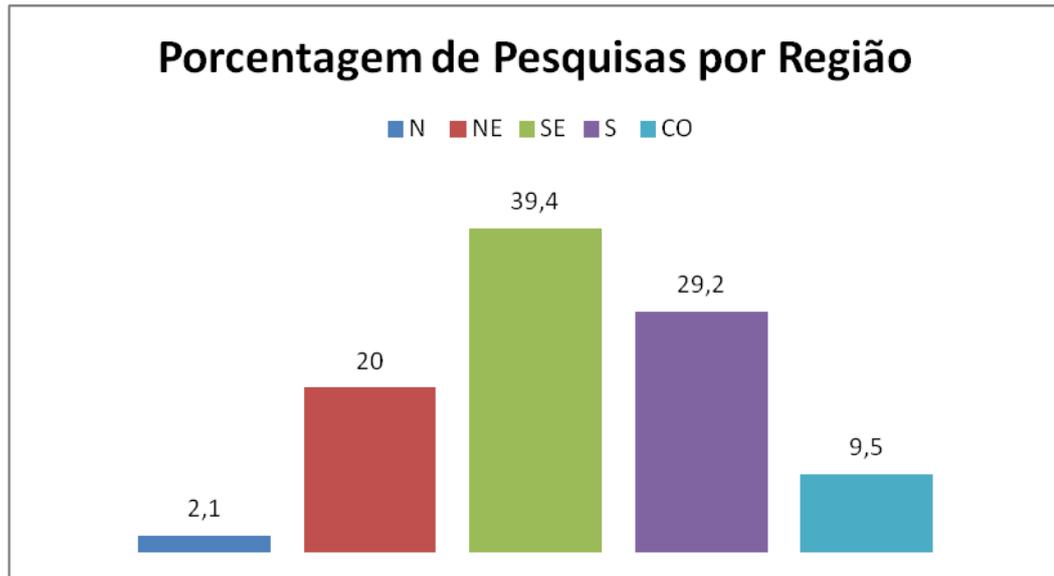


GRÁFICO 1 – Porcentagem de Pesquisas por Região

Fonte: Elaborado pelo autor

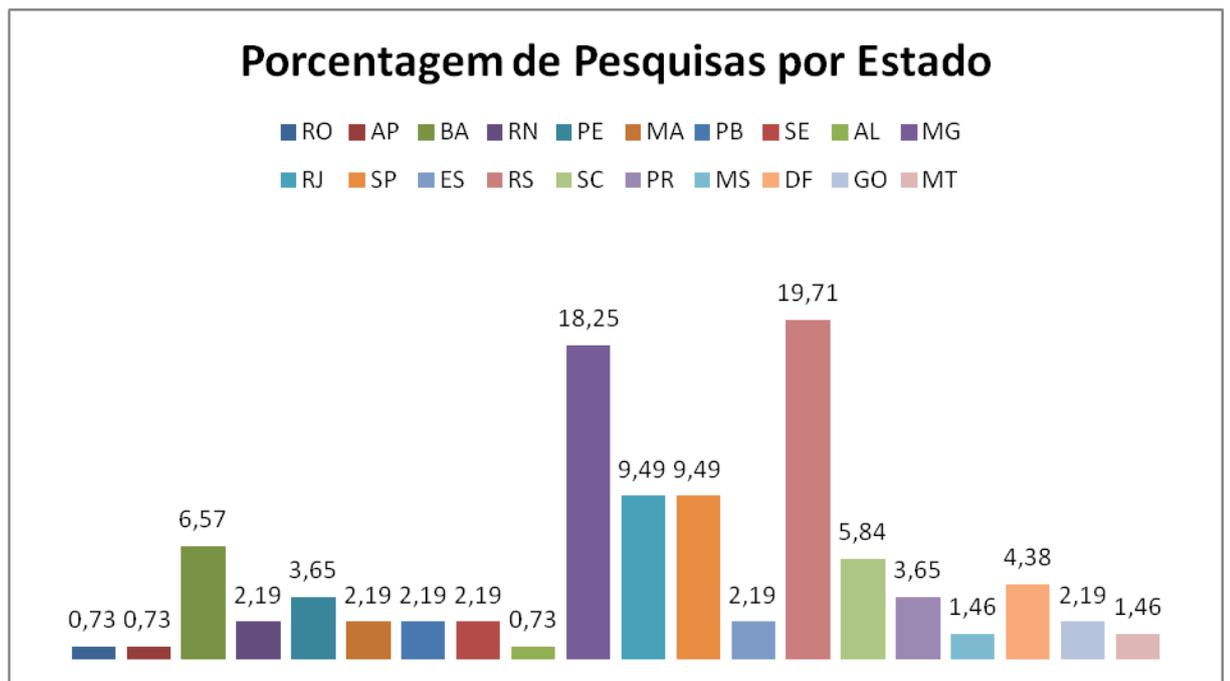


GRÁFICO 2 – Porcentagem de Pesquisas por Estado

Fonte: Elaborado pelo autor

Jurídica do Ministério do Esporte, foi feita uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, que ficaria responsável pela contratação dos formadores, avaliação regular da proposta de formação e coordenação de sua execução.

Nosso estudo utilizou como proposta metodológica a Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa Documental que, segundo Antonio Joaquim Severino (2002) “[...] tem como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais.”. Inicialmente, fizemos a identificação e o levantamento da produção da Rede Cedes em Minas Gerais, catalogando a produção por instituição, título, objetivos, metodologia e relevância. Fizemos também entrevistas semiestruturadas com os gestores e ex-gestores do Programa ligados a SNDEL/ME⁴ para termos elementos que possibilitassem o aprofundamento da análise das diretrizes, finalidades e objetivos da Rede Cedes. Entrevistamos Rejane Penna Rodrigues, secretária da Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer desde 2006, responsável pela execução dos Programas e Ações da SNDEL; Leila Mirtes Santos do Magalhães Pinto, diretora do DCTEC⁵ desde 2007, responsável pela gestão da Rede CEDES; Claudia Regina Bonalume, chefe de gabinete da SNDEL de 2006 a 2008 e diretora do DPSEL⁶ a partir de 2008; Luiz Otávio Neves Mattos, diretor do DPSEL de 2003 a 2007, responsável pela elaboração, implantação e gestão do PELC nesse período e Andrea Nascimento Ewerton, Coordenadora Geral do DPSEL no período de 2003 a 2007 e Diretora do DPSEL em 2007/2008, também com participação efetiva na elaboração, implantação e gestão do PELC nesse período.

Por fim, fizemos uma análise qualitativa do material produzido a partir de categorias que foram eleitas a partir dos objetivos da Rede e de uma primeira avaliação do material catalogado.

4 SNDEL – Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer, responsável direta pela execução do PELC e da Rede CEDES.

5 DCTEC – Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, responsável pelas ações de produção e difusão do conhecimento do PELC.

6 DPSEL – Departamento de Políticas Sociais de Esporte e Lazer, responsável pela gestão do PELC na ação Funcionamento de Núcleos, que era a ação responsável pela execução de atividades nas comunidades.

2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL

Realizamos, no presente capítulo, um esforço de revisão sobre as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Vamos utilizar estudos já elaborados sobre experiências anteriores, legislações importantes relacionadas ao esporte e ao lazer, visões sobre os objetivos e necessidades de políticas públicas em geral nessa área, posicionamentos de estudiosos da área em diferentes momentos e informações sobre alguns programas executados na esfera pública.

Iniciamos dessa forma porque entendemos que estudos de políticas públicas de esporte e lazer devem contar com informações que nos ajudem a entender o contexto em que elas foram criadas e implementadas, bem como o percurso histórico que as antecedeu. Seguimos o caminho que justificou o trabalho de Gomes (2003, p. 57), quando realizou seu estudo sobre políticas públicas de esporte e lazer. Ela nos diz: “Diante do exposto, saliento a necessidade de se entender o lazer em sua complexidade política, histórica, social e cultural, explicitando suas condições de realização em nosso contexto.”.

Vamos, então, falar da *Recreação Pública* desenvolvida pela Prefeitura de Porto Alegre (1926/1955), da *Divisão de Educação e Recreio* da Prefeitura de São Paulo (1935/1947), do *Serviço de Recreação Operária* do Governo Federal (1943/1964) e dos *Círculos Populares de Esporte e Lazer* da Prefeitura de Recife (ainda em execução). Além de citar outras importantes experiências de políticas públicas na área.

Mas antes de falarmos especificamente das políticas públicas de esporte e de lazer, e ainda nesse esforço de contextualização dessas ações no momento da elaboração e implantação do PELC, precisamos minimamente saber de que estado estamos falando e de como as políticas públicas em geral tem se constituído ao longo da história, até o início do governo Lula, em 2003.

Cláudia Marins de Souza (2012), em sua dissertação para o Mestrado em Educação, faz uma análise do papel do estado e das políticas públicas ao longo da história. A pesquisadora nos mostra que a discussão sobre o papel do estado se inicia com a decadência da sociedade feudal e da lei divina, que fundamentavam as hierarquias políticas, por volta dos séculos XVI e XVII, ainda no contexto da chamada acumulação primitiva do capital. Ainda segundo Souza, o primeiro grande autor a discutir a questão do estado foi Hobbes, que, em seu *Leviathan*, de 1651, apontava que, no *estado da natureza*, os apetites e as aversões

determinam as ações voluntárias dos homens e que, entre preservar a liberdade vantajosa da condição natural e o medo da violência e da guerra, impõe-se a renúncia à liberdade individual em favor do soberano, do monarca absoluto. A sujeição seria uma opção racional para que os homens refreassem suas paixões.

Falando sobre John Locke e suas reflexões sobre estado, Souza nos mostra que:

Para Locke, o poder tem origem num pacto estabelecido pelo consentimento mútuo dos indivíduos que compõem a comunidade, no sentido de preservar a vida, a liberdade e, sobretudo, a propriedade. A presença do tema da propriedade introduz uma clivagem diferenciada à discussão, já que há uma clara associação entre o poder político e propriedade, fortemente vinculada às relações capitalistas nascentes. (SOUZA, 2012, p. 18)

Jean-Jacques Rousseau, em seu *Contrato Social*, de 1762, considera que a sociedade civil é imperfeita: foi corrompida pela propriedade e é produto da voracidade do homem, obra do mais rico e poderoso, que quer proteger seus interesses próprios. Assim, o Estado foi até aquele momento uma criação dos ricos para preservar a desigualdade e a propriedade, e não um bem comum. A saída rousseauiana para o impasse da desigualdade social e política na sociedade civil é a configuração de um Estado cujo poder reside no povo, na cidadania, por meio da vontade geral.

Assim, apenas esse estado, um estado de direito, fundado nas leis definidas pela vontade geral⁷, seria capaz de limitar os extremos de pobreza e riqueza presentes na sociedade civil e promover a educação pública para todos – meio decisivo para a livre escolha. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.58)

É importante, então, conhecermos o conceito de sociedade civil, nesse caso, o conceito de Marx que, segundo Marilena Chauí (2000), considera que a sociedade civil é o sistema de relações sociais que organiza a produção econômica (comércio, indústria e agricultura), que se realiza por meio de instituições sociais encarregadas de reproduzi-la (escolas, polícia, família, igrejas, partidos políticos, meios de comunicação, etc.). É o espaço onde as relações sociais e suas formas econômicas e institucionais são pensadas, interpretadas e representadas por um conjunto de ideias religiosas, morais, jurídicas, artísticas, pedagógicas, científico-filosóficas e políticas. Assim, em Karl Marx, a Sociedade Civil é o processo de constituição e reposição das condições materiais da produção econômica pelas quais são engendradas as

⁷ Categoria chave na concepção política e filosófica de Rousseau, segundo a qual cada indivíduo aceita um contrato em que abdica de sua liberdade natural (primitiva) em favor de uma liberdade civil pela qual nenhum homem deve obedecer a outro, mas sim a uma vontade geral expressa em leis igualitárias. Assim, o poder e a autoridade estão vinculados à soberania popular.

classes sociais: os proprietários privados dos meios de produção e os trabalhadores ou não-proprietários que vendem sua força de trabalho como mercadoria submetida à lei da oferta e da procura no mercado de mão-de-obra. A sociedade civil se realiza, então, como luta de classes, pois essas classes sociais são antagônicas e seus conflitos revelam uma contradição profunda entre os interesses irreconciliáveis de cada uma delas.

Souza (2012) nos mostra, então, que, na segunda metade do século XIX, a força de trabalho reagia à exploração extenuante, fundada na mais-valia absoluta, com extensão do tempo de trabalho, e também à exploração de crianças, mulheres e idosos. Dessa forma, a luta de classes irrompe contundente, em todas as suas formas, expondo a questão social: por um lado, a luta dos trabalhadores com greves e manifestações, com reivindicações ligadas à jornada de trabalho e também sobre o valor da força – o salário que deveria garantir “[...] os meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor” –, o que tem haver com as necessidades básicas, com o seu componente histórico e moral (MARX, 1888 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.54); e, por outro lado, as estratégias burguesas para lidar com a pressão dos trabalhadores, que vão desde a requisição da repressão direta pelo Estado, até concessões formais pontuais na forma de legislações fabris, mas em geral seguidas pela burla da ação pública (MARX, 1888 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.54).

O Estado, então, reprimia duramente os trabalhadores, de um lado, e iniciava a regulamentação das relações de produção, por meio da legislação fabril, de outro. A luta em torno da jornada de trabalho e as respostas das classes e do Estado são, portanto, as primeiras expressões contundentes da questão social, já repleta, naquele momento, de ricas e múltiplas determinações (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.55).

Souza resume dessa forma a teoria liberal:

A teoria liberal, primeiro com Locke, depois com os realizadores da Independência Norte-Americana e da Revolução Francesa, e finalmente com pensadores como Max Weber, dirá que a função do Estado é tríplice:

(i) Por meio das leis e do uso legal da violência (exército e polícia), garantir o direito natural de propriedade, sem interferir na vida econômica, pois, não tendo instituído a propriedade, o Estado não tem poder para nela interferir. Donde a idéia de liberalismo, isto é, o Estado deve respeitar a liberdade econômica dos proprietários privados, deixando que façam as regras e as normas das atividades econômicas;

(ii) Visto que os proprietários privados são capazes de estabelecer as regras e as normas da vida econômica ou do mercado, entre o Estado e o indivíduo intercala-se uma esfera social, a sociedade civil, sobre a qual o Estado não tem poder instituinte, mas apenas a função de garantidor e de árbitro dos conflitos nela existentes. O Estado tem a função de arbitrar, por meio das leis e da força, os conflitos da sociedade civil;

(iii) O Estado tem o direito de legislar, permitir e proibir tudo quanto pertença à esfera da vida pública, mas não tem o direito de intervir sobre a consciência dos governados. O Estado deve garantir a liberdade de consciência, isto é, a liberdade de pensamento de todos os governados e só poderá exercer censura nos casos em que se emitam opiniões sediciosas que ponham em risco o próprio Estado. (SOUZA, 2012, p. 21)

Para Adam Smith, um dos principais teóricos do liberalismo, o Estado deve fornecer a base legal para que o mercado livre maximize os “benefícios aos homens” e o Estado mínimo esteja sob forte controle dos indivíduos que compõem a sociedade civil. Quanto a isso, Behring faz a seguinte observação:

O cenário de uma burguesia já hegemônica do ponto de vista econômico, mas não consolidada como classe politicamente dominante, propicia o antiestatismo radical presente no pensamento de um Adam Smith e sua ode ao mercado como mecanismo *natural* de regulação das relações sociais, cinicamente recuperados pelos neoliberais de hoje, num contexto muito diferente (BEHRING, 2000, p. 5).

Temos, então, como princípios básicos do liberalismo a defesa da propriedade privada; liberdade econômica (livre mercado); mínima participação do Estado nos assuntos econômicos da nação (governo limitado); igualdade perante a lei (estado de direito). Segundo Adam Smith, deveria haver total liberdade econômica para que a iniciativa privada pudesse se desenvolver, sem a intervenção do Estado. Acreditava-se que a livre concorrência entre os empresários regulariza o mercado, provocando a queda de preços e as inovações tecnológicas necessárias para melhorar a qualidade dos produtos e aumentar o ritmo de produção.

Assim, o período que vai de meados do século XIX até a terceira década do século XX é, portanto, profundamente marcado pelo predomínio do liberalismo e de seu principal sustentáculo: o princípio do trabalho como mercadoria e de sua regulação pelo livre mercado (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 56). É nesse período também que a classe trabalhadora intensifica as lutas por melhorias. Então, pautadas na luta pela emancipação humana, na socialização da riqueza e na instituição de uma sociabilidade não capitalista, ela conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos, como o direito de voto, de organização em sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação (BARBELET, 1989 *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64). E, se essa generalização dos direitos políticos não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo nesse período. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64).

Nesse momento consideramos que:

O Estado deixa então de lhe aparecer apenas como encarnação formal e alienada do suposto interesse universal, passando a ser visto como um organismo que exerce uma função precisa: garantindo a propriedade privada, o Estado assegura e reproduz a divisão da sociedade em classes (ou seja, conserva a “sociedade civil”) e, desse modo, garante a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não-proprietários, sobre os trabalhadores diretos. O Estado, assim, é um estado de classe: não é a encarnação da Razão universal, mas sim uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses comuns de uma classe particular. (COUTINHO, 1994, p. 19)

Então, assim como Marx, entendemos que o Estado não é uma instituição apartada da sociedade, mas a expressão das correlações de força existentes. E o Estado também não é uma imposição divina aos homens, nem é o resultado de um pacto ou contrato social, mas é a maneira pela qual a classe dominante de uma época e de uma sociedade determinada garante seus interesses e sua dominação sobre o todo social.

Gramsci acrescenta que a dominação de classes não se manifesta apenas pela coerção, mas também por mecanismos de obtenção de consensos. Souza (2012), em sua análise do pensamento de Gramsci, nos mostra que a

(...) classe burguesa torna os interesses particulares em interesses universais - instauração de uma “república democrática”. O contrato social não pode mais se dar unicamente pela força, pela coerção e sim pela legitimação. Assim, a sociedade civil é o lugar das formulações de valores simbólicos, de ideologia, de jogo de interesses e vão se organizar pela relação de forças entre as classes. As classes que obtiverem hegemonia nas disputas de seus projetos vão dominar o Estado. O Estado vai expressar e agir dentro deste processo hegemônico. (SOUZA, 2012, p. 26)

Nico Poulantzas (1985) completa afirmando que o processo de organização do Estado capitalista não é o resultado da existência prévia de uma burguesia já consolidada como classe dominante que o criaria ou o utilizaria como “simples apêndice” do exercício da sua dominação (visão instrumental do Estado). O próprio processo de organização do Estado é parte constitutiva do estabelecimento de relações de produção capitalistas como processo histórico específico que constitui as classes em luta. Nesse sentido, o Estado deve ser entendido como uma relação.

Entender o Estado como relação permite compreender as funções diferenciadas que ele desempenha como resultado da sua configuração específica, no que diz respeito às classes dominantes e às classes dominadas. Em relação às classes dominantes, o Estado representa e organiza o interesse político de longo prazo do bloco no poder, entendido não como bloco monolítico, mas como unidade de conflitos entre classes e frações de classes, sob a hegemonia e direção de uma classe ou fração hegemônica.

Ainda sobre a disputa pela hegemonia e políticas públicas:

As práticas do Estado, desenvolvidas particularmente através das leis e das políticas, detêm um papel importante na constituição do Estado capitalista. Elas encerram concomitantemente negatividade (coerção) e positividade (consenso) porque expressam, de forma contraditória, a presença subordinada das classes dominadas na própria materialidade do Estado. Assim, ao mesmo tempo em que oprimem as classes dominadas, buscam sua adesão ao projeto dominante pela absorção das suas demandas reais. *Nesse sentido, o Estado capitalista assume um papel fundamental de educador das classes desenvolvendo, através das suas práticas e aparelhos, intensa atividade pedagógica de conformação, exercitando uma “pedagogia da hegemonia”*, baseada na organização/desorganização estratégica das classes em luta. (NEVES, 2010, p. 100-101, grifo no original)

O Estado passa a ser entendido então como uma correlação de forças sociais que permite viabilizar contraditoriamente que um projeto de sociedade torne-se hegemônico. Nesse sentido, a política educacional de esporte e de lazer, assim como as políticas sociais em geral, devem ser entendidas como resultado histórico sempre provisórios das lutas de classe.

No entanto, é preciso deixar claro que reconhecemos o Estado e a sociedade como espaços contraditórios, ainda que exista uma hegemonia conservadora. Nesse sentido, nem o Estado nem o governo que está no poder e nem a sociedade ou as instituições que a conformam são blocos monolíticos e homogêneos; eles são constituídos por forças sociais em confronto. Explorar as contradições é disputar espaços e lutar pela hegemonia, é buscar construir a contra-hegemonia; é reconhecer que a totalidade é constituída de elos indissociáveis e, que, portanto, toda ação implicará no todo (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 198).

Chegamos, então, às políticas públicas de esporte e lazer. Inicialmente, é importante destacarmos que o lazer de que falamos é aquele “[...] gestado a partir dos movimentos trabalhistas, sobretudo ingleses, que, no contexto da Revolução Industrial do final do século XIX, simbolizaram a revolta contra a escravização econômica” (PINTO et al., 2008, p. 46). Lazer que, portanto, guarda em si uma série de conflitos e tensões com o trabalho e a organização social e econômica vigente. Tensão que se inicia com a luta por garantia de redução das horas de trabalho, de descanso remunerado e férias, se ampliando para garantia de acesso a atividades de lazer diversificadas e de qualidade. Essa trajetória passa por conquistas legais e estruturais, mas passa também por momentos em que a aparente preocupação com a garantia do direito era, na verdade, uma ação que objetivava um maior controle sobre o tempo disponível da classe trabalhadora.

Sobre o assunto, Gomes (2003) afirma que:

(...) a preocupação com o uso adequado do lazer nos revela que este deveria ser empregado segundo os princípios compatíveis com a ordem política e social, reafirmando os valores do progresso e da disciplina. Destaco o entendimento de lazer como um tempo resultante do término da jornada de trabalho, estando atrelado às conquistas sociais da classe proletária. (GOMES, 2003, p. 142)

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL

Em seu estudo sobre políticas públicas de esporte e lazer, Gomes aprofundou a análise das experiências que aconteceram em Porto Alegre, Rio de Janeiro (sede do Governo Federal, à época) e São Paulo, pois, segundo a autora:

Algumas dessas experiências são também mencionadas na pesquisa realizada por Medeiros (1964). Segundo a autora, foi aproximadamente em 1934 – sob direção de Frederico Gaelzer, Anísio Teixeira, Lois Williams e Nicanor Miranda – que se estabeleceram respectivamente em Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais, serviços municipais de recreação e educação física, assim como terrenos públicos para jogos e centros de recreação. Além da autora acima, outras referências indicavam que o serviço de recreação criado pela municipalidade de Porto Alegre em 1926, sob orientação de Frederico Gaelzer, representa uma experiência pioneira em nosso país (GAELZER, 1979; ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 1996; AMARAL, 2001a). As idéias do professor Gaelzer sobre a recreação foram citadas em muitas obras de estudiosos do assunto, o que revela a importância do seu discurso para a época. (GOMES, 2003, p. 42)

A ideia de que Porto Alegre foi responsável pelo início da implantação de políticas públicas de esporte e lazer no Brasil também é passada por Rejane Pena Rodrigues (2010) em entrevista realizada para este trabalho: “[...] *Porto Alegre é pioneira na América Latina. Desde 1926, já tinham atendimento diferenciado em praças e parques.*”

Como vimos, a Recreação Pública promovida pela Prefeitura de Porto Alegre é considerada por muitos autores “[...] experiência pioneira que possibilitou a propagação de Jardins de Recreio na capital gaúcha e no Rio Grande do Sul” (GOMES, 2003, p. 42).

O trabalho de Gomes mostra que o

(...) objetivo primordial de um Jardim de Recreio seria, portanto, “[...] proporcionar recreação edificante à juventude, ocupando-a em atividades que a guiem, tornando assim os jovens de hoje os leaes cidadãos de amanhã.” (Diário de Notícias, 2/4/1925). (GOMES, 2003, p. 108)

A proposta dos Jardins de Recreio foi fortemente influenciada pelas experiências internacionais de Frederico Gaelzer que, por conta disso, trouxe para o Brasil muitas “novidades” sobre propostas realizadas no exterior. Gomes (2003, p. 104) afirma que, do seu

“[...] ponto de vista, o direcionamento das ações recreativas desempenhadas nesses espaços visando, sobretudo, educar crianças e jovens, foi a grande novidade trazida do exterior pelo professor Frederico Guilherme Gaelzer”.

Ainda “[...] de maneira semelhante aos playgrounds norte-americanos, os Jardins de Recreio não foram vistos apenas como um refúgio do meio urbano, mas como um importante espaço educativo.” (GOMES, 2003, p. 104). A importância da experiência internacional de Gaelzer e da conseqüente influência sobre as políticas públicas de esporte e lazer é ainda reforçada por Gomes, ao afirmar que:

Frederico Gaelzer retornou ao Brasil em 1925 com uma vasta experiência respaldada pelo conhecimento do que havia de mais avançado no mundo em termos de educação física, ginástica, esporte e recreação. A partir dessa época, seu pensamento alcançou ampla projeção no sul do país, repercutindo posteriormente em todo o Brasil. (GOMES, 2003, p. 106)

No entanto, diferente dos conceitos atuais, naquela experiência a recreação estava fortemente ligada à atividade física, com pouca influência de atividades artísticas, intelectuais e outros interesses culturais do lazer⁸, ficando restritas às possibilidades educativas dessas atividades:

Ao confrontar as fontes escritas e iconográficas, entretanto, foi possível constatar que o significado de recreação construído naquele contexto estava intimamente relacionado com a atividade física. O destaque dado à proposta de recreação pública, pelos jornais da época, incidia no valor educativo das atividades físicas, e não na parte cultural. (GOMES, 2003, p. 124)

Finalizando nossa passagem pela experiência de Porto Alegre, é muito importante citar que essa experiência contou, após 24 anos, com recurso próprio para seu custeio.

Aos 27 de novembro de 1950, 24 anos após a implantação do primeiro Jardim de recreio em Porto Alegre, foi criado, pela lei municipal número 500, o Serviço de Recreação Pública (SRP), com vigência a partir de 1o de janeiro de 1951. Simultaneamente foi também implantada, pela lei número 501, a taxa de recreação pública, com uma verba própria para custear este órgão. (GOMES, 2003, p. 153, grifo no original)

⁸ Melo e Alves Junior (2003, p. 39) explicam o que são os interesses culturais do lazer: “Uma classificação das atividades de lazer nos é apresentada por Jofre Dumazedier. Esse autor procura dividi-las de acordo com o interesse central desencadeado, aquele que motiva o indivíduo a buscar a atividade.” Os interesses definidos por Dumazedier são físicos, artísticos, manuais, intelectuais e sociais. Posteriormente, alguns autores incluíram também os interesses turísticos.

Seguimos nosso caminho passando agora pela experiência institucional paulistana da Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura e Recreação. Este Departamento, criado pela Prefeitura de São Paulo, possuía como objetivo de suas ações:

(...) promover o “bem-estar” das crianças pobres: evitando os maus hábitos, os vícios e a criminalidade e proporcionando-lhes, em contrapartida, meios de educação, de saúde e de recreio. Para tanto, o poder público municipal deveria reservar espaços livres na cidade de São Paulo, em processo de urbanização, e conduzir as crianças para ambientes considerados saudáveis e atraentes, nos quais pudessem se exercitar, se divertir e, nas palavras de Mário de Andrade, produzir cultura. (GOMES, 2003, p. 173)

Vemos aqui uma ampliação da proposta de ação, em relação ao programa de Porto Alegre, pois já inclui a possibilidade de “produzir cultura” e uma preocupação com a saúde como consequência da participação nas atividades. No entanto, parece presente a necessidade de controle do lazer das classes populares por parte do poder público:

Ademais, o primeiro “considerando” do Ato 767 incide justamente sobre esta questão, o que me permite afirmar que, mesmo que os argumentos salientados neste documento não fossem ordenados por prioridade, a preocupação com a saudável utilização do lazer representava uma referência básica para as outras justificativas. (GOMES, 2003, p. 172)

Descrito de forma mais explícita por Gomes, quando relata que:

O controle do tempo de não trabalho foi concebido como uma forma de controle social que repudiava o ócio e valorizava atividades consideradas úteis, saudáveis e produtivas. Entre outras, esta foi uma das razões que levou a municipalidade paulista a criar e a manter os Clubes. (GOMES, 2003, p. 224)

Por ser um período em que o pensamento da Escola Nova⁹ ganhava força entra muitos pensadores, esse pensamento, associado aos princípios higienistas¹⁰, acabou por ter muita influência no significado de recreação dessa proposta.

9 Movimento de renovação do ensino surgido no fim do Séc. XIX, que ganhou força no Brasil através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, o qual dizia que “[...] A nova doutrina, que não considera a função educacional como uma função de superposição ou de acréscimo, segundo a qual o educando é ‘modelado exteriormente’ (escola tradicional), mas uma função complexa de ações e reações em que o espírito cresce de ‘dentro para fora’, substitui o mecanismo pela vida (atividade funcional) e transfere para a criança e para o respeito de sua personalidade o eixo da escola e o centro de gravidade do problema da educação.

10 “Em meados do fim do século XIX e início do século XX, surgia um novo discurso. Suas propostas residiam na defesa da Saúde Pública, na Educação, e no ensino de novos hábitos. Convencionou-se chamá-lo ‘movimento higienista’” (GOIS JUNIOR, 2000, p. 6).

Em síntese, a educação, fundamentada no pensamento escolanovista e nos princípios higienistas, representa a principal matriz de pensamento que permeou a construção do significado de recreação na proposta institucional analisada neste capítulo. Este conceito de educação conjugou, por meio da recreação, três dimensões: a técnica, orientada pelo urbanismo; a social, caracterizada pela assistência, e a saúde, relacionando-a com os aspectos físico, mental, intelectual, social e higiênico. (GOMES, 2003, p. 234)

Durante a implantação dessas políticas de esporte e lazer, foi criada, em 1943, a CLT, considerada um avanço nas relações trabalhistas:

O Decreto-lei n. 5.452, de 1943, que dispôs sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), foi recebido como um avanço nas relações sociais brasileiras e passo decisivo para nosso desenvolvimento econômico, social e humano. A CLT dispôs sobre período mínimo de descanso para os trabalhadores; intervalo para repouso/alimentação no trabalho; remuneração para repouso semanal, feriados e férias. (PINTO et al, 2008, p. 47)

A CLT foi o primeiro marco legal importante para a garantia do tempo de não trabalho e, como consequência, para o desenvolvimento de políticas de lazer como garantia de direitos constitucionais. Segundo Pinto et al. (2008, p. 47), “[...] as políticas de atividades implementadas a partir da CLT geraram a difusão da compreensão do ‘tempo livre’ como ‘tempo a ser ocupado por recreações’ [...]”.

Continuando nossa caminhada pela história das atividades de esporte e lazer, considerado assistencialista por Pinto et al, foi criado em 1943 o Serviço de Recreação Operária pelo Governo Federal – que, naquele período, tinha sua sede no Rio de Janeiro –, com o objetivo de organizar as horas de lazer dos trabalhadores operários e suas famílias (GOMES, 2003). Pinto et al (2008, p. 48) consideram que esse serviço foi criado “[...] como forma de ocupar o tempo de não-trabalho; neste período histórico, difundiu-se a política assistencialista de recreação orientada, promotora dos pacotes de atividades.”.

Gomes diz que:

De acordo com a minha interpretação, o que estava em jogo, em princípio, não era a questão do mero emprego de atividades, mas a necessidade de controlar, gerir e organizar, racionalmente, o direito concedido aos trabalhadores na forma de uma ampliação das horas de folgas, decorrente da regulamentação do tempo de trabalho. (GOMES, 2003, p. 248)

É interessante que Jamerson Antonio de Almeida Silva e Katharine Nínive Pinto Silva¹¹, ao fundamentarem a proposta dos Círculos Populares de Esporte e Lazer, que veremos mais à frente, também avaliam o controle social como principal motivador das propostas historicamente implementadas. Na opinião de ambos, “[...] Além de um grande negócio, o manejo pela classe dominante, em suas formas e conteúdos, vem transformando o lazer numa forma de controle social, de natureza até então desconhecida.” (SILVA e SILVA, 2004, p. 17).

Essa interpretação reforça a ideia de que o controle do tempo livre era ainda o grande motivador das políticas de lazer nesse período, controle que se tornou ainda mais necessário após a CLT, que regulamentou o horário de trabalho garantindo o tempo livre, ou tempo de não trabalho. Associado às demandas dos trabalhadores por redução da jornada de trabalho,

(...) várias pesquisas realizadas no mundo inteiro, por especialistas no assunto, comprovaram que o organismo humano poderia resistir a um máximo de desgaste de energia, além do qual o trabalho se apresentava improdutivo e prejudicial ao indivíduo e à coletividade. Este foi um dos motivos que justificaram a necessidade de se regulamentar o lazer dos trabalhadores. (GOMES, 2003, p. 274, grifo no original)

Tais ideias nos fazem entender a garantia de atividades de lazer com o objetivo de melhorar a produção no trabalho, e não como uma necessidade/direito da população sem preocupações com o ganho das empresas e patrões.

No entanto, o Serviço de Recreação Operária – SRO amplia ainda mais a oferta de atividades em relação às ações citadas anteriormente, pois:

Uma das preocupações das lideranças do SRO foi diversificar as oportunidades recreativas desenvolvidas nos Centros de Recreação ou em outros espaços, de maneira que elas pudessem elevar o nível de cultura e educação dos trabalhadores sindicalizados e suas famílias. (GOMES, 2003, p. 287)

Gomes (2003, p. 288), ao analisar a implantação do SRO, considera que, apesar de tudo, havia uma preocupação com a garantia do direito ao lazer. Afirma que, “[...] Entretanto, não foi enfatizada apenas a questão do desenvolvimento de atividades, mas do direito ao lazer, socialmente concedido/conquistado pelos trabalhadores”.

Outro marco para as atividades de lazer nesse mesmo período, também com grande importância, foi “[...] a inclusão da Recreação e Lazer, desde 1962, como disciplinas e

¹¹ Jamerson Silva e Katharine Silvam eram gestores da Prefeitura Municipal de Recife/PE e faziam parte do grupo que elaborou a proposta, implantou e coordenou os Círculos Populares de Esporte e Lazer.

atividades de extensão dos cursos de graduação em Educação Física, passando a integrar os currículos de formação deste profissional”. (PINTO et al, 2008, p. 49).

Fernando Mascarenhas, na análise que faz sobre as políticas de lazer implementadas a partir da 2ª Guerra Mundial, período em que, como vimos anteriormente, as políticas liberais buscavam sua consolidação como sistema econômico e social, necessitando de ações paliativas e de controle, afirma que:

(...) para que os trabalhadores pudessem suportar a também demandada nova estrutura da organização do trabalho, foi necessário por em marcha sua “integração” cultural, iniciativa que redundava na administração e controle tanto de seu tempo de trabalho como de seu tempo livre. (MASCARENHAS, 2005, p. 131)

Ainda segundo Mascarenhas (2005), as políticas de lazer tinham como objetivo principal a melhoria da produtividade, não a garantia de direitos ou o desenvolvimento social e cultural da população:

Percebe-se que por detrás da idéia de modernização e desenvolvimento, o que esteve na base da definição e implementação das políticas de lazer do nacional-desenvolvimentismo brasileiro (...) localizava-se a preocupação com o *capital humano*, um conjunto de qualidades – saúde, conhecimento, atitudes, comportamentos, hábitos, valores, disciplina etc. – que, uma vez adquiridas pelos indivíduos, tenderiam a gerar a ampliação de sua capacidade de trabalho e a produtividade nacional. (MASCARENHAS, 2005, p. 112, grifo nosso)

Gomes reforça essa ideia ao citar o pensamento de Michel Foucault:

O poder não busca expulsar os homens da vida social, impedindo o exercício de suas atividades; procura justamente gerir a vida social, controlando a todos em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades. (FOUCAULT, 1995 *apud* GOMES, 2003, p. 127)

Em paralelo a essas políticas, foi se desenvolvendo o lazer como atividade econômica, chamado por alguns, especialmente Mascarenhas, de *mercolazer*. As atividades de lazer começam a ter seu valor de mercado ampliado, começam a se estabelecer grandes parques temáticos:

Contando com o Lazy River, o rio lento, e o Giant Slide, o escorregador gigante, como suas novas e principais atrações, além de espaços para hidromassagem, túnel, bares e equipe de recreação, tudo isso no setor aquático, o parque possui ainda atividades ecológicas, boate, restaurante, cervejaria, lojas e ambientes de espetáculo. E não fica só nisso, planejam para logo a construção do River Park, com toboáguas, montanha-russa e uma série de outras novidades. (MASCARENHAS, 2005, p. 180)

Mascarenhas (2005, p. 170) nos mostra também como a mercantilização do lazer e das produções culturais afetam também atividades culturais como os museus, ao dizer que “[...] Há uma tendência de se fazer museus enormes, o que torna a manutenção muito cara. Para financiar isso, começam a surgir lojas cada vez maiores e o museu passa a alugar seu espaço para atividades que dificultam a concentração”

Esse processo, iniciado nos anos 80/90, aumenta a distância entre as classes populares e as atividades de lazer produzidas pela sociedade, fazendo com que essas atividades passem a ser objeto de desejo quase inatingível pela maior parte da população. Isso amplia a necessidade de programas de esporte e lazer que tenham como objetivo principal a garantia dos direitos constitucionais, a ampliação do acesso ao lazer diversificado e de qualidade, considerando todas as possibilidades educativas dessas atividades. Ana Maria Félix¹² (2007), ao falar sobre as políticas públicas de esporte e lazer desse período, avalia:

Assim, foram sendo desenvolvidas as políticas públicas, principalmente as de esporte e lazer, que ora atendiam ao interesse da elite esportiva, ora tratavam o povo como merecedor de uma política assistencialista, ambos os casos distantes do verdadeiro papel da política pública. (FÉLIX, 2007, p. 179)

Em 1988, a nova Constituição é responsável por um importante marco legal, pois inclui o lazer como direito de todos. Direito que, de acordo com o Título VIII, Capítulo III, seção III, Do Desporto, art. 217, § 3º parágrafo do item IV, deverá ser provido pelo Poder Público, que “[...] incentivará o lazer, como forma de promoção social.” (PINTO et al, 2008, p. 52). Essa garantia é acompanhada, a partir de 1990, por diversas legislações setoriais, conforme vemos em Pinto et al (2008):

O lazer é expresso na Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o *Estatuto da Criança e do Adolescente*; no *Estatuto do Idoso*, de 01 de outubro de 2003; na *Política Nacional para a Integração das Pessoas Portadora de Deficiência* – Decreto n. 3.298; na Lei n. 8.080, Título I, art. 3º e Lei n. 10.216, art. 4º, da Saúde; no *Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)*, no seu capítulo 1; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Os *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 2000)* ressaltam a Educação Física como área de conhecimento que cuida da educação corporal, nela considerando a educação para a participação lúdica no lazer. (PINTO et al, 2008, p. 54, grifos no original)

Em 2006, Nelson Carvalho Marcelino nos mostra que o direito ao lazer enquanto marco legal passa a fazer parte integrante das legislações federais, estaduais e municipais.

12 Ana Félix foi Diretora do DCTEC/SNDEL/ME em 2006/2007.

Afunilando as questões para a esfera brasileira, o esporte e o lazer, atualmente, são reconhecidos como direitos sociais previstos em constituição federal, além de estarem em praticamente todas as constituições estaduais e leis orgânicas municipais. (MARCELLINO, 2006 *apud* NAZÁRIO, 2010, p. 39)

Sabemos que muitos consideram insignificante o fato de o lazer ter se transformado em direito. Isso é reflexo de um momento em que a simples garantia de direitos não significa necessariamente o acesso de toda a população ao lazer e, principalmente, ao lazer diversificado e de qualidade. No entanto, Suassuna et al. (2007, p. 19) nos falam da importância desse momento ao afirmar que “[...] é por meio dos direitos sociais que os indivíduos podem buscar uma maior equidade social, diante de um contexto societal de exclusão e de diferenciações sociais, econômicas e de outras ordens.”.

Portanto, acompanhando os direitos constitucionais, na esfera pública começa a se criar uma estrutura administrativa para cuidar das políticas setoriais de esporte, ainda sem uma articulação explícita com o lazer.

Lars Grael, ex-Secretário Nacional de Esportes (2000/2002), faz um resumo das iniciativas que considera importantes relacionadas às políticas públicas de esporte em seu Blog:

Vejamos que Pelé colocou o Esporte na agenda social através do Programa Esporte Solidário (parceria com o Comunidade Solidária da D^a Ruth Cardoso); Projeto Pintando a Liberdade e as Vilas Olímpicas (com enfoque na inclusão social). Greca ampliou estes programas e incluiu ações como o Projeto Navegar e resgatou os Jogos Indígenas e os JEB's em parceria com Paulo Renato e o COB através das Olimpíadas Colegiais. Carlos Melles deu ênfase ao papel constitucional e educacional do Esporte através do Programa Esporte na Escola. Aprovou a lei Agnelo-Piva e a Lei de Importação de Material Olímpico com isenção de impostos. Resgatou o Conselho Nacional do Esporte e Criou a Comissão Nacional de Atletas. Caio Carvalho organizou os Jogos Sul-Americanos de 2002 e venceu a candidatura do Pan de 2007. Criou o Programa Forças nos Esporte (parceria com as Forças Armadas) e desenvolveu o Estatuto do Torcedor. Agnelo Queiroz deu maior relevância ao Ministério.

Descrição que complementamos abaixo:

(...) em 1995, é criado o Governo¹³ Extraordinário do Esporte. Porém, no mesmo ano, essa secretaria passou a ser o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte (INDESP), destacando-se uma desvinculação do Ministério da Educação e Cultura. Já em 1998, é criado, por uma medida provisória, o Ministério do Esporte e do Turismo. Em 2000, é extinto o INDESP, criando-se a Secretaria Nacional de Esportes (SNE) (BRASIL, 2010). (NAZÁRIO, 2010, p. 41)

13 Ministério.

Em 2003, o Ministério do Esporte e do Turismo foi desmembrado, sendo criado, então, o Ministério do Esporte. Conforme informações do site desse Ministério, e reforçando as informações acima, a história institucional do esporte no Brasil se inicia em 1937 com a criação da Divisão de Educação Física, incluída na estrutura do Ministério de Educação e Cultura; em 1970, essa divisão se transforma em Departamento de Educação Física e Desporto, ainda dentro do MEC. De 1978 a 1989, esse departamento passa a atuar como Secretaria de Educação Física e Desporto.

Em 1990, a Secretaria ligada ao MEC foi extinta e, em substituição, foi criada a Secretaria de Desportos da Presidência da República. Em 1992, o esporte retornou ao Ministério da Educação, agora como Secretaria de Desporto, ficando assim até 1995. Nesse ano, foi criado o Ministério de Estado Extraordinário de Esporte, que funcionava em conjunto com a Secretaria de Desporto do Ministério da Educação, responsável pelo apoio técnico e administrativo.

Em março desse mesmo ano, a Secretaria de Desporto do Ministério da Educação foi transformada no INDESP – Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, se desvinculando do MEC e se subordinando ao Ministério Extraordinário de Esporte. Em 1998, foi criado o Ministério de Turismo e Esporte, que assumiu o INDESP. Em 2000, o INDESP foi extinto, sendo substituído pela Secretaria Nacional de Esporte que funcionou até a criação do Ministério do Esporte em 2003.

Vemos abaixo a linha do tempo dessas estruturas, em que observamos o grande número de modificações ocorridas a partir dos anos 90, até a criação do Ministério do Esporte em 2003.

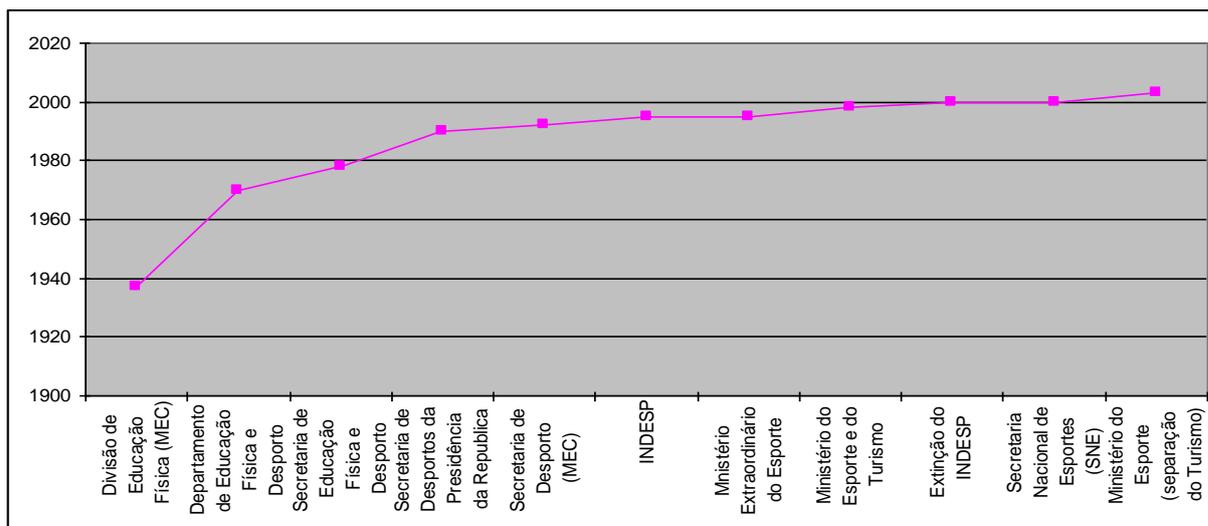


GRÁFICO 3 – Linha do Tempo das Estruturas Públicas Federais
 Fonte: Elaborado pelo autor

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NOS GOVERNOS POPULARES

Mas, antes de falarmos das ações implantadas pelo Ministério do Esporte, é preciso falar de algumas experiências municipais importantes na elaboração da proposta do Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC. Como veremos mais à frente, diversos autores e alguns gestores entrevistados afirmam que a proposta do PELC se fundamentou em experiências de “governos populares”¹⁴ em prefeituras. Entre essas experiências, temos as ações da Prefeitura de Belém, de Porto Alegre, de São Bernardo, Campo Grande e de Recife, entre outras. Andrea Ewerton (2011), em entrevista realizada para esse estudo, cita algumas ações realizadas pela Prefeitura de Belém:

Em Belém, em 8 anos de gestão, tivemos a possibilidade de implementar uma política participativa com co-gestão dos espaços públicos, formação de agentes comunitários, formação dos profissionais na área do esporte e lazer e democratização do acesso a programas de esporte e lazer (...) (EWERTON, Brasília, 2011)

Essas atividades tinham como princípios a democratização do acesso aos bens culturais, inclusão social, valorização profissional, participação social e respeito à

¹⁴ Eram consideradas “governos populares” as prefeituras cuja gestão estava a cargo de um bloco de partidos que tinham o compromisso de ampliar a participação popular na gestão de suas ações.

diversidade. Entre suas ações executadas, destacamos Jogos Cabanos, Saúde e lazer, Brinquedoteca, Felicidade, Cultura escola e alegria e criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer.

Rejane Rodrigues (2010), que havia sido gestora de esporte e lazer no município de Porto Alegre durante a implantação do PELC, nos mostra como foi a contribuição das políticas locais para a criação do PELC.

(...) era uma proposta, um mega projeto que tinha em Porto Alegre, que era o projeto Entrada da Cidade¹⁵. Era um projeto que tinha o financiamento do Banco Mundial, todas as áreas estavam sendo atendidas, nós então da secretaria municipal não tínhamos condições de atender essas áreas, então a gente fez uma proposta de que naquele local específico entraria um projeto que seria, que nós tínhamos a cidade como um todo concentrada naquela região. Que era quase uma cidade do interior. Uma população imensa na entrada da cidade. (RODRIGUES, Brasília, 2010)

Vamos, então, falar um pouco mais da experiência de Recife, por ter seus fundamentos sistematizados, objetivos e princípios bem próximos dos objetivos e princípios do PELC e por, ainda hoje, o programa ser desenvolvido na capital de Pernambuco. Os Círculos Populares de Esporte e Lazer são, hoje, a principal ação de esporte e lazer desenvolvida pela Prefeitura de Recife.¹⁶

Esse programa visa a suprir a necessidade de políticas públicas de esporte e lazer na cidade de Recife, se contrapondo ao já crescente processo de mercantilização e alienação das atividades de lazer. Deixa claro em seus fundamentos a intenção de se contrapor à lógica vigente das atividades de lazer:

Como contraponto às atividades burocráticas, alienantes e heterodeterminadas pelo mercado do entretenimento, o lazer crítico deverá promover um processo de tomada de consciência histórica da realidade e impulsionar o surgimento de círculos populares e democráticos capazes de organizar, de forma “autodeterminada”, seu tempo de lazer, ao mesmo tempo em que se engajam na luta política pela democratização da cultura, no bojo da construção de uma sociedade justa e igualitária. (SILVA e SILVA, 2004, p. 19)

Outra característica marcante dos Círculos Populares é sua intencionalidade pedagógica, esclarecendo que “[...] podemos caracterizar a intervenção pedagógica dos Círculos Populares como sendo de ‘educação não formal’” (SILVA e SILVA, 2004, p. 22).

15 Para saber mais sobre esse Programa, ver http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smgae/default.php?p_secao=23.

16 Para maiores informações, ver http://www.recife.pe.gov.br/2007/07/10/circulos_populares_de_esporte_e_lazer_144961.php.

Intencionalidade que, no entanto, não se ilude quanto às possibilidades de transformação através das atividades de lazer, sem que exista, em paralelo, uma transformação estrutural na organização social e econômica vigente. Em suas considerações sobre o Programa, Silva e Silva (op. cit, p. 26) fazem questão de ressaltar que “[...] é importante destacar que a conquista plena do tempo livre e da emancipação humana é um tarefa impossível sob a égide do capitalismo”. Esse objetivo claro de transformação da realidade social é explicitado quando afirmam que “[...] a finalidade educativa dos Círculos Populares de Esporte e Lazer é a formação dos sujeitos das camadas populares para transformação da realidade social na qual estão inseridos” (ibidem, p. 42). Dessa forma, “[...] Propõe-se então a formação de Círculos Populares onde crianças, jovens, adultos e idosos possam, com a ajuda de educadores sociais, organizar alternativas de lazer que contribuam para a sua formação crítica” (ibidem, p. 11).

Ter como objetivo a transformação “da realidade social na qual estão inseridos” é uma mudança importante em relação aos objetivos das políticas públicas de esporte e lazer descritas anteriormente. Verificamos que todas tinham uma preocupação em aproveitar as possibilidades pedagógicas das atividades esportivas, mas não com o objetivo claro de transformação social. Para tornar consistente esse objetivo, o Programa tinha como princípios pedagógicos “trabalho socialmente útil, desenvolvimento da cultura popular, auto-organização e trabalho coletivo, intergeracionalidade e método didático” (SILVA e SILVA, 2004) e organizava o tempo pedagógico com “planejamento participativo, oficinas temáticas, escolinhas esportivas, seminários e encontros participativos, festivais, arrastões de lazer e colônias de férias” (SILVA e SILVA, 2004).

Chegamos, então, ao momento em que o Ministério do Esporte foi criado e, com isso, surge a necessidade de se elaborar propostas de políticas públicas de esporte e lazer condizentes com a chegada à presidência de um candidato oriundo de classes populares, de um partido político criado no meio dos movimentos sindicais. É necessário, então, nesse nosso caminho de contextualização do momento de criação do PELC e da Rede CEDES, que vejamos o que diziam alguns autores sobre lazer, esporte, direitos e políticas públicas, e como era percebida a situação do lazer nessa época.

Veremos exemplos de como as atividades de lazer estavam mercantilizadas, de como isso criava mais uma categoria de exclusão e o porquê da emergência de políticas públicas de lazer que trabalhassem na contramão do processo de exclusão desse segmento, potencializando seu potencial pedagógico e transformador.

2.3 PENSAMENTOS E PERCEPÇÕES SOBRE O LAZER E POLÍTICAS PÚBLICAS

Iniciamos falando um pouco mais sobre o que era a política neoliberal implementada no governo FHC, para entendermos seus significados nas políticas públicas de esporte e lazer e o momento em que foi criado o Ministério do Esporte.

A reversão do ciclo econômico, em fins dos anos 60 e mais visivelmente a partir de 1973, dá um novo fôlego às teses neoliberais, que atribuem a crise ao poder excessivo dos sindicatos, com sua pressão sobre os salários e os gastos sociais do Estado, o que estimula a destruição dos níveis de lucro das empresas e a inflação; ou seja, a crise é um resultado do keynesianismo e do *Welfare State*. A fórmula neoliberal para sair da crise pode ser resumida em algumas proposições básicas: 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa. (BEHRING, 2000, p.12)

Souza (2012) nos mostra que o neoliberalismo é, então, a princípio, uma teoria de política econômica que propõe que o bem-estar coletivo é mais bem alcançado a partir da liberação das liberdades empreendedoras e criativas individuais dentro de um arcabouço institucional que assegure a propriedade privada plena, a abertura dos mercados e o livre comércio entre os países. O Estado não deve intervir para além dessas funções básicas, seja porque não dispõe de informações suficientes e de qualidade para atuar substituindo o mercado ou porque a sua atuação pode ser enviesada e distorcida em benefícios de grupos de interesse fortes. Daí a concepção do conceito de “estado-mínimo”. O pensamento neoliberal parte do pressuposto de que a lógica de mercado estabelece uma ética finalista e única para guiar todas as ações humanas e de que todas as relações sociais devem ser encaradas enquanto puras transações monetárias e mercantis. Parte também da firme convicção de que as liberdades individuais e a dignidade humana são garantidas pelas liberdades de mercado, e que elas estariam ameaçadas não apenas pelas ditaduras (tais como o fascismo e o comunismo), mas por qualquer forma de intervenção do Estado sobre a Sociedade:

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais

limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: *a privatização, a focalização e a descentralização*. Sendo esta última estabelecida não como partilhamento de poder entre esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais correlatas, componente fundamental da “reforma” e das orientações dos organismos internacionais para a proteção social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 156, grifos no original)

Ou seja, em relação às políticas sociais, segundo Neves (2010), o ideário da desobrigação paulatina do Estado pelas questões sociais ganhou força nos anos de capitalismo neoliberal. O Estado se desobriga da execução direta de parcela significativa das políticas sociais e amplia consideravelmente o número de parceiros na sua execução, garantindo a sua presença, ainda que indiretamente, pela direção e gestão das parcerias.

Na década de 1990, o Brasil aderiu ao receituário neoliberal do Consenso de Washington (1989), optou pela abertura econômica do país, privatizou grande parte de seu patrimônio público e de suas estatais e abandonou a possibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento. Como parte constitutiva de um processo abrangente que buscava criar um novo modelo econômico fundamentado no neoliberalismo, “estimulado” a partir do Consenso de Washington, a reforma do Estado brasileiro seria, segundo seus defensores,¹⁷ uma alternativa capaz de liberar a economia para uma nova etapa do crescimento. A “reforma” seguiu por alguns caminhos: ajuste fiscal duradouro; reformas econômicas orientadas para o mercado – abertura comercial e privatizações –, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica que fortaleça a competitividade da indústria nacional; reforma da Previdência Social; inovação dos instrumentos de política social; e reforma do aparelho do Estado, aumentando a sua eficiência (BEHRING, 2008).

No sentido amplo, propõe-se uma redefinição do papel do Estado. Parte-se do pressuposto de que ele continua sendo realocador de recursos, que garante a ordem interna e a segurança externa, tem os objetivos sociais de maior justiça e equidade, e os objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento. Contudo, ao assumir os dois últimos papéis, o Estado cresceu de forma distorcida. A “reforma” passaria por transferir para o setor privado atividades que podem ser controladas pelo mercado, a exemplo das empresas estatais. Outra forma é a descentralização, para o “setor público não-estatal”, de serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas devem, para os autores, ser subsidiados por ele, como:

17 Um dos maiores defensores desta reforma do Estado foi o Luís Carlos Bresser Pereira que dirigiu a equipe de formulação do Plano Diretor da Reforma do Estado no então governo Fernando Henrique Cardoso.

educação, saúde, cultura, e pesquisa científica. Este processo é caracterizado como *publicização* e é uma novidade da reforma que atinge diretamente as políticas sociais. Trata-se da produção de serviços competitivos ou não-exclusivos do Estado, estabelecendo-se parcerias com a sociedade para o financiamento e controle social de sua execução. O Estado reduz a prestação direta de serviços, mantendo-se como regulador e provedor (BEHRING, 2008, p. 13-15).

Por isso:

Além de coordenador da expansão privatizada das políticas sociais, o Estado neoliberal assume, com seus inúmeros parceiros, em especial a mídia, as igrejas e os empresários, o papel de gestor da desigualdade social pela delimitação dos patamares mínimos de acesso a benefícios sociais. A focalização das políticas sociais na assistência mínima de parcela dos “excluídos” constituiu-se em importante recurso de contratendência à queda tendencial da taxa de lucro ao liberar recursos destinados à reprodução da força de trabalho para áreas estratégicas na reprodução ampliada do capital. Ao mesmo tempo, essa diretriz política, ao obrigar uma maior parcela de trabalhadores a custear, com o seu próprio salário, a reprodução da sua força de trabalho acaba por propiciar o incremento do lucro do produtor capitalista. (NEVES; PRONKO, 2010, p. 106).

Falando sobre políticas focalizadas, Souza diz que:

As políticas focalizadas trazem um falso alívio para essa população dos “excluídos” e são capazes de reproduzir a miséria e não exterminá-la. Nada mais são do que a reprodução do pobre, da miserabilidade da classe trabalhadora. Isso num contexto em que as forças de resistência se encontram fragmentadas, particularmente o movimento dos trabalhadores, em função do desemprego, da precarização das relações de trabalho e dos direitos. (SOUZA, 2012, p. 30)

No entanto, sabemos que o Brasil aderiu à lógica neoliberal de forma retardatária. Acerca desse “atraso”, é possível expor um fator de suma importância como forma de atrasar o advento neoliberal por aqui. A ampliação da frente política de oposição ao regime militar no momento final da crise desse regime – acordos para a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney – estreitou as possibilidades de política econômica. Além disso, temos a crescente mobilização social durante os anos 70 e 80 representada no Novo Sindicalismo, no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e no Partido dos Trabalhadores, que coadunaram para que o projeto neoliberal não fosse implementado de forma cabal, como foi tanto na Argentina quanto no Chile (FILGUEIRAS, 2006, p. 3-5).

Assim, com o crescimento da carestia oriunda de décadas de pequeno desempenho tanto social quanto economicamente e a orientação das políticas neoliberais tuteladas por órgãos como Banco Mundial e FMI, no sentido de cortar os gastos públicos, agravou-se ainda

mais o histórico problema da pobreza no Brasil. Um cenário que marcou, em linhas gerais, a América Latina. No caso brasileiro, uma forte ofensiva do capital, de ataque aos direitos dos trabalhadores, teve lugar, através das políticas liberais do presidente Fernando Henrique Cardoso. Essas reformas – verdadeiras contrarreformas, pelos seus aspectos antinacionais e antipopulares – tiveram o papel de introduzir em nosso país, de forma tardia, o receituário propugnado pelo chamado Consenso de Washington, anteriormente já aplicado em vários países da América Latina. Isso porque, ao contrário de seus antecessores, o governo Fernando Henrique inicia-se com condições políticas e econômicas decorrentes de um processo de reforma da aparelhagem estatal. Esta nova situação reforça o discurso neoliberal que associa a origem dos problemas econômicos à presença do Estado regulamentador.

Contudo, as correntes políticas lideradas por Lula sempre se colocaram como frentes de resistência e crítica ao ajuste promovido por esse pacto político dominante a partir dos anos 1990 (PASSARINHO, 2010, p. 8). Dessa forma, a vitória eleitoral de Lula em 2002 e a chegada do PT e seus aliados históricos ao Governo Federal, a partir de 2003, abriram uma enorme expectativa em relação às possibilidades que então se descortinavam.

Expectativas frustradas segundo Armando Boito Jr. (2009). Este autor entende que, com a chegada de Lula na presidência, o PT, antes oposição, passa agora a integrar o bloco do poder, inclusive mostrando logo no início do seu mandato que sua política seria a de respeito aos acordos firmados no governo anterior com os organismos internacionais, especialmente com o Banco Mundial e o FMI. Daí a presença, nos documentos oficiais de Lula, do ajuste fiscal e da abertura comercial, que são medidas neoliberais defendidas por estes organismos e que haviam sido priorizadas nos governos de FHC. Além disso, a focalização das políticas sociais, a ênfase na função do Estado apenas como regulador e fiscalizador dos serviços sociais e, principalmente, o “aprofundamento da diluição das fronteiras entre o público e o privado” constituem elementos, evidentes nos documentos oficiais do governo petista, que sustentam a hipótese de que o papel do governo Lula é uma continuidade do receituário neoliberal que FHC não foi capaz de concretizar em relação à reforma do Estado.

Não entendemos que esse seja o debate propício para nosso estudo, pois necessitaríamos de longas reflexões específicas sobre tal tema, que acabariam por nos distanciar do objeto deste estudo. Mas achamos que ele aponta reflexões importantes para um programa que pretende produzir conhecimentos que qualifiquem e auxiliem na efetividade das ações sociais de esporte e lazer. Incluímos, então, neste debate, as reflexões de Emir Sader (2006, *apud* Araujo, 2006, p. 158) ao analisar os dados referentes à diminuição da

desigualdade social no país com a ascensão de 7 milhões de brasileiros à classe média. Coloca o autor que esses dados apresentam 3 questões para o debate, que são:

- a) Para a direita: como propor “desenvolvimento, emprego e renda”, melhor do que isso? Pela primeira vez se altera o ponteiro da desigualdade social no Brasil;
- b) Para os críticos de esquerda: como são possíveis políticas sociais de efeito tão significativo, sem mudar a política econômica?
- c) Para o governo: esgotou-se a forma de melhoria social, sem mudar significativamente a política de emprego (que, na situação atual, gera mais emprego formal, mas de muito baixo nível).

Vamos, então, verificar como esse contexto neoliberal influenciou as ações de esporte e lazer. Por conta dessas diretrizes políticas, no final dos anos 1990, início do Séc. XXI, houve um estímulo à criação de Organizações Não Governamentais – ONGs, que passaram a assumir o papel do estado de executor de políticas públicas. Isso aconteceu também nas políticas de esporte e lazer. Foi o caso, citado por Mascarenhas, dos projetos executados na Vila Olímpica da Maré¹⁸ e na Favela Monte Azul¹⁹. Estes exemplos são utilizados pelo autor para demonstrar o “processo de despolitização e filantropização das políticas sociais”. Afirma ele que “[...] Estes e muitos outros exemplos que poderiam ter sido explorados revelam a opção construída pela reforma do Estado no que se refere ao processo de ‘despolitização’ e filantropização das políticas sociais, especialmente, das políticas setoriais de lazer”. (MASCARENHAS, 2005, p. 121).

Como vimos anteriormente, esse processo de dar a entidades privadas a responsabilidade de execução de políticas públicas fazia parte de uma lógica que levou a um expressivo corte orçamentário nas ações sociais do governo.

Somente para ilustrar o expressivo corte realizado pelo governo federal com as políticas sociais nos últimos anos, podemos citar o orçamento para a infância e juventude que, dos R\$ 49,4 bilhões gastos em 1995, foi sucessivamente caindo, contando com 43,8 bilhões em 1996, 37,5 bilhões em 1997, até chegar em 36,1 bilhões em 1998, registrando uma queda de aproximadamente 27% nos primeiros quatro anos de governo FHC. (MASCARENHAS, 2005, p. 114)

Mascarenhas faz também uma pesquisa detalhada sobre a situação das atividades de lazer naquele período. Em relação às viagens:

18 “Já a administração da Vila está a cargo de uma ONG criada especialmente para tal fim, a União dos Esportistas da Vila Olímpica da Maré.” (MASCARENHAS, 2005, p. 120).

19 “Em São Paulo, o exemplo vem da Favela Monte Azul, localizada na zona sul da cidade. A favela tem em torno de 3.500 moradores. As creches e atividades da associação comunitária atendem por volta de 300 crianças de até 14 anos.” (MASCARENHAS, 2005, p. 120).

Os brasileiros movimentaram em 2001 cerca de 20 bilhões de reais para se divertir viajando pelo Brasil, 25% a mais que os 16 bilhões verificados em 1998. Se antes a parcela da população que viajava chegava aos 32,7%, o número mais recente subiu para 36,4%. (MASCARENHAS, 2005, p. 141)

No entanto, esse aumento não era extensivo a todas as classes sociais. As desigualdades sociais eram percebidas também ao serem verificados os dados referentes às viagens de moradores de diferentes bairros da capital paulista:

(...) na mesma Vila Mariana e em Itaim Bibi, 71% dos moradores viajam no final de semana, ao passo que apenas 30% fazem o mesmo na excluída região periférica do Capão Redondo ou do Jardim Ângela; nos bairros abastados de Perdizes e Pinheiros, 66% frequentam livrarias e 54% o teatro, mais do que o triplo do verificado em algumas áreas pobres. (MASCARENHAS, 2005, p. 141)

A avaliação de que as atividades de lazer passaram a se tornar um grande e novo filão para o mercado também é feita por Silva e Silva, ao fundamentarem a proposta dos Círculos Populares de Esporte e Lazer:

Nas últimas décadas, o lazer tem se desenvolvido velozmente como um grande setor do mercado. O turismo vem emergindo como atividade econômica promissora. Os esportes estão disseminados e profissionalizados, fazendo surgir um comércio milionário. A indústria cultural e a mídia, na forma de radiodifusão e da televisão, já alcançam todas as classes sociais. (SILVA e SILVA, 2004, p.17)

E Mascarenhas nos mostra que a mercantilização do lazer não era uma simples opção do sistema econômico, mas uma necessidade gerada pelos limites impostos com os bens físicos. Para Harvey (2000 *apud* MASCARENHAS, 2005, p. 105), “[...] Como há limites para a acumulação e para o giro de bens físicos [...], faz sentido que os capitalistas se voltem para o fornecimento de serviços bastante efêmeros em termos de consumo.”.

Além disso, o mercado do lazer era um segmento com grande potencial de expansão, já que os dados demonstravam uma parte muito pequena da população se dedicando à prática de atividades esportivas. Porém, “[...] se o crescimento desta indústria já é acelerado, argumenta-se que o seu potencial ainda continua muito alto, tendo em vista que apenas 1,1% da população economicamente ativa possui o hábito da prática regular de esporte”. (MASCARENHAS, 2005, p. 104).

Como consequência da mercantilização das atividades de lazer, passamos a ter uma nova categoria de exclusão. Fazendo referência ao Movimento dos Sem Terra (MST),

Mascarenhas cita os *sem lazer*, grupo de pessoas, segmento significativo da sociedade, que não tem acesso à grande maioria das atividades de lazer oferecidas pelo mercado. Segmento já afastado de escolas de qualidade, atendimento de saúde, moradia, saneamento e agora, também posto à margem das ofertas de lazer.

Os *sem-lazer* podem ser vistos aqui como aqueles setores da população que se encontram à margem do mercado de consumo e dos equipamentos de lazer, não tendo, também, esta necessidade devidamente atendida pelas políticas de governo. São, por exemplo, os milhares de jovens que nunca tiveram a oportunidade de ir ao cinema (15%), ao teatro (46%), a um *show* (29%), a um concerto (86%), a um espetáculo de dança (77%), ao museu (52%), a uma exposição fotográfica (72%), à um estádio de futebol (49%), ao circo (22%), ou mesmo, à biblioteca (40%), (...) (MASCARENHAS, 2005, p. 114)

Mas isso não afeta apenas a participação de parte significativa da população, isso começa a influenciar na própria qualidade das atividades de lazer. Os “produtos” criados para venda do lazer passam a seguir a lógica descartável de tudo que é produzido nesse momento, reforçando a importância do invólucro, da aparência, da imagem; em detrimento da qualidade do produto. Suassuna et al. nos dizem que:

Ao passo que a cultura popular se espetaculariza, o lazer assume uma conotação controversa de entretenimento e de passividade. Por essa razão, índices de audiência, número de frequentadores de um evento, dentre outros aspectos, tornam-se mais importantes do que o conteúdo do “espetáculo”. (SUASSUNA et al, 2007, p. 27)

Mascarenhas completa:

Na *sociedade involucral*, na *sociedade dos descartáveis*, com a mesma velocidade que valores, comportamentos, estilos e modos de vida caem em desuso, os gostos, desejos e toda a parafernália de objetos que envolvem as práticas de lazer, de tempo em tempo, também vão ao “lixo”. (MASCARENHAS, 2005, p. 106, grifos no original)

E ainda:

Segue-se daí que para o homem sufocado de preocupações, ou melhor dizendo – para atualizar a linguagem –, *estressado*, carente tanto de tempo livre como de alegria, de diversão, de jogo, de prazer, etc., não existe a forma qualitativa do lazer, dotada de sentido humano, mas só o seu caráter *quantitativo-abstrato*, seu custo-benefício representado pelo preço, puramente representativo de um valor de troca. (MASCARENHAS, 2005, p. 204, grifos no original)

Outro aspecto importante da análise que se faz das atividades de lazer é sua influência na formação de hábitos e valores da sociedade. Ainda hoje, vemos gestores de políticas públicas de esporte e lazer tratando com certa ingenuidade os efeitos dessas atividades no

comportamento da sociedade. Mesmo no campo da educação formal, temos visto pouca profundidade na análise das atividades de lazer oferecidas em escolas. Não se trata apenas de minimizar ou tratar de forma superficial as possibilidades educativas do lazer, mas sim de desconsiderar que essas atividades trazem em si uma série de significados e intencionalidades que acabam por formar hábitos e comportamentos.

Conforme assinala Ortiz (1994), parques, *shoppings*, restaurantes, roupas, festas, computadores, carros, aviões, brinquedos, sanduíches, esportes, danças, filmes, feiras, músicas e vários outros produtos carregam os traços e evidências desta envolvente dinâmica que apanha e se espalha pelo mundo, invadindo o dia-a-dia, definindo formas de sociabilidade, amoldando subjetividades, modificando hábitos, valores e comportamentos. (MASCARENHAS, 2005, p. 142)

Trata-se do “verdadeiro bombardeio de estímulos” citado por Mascarenhas:

Um verdadeiro bombardeio de estímulos patrocinados pela publicidade e pela mídia volta-se cada vez mais para a corrupção de gostos, desejos, prazeres e alegrias, exaltando as mudanças no invólucro e na aparência das mercadorias, o que eleva, sobremaneira, o seu poder fetichizante de sedução. (MASCARENHAS, 2005, p. 101)

Ainda se contrapondo a uma certa “ingenuidade” nas análises das atividades de lazer, Silva e Silva (2004, p. 12) nos alertam que devemos cuidar dos conceitos trabalhados, “[...] desmistificando a idéia de que o nosso tempo liberado do trabalho é um tempo realmente livre do capital”. Deixam claro que “[...] o lazer é efetivamente planejado por alguém e que esta programação pode ser disputada pelas classes populares” (idem, p. 13), fazendo com que as propostas elaboradas tenham a preocupação com a conscientização dos participantes, sobre a necessidade de se avaliar criticamente as ofertas de atividades de lazer oferecidas na sociedade, sendo mais que meros participantes, mas protagonistas na gestão das atividades. É necessário também que o discurso pedagógico das propostas seja efetivado na prática, pois, segundo Mascarenhas:

Se perguntarmos sobre *o que é o lazer*, é comum ainda encontrarmos respostas que o associam à participação e ao desenvolvimento, dentre outras possibilidades que evidenciam seu potencial formativo, mas o fato é que tendencial e predominantemente o que ele constitui mesmo é uma mercadoria cada vez mais esvaziada de qualquer conteúdo verdadeiramente educativo, objeto, coisa, produto ou serviço em sintonia com a lógica hegemônica de desenvolvimento econômico, emprestando aparências e sensações que, *involucralmente*, incitam o frenesi consumista que embala o *capitalismo avançado*. (MASCARENHAS, 2005, p. 152, grifos no original)

Essa rápida análise das atividades do lazer no período em que se construía o PELC nos leva ao ponto em que verificamos o que alguns autores consideravam necessário para a elaboração de propostas consistentes de políticas públicas de esporte e lazer. Muita coisa já foi dita anteriormente, mas, neste momento, colocamos uma sequência de pensamentos que nos ajudarão a entender os princípios do PELC, citados mais a frente.

O primeiro questionamento vem de Mascarenhas, já que, ao admitirmos que o lazer se tornou um produto importante na estrutura econômica, vemos que:

O primeiro e grande enigma que se abre para aqueles que direta ou indiretamente estão envolvidos com o lazer, particularmente para os que estão empenhados em qualificar a condição da existência humana, é saber se existem alternativas ao *mercolazer*. (MASCARENHAS, 2005, p. 243)

Já Lino Castellani Filho *apud* Nazário (2010, p. 41) pensa “[...] as políticas, principalmente no âmbito do lazer, em dimensões contra-hegemônicas, as quais devem estar centradas no princípio da inclusão.” A ideia de inclusão, como princípio, já se contrapõe, ou já se coloca como alternativa, ao *mercolazer* de Mascarenhas, já que a lógica do mercado é essencialmente de exclusão.

Essa alternativa ao mercado passa a figurar como aspecto importante na proposta do PELC, como nos mostram Pinto et al, que falam do “[...] entendimento do lazer, que passa a ser destacado, especialmente, como tempo/espço de construção de experiências culturais com sentidos e significados contraditórios, considerando os do mercado e dos sujeitos” (PINTO et al., 2008, p. 57). Importante ressaltar que esse artigo foi escrito já em 2008, em um momento em que os princípios e diretrizes do PELC já se consolidavam.

Mas para que princípios e diretrizes tenham um significado real, é necessário que se compreenda e se efetive o potencial pedagógico e transformador das atividades de lazer. Isso necessita de planejamento, formação e conhecimento, pois:

Uma condição básica para isso é compreendermos o lazer como um espaço/tempo sistemático e planejado, no qual as pessoas possam ludicamente desenvolver aprendizagens sociais que contribuam para sua *autodeterminação* no campo da cultura, da política e da economia. (SILVA e SILVA, 2004, p. 11)

E que a intencionalidade seja garantida no planejamento e organização das atividades. Sendo assim, “[...] Neste contexto, o lazer, organizado de forma sistemática e planejada, pode servir para a construção de uma consciência “[...] crítica, coerente e unitária” das classes populares articulando e mobilizando sua vontade política.” (SILVA e SILVA, 2004, p. 12).

Não vamos aprofundar neste trabalho a questão das relações construídas através das atividades de lazer, mas não podemos deixar de citar o pensamento de Bonalume em texto publicado em 2008 quando nos diz que:

(...) faz-se necessário salientar que a qualidade de vida por meio do lazer não depende, exclusivamente, do ambiente físico, mas, principalmente, da qualidade das relações interpessoais que se estabelecem entre os praticantes, da relevância que a prática assume para eles e das expectativas impregnadas nos papéis desempenhados por todos os envolvidos nessa prática. (BONALUME, 2008, p. 71)

Aqui, vemos reforçada a necessidade de objetivos claros nas propostas de lazer, acrescidas de uma preocupação com a articulação e diálogo com outras áreas de atuação e execução de políticas públicas.

A prática esportiva e o lazer, por si mesmos, não garantem a conquista ou a ampliação de cidadania, nem trarão para a “sociedade” todos os que estão excluídos dos direitos sociais, uma vez que não é suficiente para, sozinhos, resolverem todos os seus problemas. Porém, se trabalharmos com clareza de objetivos e dialogando com as outras áreas, podemos ser uma excelente ferramenta de intervenção e alteração da realidade. (RAMOS, 2011, v.1, p. 12)

Então, a necessidade de objetivos claros, propostas bem fundamentadas, planejamento consistente de estratégias, ações e atividades prescindem de um conhecimento teórico e, principalmente, de produção de conhecimento adequada às necessidades da população atendida e do momento em que essas ações são implementadas. Silva e Silva nos advertem que, “[...] neste caso, é sempre bom lembrar que, sem teoria pedagógica revolucionária, não poderá haver prática pedagógica revolucionária” (PISTRAK, 1924, *apud* SILVA e SILVA, 2004, p. 15). Precisamos de conhecimentos que tratem as atividades de lazer levando em consideração seu potencial pedagógico e transformador:

(...) sendo um espaço de disputas ideológicas e políticas, uma intervenção emancipatória no âmbito do lazer passa sempre por uma reflexão pedagógica que oriente práticas capazes de contribuir no processo de elevação cultural e de construção da “autoconsciência” crítica da população. (SILVA e SILVA, 2004, p. 19)

Preocupação compartilhada por Mascarenhas, quando afirma que “[...] Temos pela frente um grande esforço teórico a ser construído, tarefa que deve reunir pensadores e lideranças de variadas tendências progressistas. No *campo do lazer*, a despeito das contradições internas, tal articulação deve se efetivar.” (MASCARENHAS, 2005, p. 251).

É importante ressaltar que, de certa forma, essa preocupação já existia anteriormente quando a Prefeitura de Porto Alegre firmou convenio para criação de um Centro de Estudos do Lazer.

Para tanto, chegou-se a conclusão de que seria necessário que a Prefeitura realizasse um convênio com uma instituição de ensino superior de Porto Alegre. O Convênio foi firmado com a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Porto Alegre, do qual resultou a criação do Centro de Estudos de Lazer e Recreação (Celar), o primeiro implantado em nosso país. (GOMES, 2003, p. 157)

Mesmo não sendo explícita essa relação, parece evidente que as reflexões apresentadas aqui sobre a necessidade da produção de conhecimentos que auxiliassem e qualificassem a gestão e execução das políticas públicas de esporte e lazer, serviram como fundamento para a criação da Rede CEDES e elaboração dos seus objetivos e finalidades. No próximo capítulo, trataremos especificamente da Rede CEDES e seus fundamentos com maior profundidade.

Voltando, então, às propostas de políticas públicas de esporte e lazer, ficamos com a consideração de Mascarenhas sobre características necessárias para propostas nessa área.

Portanto, uma *política de lazerania* estruturada a partir do fenômeno esportivo deve apontar para a organização de projetos e programas cujo tom não seja nem de formação de atletas, de treinamento desportivo, de aptidão física, ou mesmo, de recreação – tal qual já conhecemos –, mas, contemplando também estas dimensões, aliadas à arte, à música, à comunicação, à vida na natureza, ao bem estar e à qualidade de vida, à saúde, aos cuidados com o corpo etc., fazerem-se como projetos e programas para a apropriação coletiva, lúdica, crítica e criativa das diversas manifestações que compõem o patrimônio cultural brasileiro, incorporando novas formas de apreender, viver e explicar a vida social. (MASCARENHAS, 2005, p. 268)

Por fim, antes de falarmos especificamente da proposta do Programa Esporte e Lazer da Cidade, deixamos a orientação de Gentili (1995), de que:

Defender “direitos” esquecendo-se de defender e ampliar as condições materiais que os asseguram é pouco menos que um exercício de cinismo. Quando um “direito” é apenas um atributo do qual goza uma minoria (tal é o caso, em nossos países latino-americanos, da educação, da saúde, da seguridade, da vida, etc.), a palavra mais correta para designá-lo é “privilégio”. (GENTILI, 1995, p. 248).

Acrescentamos que essas propostas não devem desconsiderar as tensões existentes nas práticas de lazer e no tempo livre, bem como as possibilidades transformadoras dessas práticas, mas também não podem desconsiderar o seu potencial reforçador da organização social vigente caso seja executada de forma ingênua e descontextualizada.

3 O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

*Samba,
Inocente, pé-no-chão,
A fidalguia do salão,
Te abraçou, te envolveu,
Mudaram toda a sua estrutura,
Te impuseram outra cultura,
E você nem percebeu.
(Nelson Sargento, 1979)*

Com toda simplicidade, Nelson Sargento resume de que maneira manifestações populares eram apropriadas pelas classes hegemônicas da sociedade, dando uma nova roupagem e afastando-as de suas origens. Reflexão desenvolvida por Melo e Alves Junior, quando, em 2003, nos mostravam como as intervenções do lazer deveriam se dar no âmbito da cultura. Eles definiam lazer dizendo que “[...] as atividades de lazer são atividades culturais, em seu sentido mais amplo, englobando os diversos interesses humanos, suas diversas linguagens e manifestações [...]” (2003, p. 32), desenvolviam e aprofundavam o conceito de cultura, ou culturas e trabalhavam na perspectiva da animação cultural como proposta de intervenção no âmbito do lazer; com grande influencia na formulação do PELC.

Vimos, então, que uma política pública de esporte e lazer deveria ser capaz de ir além de propostas assistencialistas historicamente implantadas no Brasil, de não aceitar uma prática de controle do tempo livre como parte de seus objetivos intrínsecos, de ser essencialmente inclusiva, ter intencionalidade, ter propostas pedagógicas e objetivos claros, ser planejada e, principalmente, trabalhar pela transformação da situação de exclusão a que estavam submetidas parcelas significativas da população, sendo a garantia de direitos acompanhada das condições materiais e estruturais necessárias para seu pleno desenvolvimento. Propostas que prescindem de construção de conhecimentos que as fundamentem e que devem considerar em sua formulação todo o contexto de disputa social e fortalecimento hegemônico de determinada classe em detrimento de outra. Então, com a criação do Ministério do Esporte, sua equipe gestora teve que elaborar uma proposta que cuidasse dessas preocupações e reflexões.

Para entendermos um pouco da história e da proposta do PELC, recorreremos a produções da própria Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer – SNDEL, de entrevistas com gestores e ex-gestores dessa Secretaria e de documentos oficiais do ME, como seu regimento interno. Muitas das produções da SNDEL foram resultado de

encontros e seminários que tiveram seus textos e palestras transformados em livros, além de cartilhas e documentos de orientação aos gestores e participantes do Programa.

Falando sobre a elaboração da proposta do PELC, vemos que o debate sobre princípios e diretrizes para uma política pública nessa área se iniciou antes mesmo da eleição de Lula para Presidência da República.

Em junho de 2002, reunidos num Encontro Nacional do Setorial de Esporte e Lazer do Partido dos Trabalhadores, um grupo de gestores, pesquisadores, intelectuais, militantes partidários e movimentos sociais debateram sobre Política Pública de Esporte e Lazer, elaborando princípios, diretrizes e propostas de ações que viriam a nortear Programas de Governo para as três esferas públicas. (EWERTON e ARAUJO, 2008, p. 93)

É claro que esse debate girava ainda em torno da possibilidade de um possível acesso do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal, mas também já refletia ações executadas em governos municipais.

É o que nos dizia Rejane Rodrigues, Secretária da SNDEL no período em que foi realizada essa entrevista, quando lembra experiências anteriores do Partido dos Trabalhadores que influenciaram na proposta.

Eu acho que o Partido dos Trabalhadores, ele deixou muitas experiências, quase uma década, em gestões municipais. Em vários estados do país, em muitas cidades, cidades de diferentes tamanhos, diferentes localizações. Essas gestões municipais tiveram que implementar uma política diferenciada às que vinham sendo feitas historicamente pelas outras administrações, para manter o status quo do que estava. (RODRIGUES, 2010)

É a mesma percepção de Claudia Bonalume (2010), então Diretora do DPSEL: “[...] A partir desses projetos dos Municípios e da análise da história que já se tinha com o pessoal que estava trabalhando aqui de Administrações Democráticas e Populares, se construiu a proposta do PELC na forma como ele é hoje.”.

É também a percepção de Andrea Ewerton (2011), Coordenadora Geral na época da implantação do Programa e, depois, Diretora do DPSEL:

[...] fomos às experiências das prefeituras e governos estaduais de governos populares e democráticos e, a partir dessas experiências com destaque para as formações de gestores e agentes comunitários e democratização do acesso aos bens culturais, entre eles esportivos e artísticos, implantado de forma intergeracional; elaboramos o PELC. (EWERTON, 2011)

Então, parece que essa relação com experiências anteriores de administrações municipais levou a uma disputa sobre a “paternidade” do Programa, disputa tratada de forma

muito positiva por Rejane Rodrigues (2010). Segundo ela, isso é “[...] *Ótimo, porque aí significa que é uma autoria coletiva e significa que tem uma identidade nacional em função do projeto.*”. Sem dúvida, essa é uma avaliação muito interessante, pois qualifica ainda mais a proposta, ao conferir a ela uma identidade nacional, fruto de experiências diversas.

Com a eleição de Lula e, em seguida, com a criação do Ministério do Esporte, esse debate se fortaleceu e se transformou em articulações para garantir que as propostas, ou pelo menos parte delas, fossem contempladas na implantação das políticas desse setor no novo governo. Como resultado disso,

Após vários desenhos e articulações, foi aprovada como parte da estrutura do ME, em maio de 2003²⁰, uma Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL), que nasce com o desafio de elaborar e fomentar Políticas Públicas de Esporte Recreativo e Lazer, assim como o desenvolvimento científico e tecnológico do esporte e do lazer (...) (EWERTON e ARAUJO, 2008, p. 94)

Luiz Otávio Mattos (2010), um dos principais gestores na implantação do PELC, que era Diretor do DPSEL no momento de sua implantação, nos conta um pouco de como se deu sua elaboração e implantação: “[...] *Eu cheguei ao Ministério em 2003 no mês de abril e boa parte do arcabouço do PELC como programa orçamentário já estava mais ou menos encaminhado em termos de ação.*”. Segundo ele, havia uma relação entre o PELC e Programas anteriores do Ministério do Esporte, que eram executados no governo que antecedeu a esse.

Tinha um programa chamado Esporte Solidário²¹ que era um guarda-chuva, tinha dentro do Programa Esporte Solidário três coordenações: Coordenação de Esporte Solidário, que era para jovem até 17 anos; tinha o Programa Esporte Especial²², que era para pessoas com deficiência; e o Programa que era o Vida Ativa²³. (MATTOS, 2010)

E, essa relação com Programas anteriores, criou-se um problema na implantação do PELC, pois:

20 Na verdade, a SNDEL foi criada em abril de 2003, conforme nos mostra BONALUME et al, “**A Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) foi criada** pelo Decreto n. 4.668, de 09 de abril de 2003” (BONALUME et al, 2008, p. 61, grifo no original).

21 Para saber mais sobre esse Programa, ver http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/content/av_prog/333/prog333.htm.

22 Para saber mais sobre esse Programa ver http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/cidadania/programas/federal/esporte/esporte_especial.asp.

23 Para saber mais sobre esse Programa ver http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/cidadania/programas/federal/esporte/terceira_idade.asp.

(...) como é que a gente ia formar as pessoas que estavam no campo com o vício, com a tradição de trabalhar com o Esporte Solidário, com o Vida Ativa, com o outro programa de pessoas com deficiência? Como é que você ia formar essas pessoas? Isso estava zerado e aí a gente começou a construir a partir daí. E aí fez, já começou uma extensão na área do Ministério por conta de você. (...) como você formularia isso? Como é que seria esse modelo conceitual do PELC? Como é que você formularia o futuro agente de lazer? E isso começou (...) as principais tensões começaram aí. Até então a gente tinha acordo. (MATTOS, 2010)

Sendo assim, em 10 de março de 2003, foi aprovado o Regimento Interno do Ministério do Esporte. Nesse Regimento, são criadas, além dos órgãos de apoio ao Gabinete do Ministro e a Secretaria Executiva, as Secretarias de Esporte Educacional (SNEED), de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer (SNDEL) e de Alto Rendimento (SNEAR)²⁴.

Segundo o Regimento, são finalidades da SNDEL: assegurar a configuração de uma Política Social de Esporte e Lazer (PNEL); zelar pelo cumprimento da Legislação Esportiva, no que se refere à sua área; propor ações para compor o Plano Nacional de Esporte e do Lazer; implantar as decisões relativas ao PNEL referentes à sua área; prestar cooperação técnica e orientar a aplicação de recursos financeiros destinados aos empreendimentos ligados ao desenvolvimento do esporte e do lazer; manter intercâmbios em prol do desenvolvimento do esporte e do lazer; executar ações integradas de esporte e de lazer; prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho Nacional de Esporte e emitir relatórios técnicos específicos quando se tratar de execução de obras ou realização de eventos ligados ao esporte e ao lazer²⁵.

A SNDEL tem sua estrutura amparada em dois Departamentos. O primeiro é o Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer – DPSEL, sendo que cabe a ele:

(...) assumir da responsabilidade pela execução de políticas sociais de Esporte e de Lazer voltadas para a consolidação dessas práticas sociais como direitos sociais e, portanto, como política pública de governo que viabilize e garanta o acesso da população brasileira, em todos os seus segmentos etários (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso, bem como pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais) e em uma perspectiva intergeracional (...). (BRASIL, 2010g)

O outro é o Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte – DCTEC, o qual:

24 Em julho de 2011, é publicada Portaria que altera a estrutura do Ministério do Esporte. Na nova estrutura, é mantida a SNEAR, são extintas a SNDEL e a SNEED e, em seus lugares, são criadas a Secretaria do Futebol e Direitos do Torcedor e a Secretaria de Esporte Educacional, Lazer e Inclusão Social, que fica responsável pela gestão do PELC, do Programa Segundo Tempo e dos Programas *Pintando a Cidadania* e *Pintando a Liberdade*. Até a finalização deste trabalho, não havia definição sobre a gestão da Rede CEDES.

25 Conforme Regimento Interno do Ministério do Esporte em 2010, disponível na sua INTRANET.

(...) identifica no conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, o potencial do processo de qualificação das iniciativas de Governo, na sua configuração das políticas públicas, de forma que o fomento à produção e difusão do conhecimento científico & tecnológico voltado para a gestão de políticas sociais de esporte e lazer ganhe significado (...) (BRASIL, 2010g)

Junto com a SNDEL, foram criados outros programas nas outras Secretarias. Dessa forma, de acordo com Nazário (2010, p. 42), “[...] programas e ações são elaborados e instituídos, como nos exemplos do Programa Segundo Tempo, do Bolsa Atleta, do Esporte e Lazer da Cidade, além da Lei Agnelo-Piva, de 2003 e a lei de incentivo fiscal ao esporte, em 2006.”.

Programas que tinham como objetivo atender as demandas do esporte educacional, esporte de alto rendimento e esporte participação, segundo conceitos expressos na Lei Pelé²⁶. Mas não se tratava apenas da elaboração de propostas e de programas. Era preciso que se construísse uma Política Nacional do Esporte. Para isso, foram realizadas conferências com fases municipais, estaduais e nacionais, que tinham como objetivo a construção democrática dessa proposta.

Félix nos fala que:

O Brasil há pouco tempo passou a tratar o esporte como uma questão de Estado – um fato inédito na história. O Governo Federal, através do Ministério do Esporte, criou a Política Nacional do Esporte, construída com fortes bases democráticas. Onde seu passo inicial foi dado pela 1ª Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2004, e a aprovação em assembléias do Conselho Nacional do Esporte. (FÉLIX, 2007, p. 180)

Hoje, sabemos que essa política ainda está longe de ser totalmente implantada, mas isso não diminui a importância histórica de sua elaboração através de conferências abertas a toda população e segmentos organizados. É o que pensam também Pinto et al, ao afirmar que:

Mesmo não sendo fácil essa conquista, nos anos de 2004 e 2006 vivemos outro “novo” fato importante nas políticas de lazer no Brasil, quando **pela primeira vez na história acontece um movimento para a criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer**, com a participação direta da população, por meio de conferências municipais, estaduais e nacionais, dentre outras usadas para esse fim. (PINTO et al, 2008, p. 55, grifos no original)

A SNDEL foi criada, então, em um momento de pouco investimento em políticas sociais, de aumento progressivo da mercantilização das atividades de lazer e de pouco acesso às poucas produções ligadas ao lazer.

26 LEI N.º 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998, Art. 3º.

Este cenário desafia a SNDEL a superar o tradicional modelo de política pública de esporte recreativo e de lazer no Brasil, baseado na reprodução mecânica de atividades, e gera o compromisso do desenvolvimento de ações educativas, com vistas à autonomia dos sujeitos nessas práticas, conscientes da sua importância, limites e possibilidades. (BONALUME et al, 2008, p. 62, grifos no original)

E exige, por parte da SNDEL, “[...] grande articulação e vontade política para superar as ações fragmentadas e pouco fundamentadas que, historicamente, compõem, em geral, as políticas públicas na área” (BONALUME, 2008, p. 69).

Como vimos, a SNDEL tinha, então, o desafio de estruturar propostas para o desenvolvimento de políticas públicas de esporte e lazer: “[...] a SNDEL estruturou-se para enfrentar esse desafio, reunindo contribuições do meio acadêmico e de gestões municipais e estaduais, em especial de governos populares democráticos, [...]” (EWERTON e ARAUJO, 2008, p. 95). Portanto,

O principal objetivo da SNDEL é, assim, executar um amplo leque de iniciativas e ações de sua responsabilidade, considerando como decisivo o papel do conhecimento para o desenvolvimento sustentável das políticas públicas de esporte recreativo e de lazer no Brasil. (BONALUME et al, 2008, p. 63, grifos no original)

Com o objetivo, expresso em seu nome, de desenvolvimento do esporte e do lazer, a SNDEL tem como principal ação o PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE – PELC, que tem como objetivos centrais “[...] ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.” (BRASIL, 2010a).

O PELC tem como eixos centrais o Funcionamento de Núcleos Recreativos de Esporte e de Lazer, o Funcionamento da REDE CEDES e a Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Recreativo e Lazer. Suas ações visam especialmente à formação de agentes sociais e gestores; e o intercâmbio de conhecimentos e experiências em âmbitos nacional e internacional.

É importante ressaltar que a Implantação e Modernização de Infraestrutura, mesmo sendo parte do PELC, não tem a gestão realizada pela SNDEL, mas sim pela Secretaria

Executiva do Ministério do Esporte. Portanto, a partir desse momento, quando falarmos em PELC, falaremos apenas dos Núcleos de Esporte e de Lazer e da Rede CEDES²⁷.

Para atingir seus objetivos o PELC se utiliza de 4 (quatro) estratégias com suas respectivas ações. A **Estratégia 1** é AÇÃO EDUCATIVA, e sua principal ação é o *Funcionamento de Núcleos do PELC*; a **Estratégia 2** é PESQUISA, que tem como principais ações a *Rede CEDES* e o *Prêmio Brasil de Esporte Lazer de Inclusão Social*; como **Estratégia 3**, tem a GESTÃO COMPARTILHADA, cujas ações são os *Eventos Científicos e Tecnológicos de Esporte e Lazer*, os *Eventos Interdisciplinares de Esporte e Lazer*, a *Formação de Gestores, Agentes Comunitários e Formadores*, a *Cooperação e Intercâmbio Técnico Científico* e as *Ações Intersetoriais* e como **Estratégia 4** a INFORMAÇÃO, que tem como ações os *Centros de Memória e Museus*, o *Apoio a Periódicos às Publicações* e o *Repositório da Rede CEDES*.

Em 2010, a SNDEL utilizou como conceito de lazer:

Cultura vivida com alegria e liberdade no tempo disponível e fora das obrigações sociais. Tempo, espaço e oportunidade privilegiados para vivências lúdicas, para divertir-se de diferentes modos, participar de diferentes formas (assistindo, praticando e conhecendo) em diferentes espaços. Como fator de qualidade de vida, o lazer é compreendido como meio e fim educativos para a formação de valores e pode contribuir para o desenvolvimento social, cultural e humano. (RAMOS, 2011a, p. 17)

É importante ressaltar que o conceito utilizado em 2010, não trata das tensões e possibilidades de transformação social existentes no lazer, conforme o entendimento de Mascarenhas segundo Souza et al. (2010, p. 35):

(...) Fernando Mascarenhas, com base numa leitura marxista (...), o lazer é resultante das tensões entre o capital e o trabalho, perpassado por relações de hegemonia e materializado como um tempo e espaço de vivências lúdicas, onde também é possível organizar a cultura e possibilidade de transformação da realidade vivida pelos sujeitos.

Ressaltamos essas diferenças nos conceitos, por entendermos que esse conhecimento pode auxiliar no entendimento de qual caminho as pesquisas produzidas pela Rede CEDES estavam seguindo.

Vamos então, falar primeiro da Estratégia 1, Funcionamento de Núcleos. Para implantação do Programa, foram feitos Projetos Pilotos com o objetivo de verificar como

27 Rede CEDES - Rede de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer.

seria a implantação dessa proposta. Como os municípios iriam entender seus objetivos, princípios e diretrizes e como isso iria se refletir na sua execução. O PELC, portanto:

Iniciou essa jornada com uma proposta de Projeto Piloto em 2003 de implantação de Funcionamento de Núcleos em apenas 10 estados e 10 municípios e de Núcleos da Rede CEDES em apenas 5 Universidades Federais. Em 2004, implementou as primeiras experiências utilizando a metodologia consorciada (...) (EWERTON e ARAUJO, 2008, p. 95)

Falando um pouco dos princípios do PELC, vemos que Ewerton, Mattos e Ferreira entendem haver uma forte relação desses princípios com a necessidade de ser uma alternativa ao histórico de políticas assistencialistas de esporte e lazer:

O PELC busca trazer referências e experiências que visem a superação da relação assistencialista e compensatória, próprias da história das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Neste sentido, princípios como auto-organização, trabalho coletivo e intergeracionalidade ganham contornos diferenciados (...) (EWERTON, MATTOS e FERREIRA, 2007, p. 17)

Essa alternativa se reflete, então, em princípios que destacam a importância da participação comunitária nas decisões referentes à sua implantação, execução e avaliação. Ser uma proposta intergeracional tem o objetivo de, além de garantir a participação de toda a comunidade, explicitar a ideia de atividades esportivas inclusivas que não necessitam de segmentação por razões de “segurança” ou “justiça”. O que é um novo olhar, principalmente nas propostas de atividades esportivas; atividades historicamente segmentadas.

Vejamos dois comentários feitos por Ewerton e Araujo sobre os princípios do PELC:

Para reverter o quadro de injustiça se faz necessário unir forças, otimizar recursos, articular sujeitos em direção a objetivos comuns de enfrentamento dessa problemática, portanto universalizar e incluir socialmente, significa garantir direitos o que se faz de forma mais efetiva com uma gestão participativa. Não obstante acabamos de identificar características da intersectorialidade em cada um desses princípios. (EWERTON e ARAUJO, 2008, p. 104, grifos no original)

E ainda:

(...) a auto-organização e trabalho coletivo dialogam com a característica que trouxemos sobre a intersectorialidade “a lógica intersectorial pode ser mais permeável à participação do cidadão”. A intergeracionalidade dialoga com a característica de pensar o cidadão em todas as suas fases e demandas, assim como com a característica de atuar na garantia de direitos. Portanto todas as idades precisam ser pensadas e contempladas na definição das Políticas Públicas, no fomento e na difusão da cultura local, assim como no respeito a diversidade dialoga com a característica da gestão matricial e em rede que *a intersectorialidade apresenta e, por fim, a diretriz da Intersectorialidade que então configura-se como eixo norteador,*

como meio e fim de todas as outras já apontadas. (EWERTON e ARAUJO, 2008, p. 104, grifos no original)

Em coletânea²⁸ elaborada pela SNDEL, em 2011, vemos que os objetivos do programa são tratados com ênfases diferenciadas. Em um dos volumes, se repete o objetivo colocado no site do Ministério do Esporte:

(...) suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas. (RAMOS, 2011a, p. 5)

Já em outro volume, percebemos uma preocupação maior com ações integradas e intersetoriais, o que talvez reflita o fato dessa coletânea ser fruto da parceria PELC/PRONASCI.²⁹ Ao falar do objetivo do Programa, vemos a preocupação com o conhecimento e a integração com outras políticas públicas. Para Ramos (2011c, p. 11), “[...] o objetivo central do PELC é ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.”. E, de novo, vemos o protagonismo dos participantes como característica importante do programa. Nas palavras de Ramos (2011a, p. 6), “[...] Um dos objetivos do PELC é construir, junto à população atendida pelo Programa, uma relação autônoma, crítica e protagonista, no campo do esporte e do Lazer”. Isso, segundo Ewerton, Mattos e Ferreira, (2007, p. 18), exemplifica-se no desenvolvimento das atividades.

O diferencial do estímulo à auto-organização e ao trabalho coletivo nos núcleos do PELC exemplifica-se na organização das oficinas desenvolvidas, que potencializa o resgate e o fortalecimento da construção coletiva em todas as manifestações da cultura lúdica e esportiva.

Uma outra característica do programa se refere ao fato de que as metas não são apenas quantitativos de participantes, materiais adquiridos ou produções. Segundo os autores,

28 Esse conjunto de cadernos apresenta o resultado do aprofundamento da parceria PELC/PRONASCI. Neles, estão presentes pesquisas, artigos, monitoramento do programa PELC/PRONASCI e escritos tanto por técnicos do Ministério do Esporte quanto por consultores contratados através da parceria do PRONASCI com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI. (RAMOS, 2011, v.I, p. 3).

29 Parceria entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Justiça, que integrava o PELC como uma das ações do PRONASCI.

Construir experiências de auto-organização, autogestão, planejamento participativo e mecanismos de controle social das ações governamentais e/ou da sociedade civil organizada, através da participação de instâncias de controle social (conselhos, associações, clubes e população em geral) na proposição, no acompanhamento e na avaliação do Programa, e o trato com a intergeracionalidade (construindo relações entre diferentes segmentos da sociedade) em torno da cultura corporal e a cultura lúdica também são metas do Programa. (EWERTON, MATTOS e FERREIRA, 2007, p. 17)

É evidente que isso cria uma outra dificuldade, pois avaliar metas qualitativas depende de instrumentos bem construídos, pesquisadores preparados e estrutura necessária para viagens, hospedagens, análise estatística, tabulação e sistematização. Mais à frente, quando falarmos especificamente da produção da Rede CEDES, veremos que essa passou a ser uma preocupação dos Editais da Rede. No entanto, a realização de encontros nacionais e regionais dos agentes e gestores do Programa era também uma estratégia importante que auxiliava na avaliação das ações implementadas, além de ser importante espaço de socialização e troca:

Em 2006, com vista a dar um impacto nacional, socializar as diversas experiências que vinham sendo realizadas pelo Brasil através de nossas entidades parceiras, bem como qualificar a atuação de gestores e agentes do Programa, a SNDEL planejou e realizou, em parceria com o MEC, a 1ª Reunião Nacional de Gestores e Agentes do Programa¹⁴ e em 2007 realizou a 2ª Reunião Nacional³⁰ (EWERTON e ARAUJO, 2008, p. 96)

Ainda sem um investimento específico na elaboração de instrumentos de avaliação qualitativa, que se refletissem em uma pesquisa representativa, feita *in loco* e em âmbito nacional, a SNDEL, em 2008, se utilizou de informações recebidas das entidades executoras dos convênios para fazer uma avaliação qualitativa do Programa. No resultado dessa pesquisa, temos informações importantes sobre os limites e avanços na execução do PELC:

Tendo como princípio a garantia do acesso ao esporte e ao lazer como direito social, a SNDEL trabalhou com um permanente levantamento de informações em todos os núcleos de todos os convênios firmados nesses três anos e meio. Esses dados indicaram uma dimensão quantitativa da execução do PELC, bem como apontaram **limites** e **avanços** na operacionalização do seu cotidiano.

Identificando os limites:

1. A incipiente dimensão da participação popular no controle social;
2. As dificuldades da máquina burocrática de Estado para: a contratação dos agentes sociais, a execução dos procedimentos para compra de materiais, o pagamento dos serviços para a formação de agentes e dos eventos de lazer;
3. A participação dos inscritos em apenas uma atividade/oficina temática (independentemente da superação, ou não, da lógica de escolinhas esportivas);

³⁰ Em 2008 e 2009, com o objetivo de ampliar a participação de agentes sociais, foram realizadas reuniões regionais, que permitiam um maior número de participantes com um custo menor.

4. Dificuldades na efetivação dos papéis dos agentes sociais nos núcleos, gerando uma sobreposição das funções realizadas pelos bolsistas e monitores.

Apontando os avanços:

1. Uma progressiva compreensão de esporte e lazer como direito social por parte do(s) gestor(es) local(is) e da população atendida;
2. Um progressivo envolvimento de todas as faixas etárias nas atividades sistemáticas e assistemáticas do PELC;
3. A organização de eventos de lazer;
4. O fortalecimento na mobilização social pelos agentes sociais;
5. A formação continuada pautada na lógica ação-reflexão-ação;
6. Uma mudança significativa na forma como os gestores passam a formular suas políticas de esporte e lazer, desde o trato dado aos espaços disponíveis para realização das ações de lazer, até a ampliação de sua funcionalidade;
7. Introdução das dimensões artística e cultural no lazer. (EWERTON, MATTOS e FERREIRA, 2007, p. 21, grifos no original)

Nesse momento, se percebe que ainda havia um grande caminho a seguir em relação a uma proposta que foi elaborada buscando ser capaz de influenciar nas transformações necessárias para a população excluída de diversos setores da sociedade.

Passamos, então, a verificar qual seria o papel da Rede CEDES na implantação dessa política, ou seja, chegamos à **Estratégia 2** do PELC, PESQUISA, que tem na Rede Cedes sua principal ação, administrada pelo DCTEC, e que é o foco desse trabalho. Segundo o Regimento do Ministério do Esporte, são atribuições do DCTEC:

- I. fomentar a produção e difusão do conhecimento esportivo e de lazer, através da interação com universidades e outras instituições acadêmicas e de pesquisa, com vistas à qualificação da fundamentação das políticas públicas de esporte e de lazer;
- II. fomentar a democratização do acesso ao conhecimento esportivo e de lazer através da sua publicação pelos meios disponíveis;
- III. promover programas e ações de cooperação e intercâmbio institucional, em âmbito nacional e internacional, com vistas ao fomento do desenvolvimento do esporte e do lazer, a partir da troca de conhecimentos e experiências, estudos e pesquisas;
- IV. estabelecer metodologias de avaliação de programas sociais de esporte e de lazer;
- V. desenvolver metodologias de formação continuada no campo da gestão pública de esporte e de lazer;
- VI. promover estudos e análises sobre pleitos de aquisição de equipamentos e materiais esportivos total ou parcialmente isentos de tributação;
- VII. promover a capacitação de profissionais da ciência aplicada ao esporte e ao lazer;
- VIII. promover estudos e análises sobre pleitos, programas e ações em sua área de atuação; e
- IX. coordenar e acompanhar as atividades de controle e fiscalização dos convênios que tenham objetos afetos à área de competência do Departamento. (BRASIL, 2003b)

A Rede Cedes, então:

Foi criada em 2003 como uma ação voltada, inicialmente, para o fomento da pesquisa integrada ao Programa Brasil Potência Esportiva, na ação “Estudos e pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento do esporte”. Em 2004, a ação “Estudos e pesquisas”, junto com a de “Edição e distribuição de material técnico e científico relacionados ao esporte recreativo e de lazer”, transformou-se na Rede CEDES, integrando o conjunto de ações do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) direcionado para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Esporte e do Lazer. (BRASIL, 2003b)

O PROGRAMA BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA tinha como objetivo “[...] melhorar o desempenho dos atletas de rendimento brasileiros em competições nacionais e internacionais e promover a imagem do País no exterior.” (BRASIL, 2003a). E tinha como uma de suas metas “[...] apoiar a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos, técnicos e administrativos para o desporto, [...]” (BRASIL, 2003a).

Portanto:

Rede CEDES trata-se de uma política pública que surge, segundo os depoimentos e documentos analisados, para organizar uma ação que já existia - os grupos de pesquisa na área de esporte recreativo e de lazer - em torno de uma necessidade governamental, que é a de **articular o conhecimento produzido para utilizá-lo na construção da política nacional de esporte e de lazer (...)**. (BONALUME, 2008, p. 69, grifos no original)

Após sua incorporação ao Programa Esporte e Lazer da Cidade, a Rede Cedes passou a ter como foco o apoio a pesquisas sociais de esporte e lazer.

Para contextualizar o momento da criação da Rede CEDES, vamos ver o que dizem alguns autores sobre esse período.

Pinto et al. comentam:

Lembramos, especialmente a partir dos anos 80, **creceu a produção acadêmica sobre o lazer nos cursos brasileiros de Educação Física**, sendo criados inúmeros Grupos de Estudos, criados Bacharelados em Lazer no nível de graduação, realizados vários cursos de especialização lato sensu, incluídas linhas de pesquisa em Lazer em Cursos de Mestrado e, atualmente, criado o Mestrado – stritu sensu – em Lazer na UFMG. (PINTO et al, 2008, p. 50, grifos no original)

Mascarenhas faz também uma rápida análise da situação das pesquisas em lazer.

Vale então começar localizando o leitor de que os *estudos do lazer* no Brasil se desenvolvem e se consolidam, sobretudo, na década de 1970, quando emergem grupos, laboratórios, pesquisas, livros, teses, projeto precursor dos Centros Sociais Urbanos, uma rede nacional de educação comunitária implantada em 1975 pelo governo federal. eventos etc. envidando esforços para a descrição, avaliação e organização dos usos do tempo livre. Destaca-se, neste período, a criação de dois centros, o Celazer, em São Paulo-SP, no ano de 1970, e o Celar, em Porto Alegre-RS, no ano de 1973. O primeiro foi resultado de uma ação institucional do SESC,

reunindo seu quadro pessoal especializado em torno do francês J. Dumazedier, uma das maiores referências do mundo em se tratando do assunto. O segundo, foi uma promoção conjunta da PUC-RS e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, responsável pela organização, em 1974, do primeiro Curso de Especialização em Lazer no país, visando a capacitação de profissionais para atuação nos Centros de Comunidade (...). (MASCARENHAS, 2005, p. 4, grifos no original)

Ele ainda verifica como estão os grupos de pesquisa em lazer cadastrados na Plataforma Lattes do CNPQ³¹, e nos mostra que:

Conforme consulta realizada junto à base de dados da Plataforma Lattes/CNPq, sistema eletrônico de informações das agências de fomento à pesquisa do país, existem 31 grupos, congregando 117 pesquisadores, cadastrados no “Diretório de Grupos de Pesquisa”, que realizam algum tipo de pesquisa referente à problemática do lazer no Brasil. No “Sistema de Currículo Lattes”, foi possível identificar 1426 registros de pesquisadores que já tenham publicado ou produzido trabalhos relativos ao assunto. Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>. Acesso em 25 mar. 2002. (MASCARENHAS, 2005, p. 16)

Percebemos, então, uma situação muito focalizada, com experiências isoladas, o que demonstrava a real necessidade de uma política pública que cuidasse das pesquisas na área social do esporte e do lazer.

E o que pensam os gestores e ex-gestores da SNDEL sobre a criação da Rede CEDES?

Luiz Otávio Mattos (2010) destaca duas motivações importantes na criação da Rede. A primeira se refere à qualificação da gestão propriamente dita. Ele considera que “*a principal (...), a boa intenção do gestor que estava na época era a de você dar conta de estar avaliando os programas, quer dizer, o governo federal tem uma ação nacional, Como é que você dimensiona isso?*”. Ele dá à Rede CEDES uma atribuição de avaliação das ações do PELC, mas considera importante também o aspecto político da sua criação, no sentido de garantir espaço para pesquisas do esporte na sua dimensão social: “[...] *se você olha e vê um cenário onde uma dimensão do esporte tem espaço de recursos para fazer pesquisas, pesquisas de laboratório para ver o cara como é que salta mais, que corre mais, por que não ter nesse campo?*” E completa, afirmando: “[...] *Mas tinha esse caráter também de ter alguma coisa que desse conta desse outro órgão do esporte no Brasil que não fosse a Rede CENESP³²*”.

31 Grupos de pesquisa CNPq <http://dgp.cnpq.br/censos/index.htm>.

32 A Rede Cenesp é composta por centros de desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica na área do esporte, treinamento e aperfeiçoamento de atletas. Formada pelas estruturas físicas e administrativas, recursos humanos e materiais existentes nas Instituições de Ensino Superior, os Centros de Excelência

Já Claudia Bonalume (2010), pensando também na qualificação da gestão e das propostas de esporte e lazer, avalia “[...] *que o programa foi pensado no pilar que o conhecimento dialogasse com a ação e houvesse aí uma retroalimentação do conhecimento para a ação e da ação para a questão do conhecimento.*”

A qualificação da gestão é também considerada pelo Secretário da SNDEL na época de sua implantação. Segundo ele, “[...] a Rede Cedes tinha como razão central o desenvolvimento de estudos/pesquisas voltadas para a qualificação da gestão em esporte de lazer e Lazer propriamente dita.” (FIGUEIREDO, 2010, p. 118)³³.

Andrea Ewerton (2010) fala também dos subsídios para a gestão pública. Considera que eram objetivos da Rede “[...] *a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer a partir de pesquisa e produções na área, no sentido de subsidiar as gestões.*”

Já Leila Pinto (2010), Diretora do DCTEC no momento da entrevista, considera a integração e desenvolvimento dos grupos de pesquisa já existentes como parte importante da lógica que criou a Rede: “[...] *Como que essas informações são produzidas, são coletadas, são socializadas, são circuladas para produzir que tipo de conhecimento que a gente espera como fruto da socialização dessas informações? Então, assim, eu acho que foi nessa lógica que estava baseada a ideia que mobilizou a criação da Rede Cedes.*”

Além disso, veremos que o tema do conhecimento e da informação esteve presente em várias produções da SNDEL. Em 2007, Correia, Ferrari e Soares (2007, p. 240) diziam que “[...] O acesso à produção científica, voltada para o esporte e o lazer, de maneira não distinta ao contexto geral da sociedade brasileira, ainda se encontra bastante restrito às comunidades acadêmicas e aos espaços literários privados ou privatizados”.

O que demonstrava uma necessidade de expandir o acesso ao conhecimento produzido na área de esporte e lazer, necessidade considerada essencial para a qualificação das políticas na área. Em 2011, Ramos afirmava que:

Informação é conhecimento para a ação, com consciência de suas alternativas, limites e importância. Atua, pois, como elemento mediador da comunicação e interação entre os diversos atores sociais envolvidos: sujeitos, grupos, organizações, educadores, gestores, agentes sociais, etc. (RAMOS, 2011b, p. 2)

Esportiva têm como objetivo detectar, selecionar e desenvolver talentos esportivos, especialmente nas modalidades olímpicas e paraolímpicas. (BRASIL, 2011).

³³ Entrevista realizada para o balanço da Rede CEDES, publicado em Schwartz (2010).

A informação era também característica importante na parceria PELC/PRONASCI, pois, “[...] Para atuar neste contexto, uma das estratégias utilizadas pelo PELC/PRONASCI é a informação, que gera conhecimentos significativos, socializados pela comunicação atenciosa.” (RAMOS, 2011b, p. 1).

Correia, Ferrari e Soares (2007, p. 242) defendem o “[...] acesso igualitário e socialmente justo à informação para a população brasileira [...], não podendo assumir qualquer regime de segregação de informações, por muitas vezes inacessíveis para a maioria da população.” E afirmam ainda que:

Nesta perspectiva, consideramos como eixos estruturantes da gestão pública do esporte e do lazer, a produção e a difusão dos conhecimentos científico e tecnológico específicos do setor, buscando efetivar a integração das ações da ciência, tecnologia e extensão. (CORREIA, FERRARI e SOARES, 2007, p. 242)

Já Félix reforça a ideia de que o conhecimento e a informação são necessários na tentativa de diminuir as desigualdades sociais.

Acreditamos que as novas tecnologias são produto da “ciência humana”, portanto, devem atender a interesses coletivos, de forma a atenuar as desigualdades sociais. O desafio com o qual nos deparamos, enquanto gestão pública é o de produzir informação tecnológica voltada para o esporte e o lazer. Garantindo que estes bens se tornem acessíveis a todos os brasileiros e brasileiras e não apenas àqueles que podem pagar por eles. (FÉLIX, 2007, p. 179)

Opinião complementada por Correia, Ferrari e Soares, ao afirmarem que:

Trabalhamos com um objetivo único, o de popularizar a Ciência e oferecer amplo acesso ao conhecimento nas áreas do esporte recreativo e do lazer. Contrapomo-nos ao tratamento mítico sobre o conhecimento científico, reforçado muitas vezes pelo comportamento academicista dentro das próprias universidades brasileiras, distanciando-as do seu genuíno papel, que é o de servir as “gentes”, como diz Paulo Freire, na perspectiva de um esforço sistemático e interdisciplinar de informação popular em esporte e lazer. (CORREIA, FERRARI e SOARES, 2007, p. 244)

Mais uma vez, em 2007, vemos a preocupação não apenas com a produção do conhecimento, mas com sua disseminação de forma a garantir e facilitar o acesso de todos a esse conhecimento.

Vemos, também, a relação da produção e disseminação do conhecimento com a autonomia dos cidadãos, já que, com a implantação da Rede, há uma transformação da lógica dos programas de esporte e lazer,

(...) passando a estabelecer ações educativas, que sejam capazes de contribuir para que os indivíduos alcancem determinado grau de autonomia, tornando-se

conscientes da importância, das possibilidades e dos limites das práticas realizadas... é a criação da Rede de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Rede CEDES) (...). (BONALUME et al., 2008, *apud* NAZÁRIO, 2010, p. 42)

Já Leila Pinto (2010) demonstra a importância da pesquisa em um órgão como o Ministério do Esporte, ao afirmar que “[...] *Ninguém avança sem conhecimento. E quando o próprio órgão tem condição de fomentar a pesquisa para reverter sobre os seus próprios benefícios ele tende a ter uma condição maior de ter resultado.*” E reforça o papel educativo da pesquisa: “[...] *A pesquisa não é só uma agência especial e científica. A pesquisa hoje é o processo educativo.*”

A Rede, então, reúne instituições de nível superior, públicas e privadas sem fins lucrativos, que formam Núcleos da Rede. Núcleos que podem ser formados por grupos de diferentes áreas do conhecimento.

(...) vale então destacar que na própria busca pela consolidação desse campo percebemos a organização de grupos de pesquisa advindos das mais diversas áreas de conhecimento (educação física, antropologia, psicologia, comunicação social, economia, turismo, estudos culturais entre outras) (EWERTON e ARAUJO, 2008, p. 101)

E destaca-se também pela possibilidade de ser utilizada “[...] como instrumento de avaliação e pesquisa das ações do poder público, de manifestações culturais e esportivas, [...]” (FÉLIX, 2007, p. 178), tendo como referência o fato de serem grupos de pesquisas das ciências humanas e sociais.

Os Centros **CEDES** são instâncias formadas por grupos de pesquisa vinculados às instituições de ensino superior, com estudos balizados por referenciais teóricos, cujas origens são as **ciências humanas e sociais**, com produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico nas áreas do esporte recreativo e do lazer. (FÉLIX, 2007, p. 182, grifos no original)

Bonalume et al. afirmam, então, que a pesquisa assumia 3 (três) papéis principais no desenvolvimento do PELC:

- 1. de avaliação** (busca leituras mais concretas das necessidades dos segmentos e contextos com os quais lidamos, se preocupando com a compreensão e realimentação dos processos vividos, atenta aos limites a superar e às potencialidades a serem redimensionadas);
- 2. de ação educativa** (comprometida com o aprimoramento da gestão das políticas públicas de esporte e lazer pela educação de sujeitos críticos, criativos, capazes de agir de forma consciente e com autonomia em sua realidade);

3. de comunicação (estabelece diálogo com a realidade por meio de processos e atitudes que implicam diferentes formas de comunicação e interrelação da teoria e prática). (BONALUME et al., 2008, p. 66, grifos no original)

Em 2008 também, encontramos referência à associação em rede³⁴, já que o nome da ação reflete um pensamento sobre a organização de grupos. Não vamos aqui aprofundar esse tema, mas consideramos importante registrar que ele carregava uma série de conceitos sobre políticas públicas.

(...) a **Rede CEDES** é criada e consolida-se tendo, **entre seus objetivos**, o de **articular, em rede, pesquisadores de esporte recreativo e de lazer**, assim como **setores comprometidos com a informação e documentação esportiva e de lazer**, buscando otimização de esforços e de recursos no sentido da qualificação da Política Nacional deste campo. (BONALUME, 2008, p. 68, grifos no original)

A Rede CEDES, então, desenvolvia uma série de estratégias visando ampliar “[...] o leque de complementaridade em rede necessária para prover a circularidade do conhecimento produzido e sua socialização para gestores, agentes e população” (BONALUME et al., 2008, p. 66). As estratégias são as seguintes:

- 1) Fomento a pesquisas desenvolvidas por 09 (nove) Núcleos Temáticos**, ou seja:
 1. Memória de Esporte, Lazer e Educação Física.
 2. Perfil dos Estados e municípios brasileiros.
 3. Avaliação de Políticas de Esporte e Lazer/Avaliação dos Programas Sociais mantidos pelo Ministério do Esporte.
 4. Desenvolvimento de Novos Programas Sociais de Esporte e Lazer de alcance nacional, voltados ao atendimento de demandas específicas.
 5. Observatório do Esporte.
 6. Desenvolvimento de Programas Integrados/Intersetoriais de Esporte e Lazer.
 7. Gestão de Programas de Esporte e Lazer.
 8. Infra-estrutura de Esporte e Lazer.
 9. Sistema Nacional de Esporte e Lazer.
- 2) Apoio à publicação e distribuição de materiais técnicos, Científicos**
- 3) Apoio à realização de eventos nacionais e internacionais**
- 4) Criação de Sistema de Gestão Compartilhada**
- 5) Cessão do Prêmio Brasil de Esporte, Lazer e Inclusão Social**

(BONALUME et al., 2008, p.66, grifos nossos)

Sobre a reestruturação das ações do DCTEC, Bonalume (2008) afirma que:

Pode-se apontar iniciativas que sinalizam para isso: edital público para seleção de projetos indicando temas orientadores das pesquisas a serem financiadas, que dialogam diretamente com os objetivos da rede; estímulo a pesquisas realizadas com

³⁴ Para ver mais sobre esse assunto ler BONALUME (2008, p. 68) - A REDE CEDES COMO UMA REDE DE POLÍTICA PÚBLICA.

metodologia consorciada; pesquisas induzidas pelo Ministério com vistas a atender demandas latentes ainda não tratadas, a serem desenvolvidas em conjunto aos estudos em desenvolvimento. (BONALUME, 2008, p. 76)

Mas como se estruturou a Rede CEDES ao longo do tempo? Quais eram os fundamentos que iam além dos marcos legais já citados anteriormente?

Os princípios gerais do PELC e da Rede Cedes tiveram como referência:

“1. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 217 - É dever de o Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um;

Art. 218 - O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

2. Lei nº 10.257/01- Estatuto da Cidade:

Art. 2 - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

1 - garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

Art. 43, inciso III - garantir a realização de conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal:

1 - órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;

2 - debates, audiências e consultas públicas;

3 - conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;

4 - iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

3. Nos Planos Plurianuais de 2004/2007 e 2008/2011 dos Governos LULA:

1 - Buscam garantir os preceitos constitucionais, tratando a política de Esporte e Lazer como questão de Estado.

2 - Buscam assegurar uma nova gestão pública fundamentada na ética, transparência e participação, de forma descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

4. A Política Nacional de Esporte:

1 - Considera o esporte e do lazer como direitos de cada um e dever do Estado.

2 - Busca a reversão do quadro atual de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social.

3 - Busca a universalização e inclusão social.

4 - Busca a democratização da gestão e da participação.” (BRASIL, 2007, grifos no original)

Em 2003, eram considerados apenas os artigos 217 e 218 da Constituição de 1988, o artigos 43 do Estatuto da Cidade e o PPA 2004/2007. Em 2005, foram acrescentados os artigos 23 e 213 da Constituição e os Arts. 1 e 3 da LDB/1996³⁵.

São diretrizes da Rede Cedes:

35 Conforme Diretrizes da REDE CEDES, 2003 e 2005.

- 1 - Fomento a estudos e pesquisas voltados à consecução de políticas públicas de esporte e lazer compreendidas como o aperfeiçoamento da gestão do esporte e do lazer e a promoção da equidade regional no desenvolvimento da ciência no Brasil;
- 2 - Democratização do acesso às informações e conhecimentos relativos ao esporte recreativo e ao lazer;
- 3 - Difusão dos conhecimentos produzidos por meio de eventos científicos e tecnológicos, bem como relatórios de pesquisa e publicações produzidas e distribuídas por meios impressos (livros, cartilhas, periódicos) e on line (Site do Ministério do esporte e Repositório da Rede CEDES);
- 4 - Promoção da integração de pesquisadores, grupos de pesquisas, universidades, gestores, agentes de esporte recreativo e de lazer e a sociedade brasileira;
- 5 - Viabilização de ações de cooperação e intercâmbios nacionais e internacionais, fomentando a produção e difusão de informações e conhecimentos, assim como de trocas de experiências entre pesquisadores, gestores e agentes de esporte e lazer. (BRASIL, 2010b)

Em 2003, encontramos diretrizes ligadas à “promoção da equidade regional” e à “composição de um sistema federal”, interligando todos os centros de pesquisa esportiva existentes. A diretriz 4 (quatro) só aparece no documento de 2010, sendo que o documento de 2005 não descreve diretrizes.³⁶

São finalidades da Rede:

- 1 - Fomentar a produção e a difusão do conhecimento científico - tecnológico voltadas para a gestão de políticas sociais de esporte e de lazer;
- 2 - Estimular estudos sobre o esporte recreativo e do lazer, considerando as nove linhas temáticas definidas pelo Edital da Rede CEDES, visando à formulação e gestão de políticas públicas, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação dessas atividades, bem como ao estabelecimento de indicadores de desempenho em todo o país;
- 3 - Qualificar gestores e agentes sociais de esporte e de lazer responsáveis pela oferta dos serviços de esporte e lazer à população;
- 4 - Celebrar convênios com instituições nacionais e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnico-científico-cultural e financeira. (BRASIL, 2010d).

A finalidade 2 (dois) não era encontrada nos documentos de 2003 e 2005, os quais demonstravam uma preocupação com projetos de avaliação do esporte recreativo e de lazer para a formulação e gestão de políticas públicas. Essa preocupação não aparece expressa em 2010, mas pode-se considerar presente com outra formulação³⁷.

São estratégias de Rede Cedex:

1. A Rede CEDES reúne grupos de pesquisa consolidados e em consolidação, identificados por meio do mapeamento dos grupos existentes nas instituições brasileiras públicas e privadas sem fins lucrativos e agências de fomento à pesquisa

36 Idem.

37 Idem.

- e integrados por meio do conveniamento de projetos de pesquisa induzidos ou semi-induzidos, ou seja, selecionados via Chamada Pública específica para este fim.
2. Publicação dos estudos realizados/apoiados por meios impressos (livros, coletâneas, cartilhas, periódicos, anais) e digitais (CDs, DVDs, vídeos e outros).
 3. Distribuição qualificada das publicações impressas para bibliotecas de Instituições de Ensino Superior, secretarias de esporte e lazer, grupos de estudos e outras entidades, socializando o conhecimento produzido para gestores, pesquisadores e agentes que atuam com o esporte e lazer.
 4. Criação de um Sistema de Rede On Line de Informações (Repositório da Rede CEDES) para congregar as instituições, os grupos de pesquisa e sociedades científicas que partilham as ações da Rede e dos mesmos interesses e objetivos, permitindo ampla troca de informações e dos conhecimentos produzidos por meio digital.
 5. Análise da consistência dos trabalhos realizados, perfil dos pesquisadores e tendências dos estudos e das formas de difusão do conhecimento produzido pela Rede (Balanço da Produção). (BRASIL, 2010c)

Em 2003 e 2005, a publicação e distribuição qualificada não eram estratégias de ação da Rede³⁸.

A Rede Cedes tem como objetivos:

- 1 - Produzir pesquisas induzidas e semi-induzidas, visando maximizar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico nas áreas da gestão do esporte recreativo e do lazer;
- 2 - Difundir os resultados dos estudos e pesquisa realizados pela Rede CEDES. (BRASIL, 2010e)

Em 2005, o Sistema Federal que integraria diversos grupos de produção do conhecimento e a articulação desses grupos eram considerados objetivos da rede. Em 2003, não havia diferença para os objetivos atuais³⁹.

A partir de 2007, a Rede Cedes passou a realizar Editais Públicos para seleção dos projetos de pesquisas que seriam financiados. Em 2006, foi realizado um Edital pela FINEP para pesquisas da Rede Cedes. Sobre esse assunto e as Linhas de Pesquisa que poderiam ser financiadas, as informações sobre a Rede, divulgadas em 2010, nos mostram que:

É finalidade da Rede CEDES, por meio das pesquisas induzidas e semi-induzidas, oportunizar e estimular grupos em consolidação e pesquisadores a se envolverem com a produção e a difusão de conhecimentos, que versem sobre temas prioritários da política social desenvolvida pelo Ministério do Esporte. A cada ano essas temáticas podem ser modificadas. O detalhamento norteador desses estudos é divulgado em editais. O Edital de 2009 apoiou as seguintes linhas de pesquisa:

- 1 - Memória do esporte e do lazer.** Estudos sobre memórias da educação física, esporte e lazer no Brasil.
- 2 - Perfil do esporte e lazer de estados, Distrito Federal e municípios brasileiros:** Diagnósticos do perfil do esporte e do lazer de municípios, Distrito

38 Idem.

39 Idem.

Federal e estados brasileiros, ampliando dados da Pesquisa realizada pelo IBGE-ME (2003) sobre “Perfil dos Municípios Brasileiros”.

3 - Programas integrados de esporte e lazer: Estudos que subsidiem programas intersetoriais das áreas do esporte e do lazer, desenvolvidos nos âmbitos federal, estadual ou municipal, integrados com outras áreas da política social brasileira, como educação, turismo, segurança, saúde, trabalho, juventude, cultura, meio ambiente, desenvolvimento social, dentre outras.

4 - Desenvolvimento de programas sociais de esporte e de lazer: Estudos de alcance nacional, voltados à ampliação da leitura de demandas específicas para o desenvolvimento de programas sociais de esporte e lazer que tratem, especialmente, o esporte de criação nacional e identidade cultural, a valorização de diferenças culturais, as demandas de gênero e etnias/raças, os quilombolas, os indígenas, as populações ribeirinhas, rurais, da região do semi-árido brasileiro, dentre outras prioritárias.

5 - Observatório do esporte: Aprofundamento de estudos relevantes para a Política Nacional do Esporte, tais como: torcidas organizadas, violência no esporte, mídia esportiva, políticas públicas de esporte, legislação (Lei Pelé, Lei Agnelo Piva, Lei de Incentivo ao Esporte, Estatuto do Torcedor, cadeia produtiva do esporte, etc), educação olímpica, esporte escolar e universitário, megaeventos esportivos, futebol, dentre outros temas.

6 - Gestão de esporte e de lazer: Estudos sobre gestão de políticas e programas de esporte e de lazer, considerando planejamento, formação e gestão de pessoas, atividades, ação comunitária, animação sociocultural, metodologias, controle social, dentre outros aspectos que podem ser abordados.

7 - Avaliação de políticas e programas de esporte e de lazer: Avaliação de políticas públicas e programas de esporte e lazer desenvolvidos pelo governo federal, em particular os Programas do Ministério do Esporte: Esporte e Lazer da Cidade, Segundo Tempo, Pintando a Liberdade e Bolsa Atleta.

8 - Infra-estrutura de esporte e de lazer: Estudos sobre a implantação, manutenção, uso, acessibilidade e novas tecnologias de infra-estruturas públicas de esporte e lazer, considerando demandas e necessidades da população e das políticas desenvolvidas.

9 - Sistema Nacional de Esporte e Lazer: Estudos realizados a partir das deliberações das Conferências Nacionais, Estaduais e/ou Municipais, considerando seus fundamentos e referências, eixos e marcos legais, redes de interações, dentre outros aspectos básicos referentes ao Sistema Nacional de Esporte e Lazer. (BRASIL, 2010d, grifos no original)

No Edital FINEP, havia apenas 3 Linhas Temáticas, que eram: “Esporte e Lazer como fatores de promoção da Saúde e qualidade de vida.”, “(...) na reabilitação de pessoas com deficiência.” e “Construção da cidadania, inserção social e emancipação humana através (...)” (BRASIL, 2010g).

No Edital 2007, havia uma linha de pesquisa relacionada ao “[...] estudo de programas governamentais voltados ao desenvolvimento social [...]” (BRASIL, 2010g), na perspectiva de integração dos programas de esporte recreativo às demais políticas sociais. No entanto, não havia linha de pesquisa relacionada à Infraestrutura de Esporte e Lazer nem a Memórias do Esporte e Lazer, Linhas 8 e 1, respectivamente.

Para entendermos um pouco como funcionava a definição dos temas e linhas de pesquisa que seriam apoiadas através dos Editais, vamos ver o que nos disseram Rejane Rodrigues e Leila Pinto sobre isso.

Rodrigues (2010) afirma que:

Essas linhas de pesquisas, elas foram montadas em cima de vários critérios. Mas eu me lembro que, na ocasião, foi primeiro: o que é que tinha carência nas políticas públicas? O que é que nós não tínhamos respostas? O que é que nós não podíamos investir em um projeto ou justificar determinadas coisas porque era tudo uma sensibilidade a gente achar determinada coisa. Não tinha subsídio para dizer olha, a política vai por aqui porque a região norte está assim, a região sul é desse jeito. Então faltava subsídio. (RODRIGUES, 2010)

Mas Leila Pinto (2010) nos diz que “[...] A gente sabe que as 9 linhas de pesquisa que nós elencamos, elas bebem é nas fontes das demandas tanto das universidades, das prefeituras, dos Estados, dos parceiros, da realidade brasileira.”.

Isso demonstra que a definição das linhas de pesquisa fazia parte de um processo de construção de uma política pública ainda com pouco subsídio teórico e pouca história para fundamentar suas decisões. Então, levando em consideração as falas acima, se buscou democratizar o processo de definição dessas linhas de pesquisa, através do conhecimento das demandas dos parceiros da Rede e do PELC em geral.

No entanto, podemos considerar que, a partir do Edital de 2009, as linhas de pesquisa contempladas passaram a se consolidar conforme características daquele momento da gestão do Programa. A inclusão de pesquisas ligadas à infraestrutura de esporte e lazer reflete o cuidado com a gestão de esporte e lazer associada à animação desses espaços, acessibilidade, organização urbana, entre outros que fazem parte das estratégias de qualificação da gestão na área. Pesquisas sobre memória de esporte e lazer reforçam o cuidado com o conhecimento histórico como parte da estratégia de gestão do conhecimento de esporte e lazer contextualizado de forma crítica e, pela quantidade de pesquisas desenvolvidas nessa linha, podemos concluir que havia uma grande demanda por parte das universidades.

Assim, além de cumprir as normas do Edital, em 2009 passou-se a exigir que a coordenação do projeto fosse realizada por “[...] profissional do quadro da instituição executora, tendo titulação mínima de mestre” (BRASIL, 2010g).

São critérios para avaliação das propostas: enquadramento da proposta ao objeto do Edital; relevância científica, tecnológica e política; inovação do estudo para a gestão pública; fundamentação teórica da pesquisa; adequação da metodologia ao desenvolvimento do

projeto; clareza e adequação do cronograma físico; qualificação, competência e adequação do número de membros da equipe executora; adequação da infra-estrutura física e adequação do orçamento e do cronograma.⁴⁰

Falando ainda do processo histórico da Rede Cedes, segue observação sobre quatro momentos importantes vividos pela Rede:

(...) até o momento, a Rede CEDES viveu quatro momentos importantes.

O primeiro é representado pelo estabelecimento de parcerias com grupos de pesquisas de Cursos de Educação Física das Universidades públicas brasileiras para apoio a pesquisas voltadas ao esporte recreativo e lazer.

O segundo momento ressaltou-se pela ampliação de apoio ao aprofundamento e à consolidação de pesquisas que qualifiquem a política de esporte e lazer do País, ampliando-se também parcerias com grupos de estudos de Instituições de Ensino Superior particulares sem fins lucrativos.

O terceiro momento foi marcado pela criação, em 2007, de Edital Público anual para seleção de projetos para apoio a pesquisas de esporte e lazer, que, em 2009, realizou sua terceira edição.

O atual e quarto momento da Rede é marcado pela ampliação do fomento à pesquisa social sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer e pelo investimento na gestão do conhecimento produzido pela Rede CEDES, sua sistematização e socialização ampla, buscando contribuir com a qualificação das demais ações do PELC e a capacitação de gestores, agentes e estudiosos de esporte e lazer brasileiros e de outros países. (BRASIL, 2010g, grifos no original)

Sobre a importância da criação dos Editais, Luiz Otávio Mattos (2010) reforça o avanço conquistado, pois, segundo ele, “[...] *não dá para negar que o recurso que se tinha, você democratizou.*”.

Outro aspecto importante da estrutura da Rede CEDES foi a criação, em 2010, do Repositório da Rede CEDES, local em que as produções da Rede estarão disponíveis para acesso de todos os interessados. Sua criação buscava dar efetividade à finalidade de difusão do conhecimento produzido pela Rede.

Deixamos, então, para finalizar esse momento, alguns comentários feitos, também em diferentes momentos dessa história. Comentários que sintetizam um pouco dessa trajetória e de seus objetivos.

Bonalume nos lembra que a Rede

(...) deu-se, de início, mais como oportunidade de financiamentos que pudessem consolidar Grupos de Pesquisas em Cursos de Educação Física de universidades públicas, do que o estabelecimento de uma conexão entre diferentes estudiosos com vistas a qualificar e aprofundar as relações das políticas públicas de esporte e lazer (...). (BONALUME, 2008, p. 73)

40 Ver Edital 2009 da Rede Cedes.

Ainda assim, antes da consolidação das Chamadas Públicas como mecanismo de escolha dos projetos a ser financiados, a produção da Rede já tinha importante significado na sua consolidação. Sobre publicação de 2007, Félix mostra que [...] “Os textos aqui apresentados são o resultado da produção dos núcleos nestes primeiros anos de trabalho. É a consolidação da Rede CEDES, potencializando a produção e a difusão do conhecimento científico, voltadas para o esporte recreativo e o lazer.” (FÉLIX, 2007, p. 183).

Correia, Ferrari e Soares falam da importância do Programa para a democratização do acesso a produção científica de esporte e lazer.

Como vetor de produção e difusão democrática de informação digital e científica, os Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES) estão trabalhando com um universo bastante amplo que vai desde a memória do esporte até as políticas públicas para o esporte e lazer, que, por meio da rede de computadores *internet*, estarão disponibilizando de forma gratuita o acesso aos trabalhos produzidos pelos núcleos CEDES em formato de livros digitais, artigos científicos, relatos de experiências, etc. Acreditamos ser este um passo primordial para a democratização real da informação para o público. (CORREIA, FERRARI e SOARES, 2007, p. 242)

Gisele Maria Schwartz (2010, p. 129) ressalta a importância do Edital como grande mudança na lógica de funcionamento da Rede. Afirma que “[...] o principal aspecto foi a mudança de paradigma, com a implantação e abertura de possibilidades e acessos ao financiamento de pesquisas, promovido pela criação da Rede CEDES, com base em editais, [...]”.

Ainda em relação à escolha dos Grupos que seriam conveniados antes dos Editais, parece haver consenso entre os entrevistados de que, inicialmente, o Programa buscava atender demandas de grupos conhecidos e comprometidos com a proposta da Rede. Ainda mais quando vemos que essa é a posição do Secretário da SNDEL nesse período:

(...) buscamos localizar os Grupos de Pesquisa existentes que tivessem em seus Modos Operandi o tema das políticas públicas de Esporte e Lazer como objeto de investigação, buscando aproximação com aqueles que mais se aproximassem do modelo conceitual/referencial teórico por nós adotado. (FIGUEIREDO, 2010, p. 118)

É a mesma percepção de Andrea Ewerton (2011), ao afirmar que “[...] foram escolhidas universidades que na época já tinham a preocupação de ampliar a produção na área”.

Rejane Rodrigues (2010) avaliava alguns problemas causados por essa lógica: [...] *“Os que chegavam primeiro, os projetos, no início do ano, se tinha dinheiro, o projeto estava de acordo, pagava.”*

E Leila Pinto (2010) encontrava ainda outras dificuldades resultantes dessa maneira de definir os conveniados, ao dizer: “[...] *Parecia que era muito mais o fomento da universidade esperando que a parte de um fomento não só de produção escrita, mas também de debates, mais para frente sobre política pudesse mobilizar uma massa crítica que aí sim ia produzir algo para reverter nessa história.*”

Claudia Bonalume (2010) reforça que não havia critérios claros para essa escolha, os quais afetavam principalmente o retorno que essas pesquisas poderiam trazer para as políticas desenvolvidas pela SNDEL. Afirma que “[...] *Não se tinha muito claro porque que determinada pesquisa estava sendo financiada e nem de que forma essa pesquisa viria de volta ao Ministério, ao Programa, fazer aí então uma alimentação.*”

Pensamento compartilhado por Rejane Rodrigues (2010): “[...] *No caso da Rede CEDES, o que foi que nós encontramos? Poucos projetos, projetos direcionados a convite e projetos que não correspondiam, muitos deles, a uma aplicabilidade das políticas públicas.*”

Crítica feita de forma mais enfática por Luiz Otávio Mattos (2010): “[...] *Não tinha edital. O fato de não ter edital já complica.*”

Mas Leila Pinto (2010), por fim, percebe a importância desse início na trajetória de consolidação da Rede. Ela avalia que “[...] *a Rede CEDES passou por dois momentos de gestão. Eu diria que os primeiros 4 anos foram realmente importantes para integrar as políticas de esporte e lazer no âmbito das políticas das universidades: acho mesmo que foi um momento muito importante para isso.*”

Terminamos esta parte do trabalho com uma avaliação feita por Bonalume sobre o momento vivido pela Rede em 2008.

(...) as mudanças mais perceptíveis na Rede CEDES, desde seu surgimento, são: a ampliação da transparência no processo de seleção de projetos apoiados; o início da participação dos atores nas decisões a respeito dos temas relativos à Rede, percebido a partir de 2006; o avanço nos objetivos da Rede que, de financiamento a pesquisas de interesses individuais voltam-se para objetivos comuns compartilhados por vários estudiosos no sentido da construção da política nacional de esporte; e na própria estrutura da Rede CEDES que, de totalmente centralizada, indica o início de criação de outros laços unindo os atores entre si, sem ter que, necessariamente, passar pelo Ministério. (BONALUME, 2008, p. 74)

No capítulo a seguir, passamos à análise relativa à produção da Rede CEDES no estado de Minas Gerais.

4 ANÁLISE DA PRODUÇÃO DA REDE CEDES EM MINAS GERAIS

O senso comum e a opinião (doxa) ou a experiência acumulada por longo tempo de prática (sofia), são elementos importantes, mas, insuficientes. A nova realidade histórica demanda conhecimentos calcados na *episteme* – conhecimento crítico. (FRIGOTTO, 2007, p. 105)

Utilizamos o pensamento de Gaudêncio Frigotto para enfatizar a importância e a necessidade dos conhecimentos produzidos de forma crítica pela Rede CEDES. Frigotto ressalta como o conhecimento crítico pode ser complementar, e não antagônico, às experiências vividas. Consideramos que esse pensamento se aplica também à relação entre os conhecimentos produzidos em pesquisas sobre lazer e a experiência vivida por gestores e executores de ações nessa área.

Iniciamos então nossa análise da produção da Rede CEDES em Minas Gerais. Afinal, o que se produziu de conhecimento através dessas pesquisas? Qual a relação do que foi produzido com os objetivos, finalidades e diretrizes da Rede? Como essa produção pode auxiliar no desenvolvimento do esporte e do lazer, e como ela se encaixa nos objetivos de intervenção do PELC?

Mas por que Minas Gerais? Todos os gestores entrevistados consideram que as Universidades de Minas Gerais têm um papel diferenciado na história da Rede construída desde 2003. Nesse período, esse estado foi responsável por 18% das pesquisas realizadas em todo país, atendendo a praticamente todas as linhas de pesquisa apoiadas. Além disso, é o estado que tem a Universidade responsável pela formação dos agentes sociais do PELC, tem o único programa de Mestrado em Lazer do país e foi dele o trabalho de construção de um modelo avaliativo para o programa executado, em parte, em 2010. Vejamos as falas dos entrevistados sobre isso.

Inicialmente, vemos que Leila Pinto (2010) considera pouco aproveitada a produção da Rede, problema encontrado não só em Minas, mas em todo o Brasil:

Então, eu fico imaginando analisar os temas dos projetos de Minas Gerais, muda um pouco o tom de que tipo de diálogo a Rede CEDES de Minas Gerais poderia desenvolver com maior profundidade, maior propriedade, para ajudar os formadores do PELC. Memória é um deles. E aí eu pergunto: tem muitos estudos de memória, mas são usados para os módulos de formação do PELC? Eu nunca vi. (PINTO, 2010)

Mas, a despeito dessa dificuldade em aplicação das pesquisas na execução do PELC, Minas Gerais se destaca no universo de pesquisas da Rede, e na possibilidade de aplicação na

política. Ela tem papel importante na ação de formação do Programa, por ter a Universidade responsável pela coordenação da formação dos agentes do PELC.

Andrea Ewerton (2011) considera um estado diferenciado: *“Sem dúvida, uma das parcerias mais atuantes, com uma série de pesquisas e publicações realizadas e com um processo de difusão desse material, muito rico; em eventos e no próprio Curso de Mestrado em Lazer- único no Brasil.”*.

Novamente Leila Pinto (2010) lembra que:

Minas Gerais tem um estudo, é um estudo primoroso. O que foi que ele fez? Ele levantou todos os estudos sobre futebol que existem nas ciências sociais e humanas. Primeiro estudo que ele fez, 2007, 2008, me parece, ele levantou 627 estudos. E agora ele está fechado 2009 e 2010. É muita coisa. E ele tem livros em PDF naquele site dele. Olha que legal. Pré copa do mundo. Fazer um trabalho nos núcleos do PELC estudando o futebol sob várias óticas. (PINTO, 2010)

E Rejane Rodrigues (2010) reforça o papel da Rede CEDES em Minas Gerais na avaliação da execução do PELC, dessa vez apoiando também o Programa Segundo Tempo: *“[...] Nós tivemos também como colaboração para a nossa política mais recente, foi a pesquisa desenvolvida pela PUC Minas, em função do PELC e do Segundo Tempo.”*.

Enfim, segundo Leila Pinto (2010), a importância de Minas Gerais na Rede CEDES se evidencia ao verificar o aumento constante de grupos participantes do Programa: *“[...] Só Minas Gerais dobrou de número de instituições, isso mostra que é muito significativo.”*.

Pinto (2010) completa:

O que me chamou muito a atenção em Minas Gerais, foi o movimento em Minas Gerais principalmente no último edital. Que vem crescendo nos últimos editais, mas no último edital, o que saiu agora...muitos projetos. E aí logo que vem à memória, as grandes universidades mineiras. Isso mostra uma coisa muito legal que é a dimensão que está ganhando a discussão do campo do lazer de uma maneira mais ampla. Porque, explicar o campo do lazer pela UFMG que tem o CELAR, que já tem um mestrado, é fácil. Agora, isso dentro do estado de Minas Gerais. Diamantina, tem a Universidade de Diamantina. Tem alguns universidades que eu sou mineira e não conhecia. (PINTO, 2010)

E, por fim, Pinto mostra a importância que vai além da participação na Rede.

Um estado que carrega isso é muito Minas Gerais, não só porque lá tem vários grupos de estudo, um estado que tem mestrado em lazer, que tem mestrado na nossa área e por isso tem que produzir mesmo. A própria UFMG tem vários grupos de estudo dentro da própria universidade; é uma universidade que trabalha de uma maneira associada com outras universidades (...). (PINTO, 2010)

Vemos, então, um Balanço da Rede CEDES realizado por Figueiredo (2010, p. 117), com afirmação de que “[...] *Durante os 6 anos de análise realizada por este Balanço da Rede CEDES, desde 2003 – ano de sua criação – até o ano de 2010, foram firmados 129 convênios e realizadas 208 pesquisas.*”. Desses, no estado de Minas Gerais, cuja produção é o objeto desse estudo, a Rede Cedes tem, desde 2003, entre pesquisas realizadas ou em andamento, 26 (vinte e seis) projetos aprovados. Destes, temos 15 (quinze) com a UFMG, 3 (três) com a PUC Minas, 2 (dois) com a UFJF, 2 (dois) com a UFV e 1 (um) projeto com UFU⁴¹, UFOP, UFSJDR e UEMG.

Essas pesquisas têm os seguintes objetos:

- 1 - Levantamento de produção acadêmica acerca do futebol nas ciências humanas e sociais (UFMG);
- 2 - Levantamento e análise das torcidas organizadas de Minas Gerais (UFMG);
- 3 - Avaliação de políticas e políticas de avaliação: possibilidades para o esporte e o lazer (UFMG);
- 4 - Lazer e formação profissional: análise da política de formação profissional em lazer em secretarias de esporte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (UFMG);
- 5 - O CELAR e os estudos de lazer: compartilhando conhecimentos (UFMG);
- 6 - Lazer, idosos e inclusão social: explorando o potencial dos interesses turísticos na perspectiva da animação sociocultural (UFMG);
- 7 - Lazer na América Latina (UFMG);
- 8 - A infância, a cidade e a educação: questões para o esporte e o lazer (UFMG);
- 9 - Eu vou contar uma história... Memórias de esportes e ruas de recreio em Minas Gerais (1940-1970) (UFMG);
- 10 - Memórias da Educação, Esporte e Lazer (UFMG)⁴²;
- 11 - Metodologia para inclusão dos jovens de Ribeirão das Neves: diagnóstico para implantação do PELC PRONASCI (PUC Minas);
- 12 - Avaliação dos programas PELC e Segundo Tempo: verificação de resultados e elaboração de método avaliativo (PUC Minas);
- 13 - Esporte, lazer e modernidade em Juiz de Fora – 1880-1930 (UFJF);
- 14 - Projeto de criação do NUTESES (UFU);
- 15 - Lazer e esporte em Ouro Preto e Mariana: estudo de espaços e equipamentos (UFOP);
- 16 - Análise do perfil dos torcedores organizados de Minas Gerais (UFMG);
- 17 - Formação de recursos humanos para a área do Lazer na América Latina (UFMG);
- 18 - Trajetória histórica das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1938-2006 (UFMG);
- 19 - As práticas de lazer na cidade de São João del Rei: uma análise dos espaços públicos de lazer oferecidos aos munícipes pelo poder público (UFSJDR);
- 20 - Avaliação de resultados do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Minas Gerais (UFV);
- 21 - Garimpando memórias dos esportes: mapeando histórias de esportivização (PUC Minas);
- 22 - Memória do esporte universitário em Viçosa (UFV);

41 Não encontramos nenhuma informação sobre o trabalho dessa Universidade além do fato de estar na lista.

42 Essa pesquisa é subdividida, o que altera o total das pesquisas, conforme veremos detalhadamente adiante.

23 - Coleção história oral: memória de esportes e ruas de recreio (1940-1980) (UFMG);

24 - A realidade pública do esporte nos municípios da região Médio Rio Grande do estado de Minas Gerais (UEMG)⁴³;

25 - História e memória do esporte em Juiz de Fora (UFJF) (BRASIL, 2010f).

Começamos, então, a análise da produção da Rede CEDES em Minas Gerais considerando os seguintes aspectos: Entidades e Grupos de Pesquisa, Títulos e Objetivos (principalmente os objetivos gerais), Metodologia e Relevância.

Em relação às entidades, temos 15 (quinze) trabalhos da UFMG, sendo que 3 (três) desses trabalhos são do Observatório do Torcedor, grupo de pesquisa que trata da temática das torcidas organizadas do futebol; 3 (três) da PUC-MG; 2 (dois) da UFJF e da UF de Viçosa e 1 (um) da UF São João Del Rei e da UF Ouro Preto em um total de 24 (vinte e quatro) pesquisas realizadas, ou em andamento, em Minas Gerais, desde o início da Rede CEDES⁴⁴. A primeira constatação se refere à grande concentração de trabalhos realizados por apenas uma entidade, a UFMG, com 60% dos trabalhos; se incluirmos ainda os trabalhos da PUC-MG veremos que 72% dos trabalhos são realizados por entidades sediadas em Belo Horizonte, deixando 28% para as outras cidades e regiões do estado.

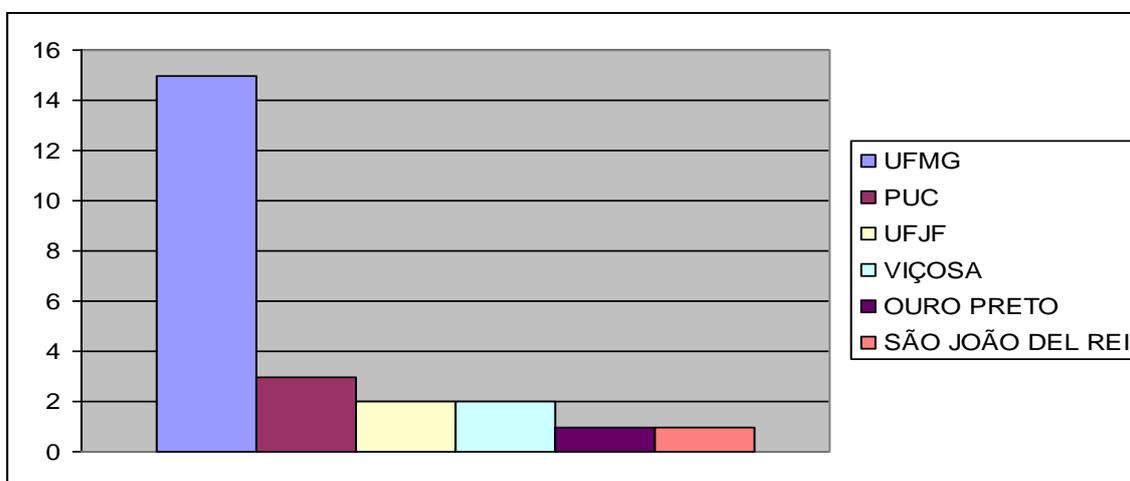


GRÁFICO 4 - Quantidade de projetos por Universidade

Fonte: Elaborado pelo autor

43 Não encontramos nenhuma informação sobre esse trabalho, além do fato de estar na lista disponibilizada no site do Ministério do Esporte. Os técnicos que trabalham na Rede CEDES também desconhecem esse estudo e não encontraram nenhuma informação.

44 Na listagem encontrada no Site do Ministério do Esporte constam 25 pesquisas, no entanto os técnicos que trabalham com a Rede CEDES em 2011 não encontraram nenhum registro ou material da UEMG, nem pesquisa com o título relacionado a essa entidade. Por isso estamos trabalhando com um universo de 24 pesquisas.

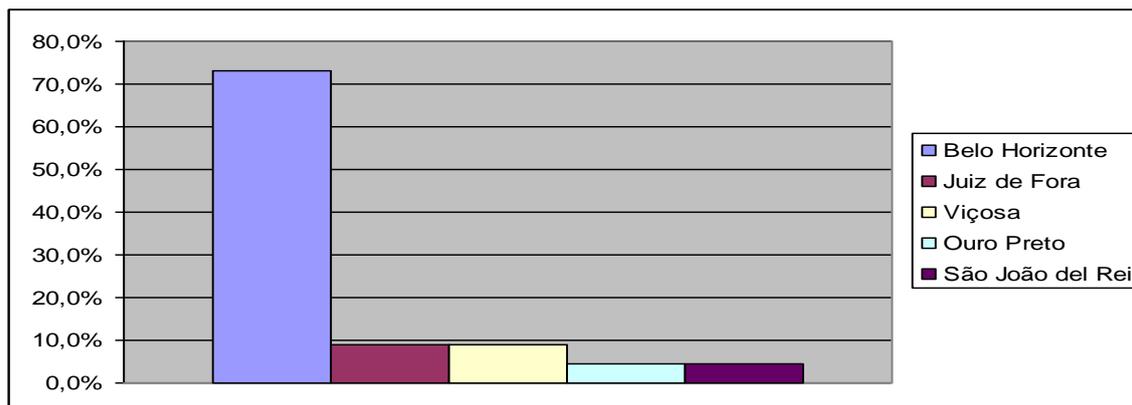


GRÁFICO 5 - Relação projetos/municípios

Fonte: Elaborado pelo autor

Podemos verificar que, conforme opinião dos gestores, a Rede CEDES tem promovido o aumento de Grupos de Pesquisa em esporte e lazer em todo o país. Isso acontece em Minas Gerais também, conforme nos falou Leila Pinto (2010) em seu relato: “[...] *E quando você faz consulta na história do avanço dos grupos, na base lá do CNPq, mostra que o número de grupos de estudo que chegou em 2000 e que passaram a existir à partir de 2007, 2008, eu acho que dobra na área*”. Garantido, também, pelo financiamento da Rede:

Hoje mesmo eu estava avaliando um dado muito importante do CNPq nesse ano. Se você pensar em termos financeiros que o CNPq aplicou na educação física e o que a nossa Rede aplicou, quase que equivale. Só que um detalhe, o CNPq aplica na Educação Física brasileira toda. Se você pensar que nós estamos aplicando na área das ciências humanas e social é uma quantidade estupidamente superior. (PINTO, 2010)

Opinião compartilhada por Andréa Ewerton (2011), que considera a Rede CEDES um marco na história de pesquisas na área: [...] “*Penso que é de fato um divisor de águas, a produção científica (pesquisa e publicações) antes e depois na criação da Rede CEDES, já existem várias pesquisas que apontam o crescimento da produção na área a partir do incentivo da REDE CEDES.*”.

No entanto, não encontramos informações suficientes para avaliar se esses grupos têm tido possibilidade de se consolidar, o que significaria a sua manutenção independente dos recursos da Rede. Pelo contrário, Rejane Penna Rodrigues (2010) entende que é uma ação que não pode terminar, compreende que é uma política que deve se tornar permanente: “[...] *eu acho que o conhecimento, ele é algo que, assim, se movimenta e deveria ser um movimento crescente. Então, se fosse, vamos dizer, para nós pararmos de investir na Rede, algum outro órgão público deveria investir.*” Isso nos faz entender que a consolidação significa as

agências de fomento à pesquisa considerarem a necessidade de investimentos específicos em pesquisa social de esporte e lazer, evitando a dependência dos recursos do Ministério do Esporte.

Em relação aos Títulos e Objetivos das pesquisas, optamos por analisar esses dois itens juntos porque, em alguns casos, os objetivos praticamente repetem os títulos. Dividimos essa análise em 6 (seis) categorias: **Avaliação/Políticas Públicas**, que são as pesquisas que propõem avaliação ou metodologias para políticas públicas de esporte e lazer; **Espaços e Equipamentos**; **Formação Profissional e de Recursos Humanos**; **Lazer**, que tratam da produção do conhecimento sobre o lazer em geral; **Memória/História** do esporte e do lazer e, por fim, as pesquisas do **Observatório do Torcedor**.

Temos, então, 4 (quatro) pesquisas de **Avaliação/Políticas Públicas**, 16% do total. Dessas, 2 (duas) tratam da avaliação do PELC. Uma propõe metodologia de trabalho para o Programa, focada no trabalho com a juventude e uma trata dos estudos sobre avaliação de programas de esporte e lazer. Na categoria **Formação Profissional e de Recursos Humanos**, temos 2 (duas) pesquisas, ou 8% do total, sendo uma focada nas ações das Secretarias de Esporte e Lazer da Região Metropolitana de Belo Horizonte e a outra nos estudos dos programas de Mestrado na América Latina. Sobre **Espaços e Equipamentos**, temos 2 (duas) pesquisas, ou 8% do total, sendo uma para a análise dos espaços em Ouro Preto e Mariana e outra para análise dos espaços e sua utilização em São João del Rei. Em relação aos estudos do **Lazer**, temos 4 (quatro) pesquisas, ou 16% do total; duas dessas tratam especificamente de estudos de lazer e duas tratam da produção sobre lazer na América Latina e no CELAR, grupo de pesquisa da UFMG. A categoria **Memória/História** do esporte e do lazer é a que possui mais trabalhos realizados, com 8 (oito) ao todo, ou 33% do total; desse total, 3 (três) tratam da produção em todo o estado e 5 são pesquisas focadas nas cidades em que foram realizadas. Por fim, temos 4 (quatro) trabalhos do **Observatório do Torcedor**, que correspondem a 16% do total.

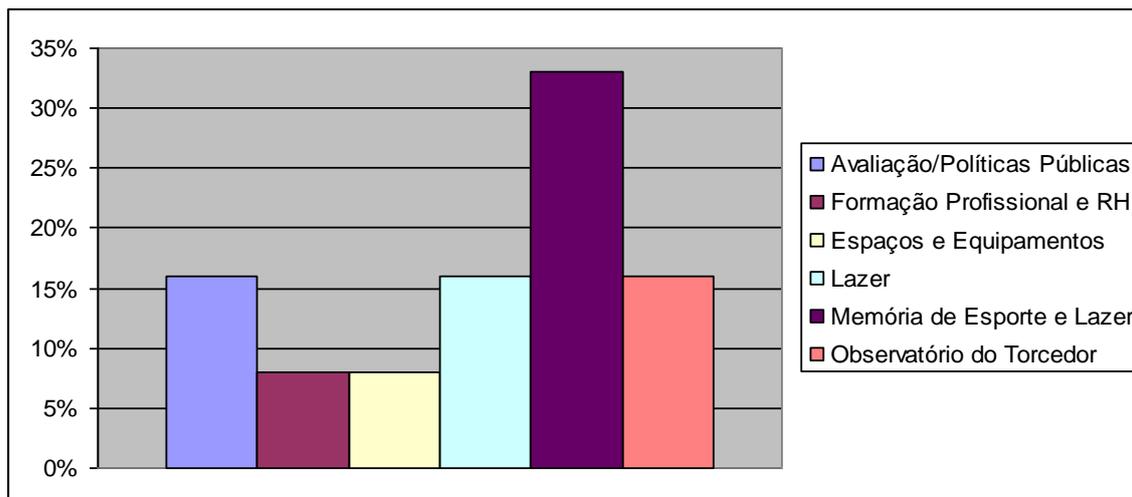


GRÁFICO 6 - Títulos e objetivos das pesquisas - porcentagem

Fonte: Elaborado pelo autor

Luiz Otávio Mattos e Claudia Bonalume (2010) fazem uma análise interessante sobre a divisão das pesquisas por tema em todo o Brasil. Bonalume demonstra suas dúvidas em relação à aplicabilidade da produção da rede na gestão de esporte e lazer: “[...] *Na parte pedagógica, com certeza ela tem muito a contribuir. Na parte da gestão ainda não. A gente pesquisa muito pouco na parte de gestão mesmo.*” .

Luiz Otávio Mattos avalia que o diálogo existente entre a pesquisa e a execução ainda está longe de se tornar realidade: “[...] *Tanto como diretor como observador desse programa, eu não vejo diálogo nenhum.*”. E, de forma semelhante à Claudia Bonalume, considera que as propostas de pesquisa ainda estão muito longe da gestão e da formulação de políticas públicas de esporte e lazer:

(...) você vê que o percentual maior de pesquisas que acontecem é no âmbito das práticas de lazer. O percentual menor de pesquisas está nas pesquisas no campo da formulação do sistema nacional de esporte. E esse é o último. É 1.5%⁴⁵. A antepenúltima é a de avaliação de programa de política pública de esporte e lazer. (MATTOS, 2010)

Em Minas Gerais, podemos verificar no Gráfico 4 que a linha de pesquisa relacionada à gestão de políticas públicas aparece com 16% do total, uma situação melhor do que apresentou Luiz Otávio, mas ainda longe de ser a principal linha de estudos da Rede.

Sobre Metodologias utilizadas nas pesquisas, limitamos nossa análise à verificação das pesquisas estritamente documentais ou bibliográficas e às pesquisas que também foram a

45 Ele se refere aos trabalhos apresentados ao Premio Brasil de Esporte, Lazer e Inclusão Social.

campo realizar diversos tipos de entrevistas. Nesse sentido, tivemos 10 (dez) pesquisas, ou 41% do total, que não foram a campo, e 14 (quatorze) pesquisas, ou 59% do total, que, além das pesquisas documentais ou bibliográficas, foram a campo para entrevistas de diversos tipos.

Por fim, chegamos à relevância. Sobre esse aspecto, utilizamos a posição apresentada nos projetos de pesquisa pelos seus autores. Alguns utilizaram esse termo na elaboração do projeto, outros registraram a relevância da pesquisa na justificativa da proposta. É claro que essa primeira análise objetiva, ao procurar resumir em poucas palavras, uma justificativa muitas vezes complexa, não expressa a diversidade das propostas apresentadas. No entanto, consideramos suficiente para nos mostrar o caminho que as pesquisas têm seguido.

O primeiro grupo de pesquisas é o grupo que pretende auxiliar na gestão de programas ligados às torcidas organizadas de Belo Horizonte. Temos 4 (quatro) pesquisas nesse grupo, ou 16% do total. É importante ressaltar que consideramos como *gestão* todas as fases de implantação de um programa ou política pública, que vai desde a elaboração da proposta até a avaliação de seus resultados, passando pelo processo de implantação e execução.

O segundo grupo é o que pretende auxiliar na gestão de políticas de esporte e lazer. Nele, estão algumas pesquisas focadas em políticas direcionadas a segmentos específicos (jovens, idosos, crianças) e também a políticas locais. Temos, nesse grupo, 7 (sete) pesquisas, ou 30% do total.

Temos 2 (duas) pesquisas que buscam constituir uma rede latino-americana de pesquisas e produções em lazer, que representam 8% do total, bem como duas que tratam especificamente da formação em esporte e lazer e outras duas que têm como principal justificativa a possibilidade da publicação e divulgação dos trabalhos. Temos, ainda, 1 (uma) pesquisa que busca “institucionalizar um grupo de pesquisa” e uma que pretende analisar a utilização dos espaços de lazer locais. Essas pesquisas representam, cada uma, 4% do total.

Por fim, temos 5 (cinco) trabalhos, ou 20% do total, que justificam a importância do resgate ou preservação da memória e história do esporte e do lazer. Esses trabalhos fundamentam de formas diferentes a importância da memória e dos conhecimentos históricos para justificar pesquisas relacionadas a esse tema. Todos ressaltam a importância desses estudos.

Partindo dessa primeira análise, começamos a aprofundar nosso estudo sobre a produção da Rede CEDES em Minas Gerais. Primeiro, é necessário ressaltar que, ao analisarmos essa produção, temos que considerar as possibilidades concretas de acesso ao

material produzido. Afinal, o segundo objetivo da Rede CEDES é justamente “[...] difundir os resultados dos estudos e pesquisas [...]” (Diretrizes da Rede CEDES, 2003-2005). Além disso, vimos que a preocupação com a democratização do acesso ao conhecimento produzido, fazendo com que ele caminhe além dos meios acadêmicos, criando aí uma possibilidade concreta de subsidiar e qualificar as ações do esporte e do lazer, esteve evidenciada na maioria dos trabalhos publicados pela SNDEL nos últimos anos. Essa preocupação ia além de mera disponibilização das publicações, mas passava também por uma mudança de cultura dos gestores e agentes de esporte e lazer que lhes permitisse acessar e tomar posse do conhecimento produzido. Isso nos permite concluir que a dificuldade de acesso a essa produção diminui e compromete bastante a efetividade da ação.

Sobre isso, Claudia Bonalume (2010) se mostra preocupada com as dificuldades e/ou barreiras existentes para que a democratização do acesso à informação seja uma realidade em que a população realmente possa se apropriar das produções científicas. Ela diz que “[...] *A democratização do acesso à informação é que assim, embora ela esteja disponível, às vezes não basta. Ela está disponível, digitalizada no site. A gente precisa ter todo um trabalho de estímulo para que seja acessado, e isso talvez a gente ainda esteja devendo um pouco.*” E explica que “[...] *Acessar que eu digo não é ler, entrar no site e ler, porque isso não quer dizer necessariamente, se apropriar daquele conhecimento.*”

Buscamos, então, acessar os trabalhos disponíveis para o público em geral, através das produções colocadas no site do ME ou nos trabalhos cadastrados no Repositório da Rede CEDES. Essa foi a primeira dificuldade da pesquisa, pois o site do ME só disponibiliza os livros publicados e, mesmo assim, nem todos estão disponíveis. Além disso, o Repositório da Rede, onde deveria estar toda a produção, tem apenas um trabalho da UFMG e todos os trabalhos da PUC/MG, o que não chega a representar um terço da produção em Minas Gerais.

Sobre a difusão do conhecimento produzido, Leila Pinto (2010) fala da importância da distribuição de livros: “[...] *Porque o que é que acontece, com a produção da Rede que hoje já temos cerca de 20 mil livros distribuídos em todo país [...]*”. Mas também questiona a pouca disponibilização das produções no repositório da Rede: “[...] *Não adianta ter repositório, ter as pesquisas, se o pesquisador não criar cultura de anexar os produtos dentro do repositório, provocar o movimento de consulta desses produtos, aproximar essa discussão do que está no repositório com o que os núcleos dos formadores [...]*”.

Por isso, nosso trabalho, em alguns momentos, vai se limitar a analisar o projeto de pesquisa enviado ao Ministério. Em outros casos, analisa a proposta e o relatório de execução e, em alguns casos, teremos a possibilidade de analisar também as publicações realizadas.

Para fazermos nossa análise, tomamos por base os grupos formados a partir da categoria Título/Objetivo da pesquisa. Utilizamos essa divisão por entendermos que é a que mais se aproxima dos objetivos e caminhos escolhidos pelos grupos de pesquisa ao buscarem a parceria da Rede CEDES.

4.1 AVALIAÇÃO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O primeiro grupo é **Avaliação/Políticas Públicas**, um grupo de pesquisas que se propõe a tratar especificamente da temática da avaliação de programas de lazer e/ou da gestão desses programas. Sabemos que, de uma forma ou de outra, toda a produção do conhecimento pode influenciar positivamente na gestão de programas de lazer, mas as pesquisas a seguir pretendem influenciar diretamente na gestão.

Temos então o trabalho *Avaliação de políticas e políticas de avaliação possibilidades para o esporte e o lazer*. Essa pesquisa é um subprojeto do Termo de Cooperação realizado entre o Ministério do Esporte e a UFMG, que tinha como tema: A Rede CEDES na EEEFTO DA UFMG - *Esporte & Lazer: Pesquisa, Memória e Formação*. Esse projeto “[...] incluía ações de pesquisa, sistematização e socialização do conhecimento, organizadas em um cronograma bi-anual de trabalho” (RELATÓRIO, 2006, p. 2) e tinha como um dos seus objetivos a implantação da Rede CEDES na EEEFTO, da UFMG. Efetivamente, segundo o relatório apresentado sobre as ações realizadas nos anos 2005/2006, a Rede CEDES foi implantada na EEEFTO com a organização dos espaços físicos, contratação de bolsistas, ampliação dos grupos de trabalho, fomento às ações de formação e capacitação e apoio à socialização das atividades em curso. Essa proposta resultou na publicação dos seguintes livros: ISAYAMA, Helder Ferreira; LINHARES, Meily Assbú (Orgs). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006; ISAYAMA, Helder Ferreira, LINHARES; Meily Assbú (Orgs). *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 e

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Sérgio. *Infâncias na metrópole*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Essas eram ações de caráter geral da proposta. Ao longo das análises iremos falar de cada um dos projetos apresentados separadamente.

O projeto de que estamos tratando nesse momento, *Avaliação de políticas e políticas de avaliação possibilidades para o esporte e o lazer*, é dividido em outros 4 (quatro) subprojetos, que são: "Perfil dos Dirigentes Municipais de Esporte e Lazer da Grande BH"; "A Secretaria Municipal de Esportes no processo de descentralização em curso na Prefeitura de Belo Horizonte: o olhar do corpo técnico"; "O lazer como política social na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte"; e "Lazer e idosos: uma relação possível de integração social? Avaliação do Programa Vida Ativa/SMAED/PBH".

O primeiro subprojeto considerava a possibilidade de que, através do conhecimento do perfil dos gestores, seria possível fornecer subsídios para compreender os avanços e retrocessos, além das estratégias utilizadas na implantação de políticas de esporte e lazer na Grande BH. Em seu primeiro ano, foi realizado nivelamento teórico entre os bolsistas, entrevistas com os gestores e participação em seminários. No segundo subprojeto, "A Secretaria Municipal de Esportes no processo de descentralização em curso na Prefeitura de Belo Horizonte: o olhar do corpo técnico", de forma semelhante ao primeiro, procedeu-se a um nivelamento teórico e foi-se a campo para pesquisa. No segundo ano de execução, concluiu-se a análise dos dados e apresentou as conclusões aos integrantes da Secretaria Municipal Adjunta de Esportes que participaram da pesquisa. A ação de voltar aos gestores para oferecer retorno sobre o estudo realizado amplia a possibilidade de qualificação da gestão local e possibilita uma maior aproximação de gestores e pesquisadores, se adequando à finalidade de qualificação dos gestores de esporte e lazer.

O terceiro subprojeto, "O lazer como política social na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte", pretendia identificar se existe uma política pública de lazer no município de Belo Horizonte. Para tal, realizou-se pesquisa documental e entrevistas com diversos gestores que cuidam desse setor na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, já que não existia um órgão específico na época. Ao final desse ano, foi possível afirmar, segundo relatório apresentado, que, entre as ações desenvolvidas pelos órgãos, umas "[...] são, por si próprias, possibilidades de lazer, outras facilitam indiretamente a sua vivência." (RELATÓRIO, 2006, p. 12).

No quarto subprojeto, "Lazer e idosos: uma relação possível de integração social? Avaliação do Programa Vida Ativa/SMAED/PBH", realizou-se trabalho de estudo e formação

entre os bolsistas, pesquisa documental e foi-se a campo entrevistar técnicos do Programa Vida Ativa e seus usuários, além de participação em Seminários, reuniões e congressos. No relatório apresentado em 2006/2007, são reproduzidos os relatos das ações realizadas em 2005/2006, citando as possíveis publicações e participações em seminários. Foram alterados os nomes dos subprojetos, porém, mantendo objetivos semelhantes.

A proposta de continuidade do trabalho realizada em 2007 tinha como objetivo lançar uma publicação com os resultados do estudo. O acesso aos resultados das pesquisas realizadas teria grande importância na qualificação das políticas de lazer em Belo Horizonte. No entanto, o resultado não está disponível.

Outro trabalho desse grupo é *Avaliação de Resultados do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Minas Gerais*, da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Essa pesquisa se propõe a avaliar o PELC em Minas Gerais, através da análise dos documentos sobre os convênios disponíveis na SNDEL e nas entidades conveniadas e entrevistas com gestores do Ministério do Esporte, gestores locais e beneficiários. Tem como objetivo auxiliar no desenvolvimento de uma “[...] ação mais efetiva dos gestores das áreas de esporte e lazer [...] além de contribuir para a formação de uma cultura orientada para a gestão de desempenho, enfatizando o uso e o valor da avaliação [...]” (PROJETO, 2009b, p. 1).

A proposta considera a “[...] falta de governança, o acesso segmentado, o tradicionalismo, a inércia e a descontinuidade” (PROJETO, 2009b, p. 5) como características marcantes das políticas sociais brasileiras. Em nível local, “[...] há uma ausência de articulação entre os indivíduos relacionados às ações, além de um intenso desperdício de investimentos em recursos [...]” (PROJETO, 2009b, p. 5). Por isso, justifica o desenvolvimento da pesquisa, que busca

(...) contribuir para a formação de uma cultura orientada para a gestão de desempenho, enfatizando o uso e o valor da avaliação e auxiliar na mudança desse quadro já que entende que (...) a avaliação de projetos teria papel central em sua racionalização, enfatizando a objetividade, a suficiência das informações, a validade e a confiabilidade. (PROJETO, 2009b, p. 5 e 6).

O projeto fundamenta seus objetivos e metodologias definindo políticas públicas como “[...] conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos” (RUA, 2007 *apud* PROJETO, 2009b, p. 5) e que, dentro dessas políticas, são elaborados projetos, programas e planos.

Segue a definição utilizada para cada um desses itens:

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 1984), *apud* Cohen e Franco (2007:85), “um projeto é um empreendimento planejado que consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo dados”. Um programa é um conjunto de projetos que perseguem os mesmos objetivos, estabelece as prioridades da intervenção e aloca os recursos disponíveis. Um plano seria a “soma de programas que procuram objetivos comuns, ordena os objetivos gerais e os desagrega em objetivos específicos”, os quais serão os objetivos gerais dos programas. (PROJETO, 2009b, p. 6)

A proposta considera que a avaliação

(...) faz parte do processo de planejamento da política social, gerando uma retroalimentação sobre as informações de diversos projetos quanto a sua eficácia e eficiência; além disso, analisa os resultados obtidos por esses projetos, possibilitando sua reorientação em direção ao fim postulado. (PROJETO, 2009b, p. 6)

Faz, então, uma proposta de avaliação formativa que, segundo o projeto,

(...) investiga de forma sistemática o desenvolvimento de programas sociais com o propósito de medir a cobertura do programa social, estabelecer o grau em que está alcançando a população beneficiária, e acompanhar seus processos internos, visando detectar possíveis defeitos na elaboração dos procedimentos, identificar barreiras e obstáculos à sua implementação e gerar dados importantes para sua reprogramação, através do registro de eventos e de atividades. (PROJETO, 2009b, p.10)

E conclui propondo um estudo quantitativo-qualitativo, sendo uma pesquisa *ex-post facto*, que pretende pesquisar as instituições contempladas pelo PELC entre 2006 e 2009 no Estado de Minas Gerais.

Essa pesquisa ainda está em execução, não sendo possível verificar seus resultados. No entanto, sua bem fundamentada proposta já fornece subsídios para auxílio na qualificação da gestão de políticas públicas na área.

A pesquisa *AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE: verificação dos resultados e elaboração de método avaliativo*, PUC/MG, tem dois objetivos principais: avaliar a eficácia do PELC e elaborar modelo avaliativo para o programa, considerando os enfoques: eficiência, eficácia quantitativa e qualitativa e efetividade/impacto. Espera-se com o produto dessa proposta qualificar a gestão do programa o que iria beneficiar os seus usuários. A proposta pretendia, ainda, criar um modelo avaliativo que pudesse também ser utilizado em outros programas do Ministério do Esporte, como Segundo Tempo e

Pintando a Liberdade/Cidadania. Objetivo parcialmente alcançado, pois a pesquisa acabou por ser ampliada para atender também o Programa Segundo Tempo.

Entre os fundamentos para a proposta, está a necessidade de se avaliar mais do que metas quantitativas e demonstrativos financeiros, buscando “[...] desmistificar a impossibilidade de avaliar objetos complexos e subjetivos.” (PROJETO, 2008a, p. 5).

Neste sentido, a atenção entre financiadores tem se voltado para a efetividade das ações, e não apenas para a eficiência e a eficácia no cumprimento das metas. Em outras palavras: importa saber se, além de uma utilização eficiente dos recursos, as ações alcançaram resultados e se contribuíram para uma mudança positiva na situação-problema enfocada pelo projeto. (PROJETO, 2008a, p. 5)

É importante citar o “ciclo de planejamento e gestão” apresentado na proposta, já que esse é o seu principal fundamento:

A gestão desta política pública/programa governamental requer, pois, a capacidade dos agentes e gestores para garantir a completude do ciclo de planejamento e gestão conforme mostra a FIG. 1, apresentada a seguir. Capacidade que é potencializada por meio do monitoramento e da avaliação, que, em síntese, mensura e identifica as etapas do ciclo, permitindo julgá-las conforme enfoque avaliativo da eficiência, eficácia e efetividade. (PROJETO, 2008a, p.8)

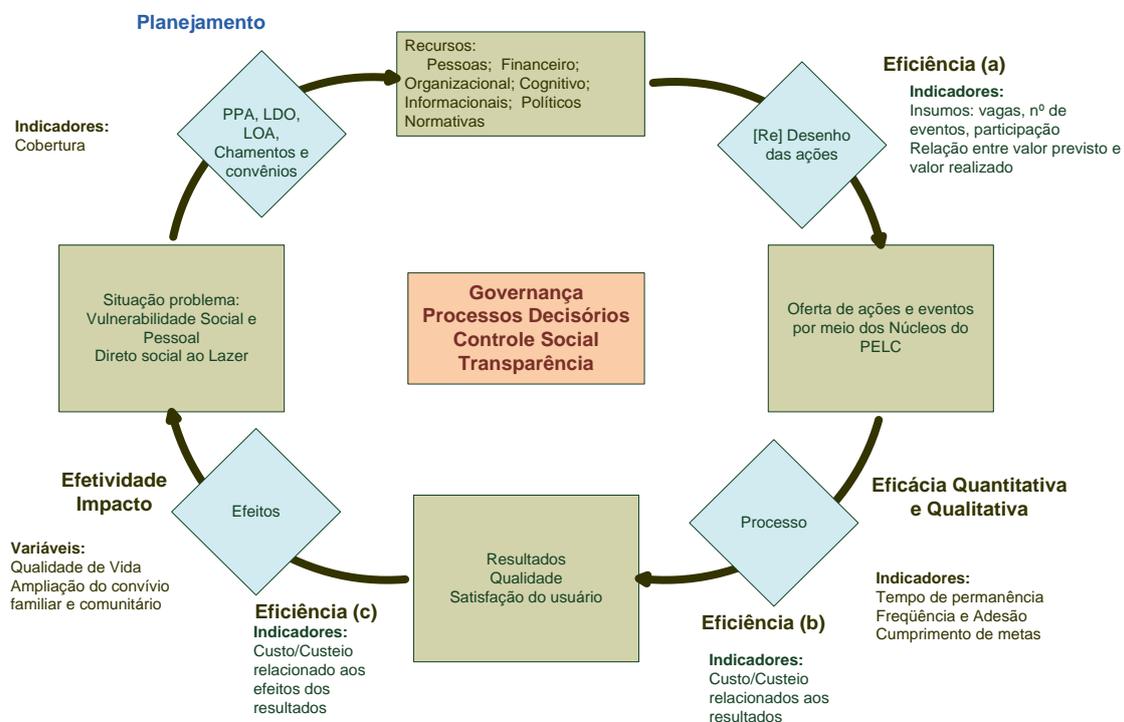


FIGURA 1 – Ciclo de planejamento, gestão monitoramento e avaliação.

Fonte: Ribeiro (2003, *apud* PROJETO, 2008a).

A proposta apresenta referenciais teóricos para avaliação, monitoramento e acompanhamento de programas e para o enfoque da eficiência, eficácia e efetividade. Também apresenta os seguintes passos a serem seguidos para elaboração do sistema de Monitoramento e Avaliação – M&A: *Pactuação conceitual ou compartilhamento dos modelos mentais, Delimitação dos objetos de avaliação, Elaboração de indicadores e Validação dos Indicadores.*

Para execução da proposta, foram realizadas reuniões com gestores da SNDEL/Ministério do Esporte, pesquisadores da Rede CEDES, gestores e agentes sociais do PELC, além de aplicação de pesquisa piloto para validação, aplicação do modelo em todo o Brasil e apresentação dos resultados, publicados no livro SOUZA, Eustáquia Salvadora; NORONHA, Vania; RIBEIRO, Carla Andréa; TEIXEIRA, Daniel Marangon Duffles; FERNANDES, Duval Magalhães; VENÂNCIO, Maria Aparecida Dias. *Sistema de Monitoramento & Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte.* Belo Horizonte, O Lutador, 2010.

O livro apresenta o detalhamento de todas as fases de elaboração do sistema de M&A, os indicadores propostos para o PELC e o Segundo Tempo, os instrumentos propostos para o sistema e o resultado da aplicação em nível nacional.

Foram propostos os seguintes instrumentos: survey, grupo focal, observação *in loco* e entrevistas. A aplicação nacional aconteceu apenas com o survey.

Ao analisarmos os resultados apresentados no livro, levamos em consideração que, durante todo o nosso trabalho, temos buscado fundamento nas possibilidades transformadoras de programas sociais de esporte e lazer, por isso priorizamos autores que aprofundam essas possibilidades, indo além das meras possibilidades pedagógicas do lazer. Vimos, então, que a participação comunitária nas ações relacionadas ao Programa Esporte e Lazer da Cidade são aspectos essenciais para que se concretize a possibilidade de transformação social através do esporte e do lazer. Dessa forma, vamos concentrar nossa análise nos resultados da pesquisa, nas categorias que tratam da participação comunitária na gestão do Programa.

Mas, antes do resultado das pesquisas, voltemos à análise da proposta do PELC e do Segundo Tempo realizada por Souza et al., (2010, p. 29), que consideram que ambos são Programas “[...] ainda focalizados, mas em seus princípios e diretrizes contemplam os primeiros passos para a construção social de uma política governamental ampliada [...]”. Isso significa que consideram os Programas focalizados nas suas ações e universalistas nas suas propostas, contrapondo-se a uma análise simplista de políticas públicas divididas entre

focalizadas e universais.

Sobre os resultados das pesquisas, em primeiro lugar veremos como foi a percepção dos participantes em relação aos objetivos do programa. Acreditamos ser um dado importante, pois uma participação consciente necessita de um mínimo de conhecimento sobre as estratégias e objetivos relacionados às atividades oferecidas. Vejamos os resultados:

Quanto aos objetivos do PELC, foi perguntado: “Na sua opinião, qual é o principal objetivo do PELC?” A resposta foi espontânea e categorizada, posteriormente, de acordo com a sua natureza. 15,1% responderam que não sabiam qual era. Entre os que responderam, 36,2% respondeu algo relativo à inclusão social e desenvolvimento pessoal. 15,2 respondeu algo relativo aos esportes e 13,8% relativo ao lazer, somados representam 29% das respostas. 11,6% acredita que o objetivo do PELC está relacionado à saúde e à qualidade de vida. Apenas 5% relaciona-o à profissionalização e 2,5% não respondeu (...) (SOUZA et al., 2010, p.100)

Segundo análise realizada pelo grupo responsável pela pesquisa:

Percebe-se que os beneficiados não têm clareza dos objetivos do Programa. Essa também é uma situação que merece um pouco mais de atenção dos coordenadores de núcleos e dos agentes sociais, aqueles que estão em contato direto com o público, no sentido de qualificar as práticas, de modo que os sujeitos possam atribuir-lhes novos sentidos e significados. (SOUZA et al., 2010, p.100)

Outro aspecto importante se refere ao significado do lazer para os participantes, pois é necessária uma percepção que se estenda além do senso comum e que entenda sentidos e significados relacionados às atividades de lazer. Em relação a questão “*O que é lazer pra você?*”, tivemos a seguinte análise por parte dos pesquisadores:

Os percentuais obtidos foram: 54,2% definem o lazer como atividade, revelando a similaridade do senso comum e evidencia a necessidade de processos de ressignificação do entendimento de lazer. 39,4% como atitude e apenas 1,1% relativo ao tempo, (...) (SOUZA et al, 2010, p. 103)

Por fim temos os dados relativos a participação na gestão do programa e no conhecimento dessas possibilidades.

(...) os aspectos relativos ao compartilhamento da gestão do núcleo são menos reconhecidos pelos beneficiados, tais como: participação nas decisões, 52,4%; formação dos agentes, 52,2%; existência do controle do governo federal, 46,8%, existência do grupo gestor, 38,2% e existência de uma entidade de controle, 34,9%. (SOUZA et al, 2010, p. 108)

E, ainda:

Sobre a participação em atividades consideradas como regras do Programa, na maioria delas a maior parte dos entrevistados disse que nunca havia participado. Em proporção menor, os entrevistados afirmam ter ficado sabendo das regras ou atividades: decisão sobre atividades e eventos do PELC, 41,3%; escolha dos representantes dos beneficiados do PELC no Grupo Gestor, apenas 21,6%; avaliação das atividades e/ou eventos realizados, 29,9%; atividade de prestação de contas, 19,5%; e reuniões com o governo municipal ou estadual sobre esporte e lazer no município, apenas 18,4%, conforme TAB. 15. Esses dados se tornam preocupantes quando se leva em conta o objetivo do Programa de se tornar um espaço que incentive a participação da comunidade em todas as decisões, de modo a construir sua autogestão. (SOUZA et al, 2010, p. 108)

Após a apresentação dos dados, a publicação faz uma análise de todo o processo de conveniamento com a Rede CEDES/ME e apresenta uma série de observações sobre a gestão do PELC e do Segundo Tempo com base na pesquisa realizada. Entre essas observações, destaco:

- a constatação da alta rotatividade dos agentes sociais;
- a necessidade de formação constante, não só por conta da citada rotatividade mas também pela alta discricionariedade do agente operador das ações que deverá “(...) ‘navegar’ na diversidade das demandas/necessidades, nos contextos sociais e culturais, nos aspectos subjetivos que mobilizam os interesses individuais e do grupo para a prática do lazer e do esporte.” (SOUZA et al., 2010, p.152);
- o financiamento como elemento de descontinuidade; e
- a operação administrativa por meio de convênios.

Por fim, é feita uma série de sugestões para implantação do Sistema M&A pelo Ministério do Esporte.

Sendo assim, por entendermos que o PELC é um programa que pretende não só oferecer atividades para a comunidade, mas que tem entre seus objetivos e princípios a auto-organização comunitária, autonomia, participação efetiva da comunidade nas decisões do programa, e que pretende, ainda, transformar a lógica mercantil do lazer. Consideramos as sugestões apresentadas com foco excessivo na gestão, com poucos comentários acerca das possibilidades pedagógicas do programa. Isso, apesar de, nos resultados apresentados, estar constatada a pouca participação dos beneficiários nas decisões referentes à gestão do programa, o pouco conhecimento dessas possibilidades e uma percepção sobre lazer que reflete a posição hegemônica sobre o tema. É claro que temos que levar em consideração o

fato de apenas um dos instrumentos preparados ter sido aplicado, não sendo realizada a pesquisa qualitativa. Isso dificulta uma análise mais profunda das causas e fundamentos dessa situação, o que reforça a ideia, citada por Leila Pinto em sua entrevista, de que é necessário um envolvimento maior dos gestores do Programa para que os resultados dos trabalhos realizados influenciem a gestão. Entende ela que “[...] *Tem dificuldade operacional e burocrática? Tem. Mas tem também cultura. Porque quando existe uma cultura da relação teoria e prática, você abre qualquer espaço.*” (PINTO, 2010). Mesmo assim, consideramos que existem dados suficientes para que as sugestões fossem ampliadas para aspectos pedagógicos e metodológicos da implantação e execução.

Outro ponto importante é que sentimos falta de que os dados apresentados pudessem ser aprofundados por categoria. Seria importante saber, por exemplo, se em relação à participação nas decisões existe alguma diferenciação por gênero, faixa etária, renda e outros. No entanto, consideramos que essa é uma das pesquisas com maiores possibilidades de aplicação e qualificação do PELC.

O último trabalho desse grupo é *Metodologia para Inclusão dos Jovens de Ribeirão das Neves/MG pelo Esporte e Lazer*, PUC/MG. O projeto tinha como proposta:

(...) elaborar e aplicar um diagnóstico sócio-populacional e cultural (esporte e lazer) de Ribeirão das Neves/MG, sistematizado de tal forma a construir subsídios para o desenvolvimento de políticas de inclusão pelo esporte e lazer de jovens sujeitos à situação de risco para a violência, desenvolvidas pelo ministério do Esporte/SNDEL.” (NORONHA, 2009b, p. 3)

Para isso, iria se utilizar de diferentes instrumentos de coleta de dados como pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, grupos focais e entrevista. Como resultado do estudo, foi feita a elaboração de uma Proposta Político Pedagógica para o PELC/PRONASCI e publicado o livro NORONHA, Vania (Org.). *Pensando Sobre Políticas Públicas de Lazer para Juventudes em Contextos de Vulnerabilidade Social: Contribuições a partir da pesquisa em Ribeirão das Neves/Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora, 2009.

A Proposta Político Pedagógica traz um diagnóstico sobre a cidade de Ribeirão das Neves e o problema da juventude, na sua relação com a violência. Fala do conjunto de fatores que levam a seu agravamento. Essa análise destaca três focos principais de problemas: as várias concepções de lazer das pessoas que trabalham com os programas desenvolvidos na cidade; a precariedade da infraestrutura urbana de Ribeirão das Neves; e o terceiro identifica três problemas: a crescente densidade demográfica e pobreza da população relacionada com

inúmeros problemas sociais; a escassez de oportunidades de práticas de cultura, esporte e lazer “[...] por livre opção da população” (NORONHA, 2009b, p. 7) e, por último, a falta de valorização da identidade local e sua diversidade cultural. Como consequência, a proposta identifica três desafios: (1) o reconhecimento do esporte e lazer como direitos e fatores de educação e humanização; (2) a implantação de infraestrutura e segurança dos espaços públicos de lazer existentes no território; (3) a consolidação de rede de convívio social e rede de serviços. Em seguida, é feita uma bem fundamentada apresentação dos princípios gerais, dos princípios de intervenção socioeducativa e dos princípios da gestão participativa. Fala, ainda, das metodologias e das diretrizes programáticas.

O livro vem com uma série de artigos divididos em: Referencial teórico e relações com o lazer; Histórico social e demográfico do município de Ribeirão das Neves; Análise dos dados e Considerações finais: contribuições para uma proposta pedagógica de lazer com juventudes em contextos de vulnerabilidade social, além dos anexos com informações sobre os dados coletados.

Vamos falar um pouco mais da proposta pedagógica de lazer apresentada na publicação, mais especificamente dos Princípios de Intervenção Socioeducativa e dos Princípios da Gestão Participativa.

A fundamentação da intervenção socioeducativa se inicia tratando da *ação educativa para autonomia* que, segundo os autores:

É a perspectiva pedagógica que visa a superação das diversas formas de anulação dos sujeitos e de suas culturas mediante o desenvolvimento da sensibilidade, da consciência política e do entendimento que o conjunto das pessoas representa sua força e coesão interna. (NORONHA, 2009b, p. 110)

Em seguida, opta pela *animação cultural como metodologia de mudança social*, demonstrando a necessidade de transformação como base da proposta apresentada. Justifica a escolha por entender que:

Políticas públicas que visem a intervenção social com vista a transformá-la precisam pensar propostas metodológicas inovadoras e revolucionárias, mesmo compreendendo que as mudanças são lentas, envolvem lutas árduas e desafios cotidianos, num jogo social desigual. (NORONHA, 2009b, p. 111)

Os autores se utilizam do entendimento de Melo (2006) sobre animação cultural e sugerem também a utilização da “oficina temática” como “método para a formação de grupo e protagonismo” (NORONHA, 2009b, p. 112), pois:

Por meio do desenvolvimento de oficinas temáticas que promovam o debate sobre lazer, esporte, cidadania, cultura de paz, projetos de vida, inclusão digital, dentre outros, o jovem pode perceber que o grupo é um espaço de identificação e constituição de vínculos afetivos e, também, de diferenciação. (NORONHA, 2009b, p. 112)

Tratam, ainda, do duplo aspecto educativo do lazer, da arte como estratégia de expressão e realização no lazer, da importância da família e da escola como participantes da experiência educativa e do educador como participante do aprendizado. Em relação ao educador, consideram que

(...) o educador é aquele que atribui à educação o caráter político, social e cultural de que ela se reveste e faz de seu trabalho um processo de militância e comprometimento não com a atividade em si mesmo (tarefeiro), não com os grupos hegemônicos, não consigo mesmo, mas com o projeto pedagógico que possibilite uma sociedade mais justa e igualitária, comprometido com ações educativas para autonomia. Nesse sentido, todos os profissionais envolvidos com ações direcionadas aos jovens são educadores, independentemente da função que desempenham: coordenador, técnico, administrativa, estagiários, serviços gerais, oficineiro, assessor ou consultor. (NORONHA, 2009b, p. 114)

Sobre os *Princípios da gestão participativa*, tratam da importância do trabalho em rede e da intersetorialidade, do resgate dos vínculos sociais e da estima pessoal, da participação e conflito como essências da vida democrática, definindo participação como “[...] tomar parte, fazer parte e ter parte em algum empreendimento”. Pois é preciso que “[...] todos os parceiros, os formalizados, os não formalizados, a comunidade e seus jovens, tomem parte, façam parte, tenham partes.” (NORONHA, 2009b, p. 115).

Dessa forma, mostram-nos que essa participação pode acontecer pelo conhecimento sobre as ações, lembrando que quantidade de informação disponibilizada é proporcional ao real compromisso com a participação comunitária. Pode acontecer, também, através de consultas à comunidade ou através de recomendações, quando parceiros e/ou participantes elaboram propostas para os gestores dos programas ou projetos.

Outra possibilidade é a cogestão, quando há participação no planejamento, na discussão dos problemas e nas propostas de solução. Quando isso acontece, aumentam as chances de emergirem conflitos e diferenças. No entanto, os autores consideram que “[...] é neles que se encontra a riqueza do encontro com o outro e desse encontro podem surgir soluções criativas, inovadoras e democráticas.” (NORONHA, 2009b, p. 117).

Trata-se, então, de outro trabalho bem fundamentado, com inúmeras possibilidades de auxílio a programas de lazer, sendo um dos trabalhos citados por Rejane Rodrigues para

demonstrar as possíveis aproximações entre a pesquisa e a ação de funcionamento de núcleos do Programa, posição compartilhada por nós. Entendemos que, mesmo sendo focado em um segmento etário e em uma cidade, sua metodologia de trabalho, além dos resultados apresentados, podem ser aplicados a outros locais e, ainda, servir como orientação para trabalhos com outras faixas etárias, se adequando às estratégias do PELC de apoio à qualificação da gestão, principalmente se considerarmos os princípios pedagógicos apresentados bem como os princípios para a gestão participativa, que servem a faixas etárias diferentes em locais diferentes.

Fica a observação de que seria importante que a Proposta Político Pedagógica, elaborada na conclusão desse projeto, também estivesse disponível no site do ME.

4.2 ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS

O segundo grupo, **Espaços e Equipamentos**, é formado por pesquisas que têm como centralidade o conhecimento e a análise dos espaços e equipamentos de lazer, mesmo que busquem também analisar sua utilização e gestão.

O primeiro trabalho se chama *As práticas de lazer na cidade de São João del Rei: uma análise dos espaços públicos de lazer oferecidos aos munícipes pelo poder público*, Universidade Federal de São João Del Rei. Esse trabalho busca identificar e analisar os espaços para esporte e lazer em São João del Rei, sua utilização e investimentos realizados. Espera poder apontar caminhos para uma melhor utilização dos recursos públicos. A metodologia busca utilizar-se de uma abordagem qualitativa para que possa “[...] responder questões particulares”, a partir de um nível de realidade que não pode ser quantificado, pois, a abordagem qualitativa “[...] aprofunda-se nos significados das ações e relações humanas”. (PROJETO, 2009c, p. 2).

O estudo será dividido em três partes: levantamento bibliográfico, pesquisa documental e pesquisa de campo. Essa pesquisa ainda está em execução.

O segundo trabalho, *Lazer e esporte em Ouro Preto e Mariana: estudo de espaços e equipamentos*, Universidade Federal de Ouro Preto, faz uma análise das cidades de Ouro Preto e Mariana, municípios vizinhos de Minas Gerais, e afirma que, por suas características ligadas ao patrimônio arquitetônico colonial barroco, têm todas suas políticas locais

direcionadas à manutenção e conservação desse patrimônio e ao turismo. A proposta da pesquisa é estudar os equipamentos existentes, não só no centro histórico, mas também na periferia.

A pesquisa foi realizada “[...] a partir da realização de mapeamentos e identificações, observações diretas, inventários e entrevistas [...]”. (PROJETO, 2009h, p. 4). A proposta considera relevante o estudo de espaços e equipamentos realizado em cidades fora dos grandes centros, pela contribuição possível aos estudos do lazer e ao desenvolvimento de políticas públicas da área. Mesmo sendo uma pesquisa sobre “espaços e equipamentos de lazer”, o trabalho pretendeu discutir e refletir sobre as políticas públicas de esporte e lazer dessas cidades, as práticas cotidianas e as necessidades da população, levando em consideração a situação diferenciada de cidades consideradas “grandes espaços e equipamentos de lazer”, “um museu aberto” (PROJETO, 2009h, p. 8), o que faz com que as políticas para a população local fiquem em segundo plano. O trabalho referente à utilização dos espaços foi focado nas atividades físico-desportivas.

No relatório da pesquisa, é informado que foram elaborados os seguintes instrumentos de coleta de dados: Roteiro de Observação (RO), Questionário de Freqüentadores (QF), Questionário de Turistas (QT), Roteiro de Entrevista Freqüentadores, Roteiro de Entrevista Gestores e Roteiro de Entrevista Deficiente Físico. Esse fato demonstra a abrangência da pesquisa. Todos os instrumentos estão disponíveis no relatório.

A partir da coleta de dados, foram sistematizadas as informações sobre os espaços e equipamentos existentes, considerando a localização e os tipos de interesses do lazer que poderiam ser atendidos. Além disso, foi feita uma análise desses espaços, procurando aprofundar os aspectos históricos, sociais e as possibilidades de gestão. Essa análise identificou as seguintes situações:

(...) concentração de equipamentos em determinadas regiões da cidade; a quase inexistência de ações contínuas realizadas nos equipamentos; as poucas ações desenvolvidas, caracterizadas especialmente por eventos, não são voltadas para a população local, já que as duas cidades são turísticas; a falta de animadores culturais nos equipamentos bem como a condição precária de muitos equipamentos no que se refere à conservação e manutenção. (RELATÓRIO, 2011b, p. 99)

O resultado da pesquisa foi apresentado em diversos congressos e seminários, produziu uma proposta editorial para publicação, além de propostas de ações conjuntas com os gestores locais.

Mesmo sendo um trabalho focado em determinada cidade ou região, seus resultados podem contribuir para outras propostas semelhantes, através da análise dos instrumentos utilizados, sua metodologia e conclusões, pois parece que muitos dos problemas encontrados, como falta de manutenção e proposta de animação nos locais, são comuns a outras cidades e espaços. Além disso, a proposta demonstra as possibilidades concretas de contribuições que estudos de espaços e equipamentos podem oferecer para a gestão de políticas públicas.

Esse grupo de pesquisas, que não fazia parte das linhas de pesquisa apoiadas inicialmente, ocupa um espaço importante na qualificação da gestão de esporte e lazer, pois trata de uma das maiores carências dessas ações, que é justamente relacionar as ações de implantação de infraestrutura esportiva com as propostas de animação desses espaços. Assume papel importante quando lembramos que uma das funções regimentais do DCTEC era dar significado prático aos conhecimentos produzidos relacionados à gestão. E os poucos resultados apresentados demonstram a pertinência desses estudos.

4.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DE RECURSOS HUMANOS

O terceiro grupo, **Formação Profissional e de Recursos Humanos**, tem dois trabalhos realizados pela UFMG. O primeiro – *Formação de recursos humanos para a área do Lazer na América Latina: Análise das propostas de Pós-graduação stricto sensu (Mestrado) da Argentina, Brasil, Costa Rica, Equador e México* – busca conhecer e analisar as propostas de formação de recursos humanos em pós-graduação *stricto sensu* em países da América Latina, verificar as produções sobre o lazer nesses países e estreitar vínculos entre as instituições que atuam nessa área. Foram analisados apenas cursos que tratam especificamente dessa temática, excluindo programas de Educação, Educação física, Esportes e outros que possam se aproximar da temática, mas que não sejam específicos.

Finalidades, currículos, linhas de pesquisa, possibilidades de atuação profissional, perfil dos docentes, referencial teórico e relação com políticas públicas são temas centrais na proposta de investigação.

Reforçar a consistência teórica sobre o lazer, através do intercâmbio entre instituições da América Latina, para potencializar a qualificação das propostas de políticas de lazer é o que os autores consideram como relevante no resultado desse trabalho. Afinal,

(...) para que uma política pública fundamente-se em valores de participação popular e de contribuição, no plano cultural, para o exercício da cidadania, é essencial considerar o processo de formação e desenvolvimento de quadros para atuação, na perspectiva de reversão de expectativas da própria população, qualificando a demanda por serviços públicos. (PROJETO, 2009c, p. 5)

Atentas a essa situação, algumas instituições têm se dedicado à formação de recursos humanos nos mais diversos níveis. Isso se reflete na criação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em alguns países e, mais especificamente, na América Latina a partir do final do Séc. XX.

Na proposta, é feita uma análise do estado da arte do lazer na Região, através de trabalho desenvolvido anteriormente com a participação de pesquisadores de 8 países diferentes, trabalho que também faz parte da produção da Rede CEDES em Minas Gerais.

A proposta metodológica da pesquisa inclui pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com coordenadores, docentes e discentes dos cursos estudados. A proposta traz um resumo dos seis cursos que serão analisados.

Esse trabalho tem um papel importante no intercâmbio internacional das produções do lazer e no objetivo de integração latino-americana, que são objetivos e finalidades da Rede CEDES. Sua publicação ainda não está disponível.

O segundo trabalho desse grupo se chama *Lazer e Formação Profissional: Análise da Política de Formação Profissional em Lazer em Secretarias de Esporte da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Seu objetivo é descrever e analisar as políticas de formação profissional nas secretarias de esporte e lazer da região metropolitana de Belo Horizonte:

Entendemos que é preciso o comprometimento com a busca de fundamentos que possam subsidiar a formação de profissionais no âmbito do esporte e lazer, qualificando-os para rever posições assumidas sem questionamento. Por isso, não basta conceber os profissionais como meros reprodutores de técnicas e práticas, pois precisam ser agentes de mudança capazes de transformar e promover reflexões sobre vários aspectos de nossa vida cotidiana. (PROJETO, 2008c, p. 5)

Os autores levantam as seguintes questões para a pesquisa:

Quais as políticas de formação profissional no campo do esporte e lazer que os municípios têm desenvolvido junto a seus profissionais? Que visão de esporte e de lazer essas ações disseminam? Quais os objetivos dessas propostas? Qual o conteúdo trabalhado? Qual a importância dessas políticas para o corpo técnico envolvido com as propostas de esporte e lazer? (PROJETO, 2008c, p. 5)

A proposta apresenta referencial teórico sobre o lazer, sobre políticas públicas da área e, mais profundamente, sobre formação de recursos humanos no setor. Como modo de

investigação, foi usado o estudo comparativo que permite conhecer “[...] as relações entre um grande número de aspectos no contexto de uma amostra de organizações.” (PROJETO, 2008c, p. 13). Foram utilizadas pesquisas bibliográficas, documental e de campo, e foram pesquisados os treze municípios que compõem a região metropolitana de Belo Horizonte. Os resultados ainda não estão disponíveis.

A temática da formação em esporte e lazer, considerada fundamental nas estratégias de gestão do PELC, tem apenas dois trabalhos com esse objetivo em Minas Gerais, apesar de ser desse estado a Universidade responsável pela gestão da formação dos agentes sociais do programa. Rejane Rodrigues (2010), em entrevista realizada para este trabalho, reforça a importância de uma Universidade parceira da Rede CEDES ser responsável pela formação do Programa: “[...] *eu acho que hoje em dia a própria experiência da formação do PELC ser feito por uma universidade com pesquisadores da Rede, demonstra não só a possibilidade da Rede contribuir com as políticas públicas, mas demonstra o interesse que tiveram.*” No entanto, considerando que uma das pesquisas trata da formação em pós-graduação *stricto sensu* muito distante da proposta de formação executada na implantação dos núcleos do PELC, ficamos com apenas um trabalho que se aproxima de sua gestão, ou da gestão de políticas públicas de esporte e lazer.

Voltando à primeira análise de que a produção de conhecimento deve estar acessível a todos, consideramos necessário que seus resultados estejam disponíveis aos que buscam qualificar as ações relacionadas à formação de recursos humanos nessa área.

4.4 LAZER

O quarto grupo trata da temática do **Lazer**, seus estudos e conhecimentos produzidos. O primeiro trabalho desse grupo tem como tema *A infância, a cidade e a educação questões para o esporte e o lazer*. Esta pesquisa faz parte da proposta *Esporte & Lazer: Pesquisa, Memória e Formação* da UFMG, descrita anteriormente. Esse é um dos projetos divididos em dois sub-projetos, que são: Infância, Espaço Urbano e Contemporaneidade e, o outro, Juventude, Cidade e Esporte: Um Estudo Sobre a Produção do Futebol na Cidade.

O primeiro subprojeto tem uma proposta interdisciplinar, contando com pesquisadores das áreas de Geografia, Psicologia e Educação Física. Na proposta, considera-se que esse

encontro “[...] ganhou significado por permitir aproximações, convergências e diferenças dos olhares e leituras de mundo, a partir de diferentes recortes epistemológicos [...]” (PROJETO, 2006a, p. 15).

Em um primeiro momento, foi feito um estudo sobre os espaços urbanos, suas ocupações e utilizações, a partir de onde se iniciou a pesquisa tendo como enfoque a criança e a infância dentro dos diferentes espaços, desde os mais empobrecidos até os mais estruturados. Foram feitas, então, pesquisas de campo, intercaladas com leituras e reflexões sobre o tema. A seguir, houve uma reflexão sobre os resultados, levando-se em consideração não só a materialidade dos espaços, mas também os seus significados na construção de um modo de vida.

Como resultado do trabalho, foram produzidos textos e participações em Seminários.

O segundo subprojeto “[...] buscou descrever e analisar os processos de produção/aprendizagem do futebol e as diferentes práticas do futebol dos jovens no contexto da cidade.” (PROJETO, 2006a, p. 18). Para isso, se utilizou de seminários de estudo e atividades de campo.

Essa é a primeira proposta que se utiliza de estudiosos de diferentes áreas para analisar o fenômeno do lazer com diferentes categorias. Faz-se importante por resgatar a característica interdisciplinar dos estudos do lazer que deve estar presente em todos os estudos da área.

O segundo trabalho, que foi utilizado como parte dos fundamentos para pesquisa sobre formação em Pós-graduação *stricto sensu* na América Latina mostrada anteriormente, busca integrar os estudos do lazer nessa região. Seu título, *Lazer na América Latina – Ocio y recreación em Latinoamérica*, já demonstra um avanço nesse processo de intercâmbio ao ser apresentado em dois idiomas.

Esse projeto “[...] teve como objetivos sistematizar e socializar informações relativas ao lazer na América Latina.” (PROJETO, 2007b, p. 1). Contando com a parceria de pesquisadores da Colômbia e do Chile, buscava verificar as produções sobre lazer em países desse continente filiados à ONU. Durante a pesquisa, foram feitos contatos com autores de 17 países diferentes, no entanto, apenas 16 autores de 8 países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México, Uruguai e Venezuela) finalizaram a proposta. Dessa forma, “[...] Cada pesquisador ou grupo de pesquisadores responsáveis pelo estudo do tema em seu contexto sistematizou os dados coletados para retratar aquela realidade conforme sua preferência e possibilidade de aprofundamento teórico-metodológico (PROJETO, 2007b, p. 2).

Dessa forma, além das diferentes realidades e referenciais teóricos sobre o lazer, foram garantidas também diferentes formas de análise sobre as produções referentes ao lazer nesses países. Isso fez com que houvesse ideias controversas e até opostas, o que garante importante diversidade ao trabalho apresentado.

Realizado por Silvana Suárez, o estudo que aborda a realidade argentina discute “[...] a *recreación* como uma prática social complexa e como possibilidade de resistência aos sistemas tradicionais de organização social, na medida em que se compromete com a liberdade e com o desenvolvimento humano.” (RELATÓRIO, 2009b, p. 2). E, ainda,

(...) destaca a importância de se construir uma “*praxis en recreación*” a partir das condições reais de existência dos povos latino-americanos, que promova cidadãos emancipados no pensamento e na ação, com responsabilidade civil e respeito à diferença, facilitando a construção de sujeitos ativos e transformadores da realidade. (RELATÓRIO, 2009b, p. 2)

No Brasil, o estudo foi realizado por Christianne Gomes e Leila Mirtes Pinto, que buscaram aprofundar o tema considerando os seguintes aspectos:

(...) (a) contextualização do lazer na realidade brasileira, considerando as mudanças históricas ocorridas da recreação ao lazer do século XIX aos dias atuais; (b) discussão sobre identidades, significados, valores, concepções e fundamentos do lazer, e (c) reflexão sobre políticas públicas nessa área, sobre experiências vividas em práticas culturais cotidianas, de formação e de intervenção profissional, (...) (RELATÓRIO, 2009b, p. 2)

E, segundo as autoras,

(...) mesmo com as conquistas brasileiras no sentido do amadurecimento da compreensão humanista do lazer, assim como de todo o avanço sobre essa temática, pontuam que nos encontramos diante de vários desafios pendentes, revelando a necessidade de que nossa sociedade passe por uma transformação mais profunda, tornando-se mais justa, mais humana, digna, sustentável e democrática. (RELATÓRIO, 2009b, p. 2)

O estudo no Chile foi realizado por Andres Reid, Roberto Leiva e Rodrigo Elizalde. Tais autores apontam que o país começou “[...] recentemente a desenvolver referências teóricas próprias visando um aprofundamento de conhecimentos sobre as temáticas *ocio* e *recreación*.” (RELATÓRIO, 2009b, p. 3). E que:

As políticas públicas vinculadas a esses temas, segundo os autores chilenos, ainda não foram implementadas de maneira adequada, o que requer uma visão mais crítica, propositiva e criativa sobre o papel que o *ocio* e a *recreación* desempenham no desenvolvimento do país. Frente a esta realidade, o *ocio* e a *recreación* ficam nas mãos do mercado, que é quem determina o que fazer, como, onde e quando. (RELATÓRIO, 2009b, p. 3)

Esperanza Osorio realizou a pesquisa na Colômbia mostrando os processos de desenvolvimento da *recreacion* como campo de estudos. Segundo a autora, nesse país

(...) postula-se a necessidade de avanço na construção teórica, na tomada de posição em relação aos limites e diferenças entre *ocio*, *recreación* e *tiempo libre*; no maior e mais acelerado crescimento de programas de formação, e no posicionamento da *recreación* como direito, na perspectiva de alcançar um incremento do investimento público e privado. (RELATÓRIO, 2009b, p. 3)

Em Cuba, o estudo foi desenvolvido por Aldo Pérez e Santiago León. Apontam os pesquisadores que “[...] o modelo de desenvolvimento cubano tem oferecido um papel essencial à dimensão humana nos setores da saúde, educação e esportes” (RELATÓRIO, 2009b, p. 3). Além disso, demonstram a existência de uma maior disponibilidade de tempo livre do homem em relação à mulher e em relação à prática de atividades físico-esportivas:

Entre as razões pelas quais estas atividades são praticadas destacam-se o prazer, a saúde, a melhora da condição física e o gosto pela competitividade, entre outras. Por outro lado, entre as razões pelas quais não se realizam estas atividades, destacam-se a falta ou deterioração de instalações e equipamentos, assim como a pouca atratividade da oferta e a carência de informação. (RELATÓRIO, 2009b, p. 4)

Realizado por Lupe Aguilar, o estudo no México aponta que as propostas de formação muitas vezes enfatizam o modelo norte americano. Destarte, sabe-se que:

Os resultados do estudo mostram implicações importantes em relação ao posicionamento da *recreación* como serviço, suas aplicações com diferentes grupos populacionais e em diversos espaços que possibilitam sua vinculação aos diferentes âmbitos de interação das pessoas. (RELATÓRIO, 2009b, p. 4)

No Uruguai, Ricardo Lema e Luis Machado mostram que a prática social do lazer entrou no país, começando sua difusão pela “[...] via da concepção, de discurso e prática higienista de origem anglo-saxônica.” (RELATÓRIO, 2009b, p. 4) no início do Séc. XX, passando pelos movimentos vinculados à animação sociocultural e a educação popular nos anos 60. Revelam, ainda, que nos anos 80 a *pedagogia del ocio* foi impulsionada pelos estudos educacionais. Já Fabian Vilas realiza um estudo complementar que destaca

(...) a dupla direcionalidade que a *recreación* apresenta: por um lado, ela pode ser um instrumento de qualquer ação social, educativa e cultural. Por outro lado, estas ações podem converter-se em instrumentos da própria *recreación*. O autor indica que a *recreación*, seguindo uma visão antropológica, é uma produção social, um fenômeno que se origina e se desenvolve como marco da cultura de um povo, sendo, portanto, uma realidade dinâmica e em constante evolução. (RELATÓRIO, 2009b, p. 4)

Por fim, temos os estudos na Venezuela, realizados por Gladys Guerrero. A estudiosa faz uma análise histórica da *recreación* em seu país e

Indica-nos como na década de 1980 a *recreación* foi incorporada à área de Educação Física obrigatória no sistema educativo venezuelano em todos os níveis e modalidades. Esta orientação fez com que as instituições formadoras de recursos humanos em Educação Física mudassem seus currículos, contemplando assim a *recreación* como um dos conteúdos essenciais deste processo formativo. (RELATÓRIO, 2009b, p. 4)

Além disso:

O estudo elaborado por Eloy Altuve discorre sobre *ocio* e *recreación* na Venezuela nos âmbitos político, administrativo, acadêmico e da pesquisa. Sua análise apresenta os programas iniciados no ano 1999 pelo Instituto Nacional de Esporte: “Misión Barrio Adentro Deportivo” (MBAD) e o “Programa de Deporte Para Todos”. O autor assinala que apesar dos avanços significativos que esses programas têm fornecido para o desenvolvimento do esporte, é necessário trabalhar para que a *recreación* saia do lugar acessório e de subordinação em que ainda se encontra. (RELATÓRIO, 2009, p. 5)

Segundo os autores da pesquisa realizada sobre lazer na América Latina, esta evidenciou que

(...) o lazer está em íntima relação com os processos históricos, sociais, políticos, trabalhistas, pedagógicos, econômicos, temporais, espaciais, ambientais e simbólicos, entre outros, que marcam as realidades latino-americanas. Por isso, necessita ser pesquisado/discutido com mais profundidade e vivenciado com mais criticidade por todas as pessoas, independente de classe social, faixa etária, gênero, raça, etnia, religião ou nacionalidade. (RELATÓRIO, 2009b, p. 14)

Além da produção do livro “Lazer na América Latina – 2009”, organizado por Christianne Luce Gomes, publicado em português e espanhol, com os artigos produzidos nos 8 (oito) países participantes, este trabalho serviu para fundamentar pesquisa citada anteriormente sobre formação em lazer, Pós-graduação *stricto sensu*, na América Latina.

A possibilidade de conhecimento sobre conceitos de lazer utilizados em outros países do nosso continente, conceitos carregados dos seus diferentes processos históricos e experiências, contribui efetivamente para o aprofundamento dos estudos do lazer e, por consequência, para a qualificação das ações relacionadas a essa temática. Esse trabalho conseguiu apresentar a relação existente entre as atividades de lazer e os processos históricos locais que as constituíram. As diferentes concepções apresentadas, que representam diferentes momentos vividos nos países estudados, demonstram de forma contundente como se deve

considerar as características locais nas análises de suas manifestações e, principalmente, na elaboração de propostas de ações relacionadas às práticas de lazer.

O trabalho seguinte – *Lazer, idosos e inclusão social: Explorando o potencial dos interesses turísticos na perspectiva da animação sociocultural*, UFMG, 2009 – buscou aprofundar conceitos básicos sobre as temáticas lazer, turismo, velhice e inclusão social. Inicialmente, o estudo foi focado na perspectiva da animação sociocultural, mas, no decorrer do trabalho, o estudo foi ampliado para outras formas de intervenção, ainda com enfoque educativo. A justificativa do trabalho está na necessidade de se ampliar os estudos sobre os interesses turísticos do lazer, com enfoque educacional para pessoas idosas.

Como resultado do trabalho, além da participação em seminários e congressos foi publicado o livro *Lazer, idosos e inclusão social – Explorando o potencial dos interesses turísticos por meio de intervenções educativas*, 2009, organizado por Christianne Luce Gomes. Essa produção é dividida em quatro capítulos que tratam, respectivamente, das temáticas Lazer e turismo; Fundamentos políticos da inclusão social; Velhice: realidades e perspectivas; e Estratégias de intervenção. Contém propostas fundamentadas de intervenção nos interesses turísticos do lazer na velhice.

Entre as ideias apresentadas nessa produção, destacamos:

Pelas idéias desenvolvidas ao longo deste relatório de pesquisa, acreditamos que as intervenções educativas com idosos no âmbito do lazer e do turismo devem potencializar e promover relações que estimulem as pessoas a participarem criticamente na descoberta de cheiros, sabores, locais, pessoas, valores e significados, por meio de um movimento de partilha. (PRODUTO, 2009, p. 88)

Outra consideração importante feita na publicação aponta que

(...) o turismo, enquanto uma possibilidade de lazer, é observado como a realização de um sonho, no qual a troca de contato, a socialização desempenha forte contribuição para a satisfação dos turistas. Assim, seja na chegada à localidade turística, no interior dos meios de hospedagem ou nos passeios programados, seria interessante disponibilizar estratégias que viabilizassem, ou até mesmo priorizassem a interação dos envolvidos. Incentivar a constituição/fortalecimento da(s) identidade(s) de grupo e a transformação social por meio desse contato são relevantes, podendo levar as pessoas a ampliarem seus momentos de satisfação ao propiciar um prolongamento da viagem, devido aos novos afetos adquiridos nessa vivência. (PRODUTO, 2009, p. 89)

Falando especificamente sobre o segmento dos idosos, os autores que escreveram para a referida obra alertam que “[...] Nesse caso, trabalhar com idosos envolveria criar uma compreensão e reflexão sobre os mesmos, não apenas pensando neles como turistas, mas

como cidadãos que merecem respeito, inclusive por parte dos residentes da própria localidade.” (PRODUTO, 2009, p. 90).

Importante para ações específicas para esse segmento e interesse do lazer, por suas contribuições e reflexões, o estudo tem muito a auxiliar nas políticas para essa área de atuação. Suas análises relacionadas ao interesse turístico do lazer, seus estudos sobre o segmento etário dos idosos, suas propostas concretas para atuação nesse segmento podem ser importante instrumento de auxílio na elaboração de propostas e projetos de lazer, contribuindo para a aproximação dos estudos do lazer com a gestão de políticas para a área.

Por último, temos *O CELAR e os estudos de lazer compartilhando conhecimentos*, UFMG, o qual se trata apenas de um trabalho de documentação, que busca agregar ações de sistematização e socialização de estudos e informações relativas ao lazer. Seu resultado prático é a publicação de uma edição da Revista Licere e preparação de um sítio virtual para a constituição de um banco de dados qualificado sobre o lazer⁴⁶.

Os estudos do lazer promovidos por esse grupo de pesquisa podem ser utilizados como exemplos da necessidade de aproximação da produção de conhecimento na área com a gestão de políticas públicas de lazer. Por não se tratar especificamente de propostas ligadas diretamente à gestão, acabam por carregar o estigma de serem extremamente teóricas e dissociadas da prática. Essa preocupação da aproximação entre pesquisadores e gestores, teoria e prática, permeou boa parte das avaliações realizadas pelos gestores entrevistados. Rejane Rodrigues (2010) fala que “[...] *Por outro lado, também eu tinha uma certa resistência dos Núcleos, das políticas de núcleos, porque eles diziam: o que é que essas pessoas que não têm vivência na prática tenta acrescentar lá na ponta, não entendem nada, é um blá blá blá, uma teoria que cansa, que não dialoga.*”. Seu discurso mostra-se afetado também pela percepção que os pesquisadores e gestores tinham de suas ações: “[...] *Então a resistência era: os pesquisadores não se viam como participantes da prática e a prática não reconhecia esses pesquisadores como aliados.*” (RODRIGUES, 2010).

Já Claudia Bonalume (2010) se preocupa com os limites dessa integração: “[...] *Às vezes a gente acha que pode aprofundar mais essa relação, mas também ela esbarra aí no limite de papéis. O papel do pesquisador, ele vai até determinado ponto.*”.

Leila Pinto (2010) reflete sobre a Rede CEDES, começando pela percepção que ela teve ao chegar à SNDEL: “[...] *O primeiro fato que me fez desconfiar/questionar os objetivos*

46 Esse sítio se refere ao link <http://www.eeffto.ufmg.br/celar>, que não estava disponível em 26/01/2012.

da Rede foi a dificuldade do acesso às informações e o segundo fato era a falta de diálogo entre os departamentos da SNDEL.”

Isso demonstrava um distanciamento que se refletia nas produções da Secretaria, conforme avaliava Pinto (2010): “[...] estava lendo um projeto agora de *Introdução do PELC no Pronasci. É um projeto de pesquisa que me assustou, pois no caderno de pesquisa não tinha nenhuma citação de publicações do PELC, nem daqueles cadernos de fundamentos.*” E complementava falando sobre a pouca participação dela nas ações de Funcionamento de Núcleo, mais especificamente da formação: “*Então, assim, como eu nunca fui demandada eu fico imaginando assim: há um discurso, mas a prática ainda, não há um tempo de diálogo, mas um tempo pensado, planejado, de diálogo entre esses vários campos*” (PINTO, 2010). Pinto considera, de forma semelhante a Claudia Bonalume, que não se trata apenas de dificuldades estruturais ou de acesso, mas de hábitos e costumes arraigados nos gestores e pesquisadores.

4.5 MEMÓRIA/HISTÓRIA DO ESPORTE E DO LAZER

O quinto grupo, **Memória/História do esporte e do lazer**, trata de pesquisas que buscam conhecer e analisar aspectos relevantes relacionados ao esporte e ao lazer. É o grupo com maior número de trabalhos realizados.

O primeiro trabalho desse grupo – *Eu vou te contar uma história... Memórias de Esportes e Ruas de Recreio em Minas Gerais (1940-1970)*, UFMG – teve continuidade em outra pesquisa apresentada a seguir, ambas se utilizando da memória oral como metodologia de pesquisa.

Esse trabalho procurava resgatar a história de esportes e ruas de recreio, através de narrativas orais, por entender que esse tipo de registro garante a expressão de subjetividades, além de trazer à tona significados históricos sobre os temas pesquisados. Trabalham com a idéia de que a história oral

(...) pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história – em livros, museus, rádio e cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras (THOMPSON, 1992 *apud* PROJETO, 2007a, p. 3)

A pesquisa foi dividida em dois eixos temáticos: esportes, especificamente futsal e peteca; e ruas de recreio, programa executado em diversas cidades do estado de Minas Gerais. O principal objetivo desse eixo temático era “[...] ampliar os debates sobre os projetos de educação do corpo veiculado nessas ações, bem como a relação estabelecida com as ruas, os bairros, as praças de esporte e os moradores de Belo Horizonte e outras pequenas cidades.” (PROJETO, 2007a, p. 5). O trabalho conseguiu, além dos depoimentos, doações de diversos tipos de documentos relacionados aos temas pesquisados.

Mais do que o resgate da história dos esportes e ruas de recreio, tendo como fonte a expressão de cidadãos, que participaram ativamente desses movimentos, esse trabalho aprofundou e qualificou o grupo de pesquisa para utilização do recurso metodológico da memória oral.

O relatório traz uma descrição das etapas/fases da pesquisa, os recursos metodológicos utilizados, os instrumentos de pesquisa e uma análise dos resultados. Em relação às ruas de recreio, fala dos espaços utilizados, dos órgãos gestores, atividades principais e impressões sobre as ações realizadas. Segundo o relatório de pesquisa apresentado, “[...] as ruas de recreio eram atividades organizadas por determinados grupos, aconteciam em locais diversos, e contavam com uma considerável participação da população, alcançando visibilidade, inclusive em veículos da mídia.” (RELATÓRIO, 2009a, p. 9).

A aparente incongruência entre as informações coletadas nas entrevistas e informações disponíveis em documentos demonstra a importância da memória oral como fonte para conhecimento da história. Segundo o estudo:

As atividades mais relatadas são as de cunho físico-esportivo, especialmente os esportes (futebol, vôlei, basquete...) e a ginástica, contando também com uma presença marcante das atividades recreativas nos anos iniciais, com brinquedos e brincadeiras, jogos, além de trabalhos manuais. Mais tarde, as apresentações culturais e serviços foram incorporadas. Foi mencionada também a separação por sexo. (RELATÓRIO, 2009a, p. 10)

Em relação à peteca, outro eixo temático, inicialmente foi feito um estudo para conhecimento da sua história, para posterior definição dos instrumentos de pesquisa, roteiro de entrevista e indicativos de participantes. As entrevistas permitem conhecer fatos importantes da história da peteca e sua relação com a história da cidade. Entre eles, a grande participação de mulheres, o que, em determinados momentos, levou ao constrangimento quanto à participação dos homens. Além disso, mesmo sendo praticado em locais diferentes e

por vários grupos distintos, esses grupos não eram isolados e todos se conheciam, o que era considerado pelos autores como um diferencial da peteca.

Alguns entrevistados apontam que os prêmios oferecidos nas competições de peteca eram determinantes na avaliação sobre a qualidade dos eventos.

Sobre o futebol de salão, o relatório vem com o mesmo roteiro, salientando a dificuldade em encontrar fontes documentais sobre esse esporte. Aponta possíveis razões para o aparecimento e crescimento da modalidade e consegue informações importantes sobre essa história e sua relação com a cidade. Entre os fatos levantados, está a consideração de status social dos praticantes, considerado superior ao dos praticantes de futebol e a relação da modalidade com a ACM – Associação Cristã de Moços, de origem uruguaia. Dar voz a personagens e participantes da história é um dos importantes resultados alcançados com a pesquisa.

O segundo trabalho se chama *Coleção História Oral: Memória de Esportes e Ruas de Recreio (1940-1980)*, UFMG, e pretende dar continuidade a pesquisa realizada anteriormente pelo Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF). Os idealizadores do projeto afirmam que, “[...] Com este novo projeto de pesquisa aqui apresentado, pretendemos ampliar e qualificar as ações de recuperação da memória relativa aos esportes e às ruas de recreio em Minas Gerais [...]” (PROJETO, 2009d, p. 3).

Segundo os autores da proposta, “[...] Preservar a memória e escutar o passado são formas de refletir o presente, o que possibilita compreendê-lo a partir das tensões e contradições que o constituíram.” (PROJETO, 2009d, p. 4). A opção pela história oral acontece pelo entendimento de que a partir dela é possível explorar significados subjetivos e a natureza da memória coletiva.

A pesquisa pretende trabalhar com professores(as), alunos(as), atletas e pessoas comuns participantes das ruas de recreio, futebol, futebol de salão e peteca. Na pesquisa anterior, os participantes citaram outras pessoas que também poderiam contribuir com o trabalho, o que faz parte da justificativa para sua continuidade. Um de seus objetivos é “[...] Compreender os sentidos conferidos às ruas de recreio realizadas nas décadas de 1950 e 1980, tanto por seus organizadores, como por seus frequentadores, tomando como ponto de partida os relatos das entrevistas já realizadas e as fontes disponíveis.” (PROJETO, 2009d, p. 5).

A pesquisa trabalha com dois eixos temáticos: esporte – futsal e peteca – e ruas de recreio. Demarcados esses eixos, seriam identificados os sujeitos dessa história e realizados encontros coletivos de resgate da memória, com entrevistas gravadas digitalmente.

Faz parte da proposta um processo detalhado de preparação dos bolsistas e divulgação, por meio digital, dos resultados.

Esses trabalhos se utilizam da memória oral, o que traz uma experiência metodológica importante para ser difundida em toda a Rede. Sua metodologia e instrumentos utilizados, além das análises dos resultados, demonstram a importância dessa metodologia para conhecimento da história.

O próximo trabalho – *Esporte, Lazer e Modernidade em Juiz de Fora (1880-1930)*, UFJF –, realizado por Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior, Luis Carlos Lira, Jakeline Duque de Moraes Lisboa, Priscila Gonçalves Soares e Renata Correa Vargas, busca ampliar as reflexões sobre a história do esporte e do lazer em Juiz de Fora. Informa que “[...] Analisar o processo histórico da criação do gosto pelas práticas corporais e de Lazer, especialmente as esportivas, na cidade de Juiz de Fora é o objetivo fundamental desta pesquisa.” (PROJETO, 2008b, p. 4). Considera existir relação direta entre a modernização das cidades e “[...] identificação das práticas corporais enquanto hábitos a serem apreendidos e praticados pelos novos cidadãos.” (ibidem, p. 4).

A proposta apresentada previa o trabalho com periódicos locais e literatura existente. O trabalho se justifica pela necessidade de pesquisas que identifiquem a relação existente entre a adesão as práticas corporais e a alteração de hábitos cotidianos da população, como já havia sido identificado no Rio de Janeiro.

Operamos com a idéia de que o intervalo entre o último quartel do Século XIX e as primeiras décadas do Século XX foi um período fundamental no processo histórico de construção do gosto pelas práticas corporais de parte da população brasileira. A modernização de nossas cidades é um movimento típico destes anos, especialmente pós-República, e guarda relações diretas com a identificação das práticas corporais enquanto hábitos a serem apreendidos e praticados pelos novos cidadãos. (PROJETO, 2008b, p. 5)

Os resultados devem ser apresentados em publicações, apresentação de trabalhos e participação em seminários e congressos.

A pesquisa a seguir se chama *Garimpendo Memórias dos Esportes: mapeando histórias de esportivização*, PUC/MG, e busca conhecer a história de esportes em Belo Horizonte no período de 1950 a 1980, tendo como eixos o Futebol de Salão, o Tênis de Quadra e o Atletismo, usando como metodologia o resgate da memória oral. A proposta reforça a importância da história oral, como forma de reconhecer os protagonistas da história e de possibilitar o conhecimento de diferentes versões sobre as mesmas. Em relato

apresentado no Repositório Digital da Rede Cedes⁴⁷, os autores falam da importância do conhecimento das imagens sociais construídas através dessas atividades e de como essas atividades esportivas influenciaram e foram influenciadas pela história e organização da cidade.

O trabalho pretende, além de realizar o registro da história dos esportes em Belo Horizonte, promover o fortalecimento e a qualificação do grupo de pesquisa da entidade.

O resultado dessa pesquisa deu origem ao livro com o mesmo título, que não estava disponível nos sites pesquisados.

Outro trabalho realizado pela UFJF – *História e Memória do Esporte em Juiz de Fora* –, coordenado por Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior, tem os seguintes objetivos:

(A) Estudar a história e preservar a memória do Esporte em Juiz de Fora através da imprensa – principais jornais e almanaques publicados entre 1876 e 1950; (B) Estudar a história e preservar a memória do Esporte em Juiz de Fora entre 1960 e 1990, através da criação de um banco de depoimentos orais; (C) Dotar de infraestrutura básica o Centro de Memória do Esporte e da Educação Física de Juiz de Fora (CEMEF-JF). (PROJETO, 2009g, p. 2)

A proposta considera a importância que as práticas corporais têm na contemporaneidade, já que elas começaram a fazer parte do cotidiano das cidades, influenciando na criação de espaços urbanos, públicos e privados. Pesquisas realizadas anteriormente demonstram a relação das práticas corporais com o processo de modernização da cidade de Juiz de Fora. Este estudo se faz necessário também por conta de resultados encontrados em estudos semelhantes realizados no Rio de Janeiro.

No caso do Rio de Janeiro, estudiosos identificaram que alterações nos hábitos da população carioca fizeram parte de um conjunto de mudanças econômicas, sociais e culturais ocorridas na cidade, especialmente a partir do final do Século XIX (Brena, 1985; Needel, 1993; Sevcenko, 1998). Uma destas alterações diz respeito à adesão por parte dos cariocas às práticas esportivas, identificadas como símbolos da modernidade (Araújo, 1993; Jesus, 1999; Melo, 2001). O mesmo não se pode afirmar sobre Juiz de Fora, pois ainda nos faltam esforços de pesquisa que tenham analisado o assunto. (PROJETO, 2009g, p. 6)

Esse trabalho pretende se utilizar de pesquisas em jornais e fontes orais para coleta de dados referentes à história do esporte em Juiz de Fora.

Relacionar o desenvolvimento das práticas corporais com o desenvolvimento urbano, de equipamentos e hábitos da população fundamenta a importância desse tipo de estudo para a

47 www.cedes.ufsc.br – Produções PUC Minas.

qualificação de um programa como o PELC, que tem objetivos relacionados ao fortalecimento e resgate da cultura local. Além disso, reforça ainda a posição dos gestores do programa sobre a necessidade de utilização dos resultados das pesquisas relacionadas à memória e história do esporte e lazer nas formações do programa.

O trabalho a seguir é, na verdade, o que chamamos de “guarda-chuva” de uma série de pesquisas realizadas pela UFMG e que estão sendo todas analisadas separadamente nesse relatório. O título deste trabalho é *Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer*, UFMG, 2006.

Temos, também, três anos mais tarde, o trabalho *Memória do Esporte Universitário em Viçosa*, UFV, coordenado por José Geraldo do Carmo Salles, que busca preservar e divulgar a história do esporte universitário na cidade de Viçosa, através de pesquisas e sistematização dos documentos disponíveis. Considera que

(...) identificar a memória esportiva da LUVE⁴⁸, lançar olhares e fazer uma leitura crítica sobre essas fontes histórico-culturais significa dar novo sentido a elas. Significa também, atribuir às experiências do passado idéias e conceitos do presente, levando ao esclarecimento e a compreensão da realidade. (PROJETO, 2009i, p. 7)

A pesquisa pretende analisar a história do esporte universitário sobre três vertentes: protagonismo feminino, resgate histórico da LUVE e perfil dos participantes. A pesquisa se utilizará, então, de revisão de literatura, pesquisa documental, análise dos dados e entrevista semiestruturada. Ela ainda está em execução.

Esse é o único trabalho analisado que trata da questão de gênero nas práticas esportivas e de lazer.

O último trabalho desse grupo se chama *Trajetória Histórica das Políticas Públicas de Esporte em Minas Gerais: 1938-2006*, UFMG, e tem como pesquisador responsável Hélder Ferreira Isayama. Essa proposta, feita com parceria entre a UFMG e o Governo do Estado de Minas Gerais, que desde 1990 passou a estruturar um programa de Gestão de Documentos. Sendo assim:

Nesse sentido, foi instituída uma Diretoria de Memória e Informação, possuindo entre suas competências a criação de um centro de memória e informação esportiva. O objetivo inicial foi de não só resgatar a memória das políticas estatais de esporte, mediante a recuperação dos acervos documentais dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento dessas políticas, reconstruindo sua história, organizando, preservando e disponibilizando esse acervo, como também resgatar a memória

48 LUVE - Liga Universitária Viçosense de Esportes.

esportiva no Estado, mediante a realização de parcerias intra e intergovernamentais e com a iniciativa privada, organizando essas informações e facilitando o acesso às mesmas, na busca por constituir-se como lugar da memória esportiva de Minas Gerais. (PROJETO, 2009j, p. 5)

A proposta tem, então, como objetivo resgatar e analisar a trajetória histórica das políticas de esporte no período de 1938 a 2006, recuperando os diversos acervos das diferentes administrações, compreendendo essa trajetória, analisando as escolhas realizadas, sua maneira de fazer, considerando o tempo e espaço em que aconteceram.

Uma pesquisa histórica sobre as políticas públicas de esporte no Estado de Minas Gerais pode viabilizar uma postura crítica e consciente em relação ao planejamento e ao desenvolvimento de ações específicas, possibilitando a formulação de novas políticas públicas mais sensíveis a uma maior democratização do esporte em nosso Estado. (PROJETO, 2009j, p. 14)

Importante também ressaltar o diferencial de uma proposta feita como parte de um programa do Governo do Estado.

A pesquisa “Trajetória histórica das políticas públicas de esportes de Minas Gerais: 1938-2006” — abre um novo campo de investigação sobre a constituição do esporte na cultura, a partir da entrada dos interesses do Estado, que se afirma no final da década de 1930, ampliando-se as incursões já realizadas até então no tema, abordando toda sua trajetória anterior a criação da SEEJ, órgão responsável pelo desenvolvimento atual de políticas esportivas. (PROJETO, 2009j, p. 6)

A proposta pretende se utilizar de pesquisa documental e análise da legislação e documentação existente. Em seu relatório de cumprimento do objeto, a entidade apresenta um detalhado relato das políticas desenvolvidas, sua história e contextualização.

Vemos nesse grupo propostas metodológicas interessantes e bem fundamentadas que fortalecem a importância dessa linha de pesquisas. São pesquisas que buscam na história o entendimento das situações do presente e que se utilizam de diferentes estratégias metodológicas para buscar um conhecimento diversificado e mais profundo da trajetória dos objetos de estudo.

Esse grupo também passou a fazer parte das linhas de pesquisa apoiadas pela Rede apenas em 2009 e, pelo grande número de pesquisas dessa linha apresentadas nos Editais, podemos concluir ser um dos casos em que a demanda por essa linha de estudo contribuiu significativamente para sua inclusão. Mesmo sendo incluído apenas em 2009, é o grupo com maior número de trabalhos, considerando todo o período de existência da Rede. Isso pode

significar que essa linha contribuiu bastante para a formação e possível consolidação de grupos de pesquisa em Universidades.

4.6 OBSERVATÓRIO DO TORCEDOR

O último grupo, que se refere à linha de pesquisa **Observatório do Torcedor**, trata das temáticas ligadas às torcidas organizadas, ou de pesquisas sobre o futebol. Por tratar de um tema com grande apelo nas práticas de lazer, tem possibilidades concretas de utilização nas ações de esporte e lazer. No entanto, por se tratar de um segmento cujas ações no Ministério do Esporte são tratadas por uma Secretaria específica que cuida do futebol profissional e dos direitos do torcedor, acaba se distanciando das ações do PELC.

O primeiro trabalho desse grupo tem como título *Levantamento e Análise de Torcidas Organizadas de Minas Gerais*, UFMG, e foi coordenado pelo Prof. Doutor Silvio Ricardo da Silva. Essa pesquisa é pioneira, por se tratar da primeira realizada sobre as torcidas organizadas de Minas Gerais. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e de campo, selecionando 12 (doze) torcidas organizadas, sendo 5 (cinco) do Cruzeiro (Máfia Azul, Mancha Azul, Torcida Jovem, TFC – Torcida Fanati-Cruz e Motozeiros), 5 (cinco) do Atlético Mineiro (Galo Metal, Dragões da FAO, TUA – Torcida Uniformizada Athleticana, Galo Prates e Galocura) e 2 (duas) do Ipatinga (Independente Ipatinguense e Orkutigre).

O trabalho busca subsidiar ações referentes a esse segmento além de servir para fundamentar futuros estudos e aprofundamentos sobre o tema.

Seguem alguns dos resultados apresentados no relatório da pesquisa (RELATÓRIO, 2009c) que consideramos mais relevantes:

- Sobre a possibilidade de filiação, as torcidas variam entre nenhuma exigência, além de ser torcedor do time e preencher ficha de inscrição, até exigência de atestados de bons antecedentes criminais, indicação de um membro da torcida e análise do comportamento.
- Sobre o relacionamento com os clubes, 58% dos entrevistados admitem esse relacionamento, mas sem aprofundar que tipo de relação seria essa. A grande maioria realiza ações sociais e também eventos para encontros

entre os torcedores membros das torcidas. A manutenção financeira das torcidas se dá principalmente pela venda de souvenirs.

- Quase todas as torcidas (10 das 12 torcidas pesquisadas) tem estatuto, o que, segundo alguns diretores entrevistados, é uma exigência do Ministério Público Estadual.

O trabalho conclui que:

Os torcedores de futebol, de maneira geral, são fortemente inclinados em relação ao futebol pela ordem da emoção.(...) É a partir dessa lealdade que o torcedor sente que sua ação é co-responsável pelo sucesso da equipe. Assim, o sentimento da vitória de uma equipe passa a ser compartilhado pelo torcedor, bem como o sentimento de fracasso da derrota. (RELATÓRIO, 2009c, p. 51)

Apresenta, também, que existe uma rivalidade entre elas, uma espécie de disputa por uma hierarquização para identificar qual TO tem mais importância para o clube.

Em seus anexos, são apresentados os instrumentos utilizados na pesquisa.

A próxima pesquisa, que se chama *Análise do Perfil dos Torcedores Organizados de Minas Gerais*, UFMG, coordenada pelo Prof. Doutor Silvio Ricardo da Silva, é continuidade de trabalho realizado anteriormente e busca conhecer o perfil dos torcedores de 4 torcidas organizadas, duas do Cruzeiro e duas do Atlético Mineiro. Ela se justifica por conta dos poucos trabalhos realizados sobre esse tema fora do eixo Rio-São Paulo. A pesquisa se utilizou dos métodos quantitativo descritivo e qualitativo.

Inicia tratando da importância do futebol na sociedade brasileira, pois:

Esta perspectiva apresenta o futebol como um espetáculo, que exerce influência e é influenciado pela cultura, revelando aspectos únicos da sociedade que o cerca. Dessa forma as investigações buscam encontrar no futebol e seus componentes uma forma de entender como se estabelecem as relações criadas por este universo social. (PROJETO, 2009a, p. 2)

Sobre Torcidas Organizadas, o estudo apresenta que:

Neste contexto, as Torcidas Organizadas ocupam um lugar importante nos debates esportivos atualmente. Tanto academicamente quanto na imprensa, observa-se que a discussão perpassa pelo enaltecimento de seus componentes estéticos, pela identidade de seus grupos e até mesmo por atos violentos. Independente do motivo de sua evidência, as Torcidas Organizadas estão se destacando, e aliado a este crescimento, aumenta também a necessidade de compreensão destes atores. (RELATÓRIO, 2011, p. 3)

O relatório (RELATÓRIO, 2011) apresenta o resultado sistematizado da pesquisa, uma análise por item pesquisado e uma análise final, consolidando as informações passadas ao longo do documento. Apresenta, em seus anexos, os instrumentos utilizados. Entre os resultados apresentados, citamos que a grande maioria dos integrantes é homem e solteiro, sem filhos. Quase 50% dos entrevistados tem renda pessoal entre 0 e 2 salários-mínimos e é torcedor não cadastrado.

Sobre o envolvimento em conflitos, 69% dos entrevistados informaram não participar dos conflitos e, entre os que participam, 21% se envolvem em conflitos com torcidas de outros times e 21% em conflitos com a própria torcida ou outras torcidas do mesmo time.

Sobre os itens mais valorizados pelos torcedores:

(...) destacam-se enquanto respostas mais freqüentes a amizade dos membros da torcida (29%), o fato de ser uma torcida que apóia o time (25%) e as idas ao estádio (23%), esta última tendo inclusive sido citada como a opção de lazer mais freqüente dos torcedores organizados na questão anterior sobre práticas de lazer. Em relação aos itens mais desvalorizados, as brigas com outras torcidas (22%) e a desorganização (21%) foram as respostas mais comuns entre os torcedores. (RELATÓRIO, 2011, p. 17)

O trabalho seguinte – *Levantamento da produção acadêmica acerca do futebol nas ciências humanas e sociais*, UFMG – realizou pesquisas das teses e dissertações nos sítios virtuais, em artigos de periódicos, em anais do COMBRACE e ANPOCS, em livros de sítios virtuais de Universidades Federais, categorizando os referenciais pesquisados.

A pesquisa pretendia agrupar trabalhos dispersos sobre o tema e auxiliar na elaboração e implementação de propostas do Ministério do Esporte para esse segmento. Essa dispersão é explicada pela enorme quantidade de trabalhos que podem estar ligados à área biológica ou à área das ciências sociais.

Dentro desse grupo, é o único trabalho que não trata da temática do torcedor, mas sim de produções acadêmicas sobre o futebol. Sua amplitude permite uma maior utilização nas ações ligadas ao esporte e ao lazer. Seus resultados seriam disponibilizados por meio eletrônico nos sites dos grupos de pesquisa participantes.

O último trabalho desse grupo se chama *Observatório do Torcedor*, UFMG, foi coordenado pelo Prof. Doutor Silvio Ricardo da Silva e buscou analisar como estavam sendo cumpridas, ou não, as determinações do Estatuto do Torcedor⁴⁹. Para isso, acompanhou jogos

49 Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003.

do Campeonato Brasileiro de 2006, séries A e B, e Copa do Brasil 2007, realizados em Belo Horizonte.

O relatório de cumprimento do objeto traz uma análise detalhada da pesquisa, relacionando os artigos do EDT com seu cumprimento, conhecimento por parte dos torcedores e possibilidades de efetivação. Apresenta, também, os instrumentos utilizados para a pesquisa.

Era objetivo da pesquisa “[...] verificar os níveis de informação dos torcedores, averiguar o cumprimento do estatuto, além de verificar a relação firmada entre as normas estabelecidas pelo EDT e os anseios do torcedor de futebol em termos de defesa de seus direitos.” (RELATÓRIO, 2008, p. 4).

Entre os resultados apresentados, destacamos alguns que mostramos a seguir.

Em relação ao conhecimento do EDT – Estatuto do Torcedor – por parte dos

Esse número, analisado conjuntamente ao discurso dos torcedores no decorrer da entrevista e suas reações ao serem informados de algumas determinações do EDT, toma mais volume uma vez que dentre aqueles torcedores que afirmaram conhecer o EDT, muitos conheciam-no de maneira superficial, em grande parte apenas de ter ouvido falar em alguma reportagem de rádio, televisão ou jornais que o citavam. (RELATÓRIO, 2008, p. 8)

Isso pode ser explicado pela pouca divulgação, que é feita de forma generalista pelos meios de comunicação, o que coloca entre as necessidades para melhor efetividade da legislação um esforço de disseminação por parte das autoridades.

Falando diretamente do EDT, a análise da pesquisa começa tratando da comunicação e relação entre o torcedor e a entidade esportiva. A legislação fala da necessidade de instalação de uma ouvidoria, no entanto, no estádio analisado, constatou-se que a ouvidoria existe, mas em um local que só permite o acesso de grupos pequenos e selecionados de pessoas, impossibilitando a participação de grande parte dos torcedores. Além disso, em 100% das partidas acompanhadas a ouvidoria não estava funcionando.

Sobre a contenção da violência:

Impressiona a atenção dada às determinações que influem mais diretamente na contenção da violência. O policiamento está presente em todos os jogos. Câmeras para monitoramento por imagem das dependências do estádio e a parte externa cobrem praticamente todos os locais. Existem seguranças privados em todas as partidas. (RELATÓRIO, 2008, p. 14)

No entanto, isso não significa que os torcedores se sintam seguros nos estádios. Os resultados apresentados apontam uma grande sensação de insegurança que varia entre o

momento de chegada ao estádio, o período em que se encontram dentro do estádio e o momento da saída, considerado o momento de maior insegurança.

Sobre a obrigatoriedade do lugar marcado, na compra do ingresso, [...] “Entre os entrevistados 94,16% afirmavam que não se sentavam no lugar marcado no ingresso, e entre aqueles que afirmaram se sentar no local marcado nenhum se encontrava no local marcado na partida em que foram entrevistados.” (RELATÓRIO, 2008, p. 20).

No que se refere às obrigações relacionadas ao transporte para o estádio:

Ainda no que diz respeito ao transporte, o quadro de verificações preocupava-se em averiguar três pontos: a presença de um plano viário especial, organização e sinalização do trânsito e a existência de vagas suficientes para os torcedores. Todos esses itens estavam presentes nos jogos dentro das determinações do EDT, como o número de vagas suficientes ainda que gerando ônus ao torcedor. (RELATÓRIO, 2008, p. 21)

Sobre a relação do torcedor com o EDT:

Ao final da entrevista questionamentos diretos sobre a relação do torcedor com o EDT, apontam para uma relação positiva entre torcedores e estatuto. Quando questionados se o EDT era um documento importante 88,33% afirmaram que sim. Cabe salientar, que mesmo aqueles que afirmaram não conhecê-lo no início da entrevista, fazem parte do grupo que considera o EDT um documento importante. (RELATÓRIO, 2008, p. 22)

Ao final do relatório da pesquisa, são feitas algumas considerações e análises sobre seus resultados. Assim como fizemos anteriormente, colocamos aqui alguns pontos que consideramos mais relevantes.

Em primeiro lugar, retornando ao pequeno conhecimento sobre o EDT por parte dos frequentadores dos estádios:

Apesar dessa falta de informação, boa parte dos torcedores vê como positiva a criação do EDT e refere-se a ele como um instrumento importante para o futebol. Campanhas educativas poderiam ser usadas, sobretudo nos estádios, prestando esclarecimento sobre os principais pontos do EDT para aqueles teoricamente mais interessados: os próprios torcedores. (RELATÓRIO, 2008, p. 24)

Como resultado do estudo, foi produzido por SILVA, Silvio Ricardo et al. o texto: “*Futebol e Lazer: A Relação dos torcedores com o Estatuto da Defesa do Torcedor em Belo Horizonte*”, que sistematiza os resultados apurados no trabalho realizado.

Ainda, como parte do relatório final, foi também desenvolvido por SILVA, Silvio Ricardo et al. o artigo “*O Estatuto da Defesa do Torcedor e a questão da violência: uma*

análise sobre a apreciação do lazer a partir dos torcedores de futebol”, que trata mais especificamente da parte do EDT que trata das questões relacionadas à violência e segurança.

Analisamos a relação entre o torcedor e o Estatuto de Defesa do Torcedor (EDT), especificamente, nos seus artigos que abordam a segurança. Avaliamos quantitativamente o texto do EDT que, direta ou indiretamente, referia-se à segurança, relacionando-o ao referencial teórico e analisamos 120 entrevistas respondidas por torcedores na pesquisa do Observatório do Torcedor em Belo Horizonte. (RELATÓRIO, 2008, p. 39)

Em suas análises sobre o EDT, apontam que a “[...] idéia que mais se destaca no EDT talvez seja o controle. Assim como as regras dos próprios esportes, o EDT tem a intenção de suspender ou limitar vontades individuais.” (RELATÓRIO, 2008, p. 40).

Fazendo uma analogia com as regras esportivas e sua relação com o objetivo de equilibrar suas “tensões agradáveis”:

As regras serviriam, e ainda servem, para controlar o nível dessa tensão agradável. Se a tensão fosse muito baixa, poderia ser tediosa; se fosse exagerada, tornar-se-ia perigosa e potencialmente explosiva. Tudo isso com o intuito de preservar a fruição do esporte como lazer. De modo análogo, a principal preocupação do EDT parece ser a tentativa de controle dessa tensão na assistência e normatização das práticas esportivas, restringindo a possibilidade de atos violentos. Para tanto, uma das estratégias mais usadas, é a proibição da entrada nos estádios de torcedores que já participaram de brigas, conforme determina o Artigo 5º (...). (RELATÓRIO, 2008, p. 41)

O artigo conclui que:

Observamos que o EDT tem um enfoque especial na questão da violência física, como pode ser observado a partir dos seus tantos artigos que se referem ao tema. Esses artigos abrangem questões como: segurança na área interna e externa ao estádio, bem como antes, durante e após os jogos; mecanismos de controle da violência, sobretudo dos torcedores; determinação dos responsáveis pela segurança nos dias de eventos esportivos; aparelhagem técnica necessária / exigida nos estádios para manutenção da segurança; penalidades cabíveis para torcedores, entidades ou dirigentes que transgridam as regras dispostas no EDT. Se deliberadas essas exigências do EDT, o torcedor desfrutaria de uma melhor fruição de seus momentos de lazer esportivos. (RELATÓRIO, 2008, p. 46)

A pesquisa apresenta, ainda, um terceiro artigo produzido por SILVA, Silvio Ricardo et al. intitulado *Observatório do Torcedor: A relação dos torcedores de futebol e torcedores de voleibol com o Estatuto de Defesa do Torcedor em Belo Horizonte – MG*. Esse trabalho acrescenta análise de entrevistas realizadas com torcedores também em jogos de voleibol.

Os resultados desse estudo, e seus artigos, podem ser muito úteis para subsidiar as ações do Ministério do Esporte referentes aos direitos do torcedor e podem servir também como auxílio para pesquisas semelhantes em outros estados e períodos.

Dessa forma, concluímos a análise da produção da Rede CEDES no estado de Minas Gerais, verificando a abrangência dessa produção e suas reais possibilidades de subsidiar de forma efetiva a gestão e execução de políticas públicas de esporte e lazer. Apresentamos a diversidade de temas, objetos de estudo e metodologias propostas ao longo da existência da Rede CEDES, desde sua criação em 2003.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1979, p. 12)

Após a leitura de todos os estudos realizados pelos núcleos da Rede CEDES em Minas Gerais, não pude deixar de refletir sobre a estrutura de um Programa que procura construir e difundir conhecimentos sobre o lazer como forma de auxiliar na transformação de uma realidade em que as atividades de lazer não são garantidas a toda a população, apesar de serem direitos constitucionais. Não tenho a pretensão de fazer aqui um estudo aprofundado sobre as “verdades” analisadas por Foucault, principalmente por não me sentir em condições para isso. Mas penso que os participantes e pesquisadores da Rede devem estar a todo o momento avaliando o tipo de estrutura construída e a quem ela tem servido. Quais discursos têm sido privilegiados? Que técnicas ou procedimentos metodológicos estão tendo maior apoio? Que tipos de estrutura física, organizacional, administrativa ou acadêmica são prioritárias? E, principalmente, em que momento o resultado ou os efeitos concretos relacionados aos objetivos do PELC estão sendo privilegiados?

Recorro mais uma vez a Foucault, no artigo intitulado *Os intelectuais e o poder* (1979), no qual o autor fala da relação teoria/prática. Segundo Foucault:

Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou. (FOUCAULT, 1979, p. 71)

Começamos, então, a imaginar que possibilidades efetivas de auxílio às atividades de lazer, ou às suas políticas públicas essa produção apresenta. Recorremos aos gestores e ex-gestores do Programa para verificar algumas das avaliações realizadas por eles sobre a efetividade da Rede.

Um dos Secretários⁵⁰ responsáveis pela gestão do PELC avalia que:

Para além dos resultados mencionados, há de se levar em conta o quanto o implemento da Rede Cedec contribuiu para a alteração da correlação de forças

50 No texto apresentado não aparece o nome do Secretário.

presente no meio acadêmico entre os campos produtores de conhecimento nele presentes, servindo de elemento minimizador da hegemonia, na área, do segmento vinculado ao campo da Rede Cenesp. (FIGUEIREDO, 2010, p. 118)

Dessa forma, temos reforçada a ideia da necessária busca pelo equilíbrio no financiamento das pesquisas em esporte, aumentando a produção das pesquisas sociais.

Já Rejane Rodrigues (2010) considera que a Rede aproxima os pesquisadores, diminui as distancias:

Acho que uma das coisas que tem contribuído também da Rede é essa troca permanente de informações o que faz com que aquele professor, aquele pesquisador da região norte, nordeste e mesmo do centro-oeste não se sinta tão distanciado. Porque agora as coisas são muito em tempo real. As coisas que estão acontecendo, as pesquisas, as comunicações, área de conhecimento. E nós aqui do ministério temos um papel que eu acho que é de facilitador do processo. (RODRIGUES, 2010)

E, ainda, de forma semelhante a Luiz Otávio Mattos (2010) e Claudia Bonalume (2010), Leila Pinto (2010) reflete se “(...) os temas que a Rede CEDES está trabalhando, estão atendendo mesmo demandas reais.”.

Nesse sentido, por um lado, percebemos uma grande diversidade de temas e metodologias, que são suficientes para enriquecer, aprofundar e oferecer novas possibilidades para leitores, estudiosos e gestores do lazer. Possibilidades concretas de conhecimentos históricos que apontam para caminhos que construíram a atualidade das ações de esporte e lazer em Minas Gerais; instrumentos e metodologias diferenciadas que apontam possibilidades para novas pesquisas e estudos do lazer; respostas concretas relacionadas à avaliação de ações já realizadas, com propostas bem fundamentadas para a continuidade dos programas avaliados; a riqueza dos estudos latino-americanos, abrindo portas para uma pretendida e necessária integração regional, como tem acontecido em outras áreas. Estudos sobre equipamentos e suas utilizações que devem ser ampliados, talvez se unindo às pesquisas sobre memória e história do esporte e do lazer local. Foucault nos mostra como a organização do espaço urbano esteve sempre associada à estrutura de poder vigente, confirmando a pertinência de estudos ligados a esses temas.

Outrora, a arte de construir respondia sobretudo à necessidade de manifestar o poder, a divindade, a força. O palácio e a igreja constituíam as grandes formas, às quais é preciso acrescentar as fortalezas; manifestava-se a força, manifestava-se o soberano, manifestava-se Deus. A arquitetura durante muito tempo se desenvolveu em torno destas exigências. Ora, no final do século XVIII, os novos problemas aparecem: trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômico-políticos. (FOUCAULT, 1979, p. 211)

É preciso, então, que esses estudos sejam aprofundados e que se transformem em ações que busquem a mudança da realidade de exclusão enraizada nas construções e organizações urbanas.

Verificamos que a produção atende, em momentos diferentes, a praticamente todas as linhas de pesquisa propostas nos Editais da Rede CEDES, faltando apenas trabalhos que tratem diretamente do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Percebemos, também, a quase inexistência de estudos ligados a gênero, raça, ou outros tipos de exclusão relacionados a segmentos sociais. Entendemos ser necessário que se realizem estudos que relacionem a situação de segmentos marginalizados com as propostas, projetos e programas de esporte e lazer. É preciso refletir, em que medida as atividades e metodologias das ações de lazer implementadas contribuem para a diminuição, ou para o agravamento, da exclusão desses segmentos.

Sabemos, também, que estamos falando de pesquisas muitas vezes locais que não garantem o aprofundamento necessário para todos os temas, até porque em muitos casos não é esse o objetivo, mas mesmo assim garantem uma efetiva contribuição para o desenvolvimento do lazer. Na verdade, entendemos esse tipo de produção local como significativa e importante, pois “[...] A principal conclusão das pesquisas sociais é que as pobres não são todas iguais [...]” (CONNELL, 2007, p. 13), mostrando que estudos e diagnósticos locais são necessários, pois têm uma maior possibilidade de caracterizar as necessidades próprias das comunidades estudadas e o contexto em que as situações de exclusão foram desenvolvidas e consolidadas, dando subsídios para uma gestão mais efetiva das ações desenvolvidas. No entanto, esses estudos devem ser acompanhados de propostas concretas para a implantação de ações nas localidades estudadas.

Ao analisarmos a história do PELC e seus princípios e objetivos, principalmente aqueles que tratam das possibilidades de reversão da situação de exclusão que afeta boa parte da população brasileira, como auto-organização, trabalho coletivo e gestão participativa, percebemos que a produção analisada trata muito pouco dessa temática. Poucas vezes vimos em seus objetivos e fundamentos preocupação com a participação comunitária na gestão das ações e, principalmente, na verificação sobre a possibilidade de reversão do quadro de exclusão através das atividades de lazer, ou, que tipos de ações ou metodologias deveriam ser empregados para que o Programa pudesse não resolver, mas interferir de forma positiva nessa situação.

Fica então a necessidade de se entender o porquê dessa distancia dos estudos do lazer em relação às necessidades de inclusão social da população marginalizada das cidades e grandes centros urbanos. Afinal, qual o sentido desse investimento se não houver possibilidade concreta de reversão do quadro apresentado? De que forma a gestão dos programas de esporte e lazer deve se organizar para contribuir com as ações sociais do governo em outras áreas?

Dados apresentados anteriormente demonstram o aumento dos grupos de pesquisa relacionados às pesquisas sociais de esporte e lazer após a criação da Rede CEDES, dados que são citados constantemente por gestores, ex-gestores e pesquisadores da Rede como demonstração da efetividade dessa ação. No entanto, mesmo reconhecendo a importância dessa evolução para os estudos e produção de conhecimento na área, isso não aparece em nenhum dos objetivos, diretrizes ou finalidades da Rede. Com certeza, porque a criação e consolidação de grupos de pesquisas são meios, e não fins, na estratégia do PELC e nos seus objetivos de intervenção. São importantes e necessários para atingir suas finalidades, mas não são fins em si mesmos. Precisam que seus estudos se constituam como instrumentos para a gestão e desenvolvimento do esporte e do lazer, razão primeira da criação dessa ação e do Programa a que ela está submetida.

Não é menos importante constatar a desproporcionalidade entre pesquisas do grupo de memórias e pesquisas do grupo de formação; uma relação de 8 para 2, que não reflete a importância dos dois temas para o desenvolvimento de políticas de esporte e lazer. Mesmo entendendo o respeito à demanda das universidades e grupos de pesquisa junto ao Ministério do Esporte, consideramos que o atendimento a essas demandas deve levar em conta a proposta de intervenção do governo na área de atuação do Programa que está sendo desenvolvido. Nesse sentido, a importância de pesquisas sobre formação de recursos humanos, para o desenvolvimento de políticas de esporte e lazer, é muito superior à importância de pesquisas locais relacionadas à memória/história. Pesquisas sobre memória têm, evidentemente, um espaço que deve ser mantido nas linhas de pesquisas da Rede CEDES, inclusive, como disse Leila Pinto, seus resultados podem ser utilizados nas formações de agentes sociais do PELC. No entanto, a constatação de que a formação do Programa pode se utilizar dos conhecimentos produzidos nas pesquisas sobre memória já demonstra o papel diferenciado que os dois grupos têm no desenvolvimento das ações de esporte e lazer. Fica evidente que a formação é uma ação importante do programa que se utiliza de diversos conhecimentos produzidos, incluindo, quando possível, os conhecimentos

sobre memória/história de esporte e lazer. Ou seja, formação é uma das principais ações do PELC e memória é um dos temas utilizados para executar essa ação. Então, por que a inversão? Parece que, em algum momento, a necessidade de atender a demandas vindas das Universidades acabou por modificar o foco da gestão do Programa; afastando-a dos objetivos e finalidades iniciais.

Voltamos, então, ao primeiro ponto levantado no início dessa análise: a produção, para fazer diferença, precisa garantir a possibilidade de acesso a uma grande parcela da população. Entendemos que é preciso adequar as propostas de pesquisas aprovadas às necessidades da gestão de programas de esporte e lazer, que tenham uma proposta de intervenção voltada para a transformação da realidade atual de exclusão de parte significativa da população. No entanto, aprofundar as pesquisas, sem ações paralelas de estímulo a disseminação desse conhecimento, compromete significativamente a efetividade dessa ação. Levamos em consideração a preocupação de Claudia Bonalume de que não basta disponibilizar o material na internet, é preciso estimular sua leitura, é preciso encontrar estratégias que levem as pessoas a não só lerem o que foi produzido, mas também que reflitam e relacionem o conhecimento com suas práticas cotidianas. Mas, sem a disponibilização dos resultados, o caminho é ainda mais longo.

Ball (2007), ao tratar das “escolhas” que deveriam ser feitas pelos cidadãos em sistemas educacionais neoliberais, nos adverte que:

A incapacidade ou a falta de inclinação para participar daqueles aspectos do processo de “escolha” ou a ignorância em relação àqueles aspectos, entre certos grupos de classe, representam uma forma daquilo que Bourdieu & Passeron (1990) chamam de “auto-exclusão” – um processo baseado, talvez, na crença de que o sistema não funciona para eles. (BALL, 2007, p. 217)

Entendo que essa possibilidade também existe em relação ao acesso e apropriação do material produzido pela Rede, o que nos faz considerar a necessidade de transformação dessa realidade como primordial nas ações do Programa. Gentilli (2007), ao falar sobre questões educacionais, diz que:

(...) também devemos criar novas condições culturais sobre as quais tais propostas adquiram materialidade e *sentido* para os excluídos que, em nossas sociedades, são quase todos. Ambos os elementos são fatores indissolúveis em nossa luta pela reconstrução de uma sociedade fundada nos direitos democráticos, na igualdade e na justiça. (GENTILLI, 2007, p. 250)

Achamos que esses são os principais desafios da Rede CEDES nesse momento: aprofundar e ampliar os estudos sobre temas que se aproximem mais da proposta de intervenção do Programa e garantir o acesso e apropriação do conhecimento produzido nas pesquisas realizadas. Que a riqueza do material produzido não fique restrita aos meios acadêmicos de congressos, seminários e bibliotecas, mas que tenha seu acesso facilitado a todos os segmentos comprometidos com o desenvolvimento do esporte e do lazer.

Ao longo desse trabalho, falamos muitas vezes das possibilidades e necessidades de aplicação prática dos estudos do lazer, da situação de exclusão vivida por boa parte da população, da maneira como a sociedade tem se organizado para perpetuar esse estado de coisas. Toda essa consciência crítica pode acabar nos afastando dos desejos simples de momentos de alegria, brincadeiras e diversões; com pessoas, conhecidas ou não, que encontramos por aí. Por isso, queremos terminar nosso estudo com o trecho de uma música, que sintetiza o nosso sentimento e desejo para os momentos de lazer e tempo livre de todos e todas...

Hoje que quero a rua cheia de sorrisos francos
De rostos serenos, de palavras soltas
Eu quero a rua toda parecendo louca
Com gente gritando se abraçando ao sol
Hoje que quero ver a bola da criança livre
Quero ver os sonhos todos nas janelas
Quero ver vocês andando por aí
.(Oswaldo Montenegro, 2001)

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. *Educação e Poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ARAUJO, Dulce Malheiros. *O conceito de dominação nas obras de Ezequiel Ander-Egg e Boris Alexis Lima*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Departamento de Serviço social, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1978.

ARAUJO, José Prata. *Um Retrato do Brasil: Balanço do governo Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

BALL, Stephen J. Mercados educacionais, escolha e classe social: O mercado como uma estratégia de classe. In: GENTILLI, Pablo (Org.). *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação*. 13a Edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Principais Abordagens Teóricas da Política Social e da Cidadania*. In: *Política Social – Modulo 3. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais*. Brasília, CEFESS/ABEPSS/Cead-UnB, 2000. Disponível em <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf> Acesso em 10 out. 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2011.

BOITO JUNIOR, Armando. *A Burguesia no Governo Lula*. 1999. Disponível em <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica21-A-boito.pdf>> Acesso em 10 out. 2011.

BONALUME, Claudia Regina. 22/06/2010, Brasília, *Entrevista realizada por Luiz Roberto Malheiros Araújo*.

BONALUME, Claudia Regina. A Rede CEDES como uma rede de política pública: O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). In: RODRIGUES, Rejane Penna; PINTO, Leila Mirtes Santos Magalhães; SILVA, Débora Alice Machado; BONALUME, Claudia Regina; ARAÚJO, Luiz Roberto Malheiros (Org.) *Brincar, jogar e viver: Lazer e intersectorialidade com o PELC*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 68-91.

BONALUME, Claudia Regina; EWERTON, Andrea Nascimento; PINTO, Leila Mirtes Santos Magalhães; SILVA, Débora Alice Machado. O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). In: RODRIGUES, Rejane Penna; PINTO, Leila Mirtes Santos Magalhães; SILVA, Débora Alice Machado; BONALUME, Claudia Regina; ARAÚJO, Luiz Roberto Malheiros (Org.) *Brincar, jogar e viver: Lazer e intersectorialidade com o PELC*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p.61-67.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Diretrizes Rede CEDES*. Brasília: SNDEL, 2003a.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Diretrizes Rede CEDES*. Brasília: SNDEL, 2005.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Diretrizes Rede CEDES*. Brasília: SNDEL, 2007.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Programa Esporte e Lazer da Cidade. Apresentação*. Brasília: SNDEL/ME, 2010a. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/apresentacao.jsp>>. Acesso em: 12 jul. 2010.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Programa Esporte e Lazer da Cidade. Diretrizes Gerais*. Brasília: SNDEL/ME, 2010b. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/diretrizesGerais.jsp>>. Acesso em: 12 jul. 2010.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Programa Esporte e Lazer da Cidade. Estratégias*. Brasília: SNDEL/ME, 2010c. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/estrategiasAcao.jsp>> Acesso em: 12 jul. 2010.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Programa Esporte e Lazer da Cidade. Finalidades*. Brasília: SNDEL/ME, 2010d. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/finalidades.jsp>> Acesso em: 12 jul. 2010.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Programa Esporte e Lazer da Cidade. Objetivos*. Brasília: SNDEL/ME, 2010e. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/objetivos.jsp>> Acesso em: 12 jul. 2010.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Programa Esporte e Lazer da Cidade. Região Sudeste*. Brasília: SNDEL/ME, 2010f. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/regiaoSudeste.jsp>> Acesso em: 12 de jul. 2010.

BRASIL. Ministério do Esporte. Programa Esporte e Lazer da Cidade. *PELC*. Brasília: SNDEL/ME, 2010. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/default.jsp>> Acesso em: 12 de jul. 2010.

BRASIL. Ministério do Esporte. Programa Esporte e Lazer da Cidade. *Estratégia 1*. Brasília: SNDEL/ME, 2010. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/estrategia1.jsp>> Acesso em: 12 jul. 2010.

BRASIL. Ministério do Esporte. Programa Esporte e Lazer da Cidade. *Estratégia 2*. Brasília: SNDEL/ME, 2010i. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/estrategia2.jsp>>. Acesso em: 12 jul. 2010.

BRASIL. Ministério do Esporte. Programa Esporte e Lazer da Cidade. *Estratégia 3*. Brasília: SNDEL/ME, 2010j. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/estrategia3.jsp>>. Acesso em: 12 jul. 2010.

BRASIL. Ministério do Esporte. Programa Esporte e Lazer da Cidade. *Estratégia 4*. Brasília: SNDEL/ME, 2010k. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/estrategia4.jsp>>. Acesso em: 12 jul. 2010.

BRASIL. Ministério do Esporte. *Regimento Interno*. Brasília: Ministério do Esporte, 2003b.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 2000. Disponível em <<http://www.youblisher.com/files/publications/20/114502/pdf.pdf>> Acesso em 06 out. 2011.

CONNELL, Robert W. Pobreza e Educação. In: GENTILLI, Pablo (Org.). *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação*. 13. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

CORREA, Carlos Magno Xavier; FERRARI, Douglas Morato; SOARES, José Montanha. Ciência, Tecnologia e Informação para o Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. In: FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida e MARCELLINO, Nelson Carvalho Orgs. *Brincar, jogar, viver: Programa Esporte e Lazer da Cidade, Volume I*, Brasília: 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.

EWERTON, Andrea Nascimento. 23/12/2011, Brasília: *Entrevista realizada por Luiz Roberto Malheiros Araújo*.

EWERTON, Andrea Nascimento; ARAUJO, Luiz Roberto Malheiros. O Funcionamento de Núcleos do PELC: O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). In: RODRIGUES, Rejane Penna; PINTO, Leila Mirtes Santos Magalhães; SILVA, Débora Alice Machado; BONALUME, Claudia Regina; ARAÚJO, Luiz Roberto Malheiros (Org.). *Brincar, jogar e viver: Lazer e intersectorialidade com o PELC*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 92-108.

EWERTON, Andrea Nascimento; MATTOS, Luiz Otávio Neves; FERREIRA, Marcelo de Pereira de Almeida. Módulo IV – Relatos de Experiências: Discussão do projeto social do Programa Esporte e Lazer da Cidade – Uma Experiência de Políticas Públicas na Esfera Federal. In: FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida; MARCELLINO, Nelson Carvalho (Orgs.). *Brincar, jogar, viver: Programa Esporte e Lazer da Cidade, Volume I*, Brasília, 2007, p. 16-21.

FÉLIX, Ana Maria. Os meios tecnológicos de informação a serviço do esporte e do lazer. Brasil. Ministério do Esporte. In. FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida; MARCELLINO, Nelson Carvalho Orgs. *Brincar, jogar, viver: Programa Esporte e Lazer da Cidade, Volume II*, Brasília, 2007, p. 178-184.

FIGUEIREDO, Juliana de Paula. Contribuições dos gestores e de pesquisadores do período 2003-2010, para a construção histórica da Rede CEDES. In: SCHWARTZ, Gisele Maria; SANTIAGO, Danilo Roberto Pereira; KAWAGUTI, Cristiana Naomi; TAVARES, Giselle Helena; FIGUEIREDO, Juliana de Paula; NAZÁRIO, Murilo Eduardo dos Santos. *Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede CEDES*. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2010. p. 33-47.

FILGUEIRAS, Luiz. *O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico*. 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf> > Acesso em 06 out. 2011.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional*. In: GENTILLI, Pablo (Org.). *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação*. 13a Edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

GENTILLI, Pablo (Org.). *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação*. 13. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

GOIS JUNIOR, Edivaldo. *Os Higienistas e a Educação Física: A história dos seus ideais*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em http://sanny.com.br/downloads/mat_cientificos/oshigienistas.pdf. Acesso em 12 jan. 2012.

GOMES, Christiane Luce. *Significados da recreação e lazer no Brasil: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

MASCARENHAS, Fernando. *Entre o ócio e o negócio: Teses acerca da anatomia do lazer*. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2005.

MATTOS, Luiz Otávio Neves. 15/12/2010, Brasília, *Entrevista realizada por Luiz Roberto Malheiros Araújo*.

MELO, Victor Andrade de; ALVES JUNIOR, Edmundo Drummond. *Introdução ao lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.

NAZÁRIO, Murilo Eduardo dos Santos. Contextualização histórica da Rede CEDES. In: SCHWARTZ, Gisele Maria; SANTIAGO, Danilo Roberto Pereira; KAWAGUTI, Cristiana Naomi; TAVARES, Giselle Helena; FIGUEIREDO, Juliana de Paula; NAZÁRIO, Murilo Eduardo dos Santos. *Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede CEDES*. Várzea Paulista, Fontoura Editora, 2010. p. 33-47.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela. A Atualidade das idéias de Nicos Poulantzas no entendimento das políticas sociais no século XXI. *Germinar: Marxismo e Educação em Debate*, Londrina, n. 1, n. 2, p. 97-111, jan. 2010.

NORONHA, Vania (Org.). *Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade social: Contribuições a partir da pesquisa em Ribeirão das Neves/MG*. Belo Horizonte: Editora, 2009a.

NORONHA, Vania (Org.). *Proposta Político Pedagógica para o PELC/PRONASCI*. Belo Horizonte: PUC, 2009b.

PASSARINHO, Paulo. Apresentação. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond. 2010. p. 8.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães; RODRIGUES, Rejane Penna; BONALUME, Claudia Regina; RAMOS, Maria Leonor Brenner Ceia. O Lazer. In: RODRIGUES, Rejane Penna; PINTO, Leila Mirtes Santos Magalhães; SILVA, Débora Alice Machado; BONALUME, Claudia Regina; ARAÚJO, Luiz Roberto Malheiros (Org.). *Brincar, jogar e viver: Lazer e intersetorialidade com o PELC*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 45-60.

PINTO, Leila Mirtes Santos Magalhães. 02/08/2010, Brasília, *Entrevista realizada por Luiz Roberto Malheiros Araújo*.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PRODUTO final. *Lazer, idosos e inclusão social: Explorando o potencial dos interesses turísticos por meio de intervenções educativas*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

PROJETO de pesquisa. A infância, a cidade e a educação: questões para o esporte e o lazer. In: RELATÓRIO Técnico. *A Rede CEDES na EEFETO da UFMG - Esporte e Lazer: Pesquisa, Memória e Formação*. Belo Horizonte: UFMG, 2006a.

PROJETO de pesquisa. *Análise do perfil dos torcedores organizados de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2009a.

PROJETO de pesquisa. *Avaliação de resultados do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Minas Gerais*. Viçosa/MG: Universidade Federal de Viçosa, 2009b.

PROJETO de pesquisa. *As práticas de lazer na cidade de São João Del Rei: uma análise dos espaços públicos de lazer oferecidos aos munícipes pelo poder público*. São João Del Rei/MG: Universidade Federal de São João Del Rei, 2009c.

PROJETO de pesquisa. *Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade: Verificação dos resultados e elaboração de método avaliativo*. Belo Horizonte: PUC/MG, 2008a.

PROJETO de pesquisa. *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: possibilidades para o esporte e o lazer*. In: RELATÓRIO Técnico. *A Rede CEDES na EEFETO da UFMG - Esporte e Lazer: Pesquisa, Memória e Formação*. Belo Horizonte: UFMG, 2006b.

PROJETO de pesquisa. *Coleção história oral: Memória de esportes e ruas de recreio (1940-1980)*. Belo Horizonte: UFMG, 2009d.

PROJETO de pesquisa. *Esporte, lazer e modernidade em Juiz de Fora (1880-1930)*. Juiz de Fora: UFJF, 2008b.

PROJETO de pesquisa. *Eu vou te contar uma história... Memórias de esportes e Ruas de Recreio em Minas Gerais (1940-1970)*. Belo Horizonte: UFMG, 2007a.

PROJETO de pesquisa. *Formação de recursos humanos para a área do Lazer na América Latina: Análise das propostas de Pós-graduação stricto sensu (Mestrado) da Argentina, Brasil, Costa Rica, Equador e México*. Belo Horizonte: UFMG, 2009e.

PROJETO de pesquisa: *Garimpando memórias dos esportes: mapeando histórias de esportivização*. Belo Horizonte: PUC/MG, 2009f.

PROJETO de pesquisa. *História e memória do Esporte em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: UFJF, 2009g.

PROJETO de pesquisa. *Lazer e formação profissional: Análise da política de formação profissional em lazer em Secretarias de Esporte da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 2008c.

PROJETO de pesquisa. *Lazer e esporte em Ouro Preto e Mariana: estudo de espaços e equipamentos*. Ouro Preto: UFOP, 2009h.

PROJETO de pesquisa. *Lazer na América Latina – Ocio y recreación em Latinoamérica*. Belo Horizonte: UFMG, 2007b.

PROJETO de pesquisa. *Memória do esporte universitário em Viçosa*. Viçosa/MG: UFV, 2009i.

PROJETO de pesquisa. *Trajetória histórica das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1938-2006*. Belo Horizonte: UFMG, 2009j.

RAMOS, Maria Leonor Brenner (Org.). *Formação no Programa Esporte e Lazer da Cidade*. Brasília: Fields, 2011a. v.2.

RAMOS, Maria Leonor Brenner (Org.). *Política intersetorial: informação, comunicação, monitoramento e avaliação*. Brasília: Fields, 2011b. v. 6.

RAMOS, Maria Leonor Brenner (Org.). *Política intersetorial: PELC e PRONASCI*. Brasília: Fields, 2011c. v. 1.

RELATÓRIO de cumprimento do objeto. *Análise do perfil dos torcedores organizados de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2011a.

RELATÓRIO de cumprimento do objeto. *Eu vou te contar uma história... Memórias de esportes e Ruas de Recreio em Minas Gerais (1940-1970)*. Belo Horizonte: UFMG, 2009a.

RELATÓRIO de cumprimento do objeto. *Lazer e esporte em Ouro Preto e Mariana: estudo de espaços e equipamentos*. Ouro Preto: UFOP, 2011b.

RELATÓRIO de cumprimento do objeto. *Lazer na América Latina – Ocio y recreación em Latinoamérica*. Belo Horizonte: UFMG, 2009b.

RELATÓRIO de cumprimento do objeto. *Levantamento e análise de torcidas organizadas em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 2009c.

RELATÓRIO final. *Observatório do torcedor*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

RELATÓRIO Técnico. *A Rede CEDES na EEEFTO da UFMG: Esporte e Lazer: Pesquisa, Memória e Formação*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

RODRIGUES, Rejane Penna. 12/10/2010, Brasília, *Entrevista realizada por Luiz Roberto Malheiros Araújo*.

SCHWARTZ, Gisele Maria. Reflexões e sugestões acerca do conteúdo da produção da Rede CEDES de 2003 a 2010. In: SCHWARTZ, Gisele Maria; SANTIAGO, Danilo Roberto Pereira; KAWAGUTI, Cristiana Naomi; TAVARES, Giselle Helena; FIGUEIREDO, Juliana de Paula; NAZÁRIO, Murilo Eduardo dos Santos. *Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede CEDES*. Várzea Paulista, Fontoura Editora, 2010. p. 129-142

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Jamerson Antonio de Almeida; SILVA, Katharine Nínive Pinto. *Círculos populares de esporte e lazer: fundamentos da educação para o tempo livre*. Recife: Bagaço, 2004.

SOUZA, Cláudia Marins. *Abrindo Portas do Programa Escola Aberta: as vozes dos/as usuários/as no município de Contagem - MG*. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

SOUZA, Eustáquia Salvadora; NORONHA, Vania; RIBEIRO, Carla Andréa; TEIXEIRA, Daniel Marangon Duffles; FERNANDES, Duval Magalhães; VENÂNCIO, Maria Aparecida Dias. *Sistema de Monitoramento & Avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte*. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

SUASSUNA, Dulce; ALMEIDA, Arthur José Medeiros; FREIRE, Juliana Oliveira; ROQUETE, Priscila Correia. O Ministério do Esporte e a definição de políticas para o esporte e lazer. In: SUASSUNA, Dulce; AZEVEDO, Aldo Antonio. *Política e Lazer: interfaces e perspectivas*. Coleção Dossiê. Brasília: Thesaurus, 2007, p.13-42.

ANEXO – Entrevista com gestores e ex-gestores

Cláudia Regina Bonalume. Entrevista realizada por Luiz Roberto Malheiros Araujo. Brasília, 22/06/2010.

Cláudia – Meu nome é Cláudia e eu era Chefe de Gabinete e agora sou diretora do Departamento de Políticas Sociais aqui da SNDEL.

Luiz Roberto – Eu vou fazer umas perguntas sobre o PELC da Rede CEDES, eu imagino que você não saiba responder todas profundamente, mas é só pelo conhecimento que você tem dentro da sua história no Ministério, as coisas que você estudou e produziu. E daí vou aproveitar e fazer algumas perguntas sobre o texto que você escreveu em 2008 sobre a Rede CEDES, algumas coisas que colocou ali, se você ainda falaria a mesma coisa ou se você mudaria alguma coisa. Então, primeiro eu gostaria de saber como foi o processo de elaboração do Pelc.

Cláudia – Olha, a história que eu acompanhei na época, eu era Secretária de Esportes lá em Caxias do Sul e algumas prefeituras foram convidadas a elaborar uma proposta. A gente na época fez da mesma forma que Porto Alegre e algumas outras prefeituras. Fez um projetinho de como é que seria, que era um que a gente tinha lá na época, que nós chamávamos de Núcleo de Atividade de Lazer Comunitário. Porto Alegre também fez essa proposta até onde eu sei. A partir desses projetos dos Municípios e da análise da história que já se tinha com o pessoal que estava trabalhando aqui de Administrações Democráticas e Populares, se construiu a proposta do PELC na forma como ele é hoje. Claro que ele vem sempre sofrendo algumas mudanças, mas assim, as linhas, as diretrizes gerais, permanecem até hoje à partir desse histórico inicial de experiência democrático popular.

Luiz Roberto – E você teve uma idéia assim, quais eram os objetivos iniciais nessa proposta que você participou lá como secretária? Algumas dessas propostas, alguns desses objetivos fazem parte da história do PELC?

Cláudia – É, eu acho que praticamente todos. Que era a questão da inclusão social, da universalização do acesso ao esporte e ao lazer, da participação comunitária, participação popular. O que eu me lembro assim com mais ênfase agora, eu acho que elas estão presentes em toda a história do PELC e continuam.

Luiz Roberto – E você acha que alguma coisa tem que mudar? Desses objetivos. Assim, depois de 8 anos.

Cláudia – Não, eu acho que não. Eu acho que os objetivos e as diretrizes, eles continuam aí. Até porque eles não foram alcançados assim enquanto plenitude. Então é uma questão que a gente vai estar sempre tentando construir e qualificar. Acho que tem algumas coisas que podem e devem ser mudadas sim, mas elas dizem muito mais respeito à metodologia de aplicação para dar conta dessas diretrizes do que das diretrizes e objetivos em si.

Luiz Roberto – Ah, então aproveitando essa parte da implementação do PELC, como ele começou e como é que está esse processo de implementação do programa, da proposta que foi elaborada.

Cláudia – E na época a nossa proposta não foi uma das propostas selecionadas, houve um corte de recursos aqui da Secretaria e aí ficaram alguns projetos pilotos. Eu não tenho nem a informação de quantos eram na época. Mas, a partir do momento em que eu vim para cá, foi em 2006, então já tinha tido a implementação no final de 2003. Então já tinha aí uns 3 anos de experiência. Mas até aonde eu acompanhei, a idéia inicial era a questão da implementação dos núcleos e tinha também uma proposta de uma grande infraestrutura que nunca chegou a ser concretizada. Tinha um projeto de uma estrutura física que também fazia parte daquela idéia inicial e que acabou sendo abandonada pela questão de custos porque o recurso de infraestrutura do programa não é gestado pela mesma Secretaria que gesta a parte do funcionamento de Núcleos. Então, o funcionamento de Núcleos foi sendo qualificado, eu não sei assim em termos de período. Eu acho que eram dez meses, aí depois a gente ampliou para doze e agora para quatorze, no sentido da parte inicial de preparação da execução. Em termos de quantidade, de atividades, de especificidades eu não estou lembrando de terem acontecido mudanças. Da formação sim, que no início a entidade parceira era a que meio que definia o tipo de formação ou havia alguma indicação, mas assim, não tinha uma linha, uma preocupação de formação para aquele programa. Era uma formação em política pública mas genérica. E aí, a avaliação que foi sendo feita, quando eu cheguei aqui o grupo tinha a avaliação de que não estava dando certo e estava iniciando esse trabalho de organizar um sistema de formação mesmo, com conteúdos, objetivos, organizados dessa forma. Agora, no mais, era mais organização de prefeituras. Isso foi uma mudança que o programa vem sofrendo que eu acho inclusive merece uma avaliação nossa, que hoje, por conta das emendas parlamentares, ele tem maior parte dos recursos em Organizações Não Governamentais e aí um dos objetivos que é a questão do desenvolvimento de políticas públicas pode ser um pouco comprometido. Mas eu creio que não seja por mudança de objetivo do programa e sim pela questão da conjuntura da fonte de recursos.

Luiz Roberto – E aí como é que entra a Rede CEDES, nós temos que falar da Rede CEDES que é o objetivo da dissertação, no processo de implantação do PELC, no processo, no objetivo maior do Programa do Esporte e Lazer da Cidade que não é só o Funcionamento de Núcleos?

Cláudia – Eu não acompanhei muito a construção inicial dessa relação do CEDES com o PELC quando o programa no todo foi gestado, mas assim, a leitura que eu faço e que talvez seja porque eu queira também acreditar que tenha sido baseada nisso, é que o programa foi pensado no pilar que o conhecimento dialogasse com a ação e houvesse aí uma retroalimentação do conhecimento para a ação e da ação para a questão do conhecimento. No início da Rede CEDES, quando eu cheguei aqui, não havia esse diálogo. Embora, claro, que alguns formadores eram também pesquisadores então traziam alguma coisa para dentro da questão Funcionamento de Núcleos, mas assim, a Rede CEDES em si ela financiava pesquisa de forma muito aleatória. Não necessariamente com foco, com linha de pesquisa. Ela era muito genérica. Não se tinha muito claro porque determinada pesquisa estava sendo financiada e nem de que forma essa pesquisa viria de volta ao Ministério, ao Programa, fazer aí então uma alimentação. Foi o que a partir daí a gente tentou fazer, aí na época em que veio a Secretária Rejane, a gente começou e depois mais forte na segunda gestão do presidente Lula quando a Leila assumiu o departamento, muito para ver só quais eram as linhas de pesquisa interessavam ao programa, qual o desenvolvimento da política pública, e aí sim começar a construir um conhecimento mais próximo dessa questão da ação e vice-versa.

Luiz Roberto – E aí avaliar a atuação da Rede CEDES em relação aos objetivos. Eu vou dar uma lida nos objetivos. Eu fiz um resumo aqui.

Cláudia – A Rede CEDES lá, desde o início ela tem esses objetivos.

Luiz Roberto – Na verdade eu fiz um resumo dos objetivos e tem os comentários sobre o que mudou. Muita coisa continua igual. As mudanças, não têm nada de significativo. Tem as coisas que se misturam, objetivos, finalidades, diretrizes.....fomento a estudos e pesquisas, democratização do acesso as informações, difusão do conhecimento, promoção da integração dos pesquisadores, que é um objetivo novo que surgiu em 2010, não aparecia antes, que é a integração dos pesquisadores e ações de cooperação e intercâmbios internacionais. E os objetivos: produzir pesquisas induzidas e semi-induzidas, visando maximizar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico nas áreas de gestão do esporte recreativo de lazer; difundir os resultados de estudos e pesquisas realizados nas Redes CEDES. Esses são os objetivos. E você, no texto, fala em articular o conhecimento produzido para utilizar na construção do Programa Nacional de Esporte e Lazer. Você cita esse objetivo, também, no texto. Não é isso?

Cláudia - Que era um objetivo que naquela época, quando eu fiz esse texto, aparecia. Porque também eu trabalhei assim, pegando os objetivos que tinham aí. Aí a idéia do trabalho na Rede, no caso, dentro da Rede Cedes, e não na Rede do Programa, o que seria então, na rede mais ampla, porque aí envolveria os Núcleos também. A idéia é essa. Na própria Rede CEDES, essa troca de conhecimento, integração de pesquisadores, etc, ela é mais fácil. Embora mesmo assim ela enfrente aí algumas disputas internas por linhas teóricas, por alguns que seguem determinadas linhas de pesquisa diferentes de outros, ela ainda é mais fácil. Agora, quando a intenção é integrar a rede do Programa como um todo, que aí envolve pesquisador, envolve gestor, o agente social, eu acho que é o grande desafio. A gente conseguiu avançar bastante, muito do material produzido hoje na Rede CEDES é resultado de pesquisa no próprio PELC, ou o Segundo Tempo, nos próprios programas sociais de esporte e lazer, então isso trás uma leitura de como é que a academia está vendo, está analisando esse nosso trabalho e essa integração. Às vezes a gente acha que pode aprofundar mais essa relação, mas também ela esbarra aí no limite de papéis. O papel do pesquisador, ele vai até determinado ponto. Ele não tem como impor que as conclusões e os resultados que ele obteve seja de fato incorporados por quem está na ação, e da mesma forma, quem está na ação.... uma coisa que a gente ainda ouve alguma reclamação é de que quem está lá na execução do programa muitas vezes eles não têm esse retorno. É um grande desafio, porque eu acho que os pesquisadores precisam..... Porque a gente vai lá, a gente usa como fonte, nosso banco de dados mas depois a gente esquece de levar nossas conclusões, as nossas sugestões lá para a ponta. Não que seja obrigação da academia. A academia, às vezes questiona isso. Mas eu, pelo menos nos meus objetivos enquanto pesquisa, sempre tem essa intenção de contribuir de fato, que as conclusões que a gente chegou contribuam com aquela ação que foi pesquisada pela nossa... Então eu acho que isso ainda é um desafio. O importante é que o programa tem esse foco de garantir a questão ontológico... dialogando. Mas assim, não é uma tarefa fácil. Nem todo o pesquisador se propõe a dialogar.

Luiz Roberto – Mas você acha que as pesquisas atendem as demandas dos Núcleos. Ou da gestão dos Núcleos?

Cláudia – Eu acho que em parte. Na parte pedagógica, com certeza ela tem muito a contribuir. Na parte da gestão ainda não. A gente pesquisa muito pouco na parte em

gestão mesmo. Que é essa parte que entrava a questão da gestão financeira, gestão de pessoal, gestão orçamentária. Que talvez nem seria de fato responsabilidade de quem está atuando na área da ponta mesmo de fazer o Núcleo acontecer lá. Mas acaba que na educação física, o professor da educação física é quem faz tudo, e aí a gente consegue contribuir com bastante conhecimento na questão pedagógica, agora na questão da gestão eu acho que aonde a gente ainda precisaria...

Luiz Roberto – Então só para marcar bem. Os objetivos da Rede: tem algum que você acha que estão mais próximos de serem alcançados, e outros não. Dentro de produção de conhecimento, de circularidade.

Cláudia – Eu acho que dentro de produção a gente conseguiu avançar muito, no momento se ampliou bastante e agora com essa parceria com o FINEP que deve estar saindo aí, vai ampliar mais ainda essa possibilidade. Então eu acho que isso aí está ok. A democratização do acesso à informação é que assim, embora ela esteja disponível, às vezes não basta. Ela está disponível, digitalizada no site. A gente precisa ter todo um trabalho de estímulo para que seja acessado, e isso talvez a gente ainda esteja devendo um pouco. A gente produz muito, às vezes eu até fico me perguntando, porque a gente está com uma produção de livros muito grande, mas assim, como é que a gente faz para que as pessoas lá, o agente social possa acessar isso, o gestor, etc. Acessar que eu digo não é ler, entrar no site e ler, porque isso não quer dizer necessariamente, se apropriar daquele conhecimento.

Difusão eu acho que a gente difunde. A mesma questão da anterior. A questão da anterior, a questão só é como é que a gente garante que eles façam..... talvez a gente devesse fazer seminários, grupos de estudo por temas, discussões, alguma coisa que deglutisse um pouquinho mais esse conhecimento aí. Porque senão ele chega com uma linguagem que muitas vezes não é acessível a quem está lá na ação.

Integração de pesquisadores eu acho que evoluiu bastante também, embora a gente ainda tenha..... Outro dia eu encontrei uma pesquisadora muito conhecida nossa que pesquisa a questão dos idosos, que me disse que não conhecia o Edmundo pessoalmente. Então isso para mim ficou assim: “nossa, os dois pesquisam demais.....” Claro que não necessariamente não queira dizer que um não leia o outro e não comente o trabalho do outro, etc. Mas assim, eu acho que a gente ainda pode integrar mais. Mas aquilo que eu falei antes, às vezes as pessoas trabalham com paradigmas diferentes e têm muita dificuldade em dialogar com quem é de outro paradigma.

As ações de cooperação e o intercâmbio nacional e internacional, eu acho ainda faz muito pouco isso. Embora a gente tenha conseguido construir a questão da Rede Latino Americana na discussão também com os outros países, mas eu acho que a gente poderia aprofundar mais isso de... levar por exemplo, a experiência do PELC, a gente tem uma barreira, parece, que da experiência do PELC sair da questão do Brasil, na discussão sobre política pública, a gente conseguiu muito pouco até agora. Claro que a gente sabe que isso também tem uma decisão política aí com relação aos conteúdos do Ministério do Esporte. Mas eu acho que a gente poderia estar conhecendo mais experiência de outros países e divulgando a nossa. Isso para mim sempre qualificou muito porque quando a gente vê, tem a oportunidade, a gente reflete sobre a ação da gente também. Então eu acho que essa também é uma ação que a gente evoluiu muito, mas que ainda tem um caminho bem grande pela frente.

Luiz Roberto – E a contribuição para o sistema nacional, de esporte e lazer. Conseguiu contribuir na conferência ou em reuniões?

Cláudia – Eu acho que a gente conseguiu contribuir bastante. O nosso pessoal, o pessoal que está mais ligado a essa área trouxe muitos debates, mas assim, o que a gente vê é que a gente esbarrou com a questão do profissional, da carreira. E aí tem todo um grupo organizado enquanto o grupo da política pública ainda não tem essa mesma organização e não sei se um dia vai ter, porque de fato são outros interesses. E aí eu acho que nós fomos surpreendidos por essa questão e a questão do profissional da área não conseguiu ainda muito, muitos deles, principalmente as lideranças desse movimento, não conseguiram entender qual é a diferença da educação física enquanto disciplina, enquanto campo de trabalho profissional e a questão do direito ao acesso ao espaço de lazer, como é que essas duas áreas podem dialogar sem conflito. Então acabou que virou um campo de disputa por espaço de atuação profissional e que pode ser um limitador para o acesso à política pública enquanto a gente não dispõe de todos esses profissionais e de recursos para pagar como eles deveriam receber.

Luiz Roberto – É uma disputa complicada entre o pesquisador com a produção de conhecimento com profissionais...

Cláudia – E com os agentes sociais e os gestores também. Agora mesmo eu vi, na semana passada, que uma prefeitura exigiu para as pessoas fazerem o concurso que elas estivessem credenciadas. Me parece que foi em Curitiba. No concurso, vamos dizer, que o executivo tem o direito de colocar o que ele quer de profissionais que ele está selecionando. Mas mesmo assim eles recorreram, ganharam e estão podendo se descredenciar e pedir o seu recurso de volta desse processo aí porque de fato, uma coisa é a licenciatura que as pessoas já têm. Para a área que elas vão atuar já daria conta. Então aí, a maioria das pessoas que está na área de pesquisa discordam dessa reserva de mercado que a carreira profissional está pensando fazer.

Luiz Roberto – Agora, no texto, falava sobre as Redes. Se você ainda tem a mesma impressão que tinha em 2008.

Cláudia – Desde que eu trabalhava na gestão Municipal, a gente sempre procurou discutir como a gente integrava as políticas sociais principalmente. Não só as políticas sociais, mas no caso do grupo em que eu participava na prefeitura, era das políticas sociais. E aí, quando eu vim para cá e comecei a retomar os estudos e fazendo disciplina na UNB como aluna especial, eu fui fazer uma disciplina, Redes de Políticas Públicas, justamente por conta, eu e a Secretária Rejane, por conta da busca de embasamento, de subsídios de como fazer esse trabalho. Só que a disciplina de Rede, na época eu fiquei bastante encantada pelo que eu pude ver nela mais assim, depois, terminada a disciplina e eu fui fazer o meu mestrado com o tema da intersectorialidade, o que eu percebi que a área de rede se preocupa muito com o aspecto formal da rede, da relação, como é que ela se organiza, a importância de ter um núcleo digital, isso, aquilo e acaba perdendo muito no conteúdo, na integração em si que é o que a gente espera de uma rede, quando a gente fala de política social. Então ela acaba, como ela vem do mercado e o mercado foca muito isso: as redes de supermercados, as redes de shopping centers, então é um foco em como você faz essa rede produzir o que se espera: lucro. Diferente da política social, que o que você espera de uma rede é qualificar a política pública, é ampliar o acesso. Aí acabou que para mim ela começou a ficar um pouco vazia quando eu fui estudar. Então acabei abandonando mais essa área das redes e acabei ficando mais com a teoria da totalidade, que aí vem lá da concepção marxista de totalidade e que depois foi sendo trabalhada por algumas pessoas como Kovic, que coloca que tudo precisa ser visto em integração. Que o objeto não existe sozinho, ele interfere no todo e o todo influencia a ele também. Então

assim, consegui analisar melhor, se hoje a gente fosse olhar o PELC contra o problema do todo, eu acho que se a gente pensar na teoria da totalidade seria mais fácil de olhar o todo do que a Rede. Claro que na época, eu até analisei um pouco da Rede CEDES por ter inclusive o nome Rede CEDES, e aí, o que é que é mesmo. E aí a gente viu que mesmo na própria Rede CEDES o conceito de rede, ele perpassava alguns aspectos, mas ele não estava presente em outros. Porque a intenção não era essa mesma da teoria de Redes. Então hoje eu prefiro a totalidade. Eu passei nesse meio caminho também, tem a questão da teoria da complexidade que aí trabalha com a necessidade de integração por conta da complexidade. Mas aí também como ela ia por uma linha que não aprofundava muito essa questão da construção mesmo das relações, etc., eu acabei achando que na totalidade a gente consegue encontrar um pouco mais subsídios para como construir esse trabalho integrado.

Luiz Roberto – Você acha que a Rede CEDES está mais para Rede, para Totalidade, para Complexidade?

Cláudia – Não, ela está mais para Rede. Embora ela não tivesse todos os elementos na organização de uma Rede, mas ela assim, não está para totalidade que implicaria de fato ver o programa como um todo, estar sempre interagindo. Isso ainda..... quem sabe um dia a gente chegue lá.

Luiz Roberto – Principalmente a sua relação com o PELC como um todo.

Cláudia – Com o programa como um todo ela está mais para Rede do que para totalidade. Eu acho que o programa em si ainda, ele constrói alguns laços de relação que a gente poderia dizer Rede entre a pesquisa, o funcionamento de Núcleos, os eventos, etc. Mas ainda, ele para chegar a uma totalidade mesmo precisaria ter um diálogo bem mais próximo dessa área da produção do conhecimento com a ação e vice versa.

Luiz Roberto – Como a minha dissertação é mais focada em Minas, você tem alguma coisa assim a comentar sobre a Rede CEDES em Minas?

Cláudia – Experiências assim que a gente tinha em relação às pesquisas de Minas sempre foram bastante positivas. A gente teve naquela vez do PRONASCI que antes da gente, estava começando a implantar o PRONASCI, já se começou uma pesquisa lá, que trouxe elementos que subsidiaram as prefeituras que foram implantar o PRONASCI. Aquela questão da totalidade que a gente fala, o conhecimento vai lá, procura estudar aquela realidade, devolver para quem vai implantar foi super importante. Agora também na questão da pesquisa que a PUC Minas fez em relação ao PELC eu acho que foi super importante a gente vê de que forma o conhecimento produzido pode também chegar até aí entre a dos Núcleos. A UFMG sempre cumpriu um papel muito importante também nessa discussão e o próprio conteúdo produzido pelo CELAR na relação com o campo. Então eu acho que é um dos Estados em que a produção mais consegue dialogar com a ação que a gente tem como política do esporte e lazer é a produção de Minas.

Andrea Nascimento Ewerton. Entrevista realizada por Luiz Roberto Malheiros Araujo. Brasília, 23/12/2011.

Como se deu o processo de elaboração do PELC?

Ao ser criada uma secretaria finalística no ME responsável pelas políticas públicas de esporte e lazer, fomos às experiências das prefeituras e governos estaduais de governos populares e democráticos e a partir dessas experiências com destaque para; as formações de gestores e agentes comunitários, e democratização do acesso aos bens culturais entre eles esportivos e artísticos, implantado de forma intergeracional, elaboramos o PELC.

E o processo de implementação?

Elencamos 10 experiências para aplicar sob a forma de piloto dessa experiência, 2 em cada região:

Norte - Ji Paraná e Xapuri

Sul - Bagé, Dionísio Cerqueira

Sudeste - Niterói, Ipatinga

Nordeste - Imperatriz

Centro Oeste - Juina

Quais os objetivos que fundamentaram a criação da Rede CEDES?

A qualificação das políticas públicas de esporte e lazer a partir de pesquisa e produções na área, no sentido de subsidiar as gestões

Como foi seu processo de implantação?

Foram escolhidas universidades que na época já tinham a preocupação de ampliar a produção na área e foram chamadas para ir elaborando em seguida linhas de pesquisa para produção e incentivo a publicações na área

Como você avalia a situação da Rede CEDES em relação aos seus objetivos?

Penso que é de fato um divisor de águas, a produção científica (pesquisa e publicações) antes e depois na criação da Rede CEDES, já existem várias pesquisas que apontam o crescimento da produção na área a partir do incentivo da REDE CEDES

Que informações você tem sobre a Rede CEDES em Minas Gerais?

Sem dúvida uma das parcerias mais atuantes, com uma série de pesquisas e publicações realizadas e com um processo de difusão desse material muito rico em eventos e no próprio curso de mestrado em Lazer - único no Brasil

Algumas pessoas citaram a Prefeitura de Belém como exemplo de política de esporte e lazer que contribuiu para a formulação do PELC. Você pode falar um pouco sobre o que foi feito lá?

Em Belém em 8 anos de gestão, tivemos a possibilidade de implementar uma política participativa com co-gestão dos espaços públicos, formação de agentes comunitários, formação dos profissionais na área do esporte e lazer e democratização do acesso a programas de esporte e lazer com programas como:

1-Felicidade - de formação comunitária a co-gestão dos espaços públicos

2-Escola de esporte

3-Cultura escola e alegria

4-Mala do Livro

5-Jogos cabanos

6-Jogos dos servidores

7-Saúde e lazer

8-Brinquedoteca

9-Espaços esportivos culturais cabanos

10-Criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer

Nossos princípios eram:

- democratização do acesso aos bens culturais;
- inclusão social;
- valorização profissional;
- participação social;
- respeito a diversidade.

Luiz Otávio Neves Mattos. Entrevista realizada por Luiz Roberto Malheiros Araujo. Brasília. 15/12/2010.

Luiz Roberto - Primeiro é a história da implantação do PELC. Você participou da implantação, da criação, formulação do programa e da implantação.

Luiz Otávio – Eu cheguei no Ministério em 2003 no mês de abril e boa parte do arcabouço do PELC como programa orçamentário já estava mais ou menos encaminhado em termos de ação. O que estava pronto até então, um programa com cinco ações e que estava sendo organizado para entrar no PPA. Começava em 2004, 2005, 2006 e 2007. Exatamente, porque 2003 era o último ano do Fernando Henrique. Então o que estava já planejado era um programa que ia ter cinco ações. Que teve um caráter de atendimento de lazer, enfim, basicamente isso. Daí por diante o que é que a gente começou a fazer, a gente teve que dar conta dos convênios que estavam todos em exercício da gestão anterior que eram convênios do esporte solidário, tinha um caráter de esporte solidário, jovens de 17 anos, iniciação esportiva. E nesse processo de acompanhamento dos convênios a gente ia já começar a dialogar com os gestores sobre a nova perspectiva que ia começar a trabalhar. Isso era uma dificuldade porque dentro do Ministério tinha 3 coordenações. Tinha um programa chamado Esporte Solidário que era um guarda chuva, tinha dentro do Programa Esporte Solidário 3 coordenações. Coordenação de Esporte Solidário que era para jovem até 17 anos, tinha o Programa Esporte Especial que era para pessoas com deficiência e o Programa que era o Vida Ativa. Enfim, as coordenações brigavam entre si por recursos e quem ficava com mais recurso normalmente era o Esporte Solidário. E aí a gente teve que dialogar com esses gestores para poder mostrar o PELC que ia ter que ser tudo isso junto e isso foi difícil porque tinha gente que captava mais. Enfim, era uma briga meio complicada porque tinha muita gente que captava recurso só para o reduto. Por exemplo, Volta Redonda. Pegava muito dinheiro para o Vida Ativa. Não pegava nada para o Esporte Solidário. Então isso foi difícil. O PELC, nesse momento de gestão dele, esse desenho dele inicial, as situações, quando eu cheguei ele estava começado a fazer esse diálogo com os gestores. Agora, nada dele, o que estava zerado no PELC, fora a questão do orçamento que não tinha destino para ele porque entra no orçamento do ano seguinte, não tinha nada formulado para ele com relação a como é que a gente ia fazer com que ele acontecesse lá na frente. Quer dizer, como é que a gente ia formar as pessoas que estavam no campo com o vício, com a tradição de trabalhar com o Esporte Solidário, com Vida Ativa, com o outro programa de pessoas com deficiência. Como é que você ia formar essas pessoas. Isso estava zerado e aí a gente começou a construir à partir daí. E aí fez, já começou uma extensão na área do Ministério por conta de você..... como você formularia isso? Como é que seria esse modelo conceitual do PELC? Como é que você formularia o futuro agente de lazer? E isso começou..... as principais tensões começaram aí. Até então a gente tinha acordo.

Luiz Roberto – O PELC como Programa, tanto funcionamento de Núcleos como na Rede CEDES são ações do mesmo programa. Você lembra qual foi a intenção ao criar um programa que tinha essas duas ações?

Luiz Otávio – A origem da idéia era exatamente essa. Primeiro, a principal, eu acho que, a boa intenção do gestor que estava na época era a de você dar conta de estar avaliando os programas, quer dizer, o governo federal tem uma ação nacional, Como é que você dimensiona isso? Reparte o número de regiões no Brasil, então tem que ter um avaliação nisso. Então tinha que estar pesquisasse isso. Eu acho que a intenção que estava como pano de fundo era essa, é o que eu chamo de uma boa intenção. Mas tinha uma intenção

também de disputa com a CENESP. A CENESP é a do auto rendimento e ela já existia, e era inadmissível a gente não ter nada que avaliasse, por exemplo, a temática do lazer no Brasil como política pública e o esporte recreativo. Então, isso daí foi uma queda de braço importante. Uns falam: o que inspirou foi a idéia de você ter um espaço dentro do Ministério, que aí não vou dizer se eu concordo ou não, que não vem ao caso, mas que avaliasse, acompanhasse a realização e desse um feed back para que você redimensionar sua política para as ações. Mas tinha esse caráter também de ter alguma coisa que desse conta desse outro órgão do esporte no Brasil que não fosse a Rede CENESP.

Luiz Roberto – Então tinha uma questão mais de disputa...

Luiz Otávio – Não, não era uma disputa... tinha que estar colocada, porque assim, se você olha e vê um cenário onde uma dimensão do esporte tem espaço de recursos para fazer pesquisas, pesquisas de laboratório para ver o cara como é que salta mais, que corre mais. Por que não ter nesse campo? Então isso foi uma coisa também que deu forças, deu gás para lutar. Para se ter um contraponto da SNDEL, que até então não tinha.

Luiz Roberto – Na implantação do PELC da questão dos Núcleos, você tem alguma ação do que foi mais difícil?

Luiz Otávio – Olha só, isso aí já é 2004. 2003 era Esporte Solidário. O que eu me lembro assim nessa farinha de 2003 para 2004 de mais difícil, era o gestor local com vício do Esporte Solidário..... porque eu chamo isso de primeira geração do PELC. Foi a geração que a gente criou o modelo conceitual. Quer dizer, eu diria que são duas dificuldades, uma de ordem de lidar com o gestor que já estava muito acostumado com o Esporte Solidário, e tinha essa coisa, o que é que era lidar com a Rede Pública. Porque ele vinha para Brasília captar recurso com um segmento. E aí ele vinha na coordenação certa, já tinha o diálogo lá com determinadas pessoas. Era balcão mesmo. Isso é uma coisa que agora teve uma outra dificuldade grande que foi o fato..... já internamente, uma dificuldade do secretário de lidar com a composição do Ministério. O Ministério tinha uma hegemonia do PCdoB, um secretário na época teve dificuldade nessa questão de eles terem..... e nesse meio bater de frente levou o ministro a tipo: Ah, vocês querem implantar isso? Vamos fazer o projeto piloto em 10 municípios do Brasil. Essa para mim talvez tenha sido a primeira dificuldade nossa, porque o ministro, pelo projeto que era o Segundo Tempo, para jogar carga para o Pcdob, um outro projeto que não era formulado pelo Pcdob que vinha disputa E ele acabou atirando para um lado e acertando no outro, porque na hora que.... hoje eu estou convencido que um gestor em nível nacional, desse trabalho ao projeto piloto. Um projeto piloto de 10 é muito pouco. O Brasil tinha na época 5.562. Então para a gente definir que 10 municípios seriam esses, eu diria que essa foi a primeira dificuldade. E talvez a segunda dificuldade foi essa, ele convencer os gestores que ele teria que fazer um convênio para todos os segmentos em um programa só. Aí foram as duas maiores dificuldades de implantação do PELC.

Luiz Roberto – Agora falando de Rede CEDES especificamente. Você falou pouco, mas, como você viu, acompanhou o início da Rede CEDES especificamente.

Luiz Otávio – A Rede CEDES o início dela mesmo foi muito nesse ponto que te falei, foi o retorno. Mas retorno de quê já que a gente não tinha nada em execução? O que estava em execução era o Esporte Solidário. Mas por exemplo, a primeira ação da Rede CEDES que já gerou tensionamento dentro do Ministério foi exatamente isso. Houve aí uma..... em virtude da gente, eu como diretor e Andrea e Marcelo como coordenadores começamos a apresentar uma certa resistência respaldados na nossa base que a gente representava aqui. As pessoas não entendiam o seguinte, está aqui no Ministério para tocar a política social. Então o PELC é o

nosso programa, genuinamente um programa do PT, do governo Lula, então vamos tocar. E a gente começa ver uma certa aliança dentro da secretaria do gabinete do secretário com o DCTEC no sentido de encaminhar algumas formulações voltadas para o Rede CEDES, que até então não tinha esse nome ainda, que passavam ao largo. Não passavam em reunião de secretaria, a gente não participava da discussão. Quando a gente viu, de repente, o que estava acontecendo? Estava já mais ou menos com o projeto de idéia de Rede montado, de você financiar as pesquisas para um grupo de amigos. Não tinha edital. O fato de não ter edital já complica. Mas, em não tendo edital e da forma em que eles fizeram..... e quando a gente viu já estava. Mas aí foi a opção do secretário, de fazer esse início das pesquisas, se não me engano foram 10 pesquisas iniciais, foram 10 lugares e eram pessoas do meio de amizade do Lino e do Veronez. Isso foi o início. E o que eles questionavam muito era o seguinte, eram recursos..... apesar da idéia original da rede, pesquisar para dar subsídio para a política, na verdade nada passada mais que a implantação. Era a implantação. Recursos para você comprar o computador. Que não é demais..... mas era para você aparelhar o cara que era o nome de um cara de uma rede de amigos e não se cobrava. Então isso marca o início, isso já gerou uma tensão interna grande. Tanto é que eu te falei que o secretário fazia reunião direto. A gente só sabia depois do ocorrido já.

Luiz Roberto – E hoje, você é pesquisador da Rede. Você acha que mudou essa percepção?

Luiz Otávio – Eu acho que a gestão da Rejane, eu parto do princípio, da minha opinião, eu sou favorável, acho que o Ministério não tem que ser uma agência de fomento. Eu acho que tem que pegar o recurso..... é o que o menino lá falou, deu essa idéia. Eu acho que o Ministério tem que captar recursos com o governo e repassar para o CNPq e o CNPq toca isso. Não é o papel nosso. Mas não dá para negar que o recurso que se tinha você democratizou. Pode se questionar, que a equipe que veio para cá para fazer a análise ela..... mesmo com edital..... eu acho, mas é uma forma democrática. Você hoje vê o cenário da pesquisa que é feita, o standart da Rede CEDES, de certa forma você vê que está mais espalhada pelo Brasil. Se tem mais concentração na Rede sudeste é por conta das universidades que estão mais presentes nessa região do Brasil. Mas eu acho, não tenho a menor dúvida que houve avanço.

Luiz Roberto – O que você acha das linhas de pesquisa? Não precisa ser de todas, mas como você participou do edital, você...

Luiz Otávio – Eu vou falar meio impactado pelo o que eu vi hoje. Hoje eu vi e vi esse dado, é um dado que..... você vê que o percentual maior de pesquisas que acontecem é no âmbito das práticas de lazer. O percentual menor de pesquisas está nas pesquisas no campo da formulação do sistema nacional de esporte. E esse é o último. É 1.5%. A antepenúltima é a de avaliação de programa de política pública esporte e lazer. Ou seja, seria..... exatamente o que seria? A idéia original da Rede CEDES na organização, na distribuição desse fomento da Rede de pesquisa, seria a origem da Rede CEDES, seria estar em antepenúltimo ou penúltimo em termos de pesquisa. A pesquisa que eu faço está no âmbito de perfil de municípios brasileiros. Eu tenho que dar um link com a pesquisa do IBGE que a gente gastou dinheiro para fazer em 2003 para fazer aquilo. Mas se você vê lá a origem da Rede CEDES em termos de se você for relacionar com os dias de pesquisa, essa de gestão... por isso é que ele está lá em penúltimo lugar. Eu acho que é um contrassenso.

Luiz Roberto – Então já imaginando um dos objetivos da Rede, principal objetivo da Rede seja subsidiar a formulação da política de esporte e lazer, discutir as ações do esporte e lazer.

Inclusive o que parte de uma integração para outra ação que é o Funcionamento dos Núcleos. Você tem alguma avaliação sobre se esse objetivo?

Luiz Otávio – Falar isso do lugar que eu falo, eu estou encharcado de uma realidade que eu vivi. Tanto como diretor como observador desse programa, eu não vejo diálogo nenhum. A pesquisa de hoje mostra, o resultado da pesquisa lá do pessoal de Rio Claro mostra isso, eu acho que as próprias dinâmicas do Ministério, você mesmo coordenou essas ações quando fazem ponto..... você que até a própria dinâmica de interlocução entre formador e pesquisador elas são dificultadas ou são difíceis. Hoje não.... tudo bem que hoje foi um dia corrido. É até emblemático isso. O pesquisador estava reunido em uma sala e o gestor estava na outra. E depois não se encontram. Eu não vejo diálogo. Eu olho para aquele grupo de pesquisador que eu faço parte desse coletivo agora, vejo que são pessoas que não conhecem o programa. Eu acho que se você pesquisar política de esporte e lazer, ter pesquisas que te dão resultados para você inclusive.... não é nutrir somente.... mas nutrir o gestor municipal, o gestor estadual. Eu acho que seria interessante. Mas eu não vejo esse diálogo.

Quer dizer eu não posso ver porque eu não conheço o Brasil inteiro, mas em termos de Ministério eu não vejo. Eu não vejo o gestor pegar o material que está sendo formulado para ler e ver lá: “não, desse jeito não é legal”. Eu não vejo esse diálogo. Então eu acho que o papel principal da direção da Rede Foi o que eu falei lá atrás, a idéia que norteou que era a boa idéia, eu, sinceramente, não vejo.

Luiz Roberto – Mas você acha que por impossibilidade por problema de gestão, ou por...

Luiz Otávio – Eu acho que falta talvez uma ação incisiva. Quem está na gestão no Ministério tem que ter. Eu acho que pode até ter uma preocupação. Tem uma fala, eu vejo por exemplo, a fala da secretária é nesse sentido; a fala da diretora, é nesse sentido. Da diretora do DPSEL. Vejo sempre a Leila falar. Mas não se concretiza. A impressão que eu tenho.... não tenho nenhum dado não, é um dado impressionista. A impressão que eu tenho é que o edital, ele elimina um pouco isso mas continua uma certa confraria, uma coisa meio... as pessoas que não tinham vazão nas suas pesquisas via CNPq porque não são pesquisas de ponta, é difícil conseguir financiamento, vêm na Rede CEDES, e não dá para negar, um espaço de vazão na sua intenção de pesquisa. Isso é concreto. Agora, isso não pode ficar só aí. Senão fica uma confraria mesmo. Um lugar de amigos, uma Rede, mas que pouco dá retorno. Isso fica meio insatisfatório. Você deu vazão a um grupo de pessoas no Brasil, que pesquisam, são pessoas sérias. Você deu vazão isso. E me parece que um pouco já se satisfez um pouco isso. Equilibrou um pouco a demanda com quem está na gestão. Isso na verdade satisfez o grupo da demanda, quem está no campo, lá na universidade. E quem está aqui no Ministério, está tudo mais ou menos no...

Luiz Roberto – O dado do aumento dos grupos de pesquisa é que talvez existam acertos da gestão.

Luiz Otávio – A gestão está satisfeita e quem está no campo também se satisfez. As pessoas relatam isso. Nós não tínhamos isso. Hoje nós estamos ganhando e fazendo pesquisa. E aí ficou a coisa meio equilibrada.

Luiz Roberto – Para terminar, a pesquisa especificamente sobre a Rede CEDES em Minas. Só se você tiver algum conhecimento, alguma avaliação, alguma coisa sobre a Rede CEDES em Minas. Produções deles, a história.

Luiz Otávio – O trabalho da Rede CEDES de lá? É isso, eu vejo mais, eu vejo no Rio de Janeiro por exemplo, o Núcleo lá da UFF não terminou. Mas vejo o Núcleo lá do Edmundo e é um Núcleo que tem consistência. Tem trabalho no campo, trabalho com o idoso. Até que

ponto o Ministério se apropria disso em outros lugares no Brasil? Esse diálogo existe? Não sei se apresentar uma coisa consolidada para... aparentemente para mim não.

Luiz Roberto – Quer falar alguma coisa sobre a Rede CEDES, PELC?

Luiz Otávio – Por exemplo pode parecer uma contradição, sou um pesquisador.... o uso do recurso, o recurso está aí eu quem fui buscar, agora, eu acho que não tem que estar no Ministério. É uma coisa que para mim... ele tem que fomentar isso através de fomentos. Estou convencido. Hoje eu vi lá. Agora eu faço parte do grupo. Eu falava como gestor, agora eu falo como integrante desse grupo.

Leila Mirtes Santos Magalhães Pinto. Entrevista realizada por Luiz Roberto Malheiros Araujo. Brasília. 02/08/2010.

Luiz Roberto – Eu vou fazer a dissertação sobre a produção da Rede CEDES em Minas e uma relação da produção com os eixos orientadores. Então a entrevista é sobre a história da Rede, começando sobre a história do PELC; da construção do PELC; da intenção da Rede CEDES dentro do PELC; sua visão sobre essa história e sobre a situação atual da Rede, se ela atende aos objetivos. Então, as perguntas são sobre a sua visão o que você conhece sobre esses temas. Começando pelo processo de elaboração do PELC. Se você tem.... eu não sei se você participou deste processo de elaboração do PELC , mas você já tem um tempo imenso, estudou alguma coisa sobre...

Leila – Então, eu entrei na rede em 2007. Ou seja, exatamente a metade dessa história. A minha maior dificuldade quando eu entrei, foi, por um lado eu achei a idéia brilhante, foi até que me motivou vir para o Ministério, saber que tinha uma Rede que cuidava da produção de conhecimento para facilitar políticas públicas. Isso é algo assim pomposo e ao mesmo tempo eu tive no início aquela dificuldade de identificar que estudos eram esses e até hoje ainda sinto dificuldade de pensar efetivamente na gestão do conhecimento desses estudos para que eles de fato cheguem no PELC. Núcleo. Esse ensejo, no momento em que eu cheguei, eu cheguei em um período em que estavam no Pan, no Pan-americano, eu ia participar somente um mês quase que sozinha, aí eu tive a oportunidade de vasculhar, eu tive muita dificuldade em localizar de início projetos da Rede CEDES. Então, a primeira imagem que eu tive da história era a seguinte: será mesmo que meu objetivo era esse? Era produzir conhecimento para o PELC? Que se fosse eu teria encontrado mais conhecimento, já mais organizado e um diálogo mais estreito com o outro departamento. A minha primeira dúvida foi essa. Será que o objetivo era esse? Ou esse era o objetivo de como um produto final, uma jornada, mas que no Brasil, no início dessa história, não existia tantos estudos assim, o que eu imaginava naquela época que a Rede CEDES foi criada em uma primeira instância para fomentar grupos de estudo. Para investir nas universidades para que elas mobilizassem grupos de estudos sobre políticas públicas do esporte recreativo e de lazer. Essa foi a impressão que eu tive no início da história. Parecia que era muito mais o fomento da universidade esperando que a parte de um fomento não só de produção escrita, mas também de debates, mais para frente sobre política pudesse mobilizar uma massa crítica que aí sim ia produzir algo para reverter nessa história. Essa análise ainda não apareceu, mas foi o meu sentimento.

Luiz Roberto – Mas você acha que o PELC foi criado assim pensado: a gente vai criar uma ação concreta na comunidade e vai criar junto uma proposta de pesquisa, de produção de

conhecimento, e vai criar estratégias de integrar essa produção de conhecimento para ação na comunidade. Você acha que houve essa elaboração toda?

Leila – Pois é, essa foi a minha dúvida. Quando você lê a história do PELC pelos seus criadores, a idéia é muito bacana. Quando eu fui convidada para coordenar um departamento que tinha uma rede específica, a primeira coisa que eu perguntei foi: interessante, para que é mesmo que serve esse conhecimento? Ah! Para qualificar a política pública, diz a história do PELC. Mas quando você chega e eu levei cerca de um bom tempo, uns dois meses para ter uma resposta de uma pergunta muito simples: quais são os estudos que já foram comentados na Rede? Só dois meses depois eu consegui ter uma pequena lista desse material. E como nós adotamos de início a gestão da informação do conhecimento até como tecnologia para a gente conseguir ter acesso a produção e mobilizá-la para de fato pegar a Rede, nós levamos cerca de dois anos para pegar todos os processos, que não ficavam no nosso prédio, ficavam em outro prédio lá do Ministério. Levamos um tempo muito grande. Na época a Débora foi uma pessoa que debruçou durante mais de um ano para levantar todos os processos, para levantar todos os dados. O próprio Balanço da Rede CEDES, que nós fechamos agora, em 2010, tem ainda muita dificuldade de ter dados de toda a Rede em sua história como um todo. É claro que depois da era dos editais, e a gente já havia conseguido trazer os dados dos convênios para dentro do nosso próprio departamento, fica mais fácil a gente ter o controle de que produção é essa não é. Porque fica muito difícil você ter o controle quando você não tem acesso nem aos processos. E aí você não tem acesso direto ao material, você não controla direito..... e a lógica era uma lógica interessante, que eu continuo achando interessante, continuo achando a idéia brilhante, mas a lógica que me passou, a lógica da primeira fase da Rede CEDES é que havia um compromisso de que cada Núcleo tinha que realizar pelo menos 3 pesquisas dentro do seu Núcleo. E tinha várias atividades. Mas com o levantamento de dados que nós fizemos resultou que nem todos realizaram 3 pesquisas. E no rol das atividades mencionadas no relatório enviado como produção da Rede CEDES foram incluídas até a realização do Combrace, a realização do Enarel, a realização do Núcleo de Orientações de monografias da Universidade. Então, a grande dificuldade inicial foi como qualificar a Política Pública de Esporte e Lazer, sendo que o passo inicial que foi preciso ser dado foi gerar uma massa crítica nas universidades para que estudos sobre o tema Política Pública pudessem entrar de vez nas universidades brasileiras. Pelos relatos a gente via muito mais atividades acadêmicas desenvolvidas dentro dos relatórios, dos departamentos, dos cursos de pós- graduação, na extensão universitária do que, propriamente, o que desse conjunto de atividades realmente era Rede CEDES, produzido com fim específico da Rede CEDES. Então assim, essa é uma interpretação, por exemplo, que o balanço não deu, mas que é o meu sentimento, meu sentimento pessoal, percebido, posso estar sendo equivocada, pela dificuldade que eu tive de acesso às informações e, não só acesso às informações. O primeiro fato que me fez desconfiar/questionar os objetivos da Rede, foi a dificuldade do acesso às informações e o segundo fato era a falta de diálogo entre os departamentos da SNDEL. Então eu me lembro que para gerar essa proximidade, e gerar de uma maneira mais científica e não simplesmente de uma maneira pessoal, no início do segundo semestre de 2007, iniciamos na SNDEL uma discussão sobre a tecnologia de gestão da informação e do conhecimento, que eu já conhecia e que já havia aplicado em outros sistemas e instituições. E a partir da discussão da gestão do conhecimento e da informação percebemos que ela nos dava uma dica preciosa: que informação nós estávamos gerenciando? Como que essas informações são produzidas, são coletadas, são socializadas, são circuladas para produzir que tipo de conhecimento que a gente espera como fruto da socialização dessas informações? Então assim, eu acho que foi nessa lógica que estava baseada a ideia que mobilizou a criação da Rede Cedes. Que não foi

algo explicitado junto da sua criação, mas que nessa união dessas duas propostas, a tecnologia da informação pode ajudar a gente a pensar e planejar melhor as ações da Rede.

Luiz Roberto – Eu lendo esses documentos de 2003 e 2004, a criação, eu fiquei com uma idéia muito mais forte da preocupação com uma Rede em termos tecnológicos, de integrar os diversos grupos, do que com a preocupação de relacionar o que fosse pesquisar com as ações dos Núcleos propriamente ditos. Não que não tivesse essa idéia, mas quando eu vi as ações que estavam na proposta e algumas diretrizes, a idéia que ficou mais forte, sem aprofundar a leitura, uma leitura rápida que em política pública às vezes isso funciona, porque tem uma idéia boa do que você vê muitas coisas se repetindo. Eu fiquei com essa impressão, que a idéia inicial era principalmente criar uma rede em termos tecnológicos. Para que as pessoas tivessem acesso de diversos lugares do país, que tivesse uma inserção em outros países. Você acha que isso tem...

Leila - Eu acho que quando nos referimos à dimensão tecnológica não me passou isso não. Essa dimensão tecnológica de que você fala, tanto é que o objetivo da segunda reunião nacional da Rede CEDES foi discutir o que é Rede. A segunda foi no final de 2007. O objetivo dela foi: discutir com participantes da Rede, o que é que é Rede. Porque essa observação que você está fazendo, foi a minha segunda preocupação. Porque nós estamos gerenciando uma Rede, a primeira preocupação foi entendermos que Rede é essa? O que é que o povo está entendendo como Rede? É Rede só de algumas pessoas? É Rede do que existe em políticas públicas de esporte e lazer? É uma Rede que a gente quer que se amplie? É uma Rede fechada? Uma Rede aberta? Os modos de gestão das Redes anteriores, eles me passavam - volto a dizer que é tudo impressão, porque como eu não vivi o momento de criação da Rede CEDES posso estar fazendo uma interpretação equivocada -, mas me passaram um gerenciamento onde a Rede foi entendida como um corpo diferente. Senti que no início da história havia uma mobilização pela Secretaria dos grupos de estudos já conhecidos. Isso até foi registrado pelo próprio gestor. No Balanço da Rede CEDES, realizado em 2010, ele fala mesmo que a Rede foi criada com grupos que ele mesmo identificou pessoalmente, ele sabia quais eram os grupos que trabalhavam com políticas públicas de esporte e lazer. E quando você consulta a história do avanço desses grupos, na base Lattes do CNPq, você vê que o número de grupos de estudo que existia na área em 2000 e que passou a existir a partir de 2007, 2008, eu acho que, dobrou. Então, por exemplo, a existência do edital para apoio a projetos de pesquisa fomentou muito a criação de novos grupos de estudo. Porque essa era uma das condições básicas para você se inscrever no Edital: um grupo de estudo cadastrado na base Lattes do CNPq. Agora, no início dessa história existia alguns grupos receberam um fomento para ativar essas atividades e levar para dentro da universidade uma discussão sobre políticas públicas de esporte e lazer. Talvez essa minha análise também deve-se ao fato que eu vinha do ensino superior e das discussões curriculares, que naquela época mostravam que a discussão de determinadas políticas públicas ainda era recente na educação física brasileira. Não tinha a mesma importância e relevância que ganhou nos últimos anos. Então, eu acho que nesse período de 2003, 2005, poucas pessoas ainda no país debruçavam por esse tema.

Agora, teve um momento da Rede que foi um momento que parecia que eu não conseguiria dar continuidade às ações da Rede, pois a nossa equipe do DCTEC era muito pequena e eu tive que fazer uma escolha. Ou a nossa prioridade seria o investimento na consolidação da ciência e tecnologia na Política Nacional de Esporte ou seria do investimento nas relações pessoais com as Instituições já participantes da Rede. Então teve um momento em que a Rede tinha uma relação pessoal muito grande entre as pessoas envolvidas. O gestor da Rede se debruçava sobre isso, nos contatos, a própria lista da Rede CEDES era muito acionada, as

peessoas dialogavam com mais frequência. Foi um momento legal. Só que, quando eu entrei, e com a incumbência de alavancar a ciência e tecnologia, aí a história mudou, porque o alavancar da ciência e tecnologia me exigiu um empenho do trabalho da minha equipe e nós não tínhamos suporte nem tecnológico, muito mesmo um corpo de profissionais especializado que pudesse realizar o trabalho que atendesse toda a expectativa que a gente tinha. Então o trabalho foi muito grande e com muito poucas pessoas. Então não dava tempo. Com isso, eu passei todos os anos aqui sem me dedicar às interações com os participantes da Rede como a liderança anterior fazia. Os contatos pela lista, por exemplo, passou a ser uma tarefa de uma pessoa da equipe. Mudou o meu papel. Porque ou eu fazia isso ou eu cuidava da parte científica e tecnológica, da qual eu era cobrada. Eu vim para a SNDEL com essa incumbência. Agora, essa questão de relação entre os núcleos da Rede, eu fico pensando, se o que eu fiz foi suficiente, suficiente para estabelecer um processo de Rede com maturidade, um processo do qual a Rede precisa também.

Eu acho que a Rede CEDES passou por dois momentos de gestão. Eu diria que, os primeiros 4 anos foram realmente importante para integrar as políticas de esporte e lazer no âmbito das políticas das universidades: acho mesmo que foi um momento muito importante para isso. Eu acho também que para nós conseguirmos avançar agora será preciso consolidar os grupos de estudo integrados na Rede, consolidar essa temática dentro da agenda da ciência e tecnologia brasileira. Se a agenda brasileira ainda não nos assume como merecemos, não é por falta de dados. Hoje mesmo eu estava avaliando um dado muito importante do CNPq nesse ano. Se você pensar em termos financeiros o que o CNPq aplicou na Educação Física e o que a nossa Rede aplicou, quase que equivale. Só que há um detalhe importante: o CNPq aplica na Educação Física brasileira toda. Se você pensar que nós estamos aplicando nos estudos que realizamos com base nas Ciências Humanas e Sociais é uma quantidade muito superior. Então, assim, a gente tem consciência disso, os resultados da CAPES têm consciência disso, espero que o Ministério da Ciência e Tecnologia também possa ter. Agora, conquistar, em termos tecnológicos, bons resultados essa é tarefa para a próxima gestão. Para isso a gente precisa de suporte tecnológico e precisa do que a gente agora tem: dados. Porque não dá para dialogar em Rede sem você que a matéria prima para esse diálogo ser estabelecido. Eu acho que os editais, principalmente, provocaram muitos convênios de pesquisa. Que a gente tem aí em torno de 145 projetos de pesquisa conveniados. De posse desses resultados agora, e sabendo que pesquisa é produto a médio prazo, quer dizer, já recebemos os relatórios de 2007. O relatório de 2008 a gente está recebendo agora. Faltam os de 2009 e 2010. De posse desse material, agora é a hora do diálogo ser estabelecido entre pesquisadores e pesquisadores e deles com os gestores. Para isso, nós vamos precisar de um suporte que ainda não conseguimos alcançar nesse mandato. Que é o suporte tecnológico e o funcionamento pleno de um repositório de fato. A saída do repositório foi muito boa conquista. Então assim, nós já criamos uma tecnologia que está sendo avaliada e até, eu fiquei sabendo, que está sendo copiada por outros Ministérios: muito interessante! Mas só que também precisamos de consolidar a cultura da Rede. Não adianta termos repositório, termos as pesquisas, se os pesquisadores não criarem a cultura de anexar os produtos no repositório, provocando o movimento de consulta desses produtos, aproximando essa discussão do que está no repositório com o que discutem os núcleos dos formadores do PELC. Eu acho que um ponto crucial para que a Rede alcance seus objetivos é superar uma barreira que para mim ainda existe, muito forte, de distância entre pesquisador e formador do PELC. Parece que são dois grupos separados, quando na verdade vêm do mesmo Programa e mesmo ambiente, da universidade.

Luiz Roberto – E mesmo que tem alguns que ocupam as duas funções.

Leila – Ocupam. Com perfis diferentes em cada função que exercem. Por exemplo, um dado que me assustou profundamente foi quando nós fizemos aquela reunião nacional do PELC para discutirmos a intersetorialidade, em 2008, você lembra? E aí fizemos uma pesquisa que eu fiz questão de levantar pessoalmente os dados. Como é que acontece a intersetorialidade dentro do PELC? E uma das perguntas era assim: Vocês têm informação? Têm. Têm muitos cursos, muitas leituras? Temos. O que é que vocês lêem, vocês consultam o quê? Quais as fontes de referência que vocês têm? E nós já tínhamos naquela época várias pesquisas publicadas em livros. Inclusive dos próprios formadores. Mas, somente um formador citou um livro da Rede Cedes. Um. Nem vou dizer aqui nominalmente quem, seria até muito óbvio. E quantos formadores que tínhamos na época? E vários deles eram pesquisadores. Então, na hora do trabalho em si, como fica? Você quer ver outra coisa que me assusta, eu estava lendo um projeto agora de Introdução do PELC no Pronasci. É um projeto de pesquisa que me assustou, pois no caderno de pesquisa não tinha nenhuma citação de publicações do PELC, nem daqueles cadernos de fundamentos. Mas, como é que uma pesquisa do PELC/PRONASCI não tem nada do PELC? Tanta produção, tanta publicação! Então, os desdobramentos do PELC, eles acontecem com informalidades que mostram que a proposta do PELC e a prática dos seus eixos (Núcleos e Rede CEDES), estão muito distanciadas.

Luiz Roberto – Mas assim, você tem idéia do que..... assim, em termos de gestão, o que é que a gente pode fazer para aproximar a pesquisa? Porque se cada distância os formadores para a pesquisa é grande. Se você imaginar a distância..... porque o que eu imagino que o ideal é que os coordenadores, os agentes estivessem acessando a produção da Rede CEDES. É que eles lá na ponta tivessem o costume de acessar..... mas isso então está mais distante ainda. Você tem alguma idéia do que poderia ser feito?

Leila – olha o que é que eu acho: para você acessar um conhecimento você tem que ter o produto, esse produto tem que estar sistematizado em algum meio de divulgação, tem que estar circulando. Nós já temos várias pesquisas. Nós já temos cerca de 100 livros. Agora, eu não vejo um movimento de aproximação das atividades de formação do PELC com as atividades da Rede: eu não fui requerida nem uma vez. Aliás, a única reunião de formador que eu fui requerida foi aquela de Belo Horizonte. E eu nunca tinha sido chamada formalmente, para falar assim: vamos pegar essa produção, vamos traduzi-la. Em que é que ela ajuda ao programa? Em que é que ela responde às suas demandas? Em que é que ela gera novas demandas? Ela tem a ver com o que ESTÁ acontecendo lá? Porque pode estar sendo uma produção que não tem nada a ver com o que está acontecendo no PELC. Qual é que é a relação? Então assim, como eu nunca fui demandada eu fico imaginando assim: há um discurso, mas a prática ainda não, não há um tempo de diálogo, um tempo pensado, planejado, de diálogo entre esses vários campos e parceiros. Entre o que está sendo produzido, entre os formadores e com os gestores. E nós já temos material suficiente para isso. Aquela história, precisamos da cultura da avaliação (levantando dados e circulando seus resultados). Uma coisa que eu aprendi muito na teoria da gestão do conhecimento é que todos os autores que eu já li e todas as pessoas que eu trabalhei, que são dessa área, me falaram uma coisa que hoje é fundamental na minha vida. Não adianta: a gestão do conhecimento é a base da informação, a base da qualificação das ações das instituições, dos campos institucionais, intersetoriais e tudo mais. Mas se não houver a cultura da avaliação e da intersetorialidade real, ela não vai acontecer. Então, eu acho que promover a cultura da avaliação não é algo simples. Você leva um mandato para fazer isso. Eu acho que esse mandato que nós estamos fechando agora, da segunda gestão da Rede, avançou nisso. A cultura da avaliação todo mundo já fala. Mas falta agora um outro mandato que possa valorizar essa conquista nas últimas instâncias. Você quer ver um outro exemplo que me chamou muita atenção, nós temos uma pesquisa de avaliação

com o objetivo de avaliar a PELC e o Programa Segundo Tempo para criar um sistema de gestão da formação e de conhecimento. O que aconteceu? A pesquisa foi feita, todo mundo foi super atencioso com a pesquisa, mas o produto final dos pesquisadores só foi entregue na íntegra ao SEGUNDO TEMPO, os pesquisadores não conseguiram entregar o produto sobre o sistema ao PELC. Porque faz parte da pesquisa discutir o sistema de informação depois desse processo de informação e nós não conseguimos fazer isso no PELC. Os pesquisadores não conseguiram agendar essa discussão dentro do PELC. E não conseguiram porque não havia tempo realmente, por causa dos convênios, a prioridade são os convênios. Infelizmente, esse momento de interação pesquisa/núcleos não aconteceu no PELC. O Segundo Tempo teve a possibilidade, inclusive, de contratar uma pessoa para isso, que ficou aqui duas semanas com uma pessoa especializada, para criar um sistema de informações, apropriando dos pesquisadores a tecnologia que eles criaram no estudo. Mas nós não conseguimos. Então, assim, aí tem uma série de coisas nesse processo. Temos dificuldade operacional e burocrática? Temos. Mas temos também a questão da cultura. Porque quando existe uma cultura da relação teoria e prática, você abre qualquer espaço. Nós oferecemos inclusive ajudar a discutir isso, mas não era essa a questão, o momento realmente não foi adequado, a gente sabe da dificuldade de gerenciar tantos convênios, numa equipe tão difícil e num processo tão doloroso. Mas nós estamos falando em sonhar um dia que a relação teoria e prática possa ser prioridade 1 também. A gente sabe que as grandes dificuldades, tanto das Redes tanto dos Núcleos, de conseguir grandes resultados, pois um dos grandes entraves são os entraves burocráticos. Tempo muito curto, tarefas enormes que você tem que às vezes dar conta, além disso, no nosso caso tivemos a falta de apoio com a tecnologia. Então você, não tem jeito, para gerar um objetivo, para fazer com que o objetivo, primeiro, que é fantástico, a pesquisa está no PELC para qualificar as políticas públicas vai ter que ter o momento que essa questão tecnológica de fato seja uma realidade. Porque não adianta você ter, como nós temos agora, pesquisadores que dominam tecnologia, têm produção, mas a gente não tem aporte digital para isso, tempo suficiente para conversar, para dialogar, por quê? Porque a nossa equipe é muito enxuta, nosso trabalho é muito grande, há uma complicação de gerenciamento dada a burocracia, tudo isso que emperra o outro lado. A gente compreende perfeitamente as dificuldades, mas se você me perguntar se os objetivos da Rede, foram alcançados? Muitos entraves me mostram que ainda não, como poderia. Avançamos muito!

Luiz Roberto – Principalmente ao que se refere a serem aplicados na política de esporte, na qualificação da política.

Leila – Eu acho que muita coisa já resultou em muita coisa boa. Por exemplo, se você pensar hoje o que foi a presença dos pesquisadores juntos com os formadores na discussão da III Conferência. Aquele impacto que teve no Brasil inteiro de resultado. Foi impactante o resultado do eixo Ciência, Tecnologia e Inovação. O Brasil inteiro. 22 Estados, ou 23, não sei, prioridade máxima para centro de informação, centro de documentação. Isso mostra que nosso trabalho não é em vão. É um trabalho que já está enraizado em todo Brasil, a gente já tem pessoas que não falavam disso, agora falando com tranquilidade que o conhecimento qualifica, sim, tem que ser um conhecimento mais significativo, que possa compreender reais demandas e tudo mais. Então, assim, eu acho que foi um resultado muito grande. Acho que o potencial que nós estamos deixando de legado no final desse mês de dezembro é muito maior do que foi usado por nós mesmos, eu acho que a Rede hoje tem muito maior potencial do que ela realmente percebe.

Leila – gravação 2.

(...) eu só queria retomar dizendo o seguinte: eu acho que tem um ganho nessa história que mostra ainda que nós ganhamos, avançamos, nessa trajetória histórica, mas somos ainda subutilizados no potencial que a gente tem. Eu acho que nós ganhamos uma parceria séria de muitas universidades brasileiras: 59 Instituições de Ensino Superior. Só Minas Gerais dobrou o número de instituições participantes da Rede, isso mostra que é muito significativo. Nós conseguimos também pessoas muito interessantes realizando estudos muito bons. Traduzindo mesmo. Não é só fazendo projetos e mandando qualquer coisa de resultado não. São publicados livros muito bons. Temos produzido tecnologias inovadoras na área digital, inclusive. Mas estamos ainda subutilizados para dar mais fôlego a essas tecnologias. Eu acho que já passou da hora de requerermos também, por exemplo, um repositório da Rede CENESP. Fazer um link direto. Mas são coisas que não adianta você falar que várias vezes nós fomos ao Ministro fazer pedidos, tem que chegar um momento de amadurecimento suficiente para que isso se torne uma realidade. Então, eu acho que é isso. Eu acho que nesse momento agora a gente amadureceu na cultura de avaliação, uma cultura de pensar que para fazer uma boa relação entre a pesquisa e a realização dos nossos programas que tem que termos uma leitura muito séria da realidade. A avaliação não pode ser algo distante. Avaliação tem que ter a leitura mais real da realidade, e quanto mais a gente pedir ajuda dos pesquisadores para fazermos um crivo bem crítico da minha realidade, maior condição teremos para ter elementos que vão qualificar nossas ações nessa realidade. Agora, se eu não conseguir apreciar a avaliação com esse olhar, aí vai ficar aquela ideia: Ah, eu não posso fazer uma avaliação ruim senão eu vou perder o meu processo! Ah, eu não posso fazer uma avaliação ruim senão o que o meu prefeito ou o meu coordenador vão pensar que eu não estou trabalhando direito. Enquanto a gente não superar essa preocupação, e não perceber que a avaliação é algo que quanto mais crítica ela for, mais severa ela for, mas ela pode ajudar a superar as dificuldades e avançar em relação a elas, sendo maiores seus benefícios.

Luiz Roberto – Mas isso, porque a gente entra em uma questão da sociedade de forma mais ampla. Porque se você vive em uma sociedade que eu vou ser avaliado, a sua avaliação decide se você vai ser bem sucedido ou mal sucedido ou não vai; se você vai conseguir emprego ou não vai ser. Se você é sacaneado ou não vai ser. Ou seja, uma sociedade que estimula uma competição e se a avaliação certa, estimula..... isso acaba afetando o sentimento da sua avaliação nas políticas...

Leila – Eu acho que sim. Agora, falando de política de uma maneira mais ampla, agora, meio que avaliando... já há quase vinte anos, eu tenho observado que nos últimos dez anos já está meio que óbvio para todo mundo que sem a leitura crítica da realidade você está fora. Se você chegar em uma empresa, em uma grande indústria, se você chegar em uma escola, eu acho que está óbvio para todo mundo. Eu acho que esse é um avanço que o chamado “mundo do conhecimento” trouxe para todos nós enquanto sociedade. Eu acho que essa discussão ela era, com essa dificuldade que você coloca, ela era muito clara nos anos 90; mas, no final dos anos 90 várias pessoas já traziam a discussão da sociedade informacional, destacando a importância do conhecimento, da qualificação de qualquer política, qualquer pessoa um pouco ousada. O setor, não importa, mas, a importância do conhecimento para qualificar uma ação é um fato na sociedade em que vivemos. Precisamos ter um objetivo claro e resultados claros também que atingiram ou não esses objetivos. E agora, esses avanços da sociedade do conhecimento estão sendo discutidos, principalmente, em projetos sociais. E aí atinge o nosso programa, porque quem trabalha em projetos sociais e trabalha com financiamento de projetos sociais sabe muito bem que qualquer órgão financiador, e nós fazemos isso, existe

um crivo muito grande de controle dos seus capitais. E esse crivo não está na opinião tardia, não está aonde sai o erro, está cada vez mais qualificado em dados “quentes”. Dados fidedignos, dados que podem realmente mostrar que vieram de uma fonte legítima, não foram inventados por ninguém. Isso é muito claro nas políticas sociais e para quem trabalha nas consultorias das políticas sociais. Sabemos que a primeira constatação que ajuda a avançar no trabalho é ver se temos pessoas entendidas em avaliação, em organização de conhecimento, em ações educativas. Porque é uma exigência realmente dos projetos. Eu acho que isso mostra o mundo novo, uma realidade social que está em uma demanda mais ampla. Resta saber o quanto nós do esporte e do lazer estamos mais próximo disso.

Luiz Roberto – E sobre Minas Gerais, porque a pesquisa é especificamente em Minas Gerais. O que você pode falar?

Leila - o que foi que me chamou a atenção em Minas Gerais. Um estado que carrega isso é muito Minas Gerais, não só porque lá temos vários grupos de estudos, é um estado que tem mestrado em lazer, que tem mestrado na nossa área e por isso tem que produzir mesmo. A própria UFMG tem vários grupos de estudo dentro da própria universidade; é uma universidade que trabalha de uma maneira associada com outras universidades, com o diferencial de que seu curso de mestrado em lazer é um curso interdisciplinar, então ele associa, o curso da Escola de Educação Física, a outros cursos como turismo, sociologia, educação. Isso dá um outro fôlego muito grande para a pesquisa.

Isso reflete também nas pesquisas em políticas públicas de esporte e lazer gerando um fato inédito, e que me chamou a atenção na nossa pesquisa do Balanço: a Rede CEDES já envolveu 35 áreas diferentes, interagindo com a nossa nas pesquisas na Rede CEDES. Economia, engenharia, medicina, biologia e outras. E todo mundo pensando a política social de esporte e lazer. Isso é muito legal, porque, não quer dizer que política social de esporte e lazer você tem que implicar a sociologia. Tem que implicar o planejamento urbano, tem que cruzar sim com as áreas biológicas, mas com leitura e o olhar das ciências sociais. Então eu acho que esse dado, eu acho um dado interessante.

O que me chamou muito a atenção também em Minas Gerais foi a participação do estado principalmente no último edital. Que vem crescendo nos últimos editais, mas no último edital, o que saiu agora foram muitos projetos. E aí logo que vem à memória, as grandes universidades mineiras. Aí você logo imagina quais as que estavam participando: antes eram apenas a UFMG, a Universidade Federal de Juiz de Fora, a Universidade Federal de Uberlândia. Agora não, Participam também a de Federal de Lavras, a UEMG (Universidade Estadual de Minas Gerais), a Federal de Viçosa, a do norte de Minas, a de Ouro Preto, de Diamantina, a PUC Minas, e outras. Isso mostra uma coisa muito legal que é a dimensão que está ganhando a discussão do campo das políticas de esporte e de lazer, especialmente do lazer de uma maneira mais ampla. Porque, explicar o campo do lazer pela UFMG, que tem o CELAR, que já tem um mestrado, é fácil. Agora, isso dentro do estado de Minas Gerais. Tem algumas universidades que eu, mesmo sendo mineira, não conhecia. Então eu achei isso muito bacana. Isso pode nos ajudar a pensar hipóteses. Eu fico imaginando, por exemplo, o papel que o mestrado em lazer deve estar tendo. Porque, está preparando profissionais e claro, já acolhe profissionais do Brasil inteiro, mas em uma primeira instância do próprio estado. Então os profissionais saem de lá e vão para outros estados. E começam a fazer pesquisas. E levam o gene da pesquisa, leva o interesse. Mobiliza o tema lazer.

Eu acho que pode ser uma hipótese. Mas eu fico pensando que esse resultado também não é da própria Rede. Porque, o que é que acontece, com a produção da Rede, que hoje já temos cerca de 20 mil livros distribuídos em todo país, mas nós estamos mandando para todas as universidades brasileiras, nós não estamos mandando livros apenas para as universidades que

têm grupos de estudo com a gente. Está circulando mais a produção. O Ministério do Esporte está se envolvendo mais com os grandes momentos de discussão como os promovidos pelo CBCE, CAPES, CNPq. Os encontros regionais do PELC mostram outro dado interessante. Porque aí você sai mais, você desloca para alguns lugares, você aproxima mais de outros lugares, instituições, gestores, estudantes.

Eu acho que o curso de pós-graduação tem papéis importantes. Por exemplo, uma região muito difícil que é a Norte, está crescendo um pouquinho. No início tivemos que induzir pesquisas para que estudos da Rede pudessem acontecer por lá. Hoje não, já temos pesquisadores e mobilização de grupos de estudos no Amapá, em Belém, entre outros. Então pesquisadores estão se formando nos seus cursos de pós-graduação e voltando para o Norte. E ao voltar às suas origens eles levam experiências de trabalho. Então, eu acho que Minas é um desses estados que tem contribuído com a formação de pesquisadores para todo o país.

Luiz Roberto – Tem uma coisa que umas duas pessoas me falaram, não era nem... não está nem dentro do questionário que eu montei com o Carlão..... Eu acho que eu sempre quis perguntar. Porque eles falam o seguinte, que não eram favoráveis ao Ministério do Esporte estar articulando pesquisas. Eles achavam que Ministério do Esporte tinha que estar articulando os órgãos que já existe fomento de pesquisa para estimular, para que esses órgãos investissem mais em pesquisa social do esporte. Eu queria saber se tem algum sentido essa fala (...).

Leila gravação 3

Leila – Então. Olha, eu diria o seguinte, se você pensar o mundo hoje, e quando me refiro ao mundo hoje eu falo de empresas, da educação, da justiça. Ninguém avança sem conhecimento. E quando o próprio órgão tem condição de fomentar a pesquisa para se reverterem em benefícios para suas próprias ações ele tende a ter uma condição maior de alcance se suas metas, seus objetivos. A realidade do mundo hoje é essa. Não podemos nos esquecer da pesquisa como meio educativo e de qualificação de pessoas, projetos e ações, o que justifica sua presença nos ministérios. Esse fato, no entanto, não reduz e altera os papéis que têm os órgãos específicos de financiamento científico e as universidades.

Luiz Roberto – Mas isso não assume o papel de órgãos como o FINEP.....

Leila - Nada. Nossa ação não quer substituir as da FINEP, isso não quer a associação científica própria não. A pesquisa não é só iniciativa de uma agência especial e científica. A pesquisa hoje é reconhecida como processo educativo também. Ela tem que estar dentro da sala de aula, ela tem que estar no ensino básico; ela tem que estar no ensino superior com outra característica; ela tem que estar nos órgãos científicos com outra característica e ela tem que estar na gestão com outra característica. Então, eu defendo isso da mesma forma que eu convivo com a pesquisa não só aqui, mas participando de projetos com diferentes características e papéis. Eu trabalho e já trabalhei com a pesquisa em vários campos. Dentro de indústrias; dentro do comércio; dentro de algumas agências científicas, na universidade, na educação básica. Pesquisas que nem sempre são financiadas por agências específicas de apoio à ciência. Essas, no entanto, têm um papel diferenciado. Por quê? As grandes tecnologias e estudos científicos que lidam com conhecimentos mais profundos, em geral, são apoiados por agências como essas. Veja a discussão, por exemplo, que a própria FINEP faz sobre esse edital que a gente espera que saia. Não interessa para a FINEP o tipo de pesquisa que a gente paga na Rede CEDES. A FINEP não está fazendo edital para a Rede CEDES. O que interessa para a FINEP são pesquisas de grande porte, de grande fôlego. As pesquisas mais baratas são de 400 mil reais. Valor que corresponde quase a metade do nosso orçamento total. Enquanto

que, para nós, uma pesquisa de 30 mil reais, 40 mil reais você faz muito porque você mobiliza estudantes, professores e a população para ler a realidade, para ajudar a pensar a realidade, formando agentes sociais que possam transformar essa realidade, a FINEP já não está mais com essa preocupação. Nesse apoio que está sendo discutido, a FINEP não está também se preocupando com pesquisas básicas. Ela quer investir em diagnósticos; quer as leituras mais macro do país; quer entender a estrutura e gestão do esporte como um todo, como é que ele acontece no país; quer entender as políticas do país relacionadas e comparadas entre si e com outros países. Isso porque é um órgão de desenvolvimento de políticas tecnológicas mais amplas e tem esse papel. Defendo que todo mundo que lida com a pesquisa de uma maneira mais inovadora tem que entender a ciência, em todos esses momentos. Claro que com papéis diferenciados em cada local a que ela se aplica. O que não dá é para fazer do investimento do Ministério do Esporte uma escada para resolver problemas corporativos, problemas particulares, problemas que não são da ordem do Ministério do Esporte. Por exemplo, alguns pesquisadores nos pedem para que os ajudemos a resolver seu problema da falta de diálogo dentro da universidade, problemas de infraestrutura dentro da universidade. O nosso objetivo não é resolver os problemas da universidade, esses têm que ser tratados com o MEC, mesmo sabendo que o financiamento de nossas pesquisas está contribuindo com melhorias importantes para a Universidade e os próprios pesquisadores no que diz respeito a aquisição/manutenção de equipamentos; a produção e publicação de livros, periódicos científicos, eventos científicos, dentre outros. O que não podemos esquecer é que o nosso investimento precisa voltar e se reverter em resultados para a política pública. Agora, que isso está sendo uma moeda de ouro para resolver o problema das universidades está sendo. Basta acompanhar as discussões dentro da área 21 da CAPES. Nós já fomos chamados para acompanhar várias avaliações de coordenadores de pós-graduação dentro da área 21, e por exemplo, o financiamento que a gente faz em revista é decisório para o campo da Educação Física dentro da área 21. Acho que é decisório, porque, quer queira quer não, nós estamos bancando 5, 6, 7 revistas de grande porte na educação física brasileira. Quer queira quer não as nossas publicações estão enriquecendo os relatórios dos professores pesquisadores. Com isso, hoje estamos tendo que ter a preocupação com a editoração de nossas publicações, considerando, inclusive, critérios exigidos pela CAPES. Porque antes não tínhamos essa preocupação, o que nos interessava era a leitura e compreensão do gestor. Hoje, além dessa preocupação, temos as demandas dos pesquisadores. Afinal, os pesquisadores não têm tantos recursos disponíveis na nossa área, especialmente nos seus estudos com base nas ciências humanas e sociais. Então a gente está cumprindo um papel duplo? Eu acho que sim. Eu acho que é bom. Mas não dá para dizer que nós estamos aqui para resolver o problema interno da universidade. Mas se a gente tiver contribuindo e ajudando, porque não? É o que eu acho, é o que eu penso. Tem horas que isso até complica, mas....

Eu acho assim, que a coisa que talvez nós pudéssemos pensar melhor.... que nós falamos de pesquisa, falamos de Rede CEDES, tem um ponto, que eu não sei se você vai chegar nesse ponto, porque quando a gente fala em relacionar teoria e prática e achar os problemas lá em campo. Uma grande preocupação é se os temas que a Rede CEDES estão trabalhando estão atendendo mesmo demandas reais. Da realidade do PELC, por exemplo. A gente sabe que as 9 linhas de pesquisa que nós elencamos como possibilidades de financiamento, elas “bebem” nas fontes das demandas tanto das universidades como das prefeituras, dos Estados, dos parceiros, da realidade brasileira. Por exemplo, o que está acontecendo com os megaeventos internacionais a realizados no país? A gente está vivendo um momento que precisa tratar de temas como esses. Mas aí eu fico pensando: em que medida os trabalhos da Rede CEDES vão de fato intervir na realidade? Vou analisar um exemplo. Um dado que me chamou muita a atenção foi da pesquisa do Balanço da Rede CEDES é que o tema mais pesquisado na Rede

até hoje foi sobre memória. O tema de memória é super interessante, mas existem várias hipóteses sobre esse fato: a maior parte dos projetos são desenvolvidos pelos centros memórias, que antes eram atendidos por um financiamento pequeno do CEDIME (200 mil reais para pagar tudo: Centro de Memória, revistas, etc). O que você faz com 200 mil reais? Nada. Mal, mal, um centro de memória, uma revista, acabou. Na medida que a memória se tornou em uma linha de pesquisa da Rede CEDES, há um crescente número de pesquisas sendo desenvolvidas em nossas universidades, alimentando de uma maneira direta e indireta os centros de memória. Assim, nós aumentamos, com uma estratégia meio indireta, o fluxo sobre os centros de memória. Embora a gente não tenha conseguido realizar o nosso sonho que é investir mais e com editais específicos em periódico e centros de memória/museus, por causa das necessidades da área da educação física brasileira. Em Minas Gerais, por exemplo, temos muitos centros de memória. Juiz de Fora, Belo Horizonte, Ouro Preto. Fico imaginando também que seria interessante analisarmos os temas dos projetos da Rede CEDES em Minas Gerais: o que poderia ser desenvolvido com maior profundidade para ajudar os formadores do PELC? Memória é um deles. E aí eu pergunto: temos muitos estudos de memória, mas estes são usados para os módulos de formação do PELC? Eu nunca vi. Essa é uma curiosidade que me chamou a atenção. Porque temos tantos centro de estudos de memória, e eu não vi ainda essa relação. Eu não vi a discussão de memória nos cursos de formação do PELC. Será que não daria uma contribuição legal tanto para os pesquisadores saberem o que os programas sociais absorvendo de estudos, o que estão precisando conhecer mais? Eu acho que seria uma boa análise.

Luiz Roberto – Como isso é um dos objetivos da Rede, com certeza isso é uma das análises que vai ser feita.

Leila – Ótimo, porque uma tendência da formação de agentes para programas sociais é pensar nos fundamentos e na gestão. Há uma tendência de pensar o que é lazer, esporte, mas se esquecendo de contextualizá-los, por exemplo, considerando a história do lugar, a questão dos equipamentos, o perfil do município, etc.

E isso seria talvez um gás novo para a formação do PELC. Você quer ver outro exemplo: com certeza nos Núcleos todos trabalham futebol. Não é mesmo? A Rede CEDES de Minas Gerais tem um estudo primoroso. O que foi que ele fez? Ele levantou todos os estudos sobre futebol que existem nas ciências sociais e humanas. O primeiro estudo considerou o levantamento de 2007 e 2008 e, me parece, levantou 627 estudos. E agora ele está analisando os anos de 2009 e 2010. É muita coisa. E ele tem livros em PDF no site criado por esses pesquisadores. Olha que legal seria na pré Copa do Mundo de 2014 realizarmos um trabalho nos núcleos do PELC, estudando o futebol sob várias óticas.

Luiz Roberto – (...) é que eu estava pensando na produção da Rede CEDES em Minas, se forem ter os percentuais no Brasil, ela tem um papel importante pela quantidade. Eu acho que isso não acompanha o funcionamento de Núcleos em Minas. Acho que Minas não tem uma quantidade de convênios de funcionamentos de Núcleos sob a porcentagem nacional não é significativo. Nem na região sudeste. A mesma coisa..... ela cresceu lá a questão da Rede CEDES e não cresceu proporcionalmente a questão do funcionamento de Núcleos. Essa é uma impressão que eu tenho.

Leila – Olha que interessante! Então essa relação, ela acontece em outro âmbito. Não acontece só nas relações aqui, na nossa aqui. É também dos produtores, dos formadores.

Rejane Penna Rodrigues. Entrevista realizada por Luiz Roberto Malheiros Araujo. Brasília, 12/10/2010.

Luiz Roberto – O trabalho é sobre a Rede CEDES, especificamente em Minas Gerais. Então, para iniciar o trabalho, é uma pesquisa histórica, estou fazendo entrevistas com os gestores da SNDEL e da Rede CEDES desde o início. Primeiro você sabe, o processo de elaboração do PELC. Como ele foi elaborado, onde foi a proposta e como foi a sua implementação.

Rejane – Olha, o olhar que eu vou te dar é um olhar pessoal, não é da secretária. É o que eu acredito. Eu acho que o Partido dos Trabalhadores ele deixou muitas experiências, quase uma década, em gestões municipais. Em vários estados do país, em muitas cidades, cidades de diferentes tamanhos, diferentes localizações. Essas gestões municipais tiveram que implementar uma política diferenciada às que vinham sendo feitas historicamente pelas outras administrações, para manter o status quo do que estava. Era o Campeonato Municipal de Várzea, os Jogos Escolares, muitos vinculados à Secretaria de Educação dos Municípios e atendimento a um ou outro pleito de esporte performance. Quando nós chegamos em Porto Alegre, a gente, os professores já vinham nesses exercícios de praças e parques. Porto Alegre é pioneira na América Latina. Desde 1926 já tinham atendimento diferenciado em praças e parques. Então, já tinha esse elemento a mais, que seriam atendimentos a públicos diferenciados em praças e parques não só com relação ao esporte como também com relação às atividades múltiplas e recreativas para todas as faixas etárias. O que foi que se tentou nas nossas vivências que era muito parecido com outros estados, com outros municípios? O olhar a cidade como um todo invertendo prioridades, buscando aqueles que não estavam sendo assistidos até então e não negando o que vinha sendo feito. Porque uma gestão ela tem que administrar por conjunto. Ela tem que ter hierarquia de investimento, mas não pode excluir o cidadão, porque no caso ele tem melhor poder aquisitivo ou mora em um bairro melhor. Esse cidadão vai continuar a ser tendido, mas a prioridade de investimento vai ser então para as regiões mais carentes. No meu entendimento, o momento assim, ele é coletivo. Em algum momento, nós de Porto Alegre, quando o ministro Agnelo assumiu e foi acompanhado do seu secretário Orlando a Porto Alegre, nós conversamos com ele, mostramos nosso projeto, mostramos nossos livros, que já tínhamos naquela época, e conversamos com o então prefeito que era o João Verle, e dissemos que nós íamos apresentar para o Ministério do Esporte uma proposta, que era uma proposta, um mega projeto que tinha em Porto Alegre, que era o projeto Entrada da Cidade. Era um projeto que tinha o financiamento do banco mundial, todas as áreas estavam sendo atendidas, nós então da secretaria municipal não tínhamos condições de atender essas áreas, então a gente fez uma proposta de que naquele local específico entraria um projeto que seria, que nós tínhamos a cidade como um todo concentrada naquela região. Que era quase uma cidade do interior. Uma população imensa na entrada da cidade. Mandamos para cá para o Ministério 3 vezes o projeto. Chamava-se Projeto Esporte e Lazer na Entrada da Cidade. Esse projeto nunca foi aprovado. Um ano depois, no final da gestão desse ano, o ministério lançou um projeto chamado Esporte e Lazer da Cidade. Contemplava muito daquilo que nós entendíamos como altamente positivo que estava no nosso projeto. Então o meu olhar pessoal é o seguinte: nós contribuímos para esse projeto à partir da gestão lá de Porto Alegre. Aí o pessoal lá de Diadema, São Bernardo, Mato Grosso do Sul dizia: não, mas nós fazíamos isso lá. Ótimo, porque aí significa que é uma autoria coletiva e significa que tem uma identidade nacional em função do projeto. Quando nós chegamos aqui na secretaria, o que foi que nós vimos? A secretaria ela tinha uma divisão entre os que pensavam entre os que poderiam fazer. Ou seja, projetos para a Rede CEDES, que seria voltado para os pesquisadores e o projeto para dos Núcleos dos PELC que seria para os conveniados dessas

regiões do Brasil. O esporte eu nunca entendi dessa maneira. Eu sempre entendi que esporte e lazer caminhavam tanto na prática como na teoria. Como não existe teoria sem prática, não existe também uma razão de ter uma teoria para não ser aplicada. Pelo menos em política pública. Aí o que foi que a gente fez? Sofremos muita resistência para tentar trazer esse novo conceito de gestão que era o conceito de gestão integrada. As funções são diferenciadas, as distribuições de cada pessoa têm distinção, mas o objetivo era comum. O objetivo era a Secretaria de Desenvolvimento de Políticas Pública Esporte e Lazer com qualidade. Aí esperaram as primeiras dificuldades. No caso da Rede CEDES o que foi que nós encontramos? Poucos projetos, projetos direcionados, a convite e projetos que não correspondiam, muitos deles, a uma aplicabilidade das políticas públicas. Na verdade, projetos interessantes, com fundamentos, com qualidade. Não é essa a questão, mas que nós não somos um órgão de fomento de pesquisa e estávamos fomentando pesquisas que não tinham a ver com o nosso objeto final que é políticas públicas de esporte e lazer. Aí a gente entendeu também... que chamávamos de Rede e as pessoas não sabiam sequer o que é que era uma Rede. Então ficamos fazendo um trabalho tanto com os pesquisadores como com os internos para se apropriar do conceito Rede e começar a implementar. Por outro lado também eu tinha uma certa resistência dos Núcleos, das políticas de núcleos, porque eu dizia: o que é que essas pessoas que não têm vivência na prática tenta acrescentar lá na ponta, não entendem nada, é um blá blá blá, uma teoria que cansa, que não dialoga. Então a resistência era: os pesquisadores não se viam como participantes da prática e a prática não reconhecia esses pesquisadores como aliados. E a própria gestão não comentava essa articulação. Aí nós fomos construindo através de duras reuniões e essas reuniões eram grandes desabafos, durante os primeiros anos nós fizemos reuniões à base de 15, 20 pessoas no mínimo cada reunião. Todas as coordenações, todas as direções, todas as assessorias, todos os DAS, para de fato as pessoas que estão dessa maneira hierárquica. Porque às vezes você esclarece a ponta da nova política e o interno continua trabalhando na mesma visão segmentada. Aí, depois de um certo tempo, a gente chegou a avanço na Rede que era um, a questão de quem é que serve a verba e quanto é essa verba. Historicamente ficava em torno de 1 milhão a verba tirada para as pesquisas quando liberada esse 1 milhão. Então o que é que acontecia? Os que chegavam primeiro, os projetos, no início do ano, se tinha dinheiro, o projeto estava de acordo, pagava. A pessoa chegava com o projeto lá para junho, julho, não tinha mais dinheiro, portanto, não pagava. Então assim, se dava um pagamento por ordem de chegar e não por de chegada e não por interesse da política, dos temas. Os temas eram muito aleatórios. Então a gente entendeu que deveria dar maior transparência a esse processo e criar um edital. Anterior à criação do edital, que deu bastante trabalho, como pesquisar, como fazer edital. A gente não pode esquecer nunca que essa secretaria é uma secretaria nova em um ministério novo. Que, por exemplo, esporte educacional, ele vem do esporte solidário, que vem de uma estrutura antiga, que então já tinha encaminhamento. Esporte de rendimento sempre teve uma diretriz. Essa que era a política nova com passos novos. E então, foi feito uma pesquisa como eram os outros editais, as outras secretarias fazem, os outros ministérios. Porque à partir de um momento que você larga um edital dizendo que você vai pagar tais convênios, não pode voltar atrás. Qualquer coisa dá margem para recurso. Então tem um aspecto legal muito forte a ser considerado e nós nunca tivemos uma assessoria jurídica, aqui na secretaria, que desse conta. Nós temos uma consultoria no Ministério que auxilia quando a coisa está já num nível mais para fora da secretaria. Aqui a gente então teve dificuldade para construir o edital e antes do edital, o avanço que a gente teve foi quando a gente decidiu pagar não só as pesquisas, os grupos de pesquisas das universidades públicas como também das particulares. Com o diferencial de que nas particulares não se pagava recursos materiais, mas sim o investimento da própria pesquisa, dos pesquisadores.

Luiz Roberto – Mas isso não era desde o início?

Rejane – Não. As particulares não eram. Eram só públicas e principalmente as federais. Nem as estaduais entravam muito. Houve uma resistência na época que a gente abriu para as particulares. Porque na verdade, quem é da área assim como nós sabe que o que estava em jogo no início eram também outros interesses. A educação física ela tinha uma divisão dentro dos cursos e essa divisão ocasionava que o esporte, a educação física de performance, ela tinha verbas e era melhor considerada dentro da estrutura universitária enquanto as políticas sociais humanas da educação física eram negligenciadas porque não tinham investimento, não traziam verba nem potencial para a universidade. Então, essa Rede CEDES ela veio para contrapor não só para acrescentar na questão do conhecimento justo e necessário mas também para demarcar posições dentro da educação física. Que não é o nosso caso dentro do Ministério. Nós não temos nada a ver com isso. Mas a gente sabe que historicamente isso aí pesou. E, esse peso se deu maior nas universidades públicas. Porque as particulares não estavam preocupadas com pesquisas, com publicações. A CAPES naquela época não tinha as exigências que tem hoje em relação à produção científica. Então foi muito direcionado no início. Só era permitido para as universidades públicas. Nós introduzimos, e quebramos resistência com relação a incluir as particulares. E depois é que veio o edital contemplando essa nova visão. Eu acho que foi um caminho bem difícil a ser tratado, porque o pessoal das universidades públicas achava que a particular estaria tirando verba pública. Ocorre que o conhecimento ele é do país. O que nós investimos na nossa área, estamos investindo na massa crítica, estamos investindo na ciência e tecnologia do país. Isso que nos interessa.

Luiz Roberto – Hoje você acha que a relação entre os Núcleos, principalmente dos Núcleos de atividades e pesquisa, melhorou, depois de lá de 2007?

Rejane – Eu acho que melhorou. Mas também é assim, algumas pessoas elas continuam resistindo. Porque ainda acham que... não amadurecemos o suficiente ainda para as pessoas entenderem a pesquisa, a Rede CEDES, tem que ter um olhar mais pé no chão, entender mais a realidade. O distanciamento crítico ele é importante, mas não na aplicabilidade da política pública. E as pessoas das comunidades têm que ver que ainda têm que aprender. Fazer mais, do mesmo, não é, como se diz, não é mais educação, não é mais conhecimento. A gente tem que respeitar a base do que está construído, as diversidades regionais, a cultura local, respeitar o saber popular, mas tem que trazer novos saber. E essa troca, ela ainda sofre alguma resistência, mas não é de uma Rede ou dos Núcleos. É de algumas pessoas dos Núcleos, de algumas pessoas da Rede.

Luiz Roberto – O edital, ele estabelece algumas linhas de pesquisa. Como é que são escolhidas, definidas essas linhas de pesquisa?

Rejane – Essas linhas de pesquisas elas foram montadas em cima de vários critérios. Mas eu me lembro que na ocasião foi, primeiro: o que é que tinha carência nas políticas públicas? O que é que nós não tínhamos respostas? O que é que nós não podíamos investir em um projeto ou justificar determinadas coisas porque era tudo uma sensibilidade a gente achar determinada coisa. Não tinha subsídio para dizer olha, a política vai por aqui porque a região norte está assim, a região sul é desse jeito. Então faltava subsídio. Faltava subsídio em termos territoriais, regionais; faltavam subsídios em termos de gênero, as diversidade cultural, raça, etnia; faltava conteúdo das faixas etárias. Características de faixas etárias, o que é que deveria trabalhar ou não; faltava conteúdo de política pública para estabelecer esse diálogo local com os municípios. Como é que se dá essa política. O que é possível aproximar e fazer a política pública do prefeito, do gestor local ter mais qualidade, andar com mais agilidade. Então

assim, foi muito nas demandas que se tinha enquanto política pública. A demanda nossa, como eu disse, nós não somos um órgão de fomento de pesquisa. Tem CAPES, CNPq, tem FINEP. Nós tínhamos que fomentar as pesquisas que subsidiasse a política pública. Então, essa carência está rodada. Os termos são praticamente todos nessa direção. Não é o que o pesquisador quer pesquisar por conhecimento. O conhecimento pelo conhecimento. Isso tem valor, é necessário para a questão intelectual, mas aí não é o nosso ministério. No nosso ministério é, o que é que nós precisamos para melhorar a qualidade de vida da nossa população utilizando as políticas públicas do esporte e lazer; o que é que as nossas políticas podem contribuir para a melhoria do esporte e do lazer do país. Enfim, estamos sempre olhando o país, esse enorme país que é o Brasil com as suas diversidades regionais, as suas características e sabemos muito bem isso, quem é dá prática, não dá para implementar modelos prontos de uma região para outra. Eu, com todo o estudo que tenho, a prática que tinha, é uma coisa óbvia, quando eu vim aqui visitar os Núcleos do DF, a maior parte deles funcionavam à noite. No Rio Grande do Sul à noite, no inverno, é todo mundo em casa fechadinho por causa do frio e da chuva. Aqui, por causa do calor e da seca as atividades são ideais noturno..... então, os turnos mudam, os horários. É outra questão. O que é que eu mais acho de interessante nos nossos Núcleos do PELC, é esse respeito às características locais. Quer dizer, você não vem, você tem uma idéia que tem que atender isso por faixas etárias; você tem que ter alguns momentos de convívio entre eles; que a gente não quer só ocupar o tempo das crianças, quer uma educação nesses momentos de lazer; que mesmo no esporte, tem que desenvolver. As pessoas não podem ficar dois, três anos nas escolinhas de voleibol do PELC e continuar jogando errado; não pode ficar um ano na escolinha de futebol do PELC, mesmo sendo lúdico, recreativo, e não saber acertar a bola e chutar a bola. Então assim, o que dá uma característica diferente, já não é a falta de qualidade de conteúdo para isso se tornar lúdico. É o conteúdo pedagogicamente bem aplicado se torna lúdico e evolui. É assim que eu vejo o PELC hoje. E isso, os pesquisadores profissionais, os que estão formando os profissionais dentro das universidades, como vão operar na prática, eles podem ajudar bastante e podem aprender bastante.

Luiz Roberto – A Rede, ela teve desde o início dela até 2010, houve algumas mudanças. Você falou a questão do edital; na questão dos temas que foram incluídos. Você tem alguma coisa que você acha que foi significativo, além disso que você falou. Em termos de pressupostos, objetivos, teve alguma mudança significativa até hoje?

Rejane – Da Rede? Eu acho que teve muitas mudanças, mas pensando assim na educação e integração com a sociedade, eu acho que hoje em dia a própria experiência da formação do PELC ser feito por uma universidade com pesquisadores da Rede, demonstra não só a possibilidade da Rede contribuir com as políticas públicas, mas demonstra o interesse que tiveram. Porque poderiam ter interesse em continuar pesquisando e só subsidiando o conteúdo. A execução, ela tem uma série de cobranças, exigências dentro da atividade, muito grande. E as pessoas não se furtaram a isso. Elas se integraram e concordaram e se propuseram a fazer esse trabalho. Para mim o ápice hoje da integração da Rede CEDES e do PELC, seria só a transformação pela Rede.

Luiz Roberto – Um dos objetivos da Rede é influenciar e qualificar a política nacional de esporte. Isso aí de uma forma mais ampla. Você acha que de alguma forma ela tem alcançado o seu objetivo?

Rejane – Eu acho que sim. Eu acho que ela poderia influenciar mais e poderia contribuir mais. Não por falta do seu interesse, mas ainda por falta do reconhecimento do próprio país, da própria sociedade, da própria gestão maior do esporte, que o que se faz é sério, é

importante e tem qualidade. Se nós estivéssemos em outros países que já estão exercendo esse papel da integração das universidades juntos às políticas públicas, isso aí já estaria dado. Quando nós recebemos visitantes de fora, de outros países, da Austrália, da Inglaterra, da Coreia, a gente vê que é normal essa convivência entre a universidade e a política pública. Aqui no Brasil é que está muito segmentado ainda. Eu acho que isso aí ainda é fruto de um período histórico nosso onde se confinou os intelectuais em um espaço próprio chamado cidade universitária, aí ficavam todos lá se resolvendo, pensando, ganhando salários razoáveis, para aquela época. Porque hoje em dia não é mais assim. E aí também não perturbavam a ordem pública. Não puxavam um movimento contrário e não se somavam à sociedade em geral em reivindicações. Ficavam lá construindo o seu conhecimento, vivendo a sua vida. Então eu acho que hoje não é mais assim, mas ainda não está dado.... isso aí vai levar uns dez, vinte anos.

Luiz Roberto – E a construção da Rede em si, de pesquisadores. Está se dando ainda?

Rejane – Sabe que o problema não é só nessa Rede, como em outras Redes que eu vejo, como a própria Rede Latino Americana. Nós estamos, quebrando, formando. O pessoal gosta muito de hierarquia. Gosta muito de ver assim: quem é o responsável, de quem eu vou cobrar? E no meu entendimento, a Rede não tem um nó maior e depois vêm os nozinhos menores. Não tem assim uma cúpula e depois vem.... isso aí ainda está muito enraizado nas pessoas. Então, em alguns momentos a Rede, ela pega e quando convém, larga para a gestão a responsabilidade de um monte de coisas. Então às vezes, vamos dizer, o responsável maior pela Rede é o ministério, é a secretaria. Daqui a pouco o ministério está interferindo onde a Rede deveria ter todos os seus parceiros em igualdade de condições. Aí, às vezes, o ministério é super importante para tarefas. Faz isso, faz aquilo. Então eu acho que ainda não está bem colocado esse entendimento de nós as Redes de quem é quem e como é que isso opera. Eu acho que está ainda muito na cabeça das pessoas essa idéia de diretoria, hierarquia, responsabilidade. Porque, como é que eu vejo essa questão do fomento da Rede pelo sobreposto. A gente fomenta e organiza, mas em nenhum momento o ministério entrou como o nó maior, tipo assim: isso eu quero, isso eu não quero; isso eu faço, isso eu não faço; vocês estão fora. Tem critérios. Os critérios dos temas de pesquisa; valores, dos quais os próprios pesquisadores colocam nas suas pesquisas. As reuniões, alguém tem que chamar e fazer as tarefas da reunião, o ministério faz. Mas em nenhum momento o ministério foi lá dizer assim: eu quero fazer assim ou assado. Se não for assim eu não vou mais administrar; se não for assim termina a Rede. Mas por outro lado, o que acontece em alguns casos é que quando se ausenta de ser essa figura que todo mundo espera, aí eles querem alguém assumir esse papel. Então assim, eu acho que ainda há uma.... mas também isso é falta do ser humano. Essa disputa, esses tabus. Em alguns anos isso funciona de uma maneira, em outros funciona de outro. Mas, no meu entendimento a Rede avançou muito nos últimos anos. Ela cresceu com qualidade. Ela não cresceu só assim: estamos aumentando mais pesquisas. Estamos publicando mais. Não. Nós estamos amadurecendo em conjunto, pesquisas, publicações e difusão do conhecimento; estão trazendo benefício para as políticas públicas e estamos melhorando inclusive a questão da educação física. Se a gente for ver junto aos cursos de pós-graduação, que são, não são da área que deveriam. Estão mantidos pelo MEC ou por outras instituições de fomento, o Ministério do Esporte mesmo que tem que ter essa incumbência, ele financia mais do que outros órgãos.

Luiz Roberto – O PELC, principalmente os Núcleos, ele não tem o objetivo de ficar o tempo inteiro financiando os Núcleos. Então, a idéia é que, à partir de um tempo, a prefeitura assuma a gestão. No caso da Rede CEDES, o raciocínio se mantém? Ou seja, a idéia é que depois de

um determinado tempo a Rede se retire de determinadas universidades ou não? A idéia é que seja uma coisas.....

Rejane – Eu acho que não, eu acho que o conhecimento, ele é algo que, assim, se movimenta e deveria ser um movimento crescente. Então, se fosse, vamos dizer, para nós pararmos de investir na Rede, algum outro órgão público deveria investir. Porque não existe essa verba para conhecimento. Quer dizer, talvez uma ou outra empresa com compromisso social que invista. Mas uma política nacional... eu acho que é responsabilidade do governo financiar. Agora, tem que ter resultado. Tem que ter.... não é assim, qualquer coisa serve e nem qualquer prestação de contas. Eu acho que o rigor administrativo, ele deve ser tão grande quanto se tem com qualquer outro convênio federal.

Luiz Roberto – Mas não existe assim, possibilidade de que.... os órgãos que existem órgãos do governo de fomento de pesquisa, que eles assumam essa pesquisa social de esporte e lazer?

Rejane – Eu acho que até já está caminhando para isso. Nós tivemos notícias e até participação da nossa diretora, um grande edital da FINEP onde a priori seria destinada 40 milhões para pesquisa da área do esporte e do lazer e desses, 24 seriam para a área de políticas sociais. Mas eu acho que são acréscimos. Eu acho que se você tirar aquele 1milhao, 1,5 milhão ...Isso o que está acontecendo agora é sazonal, vai acontecer em função dos megaeventos. Quando não tiver mais megaevento, volta para uma normalidade. Aí não dá mais para abrir mais. O que eu acho que da... co-gestão visando a autogestão, ela funciona em tese. Ela funciona assim: o município que tem uma arrecadação X que nunca investiu em política pública do esporte e do lazer, então ele conhece uma metodologia que o PELC noticia e vê como é que funciona na pratica, e aí ele passa a investir aquele 0,5% do orçamento para aquela área. Aí eu acredito nisso. Agora, uma universidade que não tem arrecadação. Esse dinheiro vai vir de algum lugar. E outra coisa que a gente vê uma dificuldade muito grande é nas ONGs, porque as ONGs cumprem um papel que seria do estado, mas que o estado não consegue dar conta sozinho, ela não tem arrecadação. A arrecadação é esse próprio repasse e como é que vai dar auto-sustentação para o próprio projeto?

Luiz Roberto – Você tem alguma coisa para falar sobre a Rede CEDES em Minas Gerais?

Rejane – Olha, até pela tradição de Minas, da região sudeste, a Rede CEDES lá é um dos nossos, digamos, muito bem amarrado, muito bem estruturado. E que trouxe muitos benefícios das políticas públicas. Algumas atuações que fazemos e a maneira como fazemos hoje na secretaria, nos Núcleos que divulgamos para o Brasil, tem origem também nas pesquisas e nos trabalhos sérios que são executados em Minas Gerais. Nós tivemos também como colaboração para a nossa política mais recente, foi a pesquisa desenvolvida pela PUC Minas, em função do PELC do Segundo Tempo. Uma pesquisa séria, muito qualificada e que trouxe assim um embasamento interessante para o planejamento do PELC do Segundo Tempo daqui para frente e para reafirmar a sua importância cientificamente. Não eleitoralmente, não no achismo, mas agora em cima de critérios bem consolidados Acho as pesquisas pontuais também. Não tenho muito certeza, mas parece que foram feitas pela da UFMG ou da PUC, agora não sei. Sobre os presídios, sobre o PRONASCI. Mas foi muito bom. E aquilo não é bom só para o Ministerio do Esporte e para a política local. É bom para o Ministério da Justiça também. Então eu acho que Minas é um estado que historicamente... (...). A gente é do Rio Grande do Sul, você é do Rio de Janeiro. Nós sabemos que pela história o Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, eles têm mais tempo de consolidação em termos não só de estado e políticas econômicas como também de políticas educacionais e culturais. E isso também se reflete na Rede. Então se a gente vai ver as

próprias premiações do Premio Brasil de Inclusão Social eu acho que têm muitos premiados que são de Minas.

Luiz Roberto - Então é isso, tem mais alguma coisa que você queira falar depois desses 4 anos de gestão?

Rejane – Eu acho que a Rede CEDES ela cresceu, amadureceu e se consolidou. Eu acho que tem muito mais para se fazer porque o Brasil é muito grande e tem diferenças regionais ainda acentuadas. Acho que uma das coisas que tem contribuído também da Rede é essa troca permanente de informações o que faz com que aquele professor, aquele pesquisador da região norte, nordeste e mesmo do centro-oeste não se sintam tão distanciados. Porque agora as coisas são muito em tempo real. As coisas que estão acontecendo, as pesquisas, as comunicações, área de conhecimento. E nós aqui do ministério temos um papel que eu acho que é de facilitador do processo. Não de proprietário do processo, não de dono, mas de facilitar, porque a gente está em um lugar que tem essa possibilidade. Num lugar que consegue olhar o país como um todo, conhece interlocutores e que tem como operar financeiramente.